

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

FABIANE MACHADO BARBOSA

**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA HISTÓRIA
SOCIAL DA IGREJA
CARIACICA (1973-1989)**

VITÓRIA

2007

FABIANE MACHADO BARBOSA

**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA
HISTÓRIA SOCIAL DA IGREJA:
CARIACICA (1973-1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas, na área de concentração Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira.

VITÓRIA

2007

B238 Barbosa, Fabiane Machado

Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja
Cariacica (1973-1989)/ Fabiane Machado Barbosa –
Vitória, UFES, 2007.
193 f.

Orientador: Valter Pires Pereira
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de
pós-graduação em história social das relações políticas, 2007.

1. Comunidades Eclesiais de Base 2. Cariacica I. Fabiane
Machado Barbosa II. F Valter Pires Pereira. UFES.

CDU 266

FABIANE MACHADO BARBOSA

**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA HISTÓRIA SOCIAL DA
IGREJA
CARIACICA (1973-1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^ª. Dra. Ana Maria Doimo
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^ª. Dra. Maria da Penha Smarzaró Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

A Jusenila Pereira Machado, representante de uma classe social que luta por dias melhores sobre a Terra, e, que por providência divina me deu a vida.

AGRADECIMENTOS

Embora uma dissertação seja, pela sua finalidade acadêmica, um trabalho individual, há contribuições que não podem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Valter Pires Pereira, pelo constante incentivo, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade. Agradeço principalmente, pela confiança depositada no meu trabalho de dissertação,

Ao Centro de Documentação e Informação Dom Luiz Gonzaga Fernandes da Arquidiocese de Vitória, especialmente a Giovanna Valfré, que mais que orientadora do centro de pesquisa se tornou uma companheira na minha caminhada acadêmica, sempre disponível para esclarecer dúvidas e indicar referências.

À Associação Padre Gabriel Maire em Defesa da Vida, que disponibilizou seu acervo a minha pesquisa, em especial ao senhor José Lopes do Rozário e sua esposa Carlinda, pela confiança e disponibilidade.

À Paróquia São Francisco de Assis, representada pelos Padres Ivo Ferreira de Amorim e Roberto Francisco Natal, que acolheu sem receios a pesquisa desenvolvida e possibilitou o nosso acesso ao Livro de Tombo da Paróquia. E um agradecimento especial a Marlete Oliveira Bastos Ferreira e Leonia Maria Bremenkamp Woekers, secretárias da paróquia que esclareceram com carinho minhas dúvidas e confusões.

À Irmã Janete Monjardim, um agradecimento todo especial pelas muitas horas do seu dia dedicadas a me auxiliar, tornando viva as memórias das CEB's.

Agradeço também a todos aqueles guardiões da memória do povo, que me disponibilizaram seus arquivos pessoais: Maurício Abdala Guerrieri, Cláudio Vereza, Teresa Sartório e Alessandro Vescovi.

Endereço ainda meus agradecimentos a todos que colaboraram com suas memórias para a formulação desta dissertação: Maria Marques Silva, Aluísio Xavier Filho, Alice Breciani Zacchi, José Zacchi, Vera Lúcia da Silva Anacleto, Maria Oliveira Chagas, Lídia de Paula Ramos, Domingas Ramos Leite, Paulo Matede, Dante Póla, Penha Dalva, Ângelo Pin e Fernando Aquino.

Um agradecimento especial àquela que me direcionou para a pesquisa acadêmica; Hellen Cristina Queiroz.

Aos amigos que enquanto testemunhas do trabalho das CEB's, sempre motivaram nossa pesquisa e dispensaram horas preciosas no debate de idéias fomentadoras do aprofundamento da pesquisa: Oscarina Penha da Silveira, Penha Matheus de Souza e Lílian Ferreira Alves Maurício.

Aos meus amigos do coração que perdoaram a minha ausência e sempre animaram meu espírito nos momentos de dificuldade.

À minha querida família que me apoiou em cada passo desses 2 (dois) anos de pesquisa.

E para finalizar, agradeço de todo coração, àqueles que contribuíram com suas vidas para que as CEB's se transformassem em modelo de mobilização social, digno de ser pesquisado e copiado por muitas gerações.

PAI NOSSO DOS MÁRTIRES

Pai nosso, dos pobres marginalizados!
Pai nosso, dos mártires, dos torturados!

Teu nome é santificado
Naqueles que morrem defendendo a vida!
Teu nome é glorificado quando a justiça é nossa medida.
Teu reino é de Liberdade, da Fraternidade, paz e comunhão.
Maldita toda violência, que devora a vida pela repressão!

Queremos fazer a tua vontade,
És o verdadeiro Deus libertador!
Não vamos seguir as doutrinas corrompidas pelo poder opressor
Pedimos-te o Pão da Vida, o pão da segurança, o pão das multidões.
O pão que traz humanidade, que constrói o homem em vez de
canhões.

Perdoa-nos quando, por medo ficamos calados diante da morte.
Perdoa e destrói os reinos em que a corrupção é a lei mais forte!
Protege-nos da crueldade, do esquadrão da morte, dos prevaletidos!
Pai nosso, revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos! ¹

Padre Zezinho

¹ Letra e música: Padre Zezinho. ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA (Espírito Santo). *Cantai ao Senhor*. 3.ed. Vitória: Comunicação Impressa, 2001.

RESUMO

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) representam um importante momento na vida da Igreja. Essas comunidades, organizadas a partir dos anos sessenta, expressam uma nova maneira de ser Igreja, representando na prática uma tentativa de descentralização e democracia na arcaica estrutura dessa Instituição.

A partir de sua organização em pequenos grupos comunitários, as CEB's articularam com eficiência a relação Fé e Política, constituindo-se num importante movimento organizativo e reivindicatório das classes populares, com papel destacado nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, no contexto da ditadura militar. Na Arquidiocese de Vitória, essas comunidades adquiriram especial destaque, pois antes de seu nascimento, a atuação da Igreja pautava-se pelo apoio aos grupos dominantes.

Nos anos de 1980 a abertura política proporcionou novas formas de participação, ao mesmo tempo em que a Igreja mudava seu direcionamento ideológico. Inicia-se assim uma desarticulação política das CEB's, movida principalmente pelo deslocamento de suas lideranças. Neste trabalho investigamos o nascimento e o desenvolvimento das CEB's sugerindo alguns motivos que levaram a sua desarticulação política.

Palavras-chave: História Social da Igreja, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The Basic Ecclesial Communities (BECs) has an important contribution to the Catholic Church. These communities appear in the 60's and express a 'new way of being catholic', representing with actions a new trying to decentralize the old structure of that institution.

From its organization in small groups, the BECs articulated efficiently the relationship between faith and politics and helped to take place an importation popular movement of organization and claim with remarkable influence on the fights for the democratization of the Brazilian society against the despotism of the military force. In the Church of Vitória, these communities were especially stronger, because, just before the organization of them the rule of the Catholic was nothing but giving total support to the dominant groups.

During the eighties the democratization of Brazilian society open many new ways of participation. The Church began to change its ideology, starting to argue that each part of society has its own responsibility in it. The Church become again only a spiritual home and all the politic movements left the institution. In this work we describe the birth, the development and the regress to spiritual issues as a priority in the BECs.

Keywords: Church Social History, Basic Ecclesial Communities (BECs), Social Movement.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Capela da Comunidade Imaculada Conceição – 1979	167
Fotografia 2 – Capela da Comunidade Imaculada Conceição – 2007	167
Fotografia 3 – Altar da Comunidade Imaculada Conceição – 1960	168
Fotografia 4 – Altar da Comunidade Imaculada Conceição – 2007	168
Fotografia 5 – Capela da Comunidade Nossa Senhora da Penha – 1956	169
Fotografia 6 – Capela da Comunidade Nossa Senhora da Penha – 2007	169
Fotografia 7 – Capela da Comunidade São Sebastião – 1969	170
Fotografia 8 – Capela da Comunidade São Sebastião – 1975	170
Fotografia 9 – Capela da Comunidade São Sebastião – 2007	171
Fotografia 10 – Centro de Orientação (COS) – 1967	172
Fotografia 11 – Centro de Orientação (COS) – 2007	172
Fotografia 12 – Artigos produzidos no curso de cerâmica do COS – 1969	173
Fotografia 13 – Curso de encadernação realizado no COS – 1969	173
Fotografia 14 – Capela da Comunidade Sant’Ana – 1980	174
Fotografia 15 – Capela da Comunidade Sant’Ana – 2007	174
Fotografia 16 – Capela da Comunidade Nossa Senhora Aparecida – 1986	175
Fotografia 17 – Capela da Comunidade Nossa Senhora Aparecida – 2007	175

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Mapa da arquidiocese de Vitória	176
ANEXO 2 – Cartilha: <i>Os conselhos que a gente quer</i>	177
ANEXO 3 – Cartilha: <i>Direito a Moradia</i>	180
ANEXO 4 – Cartilha: <i>A Igreja e a Crise: subsídios para entender a crise.</i>	183
ANEXO 5 – Carta escrita ao Povo de Deus pela Arquidiocese de Vitória	186
ANEXO 6 – Mapa da Região metropolitana da Grande Vitória	187
ANEXO 7 – Decreto de Constituição da Paróquia	188
ANEXO 8 – Relatório de Pastoral da Irmã Janete	189
ANEXO 9 – Convite para festa de instalação da Paróquia São Francisco de Assis	193
ANEXO 10 – Ata das reuniões de preparação para instalação da paróquia	194
ANEXO 11 – Desenhos de divulgação da inauguração da Paróquia	197
ANEXO 12 - Boletim Informativo dos Grupos de Mulheres, pequeno histórico	198
ANEXO 13 – Boletim informativo, <i>O Tagarela</i>	199
ANEXO 14 – Boletim Informativo dos Grupos de Mulheres, mai/1989	201
ANEXO 15 – Boletim Informativo dos Grupos de Mulheres. Ano 01, nº03, out/1988	202
ANEXO 16 – Boletim Informativo dos Grupos de Mulheres. Ano 01, nº02, jan/1988	204
ANEXO 17 – Cartilha: <i>Missão da Igreja no mundo da política</i>	206

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. DIRECIONAMENTO PASTORAL	15
1.2. DUAS DÉCADAS SINGULARES NAS HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL	16
1.3. FONTES DA PESQUISA	19
1.4. MOVIMENTO SOCIAL E LUTA PELA HEGEMONIA	21
2. DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E DA OPÇÃO PELOS POBRES	26
2.1 DA PLURALIDADE IDEOLÓGICA	29
2.2 O MODERNISMO E O LENTO DESPERTAR DOS CATÓLICOS DIANTE DOS PROBLEMAS SOCIAIS	39
2.3 MILITÂNCIA CATÓLICA NO BRASIL	48
2.4 O CONCÍLIO VATICANO II: INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA POPULAR	56
3. A IGREJA PÓS CONCILIAR NO ESPÍRITO SANTO	66
3.1. A DINAMIZAÇÃO DA RENOVAÇÃO ECLESIAL	73
3.1.1 Como são constituídas essas Comunidades Eclesiais de Base?	79
3.2 A ARQUIDIOCESE SE ORGANIZA PARA A EVANGELIZAÇÃO DAS MASSAS URBANAS	80
3.3 ENCONTRO INTELECTUAIS	84
3.4. GRUPOS ESPECIALIZADOS NA IGREJA POPULAR	88
3.5. MUDANÇAS NA LINHA PRIORITÁRIA DE ATUAÇÃO DA IGREJA	91

4. UMA IGREJA MILITANTE.....	97
4.1. CARIACICA E A URBANIZAÇÃO DESORDENADA DA GRANDE VITÓRIA.....	101
4.2. A URBANIZAÇÃO DO SETOR PORTO DE SANTANA/FLEXAL.....	102
4.2.1 Quem quer Porto de Santana?.....	107
4.3 O NASCIMENTO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NO SETOR PORTO DE SANTANA/FLEXAL.....	108
4.3.1 Comunidade Imaculada Conceição – Porto Novo.....	109
4.3.2 Comunidade Nossa Senhora da Penha – Flexal I.....	115
4.3.3 Comunidade São Sebastião – Morro do Meio.....	120
4.3.4 Comunidade Sant’Ana – Baixada.....	127
4.3.5 Comunidade Nossa Senhora Aparecida.....	129
4.4 PANORAMA GERAL DAS OUTRAS COMUNIDADES FORMADAS ATÉ 1989.....	133
4.4.1 Fundação da Paróquia São Francisco de Assis.....	137
4.5 <i>MULHERES EM AÇÃO</i> NAS CEB’S DO SETOR PORTO SANTANA/FLEXAL.....	138
5. CONCLUSÃO.....	147
6. REFERÊNCIAS.....	158
FOTOGRAFIAS.....	167
ANEXOS.....	176

1. INTRODUÇÃO

“Convocamos os homens de todas as classes a realizarem, no mundo do trabalho, dos negócios e das profissões, as diretivas da doutrina social da Igreja. Fugindo do nivelamento liberticida pregado pelo marxismo, não se caia no egoísmo, na cobiça e na desumana indiferença que caracterizam o capitalismo liberal. Hoje não se pode mais errar nem tergiversar. Pois o caminho está aberto e seguro: é a ‘Mater et Magistra’, código completo de convivência humana, impregnado de vida sobrenatural, ensinando-nos que a justiça e a bondade cristã hão de ‘vencer o espírito de contradição e de dureza, para se conseguir uma valorização mais serena das coisas’.”²

João XXIII

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) constituem-se numa experiência pastoral que nasceu da possibilidade de participação, aberta aos leigos, dentro da estrutura tradicionalmente rígida da Igreja. Essa abertura à participação dos leigos é ponto crucial para entendermos o que aconteceu na Igreja do Brasil nas décadas de 1970 e de 1980, quando as CEB's estavam trabalhando com todo o seu potencial mobilizador.

Quando pensamos em Comunidades Eclesiais de Base, instantaneamente ligamos aos problemas socioeconômicos da América Latina e temos a impressão de que sua concepção ideológica nasce junto com a Teologia da Libertação. Na verdade, essas comunidades são anteriores à sistematização dessa “teologia”. Elas foram organizadas a partir dos anos 60 no interior do país, como grupos de fiéis que se reuniam para fazer estudos bíblicos e orações. Essa prática só foi possível dentro da Igreja Católica com a autorização pré-concedida pelas diretrizes do Concílio Vaticano II, pois até aquele momento, nem a língua vernácula era permitida nos cultos da Igreja. As CEB's representam uma tentativa de descentralização da estrutura da Igreja; iniciativa motivada pela Cúria Romana.

O compromisso social da Igreja ganha forma com as CEB's e com a *“leitura popular da Bíblia”*, que aproximou o texto à realidade local de cada comunidade. Desta prática surgem novas teorias sobre a interpretação do texto sagrado, que foram se lapidando aos poucos, até

² PAPA JOÃO XXIII. *Radiomensagem, Natal de 1961*. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Cadernos da CNBB, n. 1. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 16.

que um de seus vieses mais expressivos se transformou na doutrina conhecida como Teologia da Libertação.

Nossos estudos se concentraram nas CEB's urbanas, mais especificamente as localizadas no município de Cariacica, na região que se transformou em 1989 na Paróquia São Francisco de Assis. Ficam incluídos nessa região os bairros de Porto Santana e Flexal, onde sacerdotes estrangeiros (Padre Geraldo, Padre Bernardo, Padre Gabriel Maire) e algumas irmãs contribuíram de maneira muito especial para o desenvolvimento local.

Na Arquidiocese de Vitória contávamos com a administração do arcebispo Dom João Batista da Mota e Albuquerque (1909-1984)³ e Dom Luiz Fernandes (1926-2003), que foram personagens decisivos na implementação das diretrizes do Vaticano II na pastoral capixaba. Mas a falta de liberdade gerada pelo governo autoritário que se instalou no Brasil após o golpe de 1964 influenciou de maneira significativa a orientação das atividades pastorais que seriam implementadas.

De acordo com Libânio, ao invés deste novo jeito de agir da Igreja, desta nova pastoral ser difundida em todos os campos de atuação e ocupar predominantemente o lugar das pastorais tradicionais, a situação política implantada pelo Regime Militar "*fechou-lhes os canais mais visíveis*".⁴ Isso sem mencionar a resistência de setores conservadores dentro da Igreja, que além de não aplicarem as novas diretrizes vaticanas, apoiavam o governo militar.

Por isso as formas principais dessa pastoral vão realizar-se em pontos individualmente menos perceptíveis e que só impressionaram a própria consciência da Igreja como a atenção do Estado, depois de longo crescimento. Esses pontos eram fundamentalmente as pequenas Comunidades Eclesiais de Base, situadas nas áreas rurais e posteriormente nas imensas periferias das cidades. Elas são, portanto, a expressão de uma nova pastoral.⁵

³ "No dia 17 de agosto de 1957, uma grande comitiva saiu do Rio de Janeiro com destino a Vitória acompanhando Dom João Batista da Mota e Albuquerque, que vinha tomar posse como o sexto bispo do Espírito Santo". Sobre a chegada de Dom João em Vitória ver: DANIEL, Sandra.GURGEL, Antonio de Pádua (cor) . *Dom João Batista da Mota e Albuquerque*. Vitória: Contexto, 2005. p. 19-20.

⁴ LIBANIO, 1982. p. 95-96.

⁵ *Ibidem*, p. 96.

1.1 DIRECIONAMENTO PASTORAL

De acordo com João Batista Libânio⁶, as Comunidades Eclesiais de Base são guiadas por uma pastoral, denominada Libertadora. Antes de continuar, gostaríamos de esclarecer o termo *pastoral*: “*Pastoral é o agir da Igreja no mundo*”⁷, ou seja, é a face prática da Igreja; corresponde neste sentido as suas ações no mundo temporal. Esse conceito demonstra que a palavra pastoral pode assumir significados distintos dependendo do momento na história da Igreja.

Isto se deve ao fato de estarmos estudando uma instituição heterogênea, que se manifestou de maneiras diferentes, muitas vezes contraditórias, a respeito dos acontecimentos de seu tempo. Gramsci faz uma análise da diversidade ideológica que encontramos dentro das religiões (principalmente as universalistas) e esclarece que seu interesse em abraçar todo o corpo social e evitar a fragmentação em Igrejas nacionais, produz dentro delas uma multidão de religiões distintas, freqüentemente contraditórias. A força das religiões consiste na capacidade de união doutrinária de toda a massa religiosa e por isso é difícil manter os estratos intelectualmente superiores unidos aos inferiores, para tanto é permitido algumas individualidades nas correntes de pensamento que permeiam a Igreja.⁸

Até meados do século XX era difícil imaginar que a Igreja Católica do Brasil se tornaria a mais progressista do mundo, mas durante um certo período da nossa história foi exatamente o que aconteceu. Na nossa pesquisa investigamos aspectos da ideologia das CEB's que nos revelaram os motivos desse direcionamento.

Parafrazeando Clifford Geertz, em sua obra, *O saber local*, onde ele afirma que: “[...] *o que é importante é descobrir que diabos eles acham que estão fazendo*”.⁹ Apropriamo-nos da expressão para perguntar historicamente “*que diabos o povo das CEB's achava que estava fazendo, e o que realmente fizeram*”.

O número de obras referentes às Comunidades Eclesiais de Base e à Teologia da Libertação é muito grande.¹⁰ As CEB's eram consideradas “*um novo jeito de ser Igreja*”, e ganharam fama

⁶ LIBANIO, João Batista. *O que é Pastoral*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 84, 93, 97.

⁷ *Ibidem*, p. 11.

⁸ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 99.

⁹ GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 89.

¹⁰ Neste sentido ver: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEB's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988. ANDRADE, Willian César de. *O código genético das CEB's*. São Leopoldo, RS:

internacional por articular de maneira muito especial a fé e a política. Elas contribuíram muito na organização das classes populares, principalmente nas lutas pela democratização do país e naquelas referentes à aquisição de bens de consumo coletivo.

A maioria das obras a seu respeito foi publicada na década de 80, no intuito de explicar ou divulgar essa nova pastoral da Igreja. As CEB's foram muito estudadas segundo perspectivas sociológicas escritas no calor dos acontecimentos. Estamos interessados em debater o nascimento, desenvolvimento e desarticulação política das CEB's sob uma perspectiva histórica.

Poucas obras recentes foram encontradas sobre a história das CEB's, que embora tenham perdido visibilidade e articulação política, continuam presentes na Igreja. O que nos faz refletir sobre o porquê de elas não encontrarem mais espaço para atuar articulando fé e política. Será que encontraram um “*novo jeito de ser CEB's*”?

De qualquer forma, não podemos afirmar que nosso objeto de pesquisa foi pouco explorado. Entretanto, percebemos a ausência de uma exploração mais específica e mais aprofundada das relações de poder que norteavam as atividades pastorais.

1.2. DUAS DÉCADAS SINGULARES NA HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL

A conjuntura política e econômica da década de 1970 foi decisiva no direcionamento ideológico adotado pelas CEB's, que nesta época começavam a nascer nos centros urbanos. A falta de liberdade individual, combinada às grandes desigualdades sociais provocadas pela rápida urbanização da região da Grande Vitória foram decisivas para o sucesso de uma teologia da libertação nas comunidades eclesiais.

Oikos, 2005. DOIMO, Ana Maria. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1984. BARREIRO, Álvaro. *Comunidades Eclesiais de base e evangelização dos pobres*. São Paulo: Loyola, 1977. FERNANDES, Luiz. *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984. SOARES, Paulo Célio. *CEB's: A construção de uma nova maneira de ser Igreja. O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. 2001. BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001. MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Percebemos que de acordo com o direcionamento da Igreja, pequenas comunidades eclesiais nasceriam motivadas pelas necessidades de organização administrativa, independentemente da conjuntura descrita acima, mas é difícil imaginar que tipo de pastoral teria sido adotada pelas comunidades eclesiais em outra conjuntura política. O momento de crise, no qual os direitos humanos eram desrespeitados, motivava a união do episcopado brasileiro contra a repressão.

Na Arquidiocese de Vitória, os órgãos colegiados de tomada de decisão estavam sendo criados nesta época. Em maio de 1973, foi criado o Conselho de Pastoral da Arquidiocese de Vitória (Copav), o primeiro grupo a reunir: bispos, padres, religiosos e leigos. Os leigos nunca haviam participado de conselhos deliberativos de decisões que vinculariam todos os fiéis da arquidiocese.¹¹

Em fins de 1973, Frei Betto foi libertado da prisão, onde ficou detido por quatro anos. Veio morar no Espírito Santo em fevereiro de 1974, com os franciscanos de Vila Velha, e passou a trabalhar ativamente ao lado do arcebispo Dom João Batista e de seu bispo auxiliar Dom Luiz Fernandes na implementação das CEB's na Grande Vitória. A presença de Frei Betto no Espírito Santo marca os trabalhos de renovação da pastoral urbana capixaba.

Nesta época as comunidades eclesiais da região de Porto Santana e Flexal passam a fazer parte da paróquia São João Batista, vinculadas à matriz de Cariacica-Sede. Elas formam dentro da divisão geográfica eclesial o *Setor Porto Santana/Flexal*. As CEB's estão começando a nascer sob o direcionamento da irmã Janete Monjardim, padre José do Carmo e do padre Geraldo. O trabalho será encaminhado a partir de 1975 pelo padre Bernardo e posteriormente pelo padre Gabriel Maire.

Em 27 de abril de 1984, já enfraquecido e doente, morre Dom João Batista da Mota e Albuquerque, marcando o fim de um posicionamento pastoral extremamente ligado à Teologia da Libertação. A Arquidiocese de Vitória, sob a direção do novo arcebispo Dom Silvestre Luis Scandian, inicia uma grande avaliação que envolveu toda a arquidiocese nos anos de 1984 a 1987.

A Grande Avaliação visava desenhar um retrato da Igreja da época para poder definir os caminhos da década seguinte. Essa avaliação desenhou uma Igreja dividida, na qual podia-se

¹¹ GURGEL, Antonio de Pádua (org). *Dom João Batista da Motta e Albuquerque*. Vitória: Contexto. 2005. p. 67.

encontrar movimentos apostólicos que não estavam totalmente de acordo com as opções pastorais das CEB's, gerando tensões internas.

O período seguinte é marcado pela desarticulação política das CEB's do Setor Porto de Santana/Flexal. A Santa Sé busca um direcionamento com ênfase na espiritualidade do indivíduo e começa a se declarar abertamente contrária à Teologia da Libertação. A reação da Igreja com o tempo acaba mudando o perfil das CEB's, que hoje são chamadas de Comunidades Eclesiais.

A promulgação da Constituição Federal em 1988 marca uma mudança profunda nos trabalhos das CEB's dentro da sociedade civil, que já vinha sofrendo alterações desde o início da abertura política. Todos os direitos até então reivindicados, entre eles a liberdade de associação, passam a estar garantidos na Carta Magna. O que gerou a necessidade de institucionalização dos grupos organizados para que pudessem trabalhar em prol de seus objetivos.

A nova Constituição marcou o nascimento de um Estado democrático de direito, como ficou explícito em seu preâmbulo.¹² Para poderem trabalhar com mais autonomia, muitos grupos da Igreja se transformam em associações independentes dela, já que desde o início dos anos 80 ela não se mostrava mais tão receptiva a ações políticas diretas. Assistimos a partir daí à culminância de um processo que ficou conhecido como “despolitização” das CEB's.

No meio deste processo transformador da pastoral das CEB's, um grande anseio delas no Setor Porto Santa/Flexal é alcançado em 1989: o setor é transformado em paróquia, situação que proporciona maior autonomia para a região. A nova paróquia passa a se chamar São Francisco de Assis.

O grande líder das CEB's de Cariacica nestes anos, padre Gabriel Maire, sofre muitas ameaças anônimas de morte, e em 23 de dezembro de 1989, ele é assassinado. As circunstâncias que envolveram sua morte são cheias de especulações, mas a investigação policial concluiu que ele foi vítima de um latrocínio.

¹² “Nós representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da república Federativa do Brasil.” BRASIL, Constituição Federal: coletânea de legislação administrativa. MEDAUAR, Odete (org); obra coletiva de autoria da Revista dos Tribunais. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

Para as comunidades de Porto de Santana/Flexal, o ano de 1989 serve como marco final de um tipo de “*reforma*” da Igreja capixaba que foi aos poucos diminuindo a autonomia das CEB’s, favorecendo o nascimento de associações independentes e fortalecendo movimentos ligados à mística da Igreja.

1.3 FONTES DA PESQUISA

As produções historiográficas que abordam a trajetória da Doutrina Social da Igreja são as fontes que utilizamos majoritariamente no primeiro capítulo, no intuito de demonstrar a influência das bases da Igreja na construção de sua Doutrina Social. Neste capítulo abordamos o processo que levou à aproximação da Igreja com o mundo moderno e a fez optar pelos pobres.

As CEB’s não são uma iniciativa espontânea da Igreja no Brasil, sua criação é o resultado de muitos anos de um lento desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja e de sua aproximação com a contemporaneidade. A história da Igreja Católica na Europa, já no século XIX, está repleta de exemplos de intelectuais que viam a necessidade de descentralização da Igreja como a única maneira de cumprir sua missão e evitar seu isolamento. Algumas fontes primárias também são utilizadas neste capítulo, como os documentos produzidos pela própria Igreja a respeito de sua linha doutrinária: encíclicas e documentos da CNBB.

As fontes secundárias serão utilizadas freqüentemente no segundo capítulo, pois utilizamos as entrevistas compiladas nas obras organizadas por Antônio de Pádua Gurgel, intituladas *Dom João Batista da Mota e Albuquerque*, *Dom Luiz Gonzaga Fernandes* e *A Comissão Justiça e Paz no Espírito Santo*.

Neste segundo capítulo tratamos diretamente da pastoral prioritária da Arquidiocese de Vitória após o Concílio Vaticano II, ou seja, do nascimento das Comunidades Eclesiais de Base no Espírito Santo.

Muitos documentos produzidos pela CNBB, neste período, sinalizam que a Igreja no Brasil abraçava a opção pelos pobres proposta por João XXIII. E várias cartilhas produzidas pela arquidiocese demonstram o quanto engajados nesta opção estavam os dirigentes da Igreja de Vitória. A partir de cartilhas como *Os Conselhos que a gente quer*, *Direito à moradia* e *A*

Igreja e a Crise: subsídios para entender a crise; descrevemos como a arquidiocese se preparou para evangelizar as massas de migrantes que chegavam na Grande Vitória atraídos pela industrialização da região. Concluímos o capítulo apontando indícios da mudança de direcionamento nas prioridades da Igreja mundial na década de 1980, apontando sua influência na Arquidiocese de Vitória, através dos discursos do Papa João Paulo II e do deslocamento de lideranças locais.

O capítulo três é repleto de fontes primárias, pois nele descrevemos o nascimento das CEB's no Setor Porto de Santana/Flexal através das memórias dos moradores mais antigos e dos registros encontrados no livro de Tombo da Paróquia e em atas das comunidades.

Também analisamos o trabalho realizado dentro das CEB's através dos boletins produzidos pelo Grupo de Mulheres do Setor. Este boletim comunicava todas as ações planejadas e interligava os grupos de mulheres de todas as comunidades, viabilizando sua comunicação. Produzido pelas próprias participantes do grupo, é um excelente meio de averiguação das atividades realizadas por elas e da doutrina que as conduzia. Concluímos o terceiro capítulo com uma análise da ideologia que movia a ação do povo das CEB's, a influência dos intelectuais nesse processo e apontamos alguns dos motivos que levaram a sua desarticulação política.

As fontes secundárias e algumas cartilhas utilizadas podem ser encontradas no Centro de Documentação e Informação Dom Luiz Gonzaga Fernandes, na Mitra Arquidiocesana; inclusive todos os exemplares do folhetim *Caminhada*, que ditava os passos de cada celebração das CEB's. Outras cartilhas foram adquiridas do acervo particular do professor da Universidade Federal do Espírito Santo Maurício Abdalla Guerrieri.

O livro de Tombo, ata de fundação da paróquia e outros documentos oficiais podem ser encontrados na Administração Paroquial, que fica nos fundos da Igreja de Santana, em Porto de Santana, pois a paróquia São Francisco de Assis não possui matriz.

Enquanto aos boletins do Grupo de Mulheres, estes podem ser encontrados no acervo da Associação *Padre Gabriel Maire em defesa da vida*, localizado até o momento numa sala da Comunidade Imaculada Conceição, em Porto Novo.

Os trabalhos sociológicos e teológicos que abordam a problemática das CEB's e da Teologia da Libertação também são fontes da pesquisa, na medida em que descrevem uma ideologia que será contraposta a real prática das CEB's.

A grande dificuldade na tarefa de pesquisar as fontes locais é que infelizmente esses arquivos não estão catalogados, a maioria se encontra dividida em pastas avulsas nos armários das CEB's sem referencia ao conteúdo.

Felizmente, em sua maioria eles possuem datas e o nome da comunidade que os produziu, o que facilita a divisão do material. Outra dificuldade decorre do fato de não existirem publicações, artigos e obras que retratem a história desse movimento em Cariacica.

Algumas notícias publicadas nos jornais A Gazeta e A Tribuna são mencionadas no início do quarto capítulo só para ilustrar o processo de urbanização da região.

O jornal local *Correio Popular* serviu como fonte primária para descrição dos acontecimentos políticos do município, pois não encontramos nenhum registro sobre as administrações das décadas de 1970 e 1980 na Prefeitura de Cariacica.

1.4 MOVIMENTO SOCIAL E LUTA PELA HEGEMONIA

Movimento social – o próprio nome ilumina as grandes dificuldades de teorização ao seu respeito, pois sendo um “movimento”, é tão flexível como mutável e deixa os teóricos sempre para trás na corrida da construção de um paradigma que atenda todas as suas múltiplas faces.

No *Dicionário de Política* de Bobbio, Gianfranco Pasquino introduz o assunto, chamado-o de “tema fascinante e controverso” e afirma que embora ocupe um lugar de destaque na teoria e na reflexão sociológica “[...] não foi elaborada até hoje uma teoria totalmente abrangente e inteiramente satisfatória da problemática em exame”.¹³ Na obra de Ana Maria Doimo *A vez e a voz do popular*,¹⁴ os movimentos sociais são chamados de “categoria controvertida” e a autora afirma que é “[...] impossível utilizá-la do ponto de vista teórico, sem que o pensamento se perca num emaranhado de significados que a ela foram aderindo ao longo do tempo”.

Maria da Gloria Gohn, em sua obra *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, inicia a apresentação do tema chamando atenção para cinco grandes

¹³ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, 1991, p. 787.

¹⁴ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 37.

questões que permanecem na produção acadêmica, como lacunas ou como problemas não resolvidos:

1. *O próprio conceito de movimento social: afinal o que são esses movimentos?*
2. *O que os qualificam como novos?*
3. *O que os distinguem de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs?*
4. *O que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza?*
5. *Qual o papel dos movimentos sociais neste final de século?*¹⁵

Na obra supra citada, Gohn apresenta ao leitor todos os paradigmas relevantes, clássicos e contemporâneos sobre movimentos sociais, numa explanação exaustiva de inúmeras possibilidades fenomênicas que ficaram conhecidas como movimento social. O emaranhado de conceitos sempre se mostra suficiente para o estudo de um caso específico e não para uma análise que abranja o estudo dos movimentos sociais como um todo. Podemos notar que o conceito utilizado por alguns autores se confunde com a descrição do próprio movimento que estão pesquisando, ou os quais tiveram chance de vivenciar em sua realidade local.

Conceituar movimento social, portanto, ainda é uma tarefa árdua para os teóricos das ciências sociais. Há sim, os que construíram conceitos fechados sobre o tema, como Manuel Castells, que desenvolveu o conceito de Movimento Social Urbano, com categorias extremamente úteis para o entendimento dos movimentos sociais mais frequentes nas cidades brasileiras nas décadas de 70 e 80.

Para ele, os Movimentos Sociais Urbanos podem ser definidos como sistema de práticas sociais que confrontam a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana.¹⁶ Mas o que seria problemática urbana? Quando fala de problemas urbanos, ele se refere a toda uma série de atos e situações da vida cotidiana cujo desenvolvimento e características dependem estritamente da organização social geral. Efetivamente, em um primeiro nível se trata das condições de vida da população, do acesso aos serviços coletivos (escolas, hospitais, áreas de lazer etc.) e mais uma gama de problemas que vão desde as condições de segurança dos trabalhadores até o conteúdo das atividades culturais dos centros de jovens, reprodutores da ideologia dominante. Para ele não se trata de fenômenos característicos de uma civilização em crise. Constituem um processo social

¹⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4. ed. São Paulo: Loyola. 2004. p. 11.

¹⁶ CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. 4. ed. México: Siglo Veintiuno, 1977. p. 03.

estruturado cuja lógica e unidade emanam do desenvolvimento progressivo de novas contradições sociais nas sociedades capitalistas.¹⁷

As demandas dos Movimentos Sociais Urbanos de CASTELLS são as demandas verificadas nas reivindicações das CEB's, por isso sua teoria nos ajuda a entender como suas reivindicações se articulam ao contexto mais amplo da luta de classe.

Os Movimentos Sociais Urbanos também são chamados de Movimentos Cívicos ou de cidadãos, por trazerem em seu bojo a problemática da cidadania. O quadro metodológico de análise dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) consiste em entendê-los a partir da determinação estrutural do problema que encerram (ou reivindicam). Isto implica captar nos movimentos suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado.

Esse método foi utilizado em inúmeros estudos de fenômenos sociais ocorridos no Brasil como forma de comprovação de que se tratava de fato, de um Movimento Social.¹⁸ Como o nosso recorte abrange somente as CEB's urbanas, utilizamos as categorias de Castells para analisar a natureza das CEB's num determinado período, sem perder de vista a sua relação institucional com a Igreja.

As CEB's reuniam todo tipo de interessados, não importando o sexo, a classe social, o grau de escolaridade e muitas vezes nem a profissão de fé, pois em vários momentos se declarava ecumênica na realização de suas lutas políticas cotidianas. Todos se reuniam em prol de reivindicações sociais que movimentaram o cenário político dos anos 70 e 80. Vários estudos sociais desta época apontam as Comunidades Eclesiais de Base como berço dos movimentos sociais mais diversos. As CEB's declaram-se literalmente em seus documentos oficiais como "*escola de compromisso e participação*".¹⁹

Segundo Antônio Gramsci, a luta pela hegemonia está diretamente relacionada ao controle da direção ideológica. Quando as CEB's se denominam *escolas de compromisso e participação*, temos um projeto pedagógico em andamento que visa à conscientização política, ou seja, a educação de uma direção interpretativa dos fatos sociais que envolvem seus membros.

¹⁷ CASTELLS, 1977, p. 05.

¹⁸ Um exemplo capixaba desta influência de Castells é o trabalho de Ana Maria Doimo e Geert A. Bank, denominado *Entre a utopia e a estratégia: um estudo de caso de um Movimento Social Urbano*, publicado em 1989. Ele demonstra claramente a necessidade de adequação ao conceito de Castells para que o movimento organizado pelas associações de moradores da região de São Pedro fosse considerado um Movimento Social Urbano.

¹⁹ ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA (Espírito Santo). *Missão da Igreja no mundo da Política*. Vitória, 1988, p. 28.

Gramsci entende hegemonia como “*direção intelectual*”. Para ele, a luta pela emancipação política do proletariado não se coloca apenas no campo econômico, mas também nas condições de subalternidade intelectual às quais estiveram submetidas as classes trabalhadoras, o que torna necessário o encaminhamento de um novo projeto cultural capaz de propiciar o desenvolvimento de uma vontade social, de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe dominante.²⁰

A Hegemonia é escolhida como a categoria que permitirá resolver as contradições fundamentais existentes na superestrutura, tanto referentes aos dominantes, quanto referentes aos dominados, o que significa admitir que a mudança social é um processo gradual: a tomada do poder por uma nova classe deve ser precedida de um processo de transformação da sociedade civil, em seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra-hegemonia.

Antonio Tavares de Jesus, em sua obra *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*, esclarece: “*Manter ou modificar a superestrutura implicará o exercício da hegemonia, onde a função educativa se torna importante e imprescindível. Falar em hegemonia implica simultaneamente as questões da educação e cultura e da sociedade civil em sua relação principal com a sociedade política ou o Estado*”.²¹

A hegemonia, se é capacidade de direção cultural ou ideológica de uma classe sobre o conjunto da sociedade, é também uma relação de dominação entre dirigentes e dirigidos, responsável pela formação de um grupo orgânico e coeso em torno de princípios e necessidades defendidos pela classe dominante.

Neste sentido, o pensamento do autor é de extrema importância para entendermos o papel da educação realizada nas CEB's, pois sua vontade revolucionária está baseada no desenvolvimento de uma nova consciência política.

As bases da Igreja na Europa foram as primeiras a sentir a necessidade de uma nova consciência política para garantir harmonia social. O processo de aproximação da Igreja aos pobres está estritamente relacionado ao processo de reconhecimento de direitos das classes trabalhadoras e da aproximação da Igreja com o Movimento Operário Europeu. Mas somente depois de enfrentar graves crises internas e de um longo amadurecimento, uma nova posição política da Igreja chegaria à América Latina, onde se ligou fortemente ao combate às injustiças sociais, tornando-se assim, inspiração para o florescer de ideais e doutrinas

²⁰ *Ibidem*, p. 28.

²¹ JESUS, 1989, p. 18.

revolucionárias, que transformaram parte da Igreja na América Latina, num modelo de gestão democrática e participação popular que veio a surpreender a própria cúpula eclesial.

Os autores marxistas raramente se interrogaram sobre as condições de formação e de distribuição das opiniões religiosas. Gramsci é uma exceção. As circunstâncias da época em que viveu levaram-no a estudar a questão religiosa.²² No curso de alguns anos, durante os quais Gramsci tem responsabilidades no seio do partido comunista italiano, a Igreja começa a tentar uma aproximação ao mundo operário com o Partido Popular Italiano do padre Luigi Sturzo. Depois, num segundo tempo, ela se une ao fascismo com a conclusão dos acordos do Tratado de Latrão de 1929. Durante esse período, Gramsci tem a oportunidade de medir o papel considerável da Igreja na sociedade civil e particularmente entre o homem do campo.

O militante Gramsci, depois secretário geral do Partido Comunista Italiano (PCI), jamais subestima a importância do problema. Recusando o anticlericalismo sumário, Gramsci trava um combate ideológico contra a Igreja, ao mesmo tempo em que estende as mãos às classes sociais sujeitas ao seu império. Preconiza a aproximação com a ala de esquerda do Partido Popular cuja evolução observa atentamente.²³ Interrogando-se sobre o papel dos clérigos na sociedade, ele esclarece a noção de intelectual, isto é, o produtor de ideologia, e nos ajudará a entender o papel que esses intelectuais exerceram dentro das CEB's.

²² PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. 1984. p. 11-12.

²³ PORTELLI, 1984, p.12.

2 DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E DA OPÇÃO PELOS POBRES

“A política moderna vê o pobre apenas como uma máquina de trabalho que deve ser aproveitada ao máximo num prazo determinado. Vereis logo a que excesso pode levar o desprezo do homem. Esses homens são livres? Não, essas vítimas do infortúnio não são livres. A terrível dominação que exercestes sobre eles é uma prova cabal. Suas carências os colocam numa dependência total e fazem deles vossos escravos. Se fôsseis proprietários deles, teríeis interesse de poupá-los um pouco”.

Pe. Lamennais (1782-1854)²⁴

Em maio de 1973 foi criado o Conselho de Pastoral da Arquidiocese de Vitória (Copav), formado por bispos, padres seculares, religiosos e leigos. Pela primeira vez na história da Igreja capixaba, os leigos fizeram parte de um conselho deliberativo de diretrizes da Arquidiocese. Nesta época, com algumas exceções no interior, especialmente na região de Colatina, ainda não havia nos centros urbanos Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).²⁵ Entender essa abertura à participação dos leigos na administração eclesial é essencial para entendermos as origens das CEB's, porque elas eram localmente administradas por leigos com um grau de autonomia nunca antes experimentado pela rígida hierarquia da Igreja.

A abertura da Igreja para a participação dos leigos aconteceu lentamente, num processo que motivou a consolidação da Doutrina Social da Igreja (DSI). No início, a DSI contemplava uma tentativa de posicionar o pensamento católico diante da batalha ideológica que estava em andamento na Europa, entre liberalismo econômico e teoria marxista. Depois, ganha novos enfoques e tenta acertar os passos com o ritmo do mundo contemporâneo. É necessário compreender que a Doutrina Social da Igreja não foi pensada desde o princípio como um sistema orgânico, mas foi se formando pouco a pouco, com progressivos pronunciamentos do magistério sobre temas sociais.²⁶

Parece-nos que a aproximação mais eficaz para dar conta do surgimento de movimentos sociais baseados numa versão *libertadora* da Doutrina Social e de sua expressão teológica é

²⁴ LAMENNAIS. As formas modernas de escravidão (1839). In: ÁVILA, Fernando Bastos de. *Antes de Marx. As raízes do humanismo cristão: textos e comentários*. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. PUC-Rio e Loyola, 2002. p. 51.

²⁵ GURGEL, Antonio de Pádua (cor) . *Dom João Batista da Mota e Albuquerque*. Texto: Sandra Daniel. Vitória: Contexto, 2005, p.67.

²⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 50.

aquela que parte da articulação entre as mudanças internas e externas à Igreja a partir do Concílio Vaticano II (1962 - 1965).

Contudo, a locução *Doutrina Social* remonta a Pio XI (1922 - 1939)²⁷ e designa o *corpus* doutrinal referente à sociedade, que a partir da Encíclica *Rerum Novarum* (1891) do papa Leão XIII (1878 - 1903) se desenvolveu na Igreja por meio do magistério dos romanos pontífices.²⁸

O envolvimento com questões sociais certamente não teve início com a *Rerum Novarum*. A Igreja jamais deixou de se interessar pela sociedade e de ser influenciada por ela, mas sendo uma instituição conservadora pela sua própria natureza dogmática, teve dificuldades em acompanhar simultaneamente as transformações sociais. Assim sendo, se observarmos com cuidado o caminho que levou Leão XIII à *Rerum Novarum*, notaremos que a Igreja vinha sofrendo grandes pressões para se manifestar sobre temas sociopolíticos que agitavam a Europa no final do século XIX.

Dois fenômenos caracterizam a vida no decurso do século XIX e nos primórdios do século XX. De uma parte, assistimos a um imenso progresso técnico, industrial e comercial: primeiro nos países europeus, mais tarde em todos os continentes, com inumeráveis repercussões psicológicas e sociais. De outra parte, o processo da industrialização levou à concentração de imensas riquezas nas mãos de um restrito grupo e ao “*jugo pouco menos que servil imposto por uma exígua minoria de gente riquíssima à infinita multidão de proletários*”.²⁹

As condições de trabalho desses operários eram as piores possíveis. Giacomo Martina, historiador da Igreja e professor na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, descreve o panorama da época em sua obra *A história da Igreja: de Lutero a nossos dias*.

Horários que, no início, chegam a quatorze e dezessete horas, durante as quais o operário deve, via de regra, repetir mecanicamente o mesmo movimento, numa atmosfera física e moralmente nociva; recrutamento indiscriminado de mulheres e crianças, até abaixo dos seis anos; falta de qualquer segurança diante de acidentes e doenças; salários apenas suficientes para manter só o operário, não a família; subalimentação, moradias insalubres e superlotadas nos aglomerados das cidades: eis as condições habituais de vida do proletariado urbano, que Marx, no Capital, e Dickens, em seus romances, retratam com realismo. Escrófula, raquitismo,

²⁷ A expressão aparece pela primeira vez em Pio XI, na *Quadragésimo Anno* (1931). Pio XII, na *Radio* mensagem em comemoração ao 50º aniversário da *Rerum Novarum* (1941), fala de “doutrina social católica”, e na Exortação Apostólica, *Menti Nostrae*, de 23 de setembro de 1950, de “doutrina social da Igreja”. João XXIII conserva as expressões “doutrina social da Igreja”, “doutrina social cristã”, ou ainda “doutrina social católica”, na Encíclica *Mater et Magistra* de 1961 (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2005. p. 59).

²⁸ *Ibidem*, p. 59.

²⁹ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 25-26.

*tuberculose, alta mortalidade infantil alastram-se amplamente nessas massas indefesas, que facilmente procuram esquecer isso no álcool, ou tentam uma evasão através da prostituição, quando não irrompem em rebeliões, destinadas fatalmente ao insucesso. Se são duras as condições da classe operária, a sorte dos camponeses nos países ainda não industrializados não é melhor: a subnutrição – a base de polenta na planície do Pó – multiplica os casos de pelagra ou de outras doenças, enquanto nos casebres, desprotegidos do vento e da chuva, amontoam-se promiscuamente irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas.*³⁰

Neste contexto, os liberais demonstravam ser solícitos defensores do *status quo* e os socialistas no partido e nos sindicatos se organizavam em vista de uma total reviravolta das estruturas existentes. Em geral, os católicos, embora com exceções numerosas, demoraram em tomar consciência da questão social, e entre eles, de acordo com Martina, desenvolveram-se duas tendências, as quais persistiram uma ao lado da outra por mais de um século. A primeira defendia a exortação à resignação, à aceitação da pobreza como forma de remissão dos pecados terrenos; essa era acompanhada de uma ação limitada ao plano caritativo, excluindo o reconhecimento de direitos do operário. A segunda, fortemente impregnada de paternalismo, gradualmente reconhece alguns direitos do operário e aceita a defesa coletiva desses direitos.³¹

Na Itália, a *Questão Romana*³² teve decisiva influência neste sentido, criando dificuldades aos católicos empenhados na questão social e contidos em seus esforços pelo *non expedit*³³ e pela dificuldade de fazer exigências a um poder considerado ilegítimo. Na Alemanha, durou por muito tempo a antipatia pelo Estado prussiano, em poder dos protestantes. Na França, sobretudo no final do século XIX, o legitimismo e as esperanças de restauração monárquica constituíram por muitos anos grandes dificuldades aos deputados católicos.³⁴

Idéias e ações inovadoras desenvolvem-se, sobretudo, na periferia: Roma não oferece obstáculos, mas não encoraja e não dá diretriz; limita-se apenas à condenação negativa quando entende necessário. Trata-se de um fenômeno costumeiro na história da Igreja, no qual a base é a primeira a se movimentar, enquanto o vértice intervém somente mais tarde, para aceitar, negar, modificar e principalmente dirigir.

³⁰ MARTINA, 1997, p. 28.

³¹ *Ibidem*, p. 36.

³² *Questão Romana* é o nome dado à crise que atingiu a relação entre a Igreja e o Estado Italiano no processo de unificação do país, quando as tropas italianas tomaram posse dos Estados Pontifícios e da cidade de Roma em 1870 (GUTIERREZ, 1995, p. 29).

³³ Decreto de Pio IX (1871) que proibia os católicos italianos de participarem das eleições políticas, como eleitores ou como eleitos. Podiam somente participar nas eleições administrativas.

³⁴ MARTINA, 1997, p. 37.

2.1 DA PLURALIDADE IDEOLÓGICA

Podemos observar com facilidade que a Igreja Católica abriga muitos conflitos internos, que envolvem todos os aspectos de sua existência, desde a teologia até a pastoral das comunidades mais humildes. De acordo com Gramsci, isso se deve ao fato de a ideologia não ser um conjunto cultural coerente. Como concepção de mundo, é chamada a se difundir no conjunto do corpo social, compreendendo muitos graus culturais de acordo com os grupos sociais nos quais ela se expande. O mesmo acontece, então, com a religião, que é estudada como uma forma particular de ideologia, na qual podemos encontrar, segundo a definição gramsciana, três elementos constitutivos:

*1) a crença de que existe uma ou mais divindades pessoais que transcendem as condições terrestres temporais; 2) o sentimento dos homens de que dependem destes seres superiores que governam totalmente a vida do cosmo; 3) a existência de um sistema de relações (culto) entre os homens e os deuses.*³⁵

Estes três elementos são necessários para se definir *religião*. Gramsci rejeita as concepções extensivas que consideram como religião toda a ideologia constrangedora ou todo conjunto de tabus sociais.³⁶ Mas, tal como a ideologia, a religião não é um conjunto homogêneo de idéias, pois subdivide-se em “*sub-religiões*”.³⁷

*Toda religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer “superficialmente” unitária, a fim de não se fragmentar em Igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multidão de religiões distintas, freqüentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo.*³⁸

Por isso, é difícil escrever sobre uma instituição tão complexa e heterogênea como a Igreja Católica, com suas divisões e tensões internas. Como afirma Gramsci, nela se cruzam diferentes tendências que têm a ver com a diversidade social, política, cultural e espiritual da sociedade mais ampla em que se insere. Por exemplo: alguém que faz parte de uma pastoral comprometida com lutas sociais, como a Pastoral Operária, tem práticas diferentes de um membro da Renovação Carismática.

³⁵ GRAMSCI, *apud* PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 21.

³⁶ *Ibidem*, p. 22.

³⁷ *Ibidem*, p. 25.

³⁸ *Ibidem*, p. 25.

Além disso, faz-se necessário distinguir entre a Igreja Católica como *instituição*, com suas estruturas de poder eclesiástico, e como *comunidade de fiéis*, formada pelo povo simples e pobre, chamados de “*Povo de Deus*”, para empregar uma expressão do Concílio Vaticano II, muito utilizada pela Teologia da Libertação.

Jean Meyer, fazendo uma análise do conceito de Igreja para a história, estabelece uma explicação que valoriza as bases, explicitando a importância de um estudo da história da Igreja a partir do povo.

*O Vaticano II definiu a Igreja como o Povo de Deus em Peregrinação. No primeiro sentido, Igreja significa junta, ecclesia, synagoga, e de modo algum se limita a uma fachada institucional ou a uma construção cultural. Por isso sua história deve ser a de todos que de uma maneira ou de outra se referem a Cristo. Não pode ser história eclesiástica no sentido de Eusébio de Cesaréia nos fins do século III; também não podemos, porém, nos limitar (como o fazemos muitas vezes) à análise das políticas e dos conflitos eclesiásticos, ou das relações entre a Igreja e o Estado. Estas últimas têm importância, claro, porque afetam todos os aspectos da vida, e por isso certas igrejas rezam todo dia pelo Imperador, pelo presidente, pelo César. Essa perspectiva nos leva à história total; história social dos povos, povos cristãos, povos cristãos em forma majoritária, povos de minorias cristãs dirigentes, de minorias ativamente opositoras, de minorias perseguidas, de maiorias cristãs perseguidas por elites anticristãs ou anticatólicas, ou protestantes.*³⁹

Por conseguinte, Meyer define duas maneiras de estudar a história da Igreja: a primeira dá muita importância às relações entre a Igreja e o Estado, à aliança, à ruptura, à renovação da aliança entre estes dois poderes, sendo a aliança a base do que chamam de cristandade. A segunda tese brota logicamente da primeira: tendo a Igreja de Cristo compromisso com os pobres, leva uma mensagem de libertação, tem uma função profética, o que vincula sua história à história do povo.⁴⁰ Nesse sentido, a história da Igreja seria a história da realização de sua missão libertadora, que abrange a luta do povo por uma vida melhor.

Por isso, nosso primeiro desafio na investigação das Comunidades Eclesiais de Base é exatamente definir quem é o *povo*, ou quem é o *pobre*, pelo qual a Igreja optou.

Dentro de um contexto eclesial, o pobre é aquele sujeito com o qual a Igreja se comprometeu de maneira muito especial na Conferência Episcopal de Medellín, em 1968. Entretanto, essa definição torna o termo por demais genérico.

Os historiadores da I Conferência Geral de História da Igreja na América Latina, realizada pela Comissão de Estudos de História da Igreja (CEHILA), no México, em outubro de 1984,

³⁹ MEYER, Jean. Metodologia para uma História da Igreja na América Latina. In: *Para uma História da Igreja na América Latina, marcos teóricos: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 15.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 14.

num sentido estrutural, definem *pobre* como o dominado dentro de uma totalidade. *Pobre* seria, assim, o escravo do Caribe, o trabalhador de uma fazenda, o camponês assalariado e o operário industrial. Todos que estão estruturalmente incluídos nesta totalidade, caracterizando, desse modo, o *pobre* como aquele explorado em seu salário e em seu trabalho.⁴¹

Ser pobre na América Latina não é ser mendigo, marginal, mas fazer parte de uma classe oprimida. É-se pobre sob os interesses da dominação de classe, e não por desígnios próprios.⁴² Neste sentido, a coletividade dos pobres formaria o *povo*. Usa-se a palavra *povo*, justamente como um conceito comunitário ou coletivo de pobre. Por isso, no presente estudo, o conceito tem conteúdo análogo ao de pobre.⁴³

Enrique Dussel, em *Hipóteses fundamentais da História geral da Igreja na América Latina*, escreve a este respeito:

*As classes oprimidas, os grupos explorados, as etnias de uma nação são parte do povo enquanto comunidade de homens dominados, enquanto interiores ao sistema e por isso produzindo para a totalidade prático-produtiva que os domina. Neste sentido o povo seria aquelas classes dominadas dentro de uma nação sob a coação do Estado.*⁴⁴

Entretanto, é importante ressaltar que este sujeito dominado pelo sistema de produção, chamado *pobre*, não é o único formador das CEB's; são, antes, os oprimidos de todos os gêneros. Superando colocações economicistas, seria preciso lembrar grupos que sofrem postergações diversas, por outras causas culturais como as mulheres e as etnias.

Dentro desta análise dos diferentes conceitos de Igreja, entre outras divergências ideológicas, pertinentes ao catolicismo, encontramos ainda no século XIX, toda uma geração de católicos sociais: cardeais, bispos, sacerdotes e leigos que mediante uma rica reflexão teórica e uma multiforme ação social, iniciaram o processo de reencontro da Igreja com os assalariados urbanos e tornaram possível a formulação da Doutrina Social da Igreja que, no século seguinte, continuou se desenvolvendo rumo ao Segundo Concílio Vaticano.

O Pe. Fernando Bastos de Ávila, em pesquisa realizada em 1965, na biblioteca da residência dos Padres Jesuítas da *Action Populaire*, em Paris, instituição totalmente dedicada ao estudo dos problemas sociais, defende a tese de que a crítica ao capitalismo como sistema global já

⁴¹ DUSSEL, Enrique. *Para uma história da Igreja na América Latina, marcos teóricos: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 52.

⁴² *Ibidem*, p. 52.

⁴³ *Ibidem*, p. 53.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 54.

se consumara antes mesmo da publicação do Manifesto Comunista, pelo que ele chama de Catolicismo Social.⁴⁵ Um bom exemplo da crítica feita ao modelo capitalista é o texto do sacerdote francês Félicité-Robert de La Mennais (1782-1854),⁴⁶ denominado *As formas modernas de escravidão*, publicado em 1839, onde a condição do operário é comparada com a condição do escravo, pela falta de liberdade:

A necessidade de viver torna pois o proletário dependente do capitalista; ela o submete irresistivelmente a ele. O capitalista tem, em sua bolsa, a vida do proletário. Se essa bolsa se fecha, se o salário vem a faltar ao operário, só lhe resta uma alternativa: morrer ou cair na mendicância, que é outra forma de servidão, mais humilhante e mais dura [...].

E que é hoje o proletário para o capitalista? Um instrumento de trabalho. O direito vigente lhe deu alforria. Legalmente livre, com efeito, não é uma propriedade que o empregador possa comprar ou vender. Entretanto, trata-se de uma liberdade puramente fictícia. O corpo não é escravo, mas a vontade, sim. Quem ousará dizer que é realmente livre uma vontade colocada diante deste dilema inelutável: ou a morte horrível, inevitável, ou a aceitação de uma lei arbitrária? O tronco e o azorrague do escravo moderno é a fome.⁴⁷

Por meio deste texto podemos perceber que mesmo antes da difusão da ideologia marxista, estava em processo, dentro da própria tradição cristã, uma reflexão crítica da sociedade capitalista nascida da revolução industrial. E mais ainda, nesta passagem fica clara a necessidade de libertação da classe operária. No decorrer do texto, Lamennais, que era sacerdote, usa passagens do evangelho para justificar a necessidade moral, urgente desta libertação e compara a condição do povo àquela em que vivia o Cristo, afirmando que: “*Se Cristo vivesse entre nós, um sargento de polícia o haveria de prender e um magistrado o meteria na cadeia por vagabundagem, de vez que ‘o Filho do homem não tinha uma pedra onde repousar a cabeça’.*”⁴⁸ Lammenais considera o regime em que vive uma negação aos ensinamentos cristãos:

Após dezoito séculos de cristianismo, vivemos ainda sob um regime pagão. Em nome do soberano Autor de todas as coisas, do Pai Celeste que acolhe a todos os seus filhos, foi proclamada a igualdade, a liberdade, a fraternidade humana. No entanto, por toda parte, reina a desigualdade e a servidão, por toda parte o povo

⁴⁵ O padre Fernando Bastos de Ávila afirma que muitos elementos integrados por Marx em sua síntese, como dados originais, de fato já se encontravam numa corrente de pensamento que “*inundara o espaço cultural europeu*”. De acordo com ele, antes de Marx, pensadores cristãos já conheciam o mecanismo da plus-valia e tinham descoberto, no processo espoliador do capitalismo, a causa secreta da questão social (ÁVILA, 2002, p. 10).

⁴⁶ Ávila (2002, p. 57) explica na mesma página em nota de número 1, que o autor, a partir de 1827, começou a assinar apenas como Lammenais.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 57-58.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 62-63.

*geme sob o peso de uma opressão sacrílega, por toda parte, em lugar de um grande e amável Cristo, vemos erguer-se o espectro de Caim.*⁴⁹

Na citação, Lamennais dá um fundamento teológico às aspirações de melhoria de vida da classe operária e, embora distante no tempo, nos remete aos fundamentos usados pela Teologia da Libertação quando pretende promover a emancipação do indivíduo da tirania do capital. O trecho que descrevo abaixo, escrito em 1839, bem poderia ser atribuído a um dos Teólogos da Libertação. Observe:

*O que o povo quer, o próprio Deus o quer também, por que o Povo deseja a justiça, a ordem essencial e eterna, a realização na humanidade da sublime palavra de Cristo: “Que eles sejam um, meu Pai, como Vós e Eu somos um.” A causa do Povo é pois a causa de Deus. Ela haverá de triunfar.*⁵⁰ (grifo nosso)

Um dos primados básicos da Teologia da Libertação é a construção do Reino de Deus na Terra. Na citação acima, Lamennais introduz essa idéia quando diz que é desejo de Deus que as palavras de Cristo se cumpram *na humanidade*.

É interessante observar que ele usa a palavra povo no sentido de operários ou mesmo de pobres em geral, sentido que a Igreja utilizará com muita freqüência quando se referir ao “*Povo de Deus*”.

Sem querer antecipar a narrativa cronológica que estamos expondo aqui, gostaríamos de esclarecer que desejamos demonstrar a influência que, já no século XIX, as bases da Igreja exerciam sobre a instituição. No mesmo ano de 1848, em que Marx e Engels publicaram o Manifesto Comunista, obtiveram grande repercussão os discursos e as obras de Emanuel von Ketteler (1811 – 1877), que se tornou bispo da Mogúncia em 1850. Ketteler pregou sermões na catedral sobre a questão social, publicados sob o título *As grandes questões sociais de nosso tempo*, e pediu uma intervenção da Igreja nestes assuntos.

Em 1864 – ano em que se fundou a 1ª Internacional Operária, quando completava 14 anos como bispo de Mogúncia, apareceu sua obra mais madura: *O problema dos trabalhadores e o Cristianismo*. Em 1873 publicou obra sobre os católicos no Império Alemão. O historiador

⁴⁹ ÁVILA, 2002. p. 65.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 71.

italiano Giacomo Martina se reporta a ele com admiração e cita trechos de seus discursos, que consideramos relevantes:

*[...] a Igreja tem o direito e o dever de intervir na questão social, porque ela é também uma questão moral: “o famoso dito ‘a propriedade é um roubo’ não é uma simples mentira, porque contém, ao lado de uma grande mentira, uma fecunda verdade [...]; a Igreja consagra o comunismo, enquanto ele fizer dos frutos da propriedade o bem comum de todos”; “O Estado não pode se desinteressar [...] das classes operárias; a teoria do deixar fazer e do deixar passar fracassou [...] O Estado tem uma dupla missão: ajudar os operários a se organizarem [...] e protege-los contra toda exploração injusta.”*⁵¹ (grifo nosso)

Observamos com clareza nos trechos desse discurso proferido em meados do século XIX que alguns católicos, diante da dura realidade social da Europa, percebiam uma aproximação entre ideais comunistas e ideais cristãos. Guido Zagheni, sacerdote, historiador e professor de História da Igreja Moderna e Contemporânea no Instituto Superior de Ciências Religiosas de Milão, afirma que quando Ketteler abordava a origem da questão social, suas idéias se assemelhavam às expostas por Marx no Manifesto de 1848, que eram em geral partilhadas pelo movimento social de inspiração socialista da Alemanha.⁵²

Na Áustria, as idéias de Ketteler foram retomadas e desenvolvidas pelo barão Karl von Vogelsang, um convertido que graças à *Correspondance de Genève*⁵³ exerceu forte influência não só sobre os católicos alemães, mas também sobre os franceses. Na França, os mais abertos se reuniam em torno de La Tour du Pin e de seu amigo Albert de Mun, propagandista e organizador, que, deputado desde 1876, tornou-se no parlamento o porta-voz do movimento social católico e lutou por uma legislação social. Na Itália, desenvolveu-se, depois de 1889 a *União católica para os estudos sociais*. Em Roma, o Pe. Liberatore, jesuíta, publicava os seus *Elementi di economia política* (1889) e o ex-jesuíta Curci e D. Bonomelli publicavam interessantes ensaios sobre o socialismo.

Ainda puderam contar com influências vindas da América do Norte por meio do cardeal Gibbons, que defendeu os *Cavaleiros do Trabalho*, demonstrando a possibilidade de um

⁵¹ Ketteler *apud* MARTINA, 1997, p. 46.

⁵² ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea: curso de História da Igreja IV*. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999. p. 186. Exequiel R. Gutierrez reforça o pensamento de que o maior de todos estes pioneiros foi o alemão Emmanuel von Ketteler, citando Joblin, que afirma que o próprio papa Leão XIII reconhece ter sofrido sua influencia: “(...) sobre ele Leão XIII disse: ‘Nosso grande predecessor; temos aprendido muito com ele’”, *apud* GUTIERREZ, Exequiel Rivas. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. Tradução de Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 17.

⁵³ Um órgão de imprensa singular que publicava o pensamento de intelectuais católicos de vários países, que se propunham a fazer frente às três correntes que ameaçavam o catolicismo: o liberalismo, o socialismo e o nacionalismo. Representava o pensamento mais progressista da Igreja da época e permitiu a difusão do catolicismo social na Europa.

sindicalismo operário cristão. As intervenções do cardeal Manning, autoridade universalmente reconhecida na Inglaterra, a favor dos operários irlandeses residentes naquele país e a obra de D. Mermillod, em torno do qual se juntou, por volta de 1884, a *União de Friburgo*,⁵⁴ que em suas sessões unia num salutar confronto estudiosos franceses, italianos, alemães, austríacos e belgas.⁵⁵

Gutierrez afirma que Karl Marx via os reformistas católicos com desconfiança, pois estes pregavam mudanças nas condições de trabalho sem o “*verdadeiro espírito revolucionário*”, ou seja, sem luta de classes. Em uma carta dirigida a F. Engels, ele lhe confia suas preocupações frente ao avanço do catolicismo social na Alemanha:

“[...] É necessário lutar contra os sacerdotes. Vou atuar nesse sentido através da Internacional. Eles, como por exemplo, o Bispo Ketteler de Mangúncia, os sacerdotes reunidos no congresso em Dusseldorf etc., são simpáticos à questão trabalhista em todos os lugares onde lhes é possível sê-lo. Em 1848 trabalhamos em seu favor. Eles são os únicos que se têm beneficiado durante a restauração dos frutos da revolução.”⁵⁶

Embora as idéias desenvolvidas por esses católicos sociais fossem progressistas para a época, a maioria tendia para o corporativismo, do qual a própria Igreja era o maior exemplo, como solução para os problemas dos trabalhadores. Eles não conseguiam ainda encontrar com facilidade o caminho oportuno com referência ao associacionismo operário, à intervenção estatal e à determinação do justo salário: os três problemas mais discutidos nos anos que precedem a *Rerum Novarum* (1891).⁵⁷ As propostas corporativistas não foram acolhidas por Leão XIII, mas emergiram com força na encíclica *Quadragesimo Anno* do papa Pio XI.

Gramsci, em suas análises sobre o catolicismo social, afirma que a partir do momento em que a questão da pobreza adquiriu uma importância histórica para a Igreja, ou seja, desde que a Igreja teve de enfrentar o problema de conter a chamada “*apostasia das massas*”,⁵⁸ criando uma alternativa cristã ao comunismo através de um sindicalismo católico (operário, porque jamais foi imposto aos empresários dar um caráter confessional a suas organizações sindicais)

⁵⁴ Núcleo chave destes líderes era a União de Friburgo, fundada em 1884, sob a direção do futuro cardeal Mermillod, que viria a ser um conselheiro do papa Leão XIII na formação de um grupo de estudos sobre a questão social e econômica apoiado pelo Vaticano (1881). O grupo se tornou um corpo influente de pensamento social e também de atuação para obter leis sociais.

⁵⁵ MARTINA, 1997, p. 48.

⁵⁶ MARX. In: *Carta a Engels*, 25 de setembro de 1869, Mega III, 4, p. 227, *apud* GUTIERREZ, 1995, p. 19.

⁵⁷ MARTINA, *op. cit.*, p. 48.

⁵⁸ Apostasia é o abandono voluntário e público de uma religião, de um partido ou de uma doutrina. LAROUSSE CULTURAL. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultura, 1992.

as opiniões mais difundidas, tal como resultam das encíclicas e de outros documentos autorizados, podiam ser resumidas nos seguintes pontos:

1) *a propriedade privada, sobretudo a fundiária, é um direito natural, que não pode ser violado nem mesmo através de altos impostos (derivaram deste princípio os programas políticos das tendências democrata-cristãs, no sentido da distribuição da terra aos camponeses mediante indenização, bem como suas doutrinas financeiras);*

2) *Os pobres devem contentar-se com sua sorte, já que as diferenças de classe e a distribuição da riqueza são disposições de Deus e seria ímpio tentar eliminá-las;*

3) *A esmola é um dever cristão e implica a existência da pobreza;*

4) *A questão social é antes de mais nada moral e religiosa, não econômica, devendo ser resolvida através da caridade cristã e dos ditames da moral e do juízo da religião.*⁵⁹

Este era o pensamento hegemônico na Igreja da época, mas entre opiniões divergentes, entendemos que a contribuição dos católicos sociais no processo de amadurecimento deste pensamento da Igreja, foi exatamente a denúncia da “*miséria imerecida*” do proletariado. Eles traziam em seus discursos a idéia de que a miséria não é produto de um fatalismo histórico, nem vontade de Deus, mas produto do sistema econômico capitalista rígido. Entretanto, diferente dos socialistas da época, eles elaboraram a tese de que não é necessário destruir o sistema capitalista mediante a luta de classes e a revolução. Para eles era preciso aproximar as classes sociais e abrir espaços de participação dos trabalhadores por meio de reformas adequadas que humanizariam o sistema.⁶⁰

Qualquer semelhança com o pensamento da Igreja Progressista do Brasil nos anos 70 não é coincidência, é parte da construção histórica do pensamento cristão. Importante ressaltar que essa efervescência ideológica que encontramos dentro da Igreja não é aleatória. Há um eixo criado pelo pensamento religioso hegemônico, no qual se apóiam as formas subalternas deste pensamento. Voltemos a Gramsci para entender como isso funciona. De acordo com ele, a verdadeira ideologia de uma classe que se pretenda hegemônica é a *filosofia*, concepção livre de toda influência na medida em que só toca as camadas superiores desta classe e seus intelectuais. Os outros graus culturais caracterizam-se por sua falta de unidade, como vimos acima no caso da *religião*, seguida pelo *senso comum* e pelo *folclore*. Para Gramsci, essas concepções do mundo não são as das classes fundamentais, mas as dos grupos subalternos. O folclore, por exemplo, é característico da automatização destes grupos; sendo o grau mais

⁵⁹ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 153.

⁶⁰ GUTIERREZ, 1995, p. 18.

baixo da ideologia, ele constitui uma concepção do mundo primitiva e totalmente heterogênea⁶¹.

O folclore, concepção do mundo das classes subalternas, e a filosofia, “ordem intelectual” das classes fundamentais, são os dois extremos da ideologia. As concepções do mundo mais difundidas no corpo social são efetivamente, o senso comum e a religião; o senso comum é definido por Gramsci como um conjunto cultural que se apóia ao mesmo tempo no folclore e na filosofia. O senso comum é o folclore da filosofia, e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito e a filosofia. “*Esta incoerência do senso comum, como do folclore, é a consequência ideológica da situação econômica e política dos grupos subalternos cuja característica essencial é a ausência, em todos os níveis, de hegemonia face ao sistema hegemônico da classe fundamental.*”⁶²

Esta heterogeneidade social e ideológica explica que no interior de uma mesma religião se possa distinguir uma *filosofia*, um *folclore* e um *senso comum*. Se considerarmos o catolicismo: a *teologia* aparecerá como a filosofia da religião, a concepção da hierarquia eclesiástica, dos intelectuais religiosos. Inversamente, Gramsci sublinha a existência de uma “*religião do povo*”, particularmente nos países católicos e ortodoxos, muito diversa daquela organicamente sistematizada pela hierarquia.⁶³ Mesmo nas CEB’s podemos observar diferentes tipos de ideologia. Da Teologia da Libertação às passeatas por pavimentação, há em muitos casos uma filosofia religiosa guiando os sacerdotes e teólogos, um senso comum guiando os leigos militantes e um folclore (práxis automatizada) guiando o restante dos fiéis que por ali se reuniam para rezar.

Mas antes de passarmos aos posteriores marcos da Doutrina Social da Igreja que nos levará a entender o processo de formação da “*ideologia*” das CEB’s, cabe ressaltar como funcionava a pastoral católica no Brasil deste contexto.

Durante o pontificado de Leão XIII, realizou-se em Roma o Concílio Plenário dos Bispos da América Latina. Enquanto na Europa os católicos sociais se movimentavam em debates progressistas, a Igreja no Brasil era conduzida de maneira conservadora a fim de que fosse fortalecido o controle da Cúria Romana. A sessão inaugural foi celebrada na capela do Colégio Pio Latino Americano, em 28-5-1899. Compareceram ao concílio treze arcebispos e quarenta bispos, dentre os quais onze do Brasil. Como o objetivo principal era alinhar a Igreja

⁶¹ PORTELLI, 1984, p. 24.

⁶² PORTELLI, 1984, p. 25.

⁶³ *Ibidem*, p. 26.

da América Latina às diretrizes romanas, incentiva-se maior aproximação à Santa Sé, com ênfase nos aspectos normativos da organização eclesiástica. Em curso no Brasil desde meados do século XIX, a Romanização⁶⁴ é reforçada como expressão da europeização do catolicismo, através da afluência de numerosas congregações religiosas do Velho Mundo.⁶⁵ Portanto, na medida em que o pensamento moderno penetrava o país e a idéia de um estado republicano e laico se consolidava, a pastoral tradicional forçava ainda mais o pólo da ortodoxia da doutrina, em tom de defesa.⁶⁶

Embora imersa nesta corrente de apoio a governos centralizados e apoiando a monarquia no Brasil, a Igreja Católica como instituição internacional, em meio ao debate sobre a melhor forma de governo, se viu obrigada a flexibilizar as formas de governo que considerava legítima. Com uma boa dose de pragmatismo, Leão XIII solicitou aos seus fiéis que apoiassem a República Francesa, enquanto que na Itália mantinha o *non expedit*.⁶⁷ E apesar de suas preferências, deixou anotado um princípio clássico na Doutrina Social da Igreja: “*Os homens são livres para escolher a forma de governo que lhes agrada, desde que estejam salvas a justiça e a exigência do bem comum.*”⁶⁸ Esse princípio foi mais significativo para a evolução da Doutrina Social da Igreja do que qualquer outro proferido pelos dois Papas que o seguiram.

⁶⁴ Em meados do século XIX, assistimos a uma crescente centralização tanto na Igreja como na política interna do Brasil. O fenômeno verifica-se na Igreja universal com o governo de Pio IX (1846-1878). Papa que teve o mais longo pontificado até hoje. Este período é caracterizado por uma decidida contra-ofensiva às tendências liberais e laicizantes da época. Roma toma a liderança do movimento, empenhando-se na restauração dos sagrados valores tradicionais. A centralização romana torna-se um poderoso instrumento na arregimentação de todas as forças eclesiásticas, colocando-as rigorosamente em uma linha de combate aos chamados “perversos avanços da modernidade”. É interessante notar que nossos bispos presentes no Concílio Vaticano I (1869 – 1870) apóiam integralmente o dogma da infalibilidade papal e, de volta ao Brasil, dirigem, através de Dom Pedro II, um solene protesto (2/2/1871) contra a usurpação das terras pontifícias. O foco de atuação dos bispos reformadores no Brasil era a moralização do clero antigo e a formação dos novos padres. Ver: MATOS, 2002, p. 73-75.

⁶⁵ MATOS, 2003, p. 31.

⁶⁶ LIBANIO, 1982, p. 49.

⁶⁷ GUTIERREZ, 1995, p. 23.

⁶⁸ Encíclica *Immortale Dei*, n. 2, de 1º de novembro de 1885, *apud Ibidem*, p. 23.

2.2 O MODERNISMO E O LENTO DESPERTAR DOS CATÓLICOS DIANTE DOS PROBLEMAS SOCIAIS.

A maioria dos autores que tratam da Doutrina Social da Igreja passa direto da análise da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, para a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, como se nada importante para o desenvolvimento da doutrina tivesse acontecido entre essas duas encíclicas.

Isto se deve ao caráter conservador, até protecionista do papado de Pio X (1903 – 1914) e Bento XV (1914 – 1922). No início do século XX a Europa assiste a um grande conjunto de transformações em todos os domínios das atividades humanas. Desenvolvimento científico e tecnológico, lutas sociais, guerra mundial, revolução comunista; tudo isso forma o cenário em que surge o pensamento **modernista**. Essa corrente de pensamento foi marcada pelo questionamento das verdades ditas absolutas, modificando o homem e o seu modo de entender o mundo.

O modernismo religioso surgiu nos ambientes universitários europeus. Foi uma corrente de pensamento de tendência liberal que agitou a Igreja no período entre 1890 e aproximadamente 1914. Sem chegar a formar um movimento organizado, algumas personalidades de destaque refinaram uma tendência cultural atenta à modernidade e aos problemas sociais, com o objetivo de abrir o cristianismo às exigências filosóficas e históricas do mundo moderno. Para realizar concretamente este encontro com o mundo, as novas idéias amadurecidas na pesquisa histórica, filosófica e arqueológica, foram aplicadas à Sagrada Escritura.⁶⁹

Os estudos históricos bíblicos apresentaram grandes progressos, sobretudo por obra dos historiadores alemães, em sua maioria protestantes e racionalistas, que colocavam em discussão muitos dados tradicionais da doutrina católica como: a interpretação do Gênesis, a composição do Pentateuco, a origem do Livro de Isaias e até o valor histórico dos livros do Novo Testamento. As dúvidas acabavam se estendendo à própria divindade de Jesus e à natureza de sua mensagem.

Era, portanto, urgente a exigência de aprofundar estudos sobre os problemas e levar em conta os novos dados, aceitando o que neles havia de válido.⁷⁰ Essa tendência cientificista que gerava uma severa crítica positivista, ainda que pudesse ser animada pela ansiedade de aproximar a Igreja ao mundo moderno, abria o caminho ao subjetivismo, desvalorizava o

⁶⁹ ZAGHENI, 1999, p. 254.

⁷⁰ MARTINA, 1997, p. 78.

caráter sobrenatural do catolicismo, esvaziando-o de sua essência. As posições modernistas no campo eclesiológico tendiam a fragilizar a premissa dogmática através dos debates científico e democrático.

A tendência modernista de procurar interpretar a mensagem de Cristo, por meio da razão e do significado moral, é encontrada também na Teologia da Libertação, cujo sentido da mensagem de Jesus é buscado na sociedade e aplicado na construção do “reino de Deus na Terra”, através de uma moral que não acredita ser a desigualdade social fruto de uma vontade transcendente.

O modernismo religioso foi a tentativa de conciliar o catolicismo com os resultados conseguidos pela crítica histórica: quanto ao modo de conciliá-los, pode-se dizer que “*há tantos modernismos quantos são os modernistas*”.⁷¹ Nenhuma das pessoas condenadas pela Igreja, por modernismo, havia elaborado uma eclesiologia que contivesse todos os elementos considerados inovadores.

Não nos esqueçamos, porém, de que junto às tendências extremistas dos personagens supra mencionados, os quais na Itália, Alemanha e principalmente na França, foram obrigados a deixar a Igreja naqueles anos, havia toda a ala moderada do movimento, na qual uma segura fidelidade a Roma se unia à ansiedade por responder às novas exigências dos tempos. Pio X, sucessor de Leão XIII, interveio de modo drástico e inflexível com uma dura reação da Igreja, envolvendo a todos sem distinção. Para ele, o modernismo é definido com uma fórmula que se tornou célebre: “*síntese de todas as heresias*.”⁷²

Frente às profundas mudanças, a necessidade de uma coleção sistemática das leis da Igreja se fazia presente, inclusive como meio para disciplinar melhor as relações com os Estados e com a sociedade. Pio X determina a redação do Código de Direito Canônico, que será promulgado por Bento XV em 1917. Este código só será superado em 1983, quando entra em vigor um novo Código, inspirado no Vaticano II.

Uma das conseqüências mais graves da reação antimodernista foi o atraso dos estudos eclesiásticos, que só lentamente conseguiram superar as posições nas quais tinham sido bloqueados no início do século, ou seja, a falta de uma autêntica cultura católica no mundo laico. Pio X, tão duro em relação aos modernistas, suspendeu por tempo indeterminado a

⁷¹ ZAGHENI, 1999, p. 53.

⁷² MARTINA, 1997, p. 94.

condenação da *Action Française*.⁷³ Esse movimento político era apoiado pela extrema direita católica, representada nesta época pelos católicos integristas,⁷⁴ que abominavam qualquer forma de modernismo político e religioso, e acabavam por reduzir a religião a um instrumento político de apoio a ditadura.⁷⁵

Embora tenha reagido com severidade contra os modernistas, não se pode negar que houve um fortalecimento da unidade da doutrina da Igreja. Talvez aqueles sacrifícios tenham feito parte de uma maturação para um desenvolvimento unitário e harmônico. Jorge Tyrrell,⁷⁶ sacerdote que foi expulso da Companhia de Jesus na época de Pio X, dizia que as mudanças superavam a capacidade de um indivíduo e provavelmente de uma geração. Deste modo, consideramos muito pertinente citar o diferente destino de dois companheiros de seminário: Ernesto Buonaiuti,⁷⁷ o intelectual muitas vezes atormentado pela dúvida, inquieto e todo absorvido pela sua angustiante pesquisa que o levou a ser excomungado, e Ângelo Roncalli,⁷⁸ capaz de esperar no silêncio a hora destinada pela providência para abrir uma nova fase na história da Igreja, convocando o Concílio Vaticano II.⁷⁹

O conclave aberto em 31 de agosto de 1914, em consequência da morte de Pio X, foi palco do encontro entre defensores da severa política antimodernista do pontífice morto e todos os que desejavam uma linha de “desanuviamento”. O então cardeal Giacomo Della Chiesa era um diplomata formado na escola do cardeal Rampolla, antigo secretário de Estado de Leão XIII, e fazia parte da linha moderada. Eleito, tomou o nome de Bento XV em homenagem a seu

⁷³ *Action Française* foi um movimento político nacionalista que recebeu forte impulso de Charles Maurras (1868-1952), quando, em 1908, ele assumiu sua direção, dando-lhe um caráter pessoal, caracterizando o movimento por uma violenta ideologia nacionalista, monárquica e integralista, jogando lenha na fogueira do antagonismo franco-alemão e opondo-se a qualquer hipótese de colaboração entre os católicos no campo internacional, apresentando o interesse nacional como valor absoluto. Maurras considerava o catolicismo uma necessidade política, e exerceu uma notável influência sobre os católicos conservadores, depois do início da guerra o movimento fez grandes progressos, obtinha uma crescente adesão por parte dos jovens, que se deixavam enganar pelo seu anticapitalismo de fachada e pela sua exaltação do fascismo italiano. Vide *Condenação da “Action Française”* (1926). In: ZAGHENI, 1999, p. 284-285.

⁷⁴ “Os católicos integristas tiveram muito êxito durante o papado de Pio X; representaram uma tendência européia do catolicismo, politicamente de extrema-direita, mas naturalmente eram mais fortes em determinados países, como a Itália, a França, a Bélgica, onde, sob diferentes formas, as tendências de esquerda em política e no campo intelectual manifestavam-se com mais força na organização católica.” GRAMSCI, 2001, p. 153-154.

⁷⁵ MARTINA, 1997, p. 103, nota 29.

⁷⁶ Jorge Tyrrell (1861-1909), jesuíta, publica em 1903 *The Church and the Future*; em 1906, acusado de modernismo, é expulso da Companhia de Jesus. Morre em 1909, excomungado, sem ter-se reconciliado com a Igreja. Vide: ZAGHENI, 1999, p. 257, nota 53.

⁷⁷ Ernesto Buonaiuti (1881-1946), sacerdote, docente de História do Cristianismo em Roma, em 1907 publica *Cartas de um padre modernista*, na qual reduz o cristianismo ao reformismo social e ao escatologismo. Em 1926, deixa a Igreja atingido pela excomunhão e morre em 1946 sem se reconciliar com ela. *Ibidem*, p. 257, nota 54.

⁷⁸ Ângelo Roncalli é o nome de batismo do papa João XXIII, idealizador e realizador da primeira parte do Concílio Vaticano II.

⁷⁹ MARTINA, 1997, p. 104.

longínquo predecessor na diocese de Bolonha. Mas todo o debate da regência anterior ficou obscurecido pelo debate em defesa da paz, o qual Bento XV realizou com muitas dificuldades.

Durante a Primeira Grande Guerra, chamada por Zagheni de Guerra Civil Européia,⁸⁰ franceses e alemães, ao mesmo tempo em que se massacravam, protestavam ser igualmente filhos fidelíssimos da Igreja e embora o papa defendesse a idéia de que o reino de Deus não se pode nacionalizar a favor de um só povo, os dois lados buscavam uma justificativa divina para a manutenção da ambição beligerante.⁸¹

Havia nesta época um grande temor ao comunismo, que se representava pela Revolução Russa de 1917, ano que coincide com a aparição de Nossa Senhora, em Fátima, aos três pastorinhos portugueses. Os “segredos” de Fátima foram considerados pela Igreja um aviso de Deus aos homens. Essa “aparição” chamou nossa atenção por fazer menção direta à “*necessidade de conversão*” da Rússia para um futuro de paz na humanidade. A Congregação para a Doutrina da Fé, ao referir-se aos segredos, afirma que foram o prenúncio de “*danos imensos que a Rússia, com a sua defecção da fé cristã e adesão ao totalitarismo comunista, haveria de causar à humanidade*”.⁸²

O papa combate sobretudo o nacionalismo exagerado, e interveio para frear as expressões e as iniciativas que pudessem dar a entender que os católicos como tais pudessem estar a favor de uma das partes em conflito. Contudo, não podia controlar ou condenar as pastorais dos bispos

⁸⁰ ZAGHENI, 1999, p. 209 *et seq.*

⁸¹ Enquanto o deputado católico Erzberger – a quem coube, em 1918, a tarefa de assinar o armistício – declarava por volta de 1915: “*É mais que provável que somente uma França vencida reencontrará o caminho para a Igreja*”, outros, por sua vez, revertiam o quadro dizendo: “*somente uma Alemanha vencida e humilhada é que poderá reencontrar os caminhos da civilização*”. In: MARTINA, 1997, p. 131-132.

⁸² BERTONE, Tarcisio. In: CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. *A mensagem de Fátima*. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 5-6. A mesma edição da mensagem segue dizendo: “*Em 1917, ninguém poderia ter imaginado tudo isto: os três pastorinhos de Fátima vêem, ouvem, memorizam, e Lucia, a testemunha sobrevivente, quando recebe a ordem do Bispo de Leiria e a autorização de Nossa Senhora, põe por escrito*”. O que ela escreveu, dentro daquele contexto histórico, é uma grande representação do temor da Igreja pelo comunismo, vejamos no trecho descrito abaixo a representação deste temor: “*Em seguida, levantamos os olhos para Nossa Senhora que nos disse com bondade e tristeza: - Vistes o inferno, para onde vão as almas dos pobres pecadores; para as salvar, Deus quer estabelecer no mundo a devoção a meu Imaculado Coração. Se fizerem o que eu disser, salvar-se-ão muitas almas e terão paz. A guerra vai acabar, mas se não deixarem de ofender a Deus, no reinado de Pio XI começará outra pior. Quando virdes uma noite, alumiada por uma luz desconhecida, sabei que é o grande sinal que Deus vos dá de que vai punir o mundo de seus crimes, por meio da guerra, da fome e de perseguições à Igreja e ao Santo Padre. Para a impedir virei pedir a consagração da Rússia a meu Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados. Se atenderem a meus pedidos, a Rússia se converterá e terão paz, se não, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja, os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, várias nações serão aniquiladas, por fim o meu Imaculado Coração triunfará. O Santo Padre consagrar-me-á a Rússia, que se converterá, e será concedido ao mundo algum tempo de paz.*” LUCIA, Irmã. In: *loc. cit.* p. 22.

filonacionalistas italianos, franceses e alemães, que se multiplicavam naqueles países. Deplorou publicamente, porém, as críticas feitas por alguns católicos de uma nação às nações adversárias.⁸³

O ano de 1922, da morte de Bento XV e da eleição de Pio XI, coincide com o ano do sucesso fascista na Itália e da proclamação oficial do nascimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O ano de 1939, da morte de Pio XI e da eleição de Pio XII, é o mesmo da explosão da Segunda Guerra Mundial. Esse contexto histórico sugere a dramaticidade do pontificado de Pio XI: totalitarismos fascista, nazista e stalinista. A idéia de democracia é como que massacrada pelo êxito e pelo vigor desses regimes; a vida da Igreja foi profundamente marcada por eles.⁸⁴

Pio XI surpreendeu o mundo e a Igreja quando, depois de coroado, deu a benção “*Urbi et Orbi*” (para a cidade e para o mundo) a partir da sacada da Basílica de São Pedro, para anunciar sua disposição em solucionar a Questão Romana que vinha se arrastando desde 1870. Mediante o Tratado de Latrão, de 1929, e a concordata que o acompanhou, Pio XI e Mussolini colocaram fim a uma inimizade de quase 60 anos.⁸⁵

Numa sociedade que se mostra como “*sociedade dos totalitarismos de massa*”, a Igreja elabora o seu projeto sem procurar apoiar-se num partido católico. Na Itália, o Movimento Católico contava, na década de 1920, com uma presença difusa, enraizada no meio do povo. Esse movimento acabou se tornando um projeto político, que originou o Partido Popular Italiano do Pe. Luigi Sturzo. Esse partido afirma-se num momento histórico em que não há unidade política entre os católicos. É um partido fortemente centrado no empenho dos leigos que se inspiram nos princípios cristãos, mas também quer se mover com autonomia em relação à hierarquia eclesiástica. É um partido que, na época de Bento XV e Pio XI, apresenta pouca eficácia na defesa da Igreja e que não pode aspirar ao status de seu autêntico representante.⁸⁶

Os movimentos católicos eram muito diversificados; o Partido Popular declarava-se autônomo da hierarquia e, assim, não era confiável. Pio XI, então, reestrutura o mundo católico em torno de uma grande e articulada organização de apoio: a **Ação Católica (AC)**.⁸⁷

⁸³ MARTINA, 1997, p. 135.

⁸⁴ ZAGHENI, 1999, p. 262.

⁸⁵ GUTIERREZ, 1995, p. 29.

⁸⁶ ZAGHENI, 1999, p. 270-271.

⁸⁷ Sobre a Ação Católica, ZAGHENI escreve: “A Ação Católica é um organismo muito amplo, que através do vasto tecido hierárquico é capaz de canalizar para a base as diretrizes da cúpula e tornar essa cúpula

Tratava-se de um apostolado laical organizado sob o mandato da hierarquia, fora e acima dos partidos, com finalidade religiosa de estabelecer o reino universal de Cristo. Procurava motivar os leigos, particularmente da classe média, a ter uma presença dinâmica na sociedade, dentro do espírito de ordem e disciplina, e na dependência direta do episcopado.

Na realidade, a Ação Católica estava a serviço da nova ordem social, a ser implantada em uma perspectiva de neocristandade. “*Não é mais a Igreja que estabelece o terreno e os meios da luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe é imposto pelos adversários ou pela indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários.*”⁸⁸

Para Gramsci, neste momento a Igreja está na defensiva, perdeu a autonomia dos movimentos e das iniciativas, não é mais uma forma ideológica mundial, mas apenas uma força subalterna. Por isso a Ação Católica introduziu elementos inovadores na vida da Igreja. Pela primeira vez os leigos foram explicitamente convidados e convocados a participar da missão evangelizadora oficial. Essa tímida inserção de leigos no apostolado eclesiástico traria enormes conseqüências para o futuro.⁸⁹ Muitos leigos encontraram nos quadros da Ação Católica um instrumento para reavivar e fortalecer sua fé e engajar-se efetivamente no campo apostólico.

Na Bélgica, a crise entre as duas guerras e a convivência com os operários levaram o padre Leon Joseph Cardijn⁹⁰ a fundar a Juventude Operária Católica (JOC) em 1925, e a criar o método *ver-julgar-agir*, que influenciou vários setores da Ação Católica e trouxe uma nova maneira de interpretar a ação reveladora de Deus na história. O método é formado por três passos: 1) Antes de se procurar saber o que Deus falou no passado, procura-se *ver* a situação do povo hoje, a sua realidade e seus problemas. 2) Em seguida, com a ajuda de textos da Bíblia e da tradição das igrejas, procura-se *julgar* esta situação. Isto faz com que, aos poucos, a fala de Deus já não venha só da Bíblia, mas também e sobretudo, dos próprios fatos iluminados pela Bíblia e pela tradição. 3) E são eles, os fatos, que assim se tornam os transmissores da Palavra e do apelo de Deus e que levam a *agir* de maneira nova.

Este método *ver-julgar-agir* teve uma influência muito grande nos movimentos de renovação da Igreja Católica no Brasil dos anos 50 e 60, particularmente nos vários setores da Ação

representativa da base. A Ação Católica organiza centenas de milhares de pessoas. Tal força permite que Pio XI expresse plenamente a sua capacidade contratual perante o regime, justamente quando não existe mais nada – do ponto de vista cultural, político, social – que não seja fascista”. Ibidem, p. 275.

⁸⁸ GRAMSCI, 2001, p. 152.

⁸⁹ MATOS, 2003, p. 110.

⁹⁰ No Brasil, a JOC surge em 1932 e é oficializada nacionalmente em 1948. Neste mesmo ano, Cardijn visitou o Brasil e outros países da América Latina.

Católica. Foi provocando uma mudança na maneira de se buscar conhecer a vontade de Deus que houve uma abertura para uma atitude mais ecumênica e menos confessional.

Pio XI opunha-se fortemente ao laicismo anticlerical e ao permissivismo próprios do liberalismo, e ao mesmo tempo, era decididamente hostil ao comunismo bolchevique. Hostilidade que podemos verificar na encíclica *Divini Redemptoris* de 19 de março de 1937 (crítica e rejeição ao comunismo como sistema filosófico materialista e ateu e das práticas stalinistas), nela encontramos no tópico 60: “*O comunismo é intrinsecamente perverso*”.

Com relação ao Nacional-Socialismo Alemão, a posição de Pio XI também foi taxativa na encíclica *Mit Brennender Sorge*, de 14 de março de 1937, onde encontramos uma crítica e rejeição ao nacional-socialismo alemão.

Ao rejeitar os totalitarismos de qualquer espécie, não significa que Pio XI tenha visto o liberalismo capitalista como a única alternativa viável. Junto com Paulo VI, foi o papa que mais duramente criticou o capitalismo liberal, imerso na grande crise econômica de 1929, expressou esta crítica em sua maior contribuição social, a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931).

As contribuições mais significativas da *Quadragesimo Anno* foram primeiramente a importância da função social da propriedade para evitar o individualismo, “*rejeitando ou diminuindo o caráter privado de tal direito sem chegar necessariamente ao coletivismo, ou nas proximidades de seus erros*”.⁹¹

Em segundo lugar, tivemos a enunciação do princípio da subsidiariedade, que já se encontrava implícito, na *Rerum Novarum*. Baseia-se numa estrutura hierarquizada da sociedade que permite identificar entidades organizadas em tamanhos e funções diferentes: família, associações, sindicatos, partidos. Seu conteúdo precípua está em que uma entidade superior não deve realizar os interesses da coletividade inferior, quando esta puder supri-los por si mesma de maneira mais eficaz, ou, sob uma perspectiva positiva, em que somente cabe ao ente maior atuar em matérias que não possam ser assumidas, ou não o possam ser de maneira mais adequada pelos grupos sociais menores. Por isso, o Estado deve fomentar, subsidiar, coordenar e fiscalizar a iniciativa privada.⁹²

Foi também contribuição da *Quadragesimo Anno* a introdução do conceito de *justiça social* como categoria central da Doutrina Social da Igreja. Juntamente com a *caridade social*, esta

⁹¹ PAPA PIO XII. *Quadragesimo Anno*. Apud GUTIERREZ, 1995, p. 36.

⁹² TORRES, Silvia Faber. *O princípio da subsidiariedade no direito público contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 3.

será o princípio regulador da atividade econômica que não pode ser entregue nem à livre concorrência, nem a ditadura econômica do Estado. No documento, o princípio aparece como regulador da justa distribuição e sinônimo de bem comum.⁹³

Depois de haver sido durante nove anos secretário de Estado de Pio XI, Eugênio Pacelli foi eleito seu sucessor sem surpresas no conclave aberto no dia 1º de março de 1939. O extenso pontificado de Pio XII (1939-1958) foi uma época caracterizada por duros conflitos da Igreja com a sociedade, sendo que as últimas décadas foram anos de grande efervescência eclesial, motivo de muitas polêmicas entre historiadores, sociólogos e teólogos. Toda essa vitalidade algumas vezes reprimida, outras vezes incontrolável, só ganharia espaço dentro da Igreja depois da morte de Pio XII, no Concílio Vaticano II.⁹⁴

Muito rapidamente, Pio XII percebeu a ameaça de uma guerra e iniciou uma intensa campanha diplomática. Pronunciando exortações para evitá-la, dizia: “*Nada se perde com a paz; tudo pode se perder com a guerra*”.⁹⁵ Iniciado o conflito, Pio XII passou a tomar todas as atitudes necessárias para manter incólume a cidade de Roma, e depois dos bombardeios de 19 de julho e 13 de agosto de 1943 sobre a cidade, apressou-se em se dirigir diretamente para os lugares atingidos, levando alguma ajuda imediata. Depois do armistício ítalo-americano de 8 de setembro de 1943 e a fuga de Roma por parte do governo, dos comandos militares e da casa real, Pio XII se tornou a mais alta autoridade moral da capital, a única pessoa que podia se aproximar dos alemães com alguma esperança de sucesso.

No campo social, Pio XII não publicou encíclica alguma. De acordo com Ildefonso Camacho, há quem diga que isso se deveu ao seu convencimento de que o essencial já havia sido dito na *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno*. A única coisa que lhe restava então era o campo das aplicações práticas às circunstâncias concretas de cada momento. E para isso, o gênero mais adequado eram os discursos e as mensagens radiofônicas. Isso explica essa variada e rica atividade doutrinal, característica de seu pontificado. No terreno político pode-se afirmar que sua contribuição foi muito importante, em grande parte como consequência da Segunda Guerra Mundial e de suas seqüelas.⁹⁶

Para Martina, as circunstâncias exigiram novas formas de ação da Igreja, manifestando uma nova dimensão de atuação. A Igreja conquista uma consciência mais nítida da sua missão de

⁹³ GUTIERREZ, 1995, p. 37.

⁹⁴ CAMACHO LARAÑA, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. Tradução de J. A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1995. p. 155.

⁹⁵ GUTIERREZ, 1995, p. 38.

⁹⁶ CAMACHO, 1995, p. 155-156.

defender os pobres e os oprimidos. Ao se encontrar impotente diante dos fatos, passa a confiar não tanto em instrumentos jurídicos ou na diplomacia, mas na ação concreta e imediata. A Igreja, quando não pode fazer mais nada, passa a compartilhar pessoalmente a sorte dos perseguidos.⁹⁷

Embora tenha se oposto à *abertura sinistra*,⁹⁸ propiciada por dirigentes do partido democrata-cristão, Pio XII motivou o fortalecimento do partido católico (Partido Popular Italiano – PPI) no pós-guerra. Dom Sturzo, sacerdote italiano, especialista em ciência política e fundador do partido, obrigado pelos Papas anteriores a emigrar para os Estados Unidos, chegou a ser, com Pio XII, o fundador da Democracia Cristã na Itália. Sua grande preocupação era contribuir de algum modo para a reconstrução econômica, social, política e sobretudo espiritual da Europa, além de deter o avanço do comunismo bolchevique. A estratégia papal considerou como peça chave a existência de movimentos políticos e sindicais de inspiração cristã, assim, toda uma geração de sacerdotes reprimidos e de leigos católicos engajados na política poderia contribuir.⁹⁹

Entre os diversos movimentos que exerceram influência na transformação da Igreja brasileira pode-se relacionar o Movimento por um Mundo Melhor (MMM). Sua criação deve-se ao empenho de Pio XII para uma renovação cristã. Foi o papa quem deu o nome ao movimento e apontou o espírito que o devia animar. O MMM caracterizava-se pela necessidade de adaptação da pastoral da Igreja às exigências do presente; visava dinamizar as obras pastorais existentes como também despertar novas iniciativas, sempre numa linha que fortalecesse a unidade da Igreja. Pretendia imprimir um novo ritmo à vida cristã, de maneira a superar o individualismo e a ineficiente visão católica, num clima de cooperação universal, que valorizava o amor e a fraternidade entre os povos da Terra.

Confiou ao Pe. Ricardo Lombardi a missão de levar adiante o movimento e a execução do plano de renovação cristã. Por intermédio da presença dinâmica do Pe. José Martins, o movimento foi trazido e adaptado ao contexto brasileiro.¹⁰⁰ Entretanto, no Brasil essa abertura se fez sentir com mais força na mudança de direcionamento dos trabalhos da Ação Católica a partir de 1958.

⁹⁷ MARTINA, 1997, p. 215.

⁹⁸ Na Itália, a Democracia Cristã, liderada por Aldo Moro e Amintore Fanfani, tentou uma abertura, ou aliança com partidos de esquerda, que ficou conhecida como “abertura sinistra”. Essa tentativa foi frustrada por causa da oposição do Vaticano. Vide: GUTIERREZ, 1995, p. 51.

⁹⁹ GUTIERREZ, 1995, p. 39-40.

¹⁰⁰ TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEB's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 111-112.

2.3 MILITÂNCIA CATÓLICA NO BRASIL

Observamos até aqui que apesar do caráter hierárquico da Igreja, muitos católicos militantes europeus, sejam sacerdotes ou leigos, desenvolveram e difundiram idéias progressistas que nem sempre estavam de acordo com o direcionamento da Cúria Romana.

No Brasil, principalmente no final da década de 50, quando a Ação Católica Brasileira (ACB) assumiu um modelo menos centralizado através das Juventudes Católicas, o ideário da época apontava para aproximar a Igreja da realidade humana em todas as suas dimensões. O desenvolvimento das atividades da Ação Católica no Brasil é muito importante para formação das lideranças, que abraçaram a idéia de uma Igreja de comunidades, na implantação das CEB's.

A Ação Católica Brasileira foi criada na década de 20 por Dom Sebastião Leme, estimulado pelo próprio papa Pio XI. Durante suas primeiras décadas, a ACB assemelhava-se aos movimentos europeus em termos de dependência da hierarquia. A própria Juventude Universitária Católica (JUC) começou como um movimento conservador e clerical, visando cristianizar a futura elite.

Entre 1946 e 1950, houve uma reorganização da ACB. Contrastando com os movimentos da Ação Católica em países europeus, que eram movimentos intraclassistas organizados de acordo com o sexo e a idade, a ACB se reorganizou segundo o modelo francês, seguindo principalmente as profissões, isto é, de acordo com a classe social, como por exemplo a divisão feita na Juventude Católica: Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Agrária Católica (JAC). Desta forma, a ACB passou a se voltar com maior facilidade para questões de classe.¹⁰¹ Essa reorganização também é conhecida como *especialização*, daí os grupos que nasceram a partir dela serem chamados de Ação Católica Especializada (ACE).

A JUC passou gradativamente a ter maior envolvimento no movimento universitário e de esquerda, sendo cada vez mais influenciada por eles. Mainwaring afirma que houve uma “*radicalização*” da JUC a partir de 1958, que levou a um grave conflito com a hierarquia. Aponta a Conferência Nacional da JUC em 1959 como momento decisivo dessa mudança, quando o movimento assumiu uma responsabilidade explícita pela ação política como parte

¹⁰¹ MAINWARING, 2004, p. 93.

de seu compromisso evangélico. Já em 1960 o movimento está extremamente ligado às ações políticas do Movimento Universitário.¹⁰²

Em 1960, a JUC estava ativamente envolvida com a esquerda brasileira. Os católicos progressistas se inseriam no mesmo contexto histórico que o restante da esquerda e, apesar de suas críticas aos grupos leninistas, mantinham-se em constante contato com as organizações de esquerda e por elas eram influenciadas. Os católicos exerceram influência sobre o movimento estudantil e sobre vários movimentos pela educação e cultura populares. Também foram importantes na organização dos camponeses algumas associações de bairro. Nesses anos, em menores proporções, a esquerda católica competia com os dois partidos comunistas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) constituindo-se numa força hegemônica da esquerda organizada.¹⁰³

Podemos notar na citação que a orientação política dos militantes leigos não é determinada unicamente por seus laços com a Igreja. Os católicos, como parte da estrutura social, participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses ou trabalhadores. Interagem com a sociedade e são influenciados pelas tendências da sociedade como um todo e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe.¹⁰⁴ Nesse sentido, para concretizar seus objetivos seria indispensável uma aprimorada consciência crítica, obtida mediante o emprego do método do *ver-julgar-agir*. Assim, a Ação Católica Especializada (ACE), no decorrer dos anos, vai revelar-se um fórum privilegiado de participação democrática.

Esses católicos militantes dos interesses das classes menos privilegiadas ficaram conhecidos como a *esquerda católica*. Embora fosse pequena em termos numéricos e terminasse por ser marginalizada pela hierarquia, introduziu novos conceitos de fé e evidenciou o potencial mobilizador do laicado dentro da Igreja.¹⁰⁵

Foi a partir da Ação Católica que nasceu a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 5 de maio de 1952, os cardeais Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo (1944-1964), e Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro (1943-1971), mediante correspondência, anunciaram o projeto de fundação de uma Conferência Episcopal, solicitando o parecer de cada um dos bispos – que foi acompanhada por uma proposta de regulamento – e uma convocação dirigida aos arcebispos metropolitanos

¹⁰² MAINWARING, 2004, p. 84.

¹⁰³ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁰⁴ *Ibidem, p. 83.*

¹⁰⁵ *Ibidem, p. 82.*

para a Assembléia de Fundação. Nessa época, a Igreja no Brasil contava com vinte províncias eclesiais, com seus respectivos arcebispos, e 115 dioceses.

No período de 14 a 17 de outubro daquele ano realizou-se no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, a assembléia de instalação da Confêrencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Inicialmente, participaram somente os arcebispos, mas dois anos depois todos os bispos brasileiros foram considerados membros de pleno direito.¹⁰⁶

A influência da Ação Católica Especializada nos primeiros anos da CNBB foi muito forte. Foram os quadros organizacionais dessa que deram suporte ao novo organismo episcopal. Dom Helder Câmara, aclamado primeiro secretário da CNBB (cargo desempenhado por doze anos consecutivos), havia sido assistente nacional da Ação Católica Especializada. Dom Helder é figura central na criação da CNBB, exerceu a função de assistente geral da ACB e como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, deu início a diversas obras sociais de notável alcance na época. Recebia apoio do núncio apostólico Dom Carlo Chiarlo, que o pôs em contato com o subsecretário de Estado do papa Pio XII, Mons. Giovanni Battista Montini, o futuro papa Paulo VI. Efetivamente, a CNBB funcionou nos primeiros tempos graças à infra-estrutura da Ação Católica.

É muito significativo que uma organização da hierarquia tenha tido como ponto de partida e base concreta a prática de movimentos leigos. As relações entre as duas instituições serão bastante estreitas até 1964, e a nova CNBB reforçará, por sua vez, o trabalho da AC, quer possibilitando sua sobrevivência material, insistindo na sua entrada em dioceses recalcitrantes, quer defendendo-a de pressões de outras estruturas de poder. Em troca, eram os movimentos especializados que traziam à CNBB os dados da realidade brasileira e das Igrejas locais, dos quais tomavam conhecimento por meio das viagens de seus 'permanentes' nacionais (membros da direção nacional).¹⁰⁷

A fundação da CNBB assinalou um novo e decidido interesse da Santa Sé em promover conferências episcopais nacionais, organismos não previstos no Código de Direito Canônico de 1917. Bruneau afirma que a CNBB era uma anomalia na Igreja maior, e como tal, pôde criar novas relações de autonomia com a Santa Sé e com o Estado brasileiro.¹⁰⁸ A CNBB

¹⁰⁶ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 153-154.

¹⁰⁷ BARROS, Raimundo Caramuru. *Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação*. Apud MATOS, 2003, p. 156.

¹⁰⁸ BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1974. p. 227.

propiciou o diálogo e a exposição dos grandes problemas pastorais do país. Favoreceu uma ação conjugada na busca de uma evangelização capaz de atender à realidade do povo na sua diversidade regional e a elaboração de uma pastoral de conjunto.

Diante do conflito que a JUC começou a enfrentar com a hierarquia da Igreja, alguns de seus membros desejavam um movimento novo, inspirado no cristianismo, mas fora da Igreja, pois se sentiam constrangidos por ela. Fundou-se então, em 1961, a Ação Popular (AP). De acordo com Mainwaring (2004), a AP rapidamente tornou-se uma das três maiores organizações de esquerda na política brasileira, juntamente com o PCB e o PC do B.¹⁰⁹

Mas o conflito entre os membros da hierarquia eclesiástica e os católicos radicais arrastou-se para dentro da AP. Os bispos tentaram restringir a participação de membros da JUC na AP. Apesar de a AP não ser um movimento da Igreja, o impulso para sua criação veio da JUC. Livre das restrições que os bispos impunham à JUC, a AP adotou posições políticas à “esquerda da JUC”. Enquanto a JUC estava relativamente otimista em relação à capacidade de mudança social do governo Goulart, a AP criticava o seu “*nacionalismo desenvolvimentista populista*”.¹¹⁰

A AP assume o socialismo como solução para os problemas sociais e assume uma posição revolucionária quando prega o fim da economia de mercado. Achava que a revolução necessitava de uma vanguarda que liderasse o processo de formulação de idéias e de esclarecimento das massas. Mas criticava a URSS pela hipertrofia do poder político e pregava a liberdade de participação política. A ênfase humanística na liberdade e na participação e as críticas ao socialismo burocrático são precursores de atitudes que posteriormente se manifestam na Igreja popular dos anos 70. Mas o golpe militar estimulou a modificação dessas visões políticas da AP, cujo movimento tornou-se clandestino, Adquiriu inspiração maoísta, passou por rápida radicalização que levou à participação na luta armada, mas dissolveu-se em 1973. Ao longo desse trajeto abandonou suas origens cristãs.¹¹¹

Os católicos também criaram várias experiências novas de educação na década de 60. O programa de educação popular mais significativo foi o Movimento de Educação de Base (MEB). Embora comprometido com a transformação da sociedade, este movimento não lidou extensivamente com considerações teológicas, como fizera a JUC, ou com o socialismo

¹⁰⁹ Mesmo sendo uma pequena organização de aproximadamente 3.000 membros, era bastante influente. Membros da AP eram líderes na educação popular, no trabalho sindical e na organização dos camponeses. MAINWARING, 2004, p. 86.

¹¹⁰ MAINWARING, 2004, p. 86.

¹¹¹ MAINWARING, 2004, p. 87.

humanista, como fizera a AP. Sua contribuição foi o desenvolvimento de um novo tipo de trabalho junto às classes populares.

O MEB foi criado em 1961 através de um acordo entre o presidente Jânio Quadros e o bispo de Aracaju, Dom José Távora, um amigo de Dom Helder e companheiro de ideologia. O Estado fornecia o financiamento e a Igreja executaria um programa de educação básica, principalmente através de escolas radiofônicas nas regiões menos desenvolvidas do país.

Muitos participantes do MEB vieram das fileiras da ACB e principalmente da JUC. O movimento enfatizava a conscientização política, numa abordagem que encorajasse o povo a enxergar os seus problemas como parte de um sistema social mais amplo. Afirmava que o povo – e não uma força externa (seja ela uma vanguarda de esquerda ou políticos tradicionais) – deve tomar as decisões mais importantes relacionadas com sua própria vida. De acordo com Mainwaring (2004): *“Desempenhou um papel fundamental na luta camponesa do Nordeste, onde mais se relacionava com os comunistas do que com as organizações camponesas centristas da Igreja”*.¹¹²

Essa filosofia atribuía maior responsabilidade aos setores populares do que a Igreja jamais o fizera, e questionava a visão tradicional de que as massas são incapazes de modificar a situação e não têm interesse em fazê-lo. Enfatizava a necessidade de participação popular dentro do próprio movimento e criticava as práticas paternalistas.

O MEB antecipava as práticas pedagógicas das CEB's. Antes do golpe de 1964, o movimento se destacava entre as várias experiências em educação e cultura populares. Após o golpe, o MEB sofreu repressão por parte do Estado, que suprimiu as atividades mais políticas do movimento, que foi gradualmente marginalizado pelos bispos que mediavam entre o movimento e o Estado.

O episcopado retrocedeu e acabou por reduzir a autonomia do MEB e tentou imprimir ao movimento uma orientação mais religiosa. Contudo, foi graças à proteção da Igreja que o MEB sobreviveu ao golpe. Essa sobrevivência tinha um preço. O MEB deixou de ser um dos impulsos chaves na transformação da sociedade. Mas o movimento pôde continuar as experiências progressistas na educação popular numa época em que isso era extremamente difícil.

O MEB é considerado a primeira grande tentativa católica de desenvolver práticas pastorais transformadoras junto às classes populares. Suas práticas invertem a tradicional exclusão do

¹¹² MAINWARING, 2004, p. 88.

povo da tomada de decisão dentro da Igreja e foram precursoras das assembleias diocesanas que os bispos progressistas iniciaram durante a década de 1970.

Durante o início dos anos 1960, quando o MEB e outras experiências de educação popular surgiram, o então professor da Universidade de Pernambuco, Paulo Freire, introduziu novos programas da alfabetização de adultos como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade, e deu início à implementação de uma pedagogia nova, que ficou conhecida como a “pedagogia do oprimido” por salientar o respeito pelas classes populares e por suas capacidades. Encorajava o povo a participar o máximo possível do processo de aprendizagem, transformando este processo em um diálogo. Criticando os elitistas que negavam que as massas tivessem capacidade crítica, ele escreveu: “*Basta ser homem para ser capaz de captar os dados da realidade*”.¹¹³

Embora estivesse convencido de que a transformação política era importante, Freire rejeitava a visão de que uma mudança revolucionária necessariamente resolveria todos os problemas sociais básicos. Nesse sentido, rejeitava o leninismo. Para Mainwaring, sua ênfase na liberdade, na capacidade de todas as pessoas e no respeito às classes populares entrava em conflito com a ênfase leninista na necessidade de um partido de vanguarda que tomasse as decisões chaves.¹¹⁴

Em todos os sentidos, o pensamento de Freire foi precursor da Igreja popular de 1970/80. As CEB's também enfatizavam o respeito pelo indivíduo, encaravam o ensino como um diálogo e utilizavam situações concretas para a base da conscientização popular. Estavam igualmente comprometidas com a participação popular no processo de aprendizado e com a transformação social não-leninista.

No Brasil inteiro, seu trabalho influenciou agentes pastorais, teólogos e cientistas sociais. Embora Freire tenha sido marcado pelo seu catolicismo, nunca trabalhou extensivamente com a Igreja no Brasil. O método Paulo Freire tornou-se muito influente nos meios religiosos não porque visasse diretamente à mudança da Igreja, mas porque desenvolvia novas formas de trabalho junto às classes populares e isto ressoava junto às formas que estavam se desenvolvendo dentro do catolicismo progressista. Freire é um importante exemplo de como indivíduos e movimentos fora da Igreja podem afetá-la.

¹¹³ MAINWARING, 2004, p. 90.

¹¹⁴ MAINWARING, 2004, p. 91.

Isso não significa que os movimentos leigos de base sempre tenham atuado como forças progressistas. Muitos movimentos leigos conservadores e reacionários impediram a mudança na Igreja, da mesma forma que os progressistas as promoveram. Em certos momentos, os movimentos reacionários ameaçavam a identidade da Igreja ao diminuir a capacidade da instituição de dialogar com todas as classes sociais.¹¹⁵

Um exemplo relevante seria o movimento reacionário **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)** que se originou no Brasil e foi influente nas pressões que desembocaram no golpe de 1964. Segundo Mainwaring, a TFP também foi importante no processo que levou ao Ato Institucional nº. 5, em dezembro de 1968. O movimento espalhou-se por outros países e, em alguns casos, como no Chile e na Argentina, também fortaleceu a extrema direita. No Brasil, a TFP nunca foi um movimento oficial da Igreja, mas contava com o apoio ativo dos bispos reacionários, como Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Geraldo de Proença Sigaud. A hierarquia aceitou as tentativas do movimento de se identificar como um grupo da Igreja até o início da década de 70, quando suas posições reacionárias se tornaram incompatíveis com a visão que a maioria dos bispos tinha da missão da Igreja.

A esquerda católica introduziu uma nova compreensão da relação entre fé e política. A nova visão de fé da JUC vinculava a religião à transformação social radical, a AP representou a primeira síntese conjunta do cristianismo humanista com o socialismo e o MEB e a pedagogia de Paulo Freire colocaram em prática essa visão. Essa nova idéia de fé expressava uma renovação do pensamento católico no mundo inteiro, culminando com o Concílio Vaticano II. Teólogos progressistas europeus (tais como Maritain, Lebret, Congar, Mounier) eram influentes no início desse processo, mas a esquerda católica brasileira fez muito mais do que introduzir o pensamento social europeu. Ela aplicou idéias européias a condições brasileiras e desenvolveu uma nova concepção da missão da Igreja.

A esquerda católica iniciou o desenvolvimento de uma das principais teologias latino-americanas. Foi uma das reflexões de vanguarda sobre a especificidade da fé no Terceiro Mundo. Seu papel de precursora da teologia da libertação foi uma inovação importante e poucas vezes comentada. Os jovens católicos de esquerda não reduziram a fé à ação política, nem colocaram Marx à frente de Cristo, mas de fato, acreditaram que a fé exige um compromisso de criar um mundo mais justo. A esquerda católica insistia que como filhos de Deus, todos são dignos de respeito e do direito à vida. Ela achava que os cristãos têm

¹¹⁵ MAINWARING, 2004, p. 92-94.

obrigação de tentar transformar as estruturas sociais que impedem a realização dos desígnios temporais de Deus.

Interessante observar que só em 1971 foi publicada a primeira edição do livro que sistematizou vários pensamentos e interpretações de militantes católicos da América Latina, denominado *Teologia da Libertação*. A obra foi escrita pelo sacerdote peruano, Gustavo Gutiérrez,¹¹⁶ considerado o autor que forjou a expressão *teologia da libertação* e exprimiu suas primeiras intuições sistematicamente.

Porém, havia limites na importância da esquerda católica no que se refere à transformação da Igreja. Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que os bispos progressistas e os agentes pastorais de base também estavam empenhados na renovação da Igreja. Seria enganoso omitir essas outras iniciativas e afirmar que as mudanças tenham vindo exclusivamente de baixo, especialmente porque, salvo exceções isoladas, as comunidades de base e outras inovações do período pós 1964 foram criações do clero, não dos movimentos leigos de esquerda.

Segundo, existem diferenças significativas entre a esquerda católica do início dos anos 1960 e a Igreja popular. Contrastando com a Igreja popular, a esquerda católica era um movimento de elite que se respaldava em relativamente poucas pessoas.¹¹⁷ Enquanto a Ação Católica estava voltada para formação de um número limitado de pessoas, a Igreja popular da década de 70 envolvia milhões de pessoas, em geral pobres e com menor grau de educação formal.

A fé praticada pelos movimentos da juventude na ACB era europeizada e secularizada, diferindo profundamente e antagonizando-se frequentemente com a religiosidade popular. A fé nas comunidades de base envolve muitos elementos tradicionais. Maria, Jesus, a Bíblia e os santos estão no centro das comunidades de base.

Finalmente, o relacionamento da esquerda católica com a hierarquia diferenciava-se nitidamente do relacionamento entre as comunidades de base e o episcopado. A esquerda católica estava em conflito com a hierarquia; houve poucos casos de conflito entre as CEB's e a hierarquia. Como vimos no passado, somente quando a hierarquia aceita e legitima a mudança é que ela efetivamente pode se institucionalizar, e somente quando a base é capaz de

¹¹⁶ Sobre Gustavo Gutiérrez ver: LIBANIO, João Batista. *Gustavo Gutierrez*. Tradução de Silva Debetto C. Reis. São Paulo: Loyola, 2004. (Teólogos do Século XX). Nesta obra o autor afirma que “*Ir às raízes de seu pensamento significa remontar aos movimentos teológicos que agitavam o mundo de língua francesa, na década de 1950, com as idéias de Pierre Teilhard de Chardin, Emmanuel Mounier, Henri de Lubac e outros. Além disso, quer dizer traçar o quadro sócio político e pastoral da Igreja latino-americana nos anos 60, com a vigorosa mobilização da UNEC (Unión Nacional de Estudiantes Católicos) do Peru e da JUC (Juventude Universitária Católica) do Brasil, que então viviam sua época de ouro na vida de fé integrada numa intensa participação política*”.

¹¹⁷ MAINWARING, 2004, p. 95.

dialogar com a hierarquia é que ela pode conseguir exercer pressão para a mudança institucional.¹¹⁸

Ironicamente, essa necessidade de trabalhar com a hierarquia para promover a renovação institucional aponta uma última contribuição da esquerda católica no Brasil. A esquerda católica constituiu um importante exemplo de um movimento que foi posto à margem da instituição devido à sua incapacidade de trabalhar com a hierarquia. Esse desfecho infeliz pode ter ajudado o clero progressista a evitar um erro semelhante anos mais tarde, quando, ao contrário do que aconteceu em vários outros países latino-americanos, eles trabalharam com a hierarquia ao invés de afastar-se dela. Foi esse diálogo entre a base e a hierarquia que transformou a instituição como um todo.

2.4 CONCÍLIO VATICANO II: INICIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA POPULAR

A eleição de Ângelo Roncalli, no dia 28 de outubro de 1958, depois de um conclave de quatro dias foi recebida na Itália com surpresa. O eleito estivera fora da Itália, no Oriente e no Ocidente, por 27 anos, de 1925 a 1952, e os seis anos vividos como patriarca de Veneza não tinham sido suficientes para que fosse bem conhecido.¹¹⁹ De acordo com Martina e Gutierrez, ninguém esperava que um homem de 77 anos, a quem os cardeais elegeram como “*papa de transição*”, viesse a produzir na Igreja uma verdadeira revolução. Sua obra ficou conhecida como *Aggiornamento* da Igreja, o que significa arejar, atualizar, colocar em dia. Para alcançar este objetivo, João XXIII surpreendeu a Igreja e a humanidade quando, no dia 25 de janeiro de 1959, anunciou aos cardeais, na Basílica de São Paulo Extramuros, seu propósito de convocar um Concílio Ecumênico.

João XXIII é o primeiro papa deste século que assumiu com alegria os valores próprios do mundo moderno. Inclusive o pluralismo cultural, ideológico e religioso. Ela reconheceu e proclamou como direito humano fundamental o de render culto a Deus segundo o ditame da reta consciência individual. Seu ensino social está contido em duas encíclicas: *Mater et Magistra* (1961), que se refere à sociedade econômica, e *Pacem in Terris* (1963), orientada para a sociedade política nacional e internacional. Muitos intelectuais da Igreja colaboraram

¹¹⁸ MAINWARING, 2004, p. 95-96.

¹¹⁹ MARTINA, 1997, p. 275.

na elaboração destes documentos, inclusive Jacques Maritain, pensador que exerceu grande influência nos teólogos da América Latina.¹²⁰

O papa analisou o fenômeno da crescente socialização em que vivem nossas sociedades, e apreciou a múltipla rede de associações às quais pertencem os seres humanos. Para o papa, estas são positivas na medida em que nos ajudam a crescer e se tornam negativas quando nos despersonalizam. João XXIII vê a iniciativa privada como pedra fundamental do dinamismo econômico, mas ao Estado cabe animar, estimular, coordenar, suprir e integrar. Essa idéia já consagrada pelo princípio da subsidiariedade, presente na doutrina da Igreja desde a Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), fundamentará o apoio que a Igreja passará a oferecer às iniciativas organizativas dos leigos dentro e fora da instituição. Talvez por este princípio as CEB's tenham fomentado os movimentos sociais, com discursos fortes sobre autonomia, como se os movimentos sociais fossem independentes das bases eclesiais que os formaram.

Consideramos como a maior contribuição de João XXIII à doutrina da Igreja o respeito à diversidade cultural e religiosa dos povos da Terra. Talvez o seu pensamento ecumênico seja resultado de sua experiência como pastor no Oriente, ou resultado do horror provocado pelo racismo durante a Segunda Guerra; o fato é que ele abriu o leque de relacionamento dos católicos com os cristãos e não-cristãos. A respeito desta abertura, Gutierrez escreve: “*A diretriz geral rezava que, em nossas sociedades pluralistas, para resolver algum assunto importante, os católicos deveriam colaborar com ou pedir colaboração de pessoas não-cristãs ou, então, diretamente de ateus*”.¹²¹

No auge da Guerra Fria, João XXIII, em suas encíclicas, não parece acreditar que uma abertura ecumênica levasse a Igreja a perder fiéis para as teorias filosóficas descrentes e materialistas, mas convoca os fiéis: “*Fugindo do nivelamento liberticida pregado pelo marxismo, não se caia no egoísmo, na cobiça e na desumana indiferença que caracterizam o capitalismo liberal*”.¹²² Na busca por uma política que se aproximasse dos ideais cristãos, os católicos começaram a praticar a tolerância com pragmatismo. Mais uma vez se torna evidente a tentativa da Igreja de buscar uma via intermediária que pudesse abranger todas as classes sociais e manter sua doutrina universal.

A idéia de um concílio não era nova. Durante o pontificado de Pio XI, ele interpelara o episcopado (1923-1924), metade do qual se mostrara favorável à idéia de um novo concílio.

¹²⁰ GUTIERREZ, 1995, p. 47-48

¹²¹ GUTIERREZ, 1995, p. 51.

¹²² PAPA JOÃO XXIII, *Radiomensagem, Natal de 1961. Op cit.* nota 2.

Mais tarde, com Pio XII, essa hipótese fora analisada, chegando até a se nomear comissões preparatórias especiais. Ambos, porém, por motivos diversos, abandonaram a idéia. De acordo com Zagheni, “*aquele homem até então pouco conhecido*”, o papa João XXIII, mostrava uma coragem e um espírito de iniciativa inesperados.¹²³ Martina afirma que João XXIII tomou essa histórica decisão de modo totalmente pessoal, com plena consciência de se valer da plenitude de seus poderes de chefe da Igreja, na lúcida visão da especial situação histórica que atravessava a Igreja, acomodada num certo imobilismo que sufocava todo dinamismo de suas bases, e do mundo, dividido em dois blocos, cuja aproximação era difícil, mas urgente.

O papa percebia a necessidade de distinguir, entre princípios imutáveis e aplicações contingentes e mutáveis, bem como a utilidade de uma estreita colaboração entre papado e episcopado. A assembléia ecumênica não haveria de ser a continuação do I Concílio Vaticano,¹²⁴ mas uma assembléia totalmente nova. Portanto, não se tratava de tomar posições negativas contra erros que se alastravam, mas de encontrar o modo melhor de expor a antiga doutrina nos novos tempos, de instaurar um diálogo com toda a humanidade. Não se deviam preparar condenações ou anátemas, estratégias de resistência e de contraposição à sociedade moderna, mas dar início a um diálogo com todas as crenças e ideologias.¹²⁵

Os anos anteriores ao concílio coincidiram com o definitivo encontro entre consciência católica e democracia e viram os católicos ocuparem posições de primeiro plano na vida política dos principais países ocidentais. O caráter cada vez mais democrático e participante da sociedade e da política encorajou a Igreja a se tornar mais democrática também, tanto nas relações internas quanto na orientação política.¹²⁶

No Brasil, movimentos populares conquistaram visibilidade e afetaram muitos líderes da Igreja, tanto por chamarem a atenção para a importância de se dar apoio às reformas, quanto por criarem, no caso dos conservadores, uma conscientização do rápido crescimento da esquerda. Esses movimentos ajudaram a criar um ambiente de questionamento que indiretamente encorajava a inovação no trabalho pastoral entre as classes populares.¹²⁷

¹²³ ZAGHENI, 1999, p. 345.

¹²⁴ O **Concílio Vaticano I** deu-se de 8 de Dezembro de 1869 a 18 de Dezembro de 1870 e foi proclamado por Pio IX (1846 a 1878). As principais decisões do concílio foram conceber uma constituição dogmática intitulada “*Dei Filius*”, sobre a fé católica e a constituição dogmática “*Pastor Aeternus*”, sobre o primado e infalibilidade do papa quando se pronuncia “*ex-cathedra*”, em assuntos de fé e de moral.

¹²⁵ MARTINA, 1995, p. 278.

¹²⁶ MAINWARING, 2004, p. 64.

¹²⁷ MAINWARING, 2004, p. 64.

A Revolução Cubana (1959) causou um profundo impacto na Igreja em toda a América Latina. Cuba inspirava aqueles que ansiavam por uma mudança radical, embora entre os católicos praticantes o impulso reformista fosse mais forte. O conflito exacerbado entre a Igreja e o regime de Fidel Castro reforçou as tendências defensivas dentro da instituição.

Após 1961, o Brasil vivenciou intensa polarização política que levou a conflitos dentro e fora da Igreja. A Ação Católica encontrava-se dividida entre conservadores e progressistas.

No Espírito Santo, o novo bispo, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, que tomou posse no final de 1957, acompanhava o ritmo de democratização pastoral das encíclicas papais e estimulava a participação dos leigos na vida litúrgica da Igreja, por meio de encontros de formação, leituras bíblicas e ensaios de novos cantos litúrgicos.

Até então, a Igreja Católica era Tridentina.¹²⁸ Vivia de seu passado, de suas tradições, das festas de padroeiro, dos cantos tradicionais, das associações religiosas, devoções e costumes. A língua litúrgica oficial era o latim. Embora, como vimos, houvesse alguns movimentos vanguardistas, em meio à classe média não havia, por parte do povo, participação e contato com a Bíblia; o povo ainda era “*freguês da sua paróquia*”.¹²⁹

A reação contra os movimentos progressistas começou a crescer entre as classes dominantes, os militares e a Igreja. Os movimentos conservadores, que se tornaram mais fortes nos anos que antecederam ao golpe, preocupavam-se com a estagnação econômica, com a desordem social e com o crescimento da esquerda. A incipiente crise política ficou aparente em 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou, expondo as tensões relativas à sucessão presidencial.¹³⁰

Concomitante aos aspectos políticos nacionais descritos acima, na Europa, o concílio continuava. Nele, os padres tiveram a possibilidade de acompanhar o início da descolonização da África e ver o mundo ficar cada dia mais dividido. Diante de todos os acontecimentos, o tipo de sociedade que os padres conciliares propuseram era pluralista e democrática. É verdade que os conciliares não desejavam identificar a causa da Igreja com formas de governo, no entanto fica de certo modo superada a tradicional doutrina da equidistância entre as várias formas de governo, pois o amplo destaque que o Vaticano II dá aos direitos humanos e à exigência do pleno reconhecimento deles pelos poderes públicos, implica numa clara

¹²⁸ Seguiu as orientações do Concílio de Trento, já que o Concílio Vaticano I estava mais voltado para a confirmação dos dogmas da Igreja e por isso não fez reformas significativas.

¹²⁹ BOFF, Leonardo. *In: Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 180.

¹³⁰ MAINWARING, 2004, p. 64.

orientação preferencial pela democracia política, como instrumento tendencialmente melhor para a promoção e a salvaguarda desses direitos.¹³¹

Depois das duras experiências com governos autoritários, pelas quais a Igreja Romana passou durante a II Grande Guerra e ainda estava passando em alguns países “comunistas”, é de certa forma incoerente que ela tenha apoiado o golpe militar no Brasil, em 1964. Parece-nos que a Igreja no Brasil, em 64, ainda não tinha absorvido com clareza e suficiente profundidade os ensinamentos que estavam sendo consolidados no Vaticano II. Por volta de 1964, a Igreja no Brasil havia se modificado de maneira significativa, e por isso sofria graves conflitos internos. Num extremo estava a esquerda católica comprometida com uma transformação social radical. No outro, estavam os tradicionalistas, de cujas fileiras surgiu a direita católica. Muitos se conservaram fiéis à concepção de fé católica tradicional. Desse setor surgiu uma direita católica que ajudou a provocar a queda do presidente Goulart em 1964 e a gerar pressões contra a esquerda católica e os bispos progressistas.

Mas as diretrizes do concílio apontavam para a democracia como a melhor forma de governo de uma nação. Num Estado laico, a Igreja só sobrevive harmoniosamente e independente do Estado se houver liberdade política para que seus fiéis possam exercer sua cidadania plenamente. Nas democracias, onde o controle da hegemonia depende mais explicitamente do trabalho dos intelectuais, a Igreja tem grandes chances de se manter junto ao poder; já num Estado sob o jugo de um governo autoritário, a luta pela hegemonia fica comprometida, pois o Estado tem o poder de coerção, o que torna a disputa mais difícil para os intelectuais da Igreja. O melhor sistema de governo para a Igreja depois de experimentar o fascismo, o nazismo, o stalinismo e outros governos autoritários, parece ser a democracia, onde sua influência alicerçada na sociedade civil é capaz de atingir a sociedade política.

O concílio foi inaugurado em 11 de outubro de 1962 e contou com a presença de cinco sextos de todo o episcopado mundial,¹³² o que é um marco histórico. Apesar do grande número de

¹³¹ ZAGHENI, 1999, p. 380.

¹³² Para demonstrar a grandiosidade do evento, Martina (1997) apresenta os números de participantes de concílios anteriores comparados com os do Vaticano II: “*Uns 30 bispos estavam presentes no início de Trento, em dezembro de 1554. Em 8 de dezembro de 1869, tinham chegado a Roma mais de 700 deles, sendo uns 400 vindos da Europa, mais de 50 eram orientais, uns 40 eram dos Estados Unidos, uns 30 da América Latina e uma centena das missões na África e na Ásia. No dia 11 de outubro de 1962, apresentaram-se para a sessão inaugural 2.540 padres conciliares. [...] Considerando os bispos auxiliares, os diversos bispos da cúria vaticana, etc. os bispos chegavam em todo o mundo a cerca de 4.000, nessa mesma data. Pode-se dizer, numa primeira olhada, que todas as dioceses, ou quase, estavam representadas e que cinco sextos de todo o episcopado mundial tinham respondido ao apelo do papa. Jamais, não só na história da Igreja, mas pode-se talvez dizer em toda a história, uma assembléia se apresentou tão numerosa e com caracteres tão universais*”. In: MARTINA, 1997. p. 289-290.

participantes, questões políticas afastaram muitos bispos do concílio, como os bispos albaneses, lituanos, romenos, tcheco-eslovacos e húngaros, além de vários bispos chineses. Todos aprisionados num mundo dividido.

O concílio estendeu-se durante quatro sessões até o dia 8 de dezembro de 1965. A primeira sessão ou como é mais comumente conhecido, o primeiro período, encerrou-se sem que nenhum dos esquemas apresentados tivesse sido aprovado. É considerado hoje como uma fase de “amaciamento”, na qual o ponto mais positivo foi a liberdade das discussões; o episcopado sentiu-se atuante, realmente responsável por suas decisões, embora sempre submetidas a aprovação do papa.¹³³

Contra todos os temores, o intervalo do primeiro período, 1962-63, demonstrou ser fecundamente produtivo. Mas João XXIII, muito doente, depois de uma longa agonia, morre na noite de 3 de junho de 1963. Embora seus últimos meses de vida tenham sido marcados por severas críticas nascidas dentro e fora do Vaticano, sua morte provocou uma comoção mundial:

Seu desaparecimento, porém, tinha comovido profundamente todo o mundo, homens de todas as idéias e de todas as religiões, ateus, budistas, mulçumanos, judeus, ortodoxos, protestantes das diversas confissões. Toda a humanidade, enfim, naqueles dias, encontrava-se espiritualmente reunida na praça de São Pedro. Há séculos não se verificava esse estreito acompanhamento da morte de um chefe da Igreja Católica, considerado agora em todos os países como “um de casa”. A ansiosa expectativa pelo novo papa se unia desta vez à incerteza pela sorte do Concílio, automaticamente interrompido por força de lei.¹³⁴

No dia 21 de junho, depois de um rápido conclave, foi eleito o cardeal Montini, que assumiu o nome de Paulo VI. João Batista Montini colaborou diretamente com Pio XI e logo depois chegou a ser secretário de estado de Pio XII. Como arcebispo, realizou um intenso trabalho pastoral com sábios, artistas, empresários, trabalhadores e deu-se ao tempo de traduzir um de seus autores prediletos e amigo, Jacques Maritain.¹³⁵

¹³³ *Ibidem*, p. 297.

¹³⁴ *Ibidem*. p. 299-300.

¹³⁵ GUTIERREZ, 1995, p. 57.

Paulo VI continuou o concílio, interrompido pela morte de seu predecessor, mas enfrentou muitas dificuldades nesta empreitada, as quais Gutierrez descreve como “*clima intra-eclesial de grande ebulição*”:

*Paulo VI empreendeu e realizou esta tarefa num clima intra-eclesial de grande ebulição. O surgimento de movimentos contestatórios no interior da Igreja, a crescente simpatia de importantes grupos de sacerdotes, religiosos e leigos, pela análise marxista e suas estratégias de luta, cobrava uma atenção especial para a América Latina. Aqui essa simpatia era um produto “com efeito demonstrativo” da revolução Cubana (1959), que havia provocado a adesão dos católicos mais radicais, impacientes por quebrar o esquema de dependência e libertar os povos dessa parte do mundo do jugo imperialista norte-americano.*¹³⁶

Mesmo com todas as dificuldades, o papa levou a cabo o projeto de continuar e terminar o Concílio Vaticano II, e o fez com sucesso. O ensinamento do concílio está contido em quatro constituições, nove decretos e três declarações. Em matéria de doutrina social, Paulo VI publicou três documentos extremamente importantes: a constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual, *Gaudium et Spes*; o decreto sobre a liberdade religiosa *Dignitatis Humanae* e o decreto sobre os meios de comunicação social *Inter Mirifica*.

Os ensinamentos de Paulo VI ficaram gravados também nos documentos que produziu fora do concílio como: encíclica *Ecclesiam Suam* (1963), encíclica *Humanae Vitae* (1968), encíclica *Populorum Progressio* (1967), na carta ao Cardeal M. Roy *Octogésima Nuntiandi* (1971) e na exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (1975).

A contribuição mais decisiva de Paulo VI consiste em ampliar o campo doutrinal. Para isso de acordo com as explicações de Camacho, o papa apresenta o ensinamento social como um processo dinâmico em três passos: *ver-julgar-agir*, e destaca a importância que tem nesse processo toda a comunidade crente e cada Igreja em particular. Com o concílio, terminou a época de auto-suficiência da Igreja que reconheceu os valores do mundo e da história, e se reinterpretou.¹³⁷

Já em 1967, aqui no Brasil, podíamos encontrar textos em revistas acadêmicas que demonstravam o debate filosófico, travado entre os intelectuais sobre as mudanças no catolicismo mundial, como por exemplo, o artigo denominado *Um Marxista e as novas*

¹³⁶ *Ibidem*, p. 58.

¹³⁷ CAMACHO, 1995, p. 18-19.

posições da Igreja, de Lucio Lombardo Radice, no qual compara as mudanças ocorridas na Igreja Romana com as trazidas por Galileu ao mundo ocidental:

Foi conclusão galileiana: se era justo afirmar que a religião era “inalterável e imutável” instrumento de domínio das classes dominantes em um certo momento histórico, não é mais lícito repeti-lo quando “alterações nela se notam” [...]

*Vimos enfim o breve, fulgurante pontificado de João XXIII; vimos explodir a sede de justiça, a ânsia de liberdade, a intolerância pela “consagração” do regime capitalista e pela “excomunhão” do socialismo, o desejo ardente de um dialogo fraterno com os “infiéis” que já invadiam milhões e milhões de consciências religiosas; vimos estes sentimentos simples, sinceros, populares, encarnarem-se em um simples e sincero homem do povo, que se tornou o romano Pontífice.*¹³⁸

Todas as “*novas opções da Igreja*”, como chamou Radice, não foram fruto somente do trabalho do Pontífice Romano; foi acima de tudo o resultado dos debates livres e francos que se desenvolveram nas sessões do maior concílio da história da Igreja. Mais uma vez observamos que as bases, que há muito pressionavam a cúpula romana por mudanças, assim que encontraram espaço de participação, influenciaram fortemente a construção de uma “*nova maneira de ser Igreja*”, formalizada nos documentos do concílio.

Tanto para os críticos como para partidários, o Concílio Vaticano II marcava um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano. A despeito das contradições, tensões e limites que cercavam as mudanças, o concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro dela, motivou maiores responsabilidades aos católicos, co-responsabilidades entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos, desenvolveu a noção de Igreja como **povo de Deus**, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível, além de introduzir uma série de outras modificações. Os documentos conciliares enfatizavam o caráter hierárquico da instituição e insistiam que sua missão estava acima da política, mas a nova doutrina revia de modo significativo os padrões de autoridade e a relação entre a fé e o mundo.¹³⁹

Como vimos, antes do Vaticano II e do papado de João XXIII, muitos bispos, teólogos e movimentos intelectuais haviam trabalhado pela mudança da Igreja. Nesse sentido, as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram tendências que já existiam. Mas, dentro de uma instituição hierárquica, a legitimação da Cúria Romana é muito importante. Embora o Vaticano possa nunca chegar a criar novos programas ou novas

¹³⁸ RADICE, Lucio Lombardo. Um marxista diante de fatos novos no pensamento e na consciência religiosa. *In: Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 16, p. 11, 1967.

¹³⁹ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil* (1916 – 1985). Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 62-63.

teologias, sua posição norteia um processo que acaba por determinar quais concepções da missão da Igreja se tornarão hegemônicas, ajudando, portanto, a definir as práticas pastorais no mundo inteiro. A mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula.¹⁴⁰

É interessante observar que as reformas do concílio conduziram a mudanças mais significativas em países da América Latina do que na Europa. Mainwaring afirma que: “*Maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior coresponsabilidade dentro da Igreja e relações de maior proximidade entre o clero e o povo exigiam na América Latina mudança muito maior que na Europa*”.

A preocupação de promover o desenvolvimento dos povos emergiu com tal força no concílio, que exigiu do papado a criação de um organismo permanente dedicado a esta tarefa. Assim nasceu a Pontifícia Comissão de *Justiça e Paz*, em 6 de janeiro de 1967. As viagens realizadas por Paulo VI, antes e durante seu pontificado à América Latina, à África, à Índia e ao Oriente Médio, permitiram-lhe viver a dramática situação derivada do subdesenvolvimento. Talvez por isso tenha deixado claro na *Populorum Progressio*, que o verdadeiro desenvolvimento humano tem que ser integral, não somente econômico, mas também cultural, social, político, espiritual, moral e religioso. De acordo com Gutierrez, nunca um documento social católico havia empregado termos tão severos para referir-se ao capitalismo qualificado como “*sistema nefasto*”.¹⁴¹

Duramente criticada por alguns setores mais tradicionalistas da Igreja, a abertura iniciada por João XXIII e concluída por Paulo VI empreendeu uma decidida aproximação ao universo socialista. Gutierrez afirma que “*Muitos cristãos sentiram avalizada sua militância em partidos socialistas democráticos e, além disso, como aconteceu no Chile, fundaram, eles mesmos, movimentos socialistas de inspiração cristã, desprendido do tronco social-cristão*”.¹⁴² Na Encíclica *Octogésima Adveniens*, de 15 de março de 1971, Paulo VI convidou os católicos a um discernimento frente às correntes socialistas democráticas que se teriam distanciado do materialismo e do ateísmo marxista. Este novo espírito tornou possível o começo de um diálogo sério com intelectuais e políticos marxistas.

Na América Latina, a tendência de muitos cristãos era recorrer ao puro pragmatismo ou à análise marxista como mediação para conseguir uma compreensão “científica” da realidade

¹⁴⁰ MAINWARING, 2004, p. 63.

¹⁴¹ GUTIERREZ, 1995, p. 66.

¹⁴² GUTIERREZ, 1995, p. 52.

econômica, social e política. Gutierrez afirma que seus expoentes intelectuais desqualificavam a Doutrina Social da Igreja como sendo “*européizante, abstrata, a-histórica e motivar posturas reformistas ineficazes*”.¹⁴³ Para eles, o que a América Latina realmente necessitava era entrar em um processo revolucionário.

Acontece que a doutrina da Igreja Conciliar, embora tenha revolucionado o pensamento cristão, nunca almejou revolucionar o mundo temporal. As mudanças são desejáveis desde que nasçam primeiro dentro das consciências dos homens. O problema surge quando a evangelização se projeta na denúncia da injustiça e do desrespeito aos direitos humanos ou quando a Igreja se compromete com o destino dos pobres e dos perseguidos da América Latina mediante uma série de ações pastorais que em sua maioria tiveram respaldo do Vaticano para serem realizadas, principalmente pela Pontifícia Comissão de *Justiça e Paz*. Aí, então, surge de alguns setores católicos o clamor de que a Igreja está se afastando do seu trabalho e de que os homens e as mulheres se politizam e se esquecem de Deus, voltando-se para a realização de um projeto puramente temporal.

Talvez os reflexos desta abertura não tenham sido exatamente o que propunha fomentar, visto que alguns setores da Igreja da América Latina, desde antes do Episcopado de Medellín (1968), haviam combinado forças com movimentos de esquerda, além de aproximar seus ideais aos das classes mais pobres da população.

Passaremos então às transformações que o Concílio Vaticano II trouxe para a Igreja no Brasil. De maneira muito especial, evidenciaremos as mudanças através do trabalho de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, arcebispo metropolitano de Vitória, e seu bispo auxiliar, Dom Luiz Fernandes, que realizaram juntos a implementação das diretrizes do concílio na Arquidiocese de Vitória.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 68.

3 A IGREJA PÓS CONCILIAR NO ESPÍRITO SANTO

“Só o povo, salva o povo”.

Dom João

Em 1952, época da criação da CNBB, o então bispo do Espírito Santo, Dom José Joaquim Gonçalves, deu os primeiros passos para criação da província eclesiástica do Espírito Santo, com a subdivisão do bispado em três dioceses: uma em Vitória, arquidiocese, uma ao sul, com sede em Cachoeiro de Itapemirim e outra ao norte, com sede a ser definida.¹⁴⁴

Posteriormente, após uma pesquisa de campo, Dom José optou por Nova Venécia como sede da diocese do norte, mas em 10 de junho de 1957 o bispo se afastou do governo da diocese por motivos de saúde. Foi então, nomeado bispo do Espírito Santo, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, que tomou posse em 17 de agosto de 1957.¹⁴⁵ Dom João, diferente de Dom José, via em São Mateus a melhor escolha para sede da futura diocese do norte, por seu valor histórico, e pelo fato de ser cortada pela BR-101.¹⁴⁶

O documento pontifício que erigiu a província eclesiástica do Espírito Santo, criando a Arquidiocese de Vitória e as dioceses de Cachoeiro de Itapemirim e de São Mateus, denomina-se “*Cum Territorium*”, datado de 16 de fevereiro de 1958. Dom João continuou responsável pelas duas novas dioceses, até que seus respectivos bispos fossem nomeados e tomassem posse. De acordo com Carnielli:

*No curto período de tempo em que foi Bispo de todo o Estado do Espírito Santo, e, depois, administrou interinamente as duas Dioceses que ainda não tinham Bispos, percorreu de carro praticamente todo o Estado, fazendo visitas pastorais dialogando com Padres, comunidades, famílias, casas religiosas e colégios, além de participar de reuniões e de muitos eventos. Vê-se, portanto, que era muito dinâmico e comunicativo.*¹⁴⁷

O território da Arquidiocese de Vitória, na época de sua criação, abrangia também a atual Diocese de Colatina. Hoje está restrito aos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Fundão, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Marechal Floriano, Afonso Cláudio, Brejetuba, Alfredo Chaves, Guarapari, Anchieta, Viana e Santa Maria de Jetibá; como mostra o mapa da Arquidiocese em anexo (ANEXO 1).¹⁴⁸

¹⁴⁴ CARNIELLI, 2006, p. 530.

¹⁴⁵ CARNIELLI, 2006, p. 530

¹⁴⁶ CARNIELLI, 2006, p. 531-532.

¹⁴⁷ Dom João deixava de ser o sexto e último bispo de todo o estado do Espírito Santo para ser o primeiro arcebispo de Vitória e da Província Eclesiástica do Espírito Santo. CARNIELLI, 2006, p. 539.

¹⁴⁸ CARNIELLI, 2006, p. 537.

Quando chegou ao Espírito Santo seu ponto de partida para renovar a Igreja foi a liturgia, pois era considerado um grande liturgo. Procurou criar um clima democrático e aberto, que facilitasse os “*ventos renovadores*”. Como era maestro, estimulou todos a cantar os salmos, numa época em que o povo apenas ouvia o coral. Acreditava que por meio da música, as pessoas podiam atingir a elevação do espírito e da mente. Padre Waldyr Ferreira de Almeida afirma que não era cantar por cantar; era produzir mudança.¹⁴⁹

Dom João Batista foi definitivamente promovido a Arcebispo de Vitória no dia 26 de maio de 1958 e empossado em 28 de junho, quatro meses antes de o patriarca de Veneza, Dom Ângelo Giuseppe Roncalli, tornar-se o papa João XXIII, em 28 de outubro de 1958. Dom João se tornou depressa um admirador e entusiasta do novo papa. O anúncio de convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II foi recebido por ele com entusiasmo. De acordo com Carnielli, o bispo sonhava com um novo modo de ser Igreja, falava-se muito, então, numa Igreja cristocêntrica, mais voltada às suas origens, com maior participação dos leigos. Discutia-se a reforma litúrgica, a abolição do latim na liturgia, a liberação do celibato da lei eclesiástica, a profissionalização do clero, a missão dos colégios católicos, as devoções tradicionais e populares.¹⁵⁰

Foi nos primeiros anos de seu pastoreio em Vitória que teve início no Espírito Santo o Movimento de Renovação Paroquial, através da difusão dos grupos de Ação Católica - (JAC, JEC, JUC e JOC), e da formação de pequenos grupos de vivência cristã para estudos da Bíblia, nos quais ocorriam reflexões sobre problemas brasileiros.¹⁵¹

As orientações da Renovação Paroquial podem ser resumidas nas seguintes:

- a paróquia constitui uma célula orgânica da diocese, tendo o bispo como seu pastor por direito divino e o pároco como colaborador do bispo;
- a paróquia representa e manifesta a Igreja universal;
- a paróquia é ainda fermento da comunidade humana, assumindo em caráter supletivo certas atividades no âmbito da cultura, da economia e da vida social e exerce, também, a decisiva função de educar a consciência dos leigos para a ação na sociedade.¹⁵²

¹⁴⁹ In: GURGEL, 2005, p. 21.

¹⁵⁰ 2006, p.540.

¹⁵¹ CARNIELLI, 2006, p. 542.

¹⁵² ENDRINGER, Edemar. *Arte Barroca e Catolicismo do povo brasileiro: estudo sociológico de arte religiosa barroca e catolicismo popular no Convento da Penha do estado do Espírito Santo*. Pontifica Studiorum Universitas. A. S. Thomas AQ. In Urbe. Dissertatio Ad doctoratum. In Facultate scientiarum socialium Apud pontificiam universitatem s. Thomae in urbe. Romae, 1999. p. 236.

Com a renovação paroquial, os sacerdotes tornam-se autênticos educadores dos leigos, criando neles uma consciência de pertença à comunidade e de compromisso, incentivando-os a assumir a iniciativa e a plena responsabilidade nas tarefas da Igreja.

As paróquias necessitavam ser mais atuantes. Questionava-se, então, o modelo tradicional, considerado por muitos como insuficiente e inadequado para atender as novas exigências do povo e da modernidade que estava chegando. Propunha-se a criação de células vivas ou pequenos grupos para dinamizar a vida litúrgica, catequética e missionária das Paróquias. Por essa e outras iniciativas abraçadas por Dom João, é que se afirma que ele antecipou algumas transformações que só se institucionalizariam na Igreja depois do Concílio Vaticano II.

Para que a mensagem evangelizadora chegasse aos recantos da Arquidiocese, no início da década de 1960, Dom João adquiriu a concessão para uma emissora, a Rádio Capixaba, que diariamente transmitia sua palavra de pastor. A Rádio também cobria os mais importantes acontecimentos do Estado, e chegou a ser uma das mais importantes de Vitória.

O pontificado de João XXIII motivava renovação na Igreja. Em carta escrita ao Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), em dezembro de 1961, o papa pediu aos episcopados que elaborassem planos de pastoral para atenderem às especiais condições da Igreja no continente. Ele insistia numa atuação conjunta do episcopado, alegando até mesmo o perigo do avanço comunista na América Latina como possível prolongamento da Revolução Cubana (1959).¹⁵³

O Concílio Vaticano II já havia sido convocado e no Brasil vivia-se em clima de preparação para ele, quando a CNBB, na sua 5ª Assembléia Geral ordinária, de 2 a 5 de abril de 1962, em resposta ao pedido do papa, discutiu e encaminhou as linhas do *Plano de emergência para a Igreja do Brasil*. Este plano recomendava “[...] identificar as comunidades naturais e iniciar o trabalho a partir da realidade que apresentam”.¹⁵⁴ O plano inclui: reforma paroquial, reforma do ministério sacerdotal, reforma dos educandários e uma proposta de pastoral de conjunto. Além de estabelecer como parte da pastoral a formação de líderes, frentes agrárias e sindicalização rural. A intenção era reorganizar o alcance da instituição eclesial na sociedade civil.¹⁵⁵ O pastoreio de Dom João, em Vitória, foi marcado pela aplicação do *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*, que passou a orientar toda a ação pastoral da

¹⁵³ ENDRINGER, 1999, p. 164.

¹⁵⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Documento nº 25 - *Comunidades eclesiais de base na igreja do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 1999. p. 7.

¹⁵⁵ O plano conta ainda com anexos que trazem estatísticas gerais do Brasil e da Igreja, como a proporção de padres por habitantes em cada região do país.

Arquidiocese. Por isso podemos afirmar novamente, que antes e durante o Concílio, a Igreja em Vitória já vivia um movimento intenso de reforma.

No período preparatório que antecedeu o Concílio, os bispos de todo o mundo foram consultados sobre as principais questões a serem discutidas nas sessões conciliares. Dom João Batista da Mota e Albuquerque participou ativamente deste processo enviando quinze sugestões.¹⁵⁶ Como bispo, integrou a Comissão Episcopal para o Pontifício Colégio Pio Brasileiro em Roma e foi presidente da RENECA (Representação Nacional das Emissoras Católicas). Na qualidade de Padre Conciliador, teve como assessor pessoal o jovem teólogo jesuíta Pe. João Batista Libânio, que afirmava ser D. João um dos bispos brasileiros mais atualizados em teologia.

No dia 10 de outubro de 1962, véspera do início do Concílio, 130 bispos brasileiros desembarcaram em Roma, a bordo de um avião da Panair cedido pelo Governo brasileiro. Dom João, arcebispo de Vitória, Dom José Dalvit, bispo de São Mateus e Dom Luís Gonzaga Peluso, bispo de Cachoeiro de Itapemirim, faziam parte da comitiva.¹⁵⁷

Nas quatro sessões do Concílio, a maioria dos bispos brasileiros estava hospedada em *Domus Mariae*, sede da Ação Católica Feminina Italiana, uma casa ampla, a pouca distância do Colégio Pio-Brasileiro, em Roma. Apresentava-se como um local privilegiado, por seu espaço físico, que possibilitava a realização de grandes encontros. Proporcionou ao nosso episcopado uma rica e prolongada convivência; base de uma crescente unidade e de um providencial aprofundamento teológico e eclesial.

Dom Helder Câmara, na qualidade de secretário-geral da CNBB, começou a chamar alguns peritos e padres conciliares para falar aos bispos brasileiros sobre temas em debate no Concílio. Esses encontros se tornaram as famosas *Conferências da Domus Mariae*, iniciadas com pretexto experimental durante a primeira sessão, que foi organizada sistematicamente a partir da segunda sessão do Concílio.¹⁵⁸ No Colégio Pio Brasileiro também aconteciam encontros reunindo os seminaristas e os bispos conciliares. Dom João era Presidente da Comissão Episcopal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para o Colégio Pio Brasileiro, e por isso, tornou-se figura popular entre os estudantes.

A participação de Dom João no Concílio não foi importante apenas pelas sessões de discussão conciliares, mas foi também um momento de intercâmbio com várias correntes de pensamento

¹⁵⁶ GURGEL, 2005, p. 29.

¹⁵⁷ GURGEL, 2005, p. 29.

¹⁵⁸ MATOS, 2003, p. 161.

religioso. Foi durante o Concílio que ocorreu, por exemplo, o primeiro contato do arcebispo com os Irmãos de Taizé: uma comunidade ecumênica de origem calvinista, criada na região central da França após a Segunda Guerra e que viria a estabelecer uma comunidade na Grande Vitória anos mais tarde, a convite do arcebispo.

Foi também durante o Concílio que Dom João conheceu o padre operário, Paul Gauthier (1914-2002),¹⁵⁹ que liderava um movimento conhecido como *Igreja dos Pobres*. Em Roma, durante o Concílio, as reuniões do movimento aconteciam no Colégio Belga. Inicialmente, nove bispos do Brasil juntaram-se ao movimento, formando a segunda maior comunidade dentro do grupo. Estavam entre os brasileiros: Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Dom Helder Câmara (então bispo auxiliar do Rio de Janeiro), Dom Francisco Austregésilo de Mesquita (bispo de Afogados de Ingazeira/PE), Dom Gabriel Bueno Couto (bispo de Taubaté/SP), Dom Antônio Fragoso (bispo auxiliar de São Luís/MA), Dom Carlos Coelho Gouvea (arcebispo de Recife/PE), Dom Jorge Marcos de Oliveira (bispo de Santo André/SP), Dom Eugênio Sales (administrador apostólico de Natal/RN) e Dom Walfrido Vieira (bispo auxiliar de Salvador/BA). Posteriormente em 1964, mais sete bispos brasileiros se uniram ao grupo.

Quando decidiu deixar o movimento, Dom Eugênio Sales passou a Dom João a tarefa de ser uma espécie de coordenador do grupo brasileiro dentro da *Igreja dos Pobres*. No dia 16 de novembro de 1965, já no final da quarta e última sessão do concílio, 39 bispos de todo o mundo se reuniram nas catacumbas de Domitila, nos subterrâneos de Roma (antigos refúgios dos cristãos perseguidos) para selar um compromisso com os pobres.¹⁶⁰ O *Pacto das Catacumbas*, como ficou conhecido o documento assinado pelos bispos, sob o título de *Pacto da Igreja Servidora e Pobre*, tratava do ideal de procurar uma vida de simplicidade e pobreza, pregando a renúncia ao esplendor das insígnias episcopais. Jóias, vestes e outros sinais de luxo e poder deveriam ser deixados para trás. O documento estabelecia ainda que em relação à habitação, transporte e alimentação, era preciso levar uma existência próxima à do povo. Seus signatários não deveriam possuir imóveis ou conta em banco em seu próprio nome; se necessário, tudo deveria ser registrado em nome da Diocese. Títulos como Eminência e Excelência deveriam ser recusados. Ao final do concílio, aproximadamente 500 bispos conciliares assinaram o documento.¹⁶¹

¹⁵⁹ O Padre francês Paul Gauthier deixou a França e foi para a Palestina em 1955, decidido a levar uma vida semelhante à de Cristo. Para isso, trabalhou como carpinteiro em Nazaré e Belém. Aos poucos, pessoas de vários países se juntaram a ele, formando uma comunidade que ficou conhecida como Companheiros e Companheiras de Jesus Carpinteiro.

¹⁶⁰ GURGEL, 2005, p. 35.

¹⁶¹ GURGEL, 2005, p. 36-37.

Para a Igreja de Vitória, o concílio teve um momento muito especial. Durante a quarta sessão, em 1965, por indicação do próprio Dom João, foi anunciada a nomeação de Dom Luiz Gonzaga Fernandes como bispo auxiliar da Arquidiocese de Vitória. Imediatamente D. João chamou Dom Luis a Roma para que pudesse ainda participar do concílio, que já estava para se encerrar. Dom Luis foi sagrado bispo na capela da *Domus Mariae*, no dia 05 de dezembro, antevéspera da sessão conclusiva. Dom João presidiu a celebração litúrgica da sagração episcopal de seu bispo auxiliar. Praticamente todo o episcopado do Brasil presenciou a celebração. A Arquidiocese de Vitória estava representada pelo Padre Adwalter Antônio Carnielli, que chegava em Roma para seus estudos de pós-graduação em Filosofia, e pelo seminarista Geraldo Lyrio Rocha, que cursava o terceiro ano de Teologia na Universidade Gregoriana e foi o cerimoniário da ordenação episcopal. Assim, Dom Luiz teve o feliz ensejo de participar, três dias depois de ordenado bispo, do encerramento solene do Concílio Ecumênico Vaticano II, na Praça de São Pedro, no dia 08 de dezembro de 1965.¹⁶²

Os anos de concílio foram uma oportunidade única para os bispos brasileiros se conhecerem. Fundamental nesse processo foi o papel articulador da CNBB. Não é exagerado dizer que o episcopado brasileiro assumiu de fato e de forma pioneira o Vaticano II: estudou e assimilou o conteúdo dos dezesseis documentos conciliares com o firme propósito de aplicá-los à realidade da Igreja no Brasil, utilizando como instrumento privilegiado o planejamento pastoral sistematizado no *Plano de Emergência*, aprovado antes do término do concílio¹⁶³.

Durante o Vaticano II, o *Plano de Emergência* foi impulso fundamental na implantação de uma nova pastoral; de acordo com ele havia urgência em vitalizar e dinamizar as paróquias, “[...] tornando-as instrumentos aptos a responder à premência das circunstâncias e da realidade em que nos encontramos”.¹⁶⁴ E recomendava que a paróquia devia ser, antes de tudo, uma **comunidade de Igreja** e como tal seria “fermento da comunidade humana”. Citava São Paulo para fundamentar suas novas diretrizes:

*São Paulo aplica freqüentemente a palavra “Igreja” não apenas à Igreja universal, mas principalmente às comunidades locais. Para São Paulo, as comunidades locais representam e manifestam a Igreja universal e participam de suas propriedades e qualidades.*¹⁶⁵

¹⁶² CARNIELLI, 2006, p. 545.

¹⁶³ MATOS, 2003, p. 162.

¹⁶⁴ CNBB, *Plano de emergência para a Igreja do Brasil*. p. 31 e 34.

¹⁶⁵ CNBB, *Plano de emergência para a Igreja do Brasil*. p. 33.

Iniciava-se no Brasil a utilização do termo Igreja para identificar as comunidades eclesiais já existentes e as que surgiriam das formas mais diferentes e inusitadas pelo país.

A redescoberta da comunidade pela Igreja representa, indiscutivelmente, a maior característica de sua transformação. A partir dos anos 60, a valorização das comunidades naturais e sua inclusão na instituição, geraram uma pastoral que estimulou a participação dos leigos nos assuntos da Igreja. Na América Latina, nascem as Comunidades Eclesiais de Base, e com elas a proposta de um novo modelo de Igreja engajado nas lutas cotidianas dos fiéis. Enraizadas na comunhão com o institucional, tais comunidades reconhecem o sentido das instâncias hierárquicas e de sua autoridade. Já na Europa e nos Estados Unidos, organizavam-se como grupos “subterrâneos” confrontando-se com as instituições eclesiais.¹⁶⁶

A diferença entre as comunidades de base da América Latina e aquelas da Europa está precisamente na diversidade do contexto sócio-econômico: de um lado, as experiências inseridas na sociedade de bem-estar do “primeiro mundo” e de outro, as comunidades do “terceiro mundo”, onde o homem ainda luta arduamente para sobreviver. No primeiro caso, uma sociedade com elevado processo de secularização e, no segundo, uma sociedade onde o catolicismo é fator constituinte e a fé determina a cosmovisão elementar do homem. Entre os pontos de contato, convém assinalar a base humanitária ou evangélica da maioria das experiências e um questionamento de estruturas impostas de cima, pelo qual se criticava, direta ou indiretamente, a reduzida possibilidade de participação decisória oferecida aos leigos.¹⁶⁷

O conceito de comunidade eclesial cresceu em significação, abrangendo desde a Igreja universal até as comunidades rurais e periféricas. Em território brasileiro as comunidades paroquiais e as pequeninas comunidades do interior são o berço das CEB's.¹⁶⁸ No *Documento 25 – Comunidades Eclesiais de Base no Brasil*, publicado em 1982, a CNBB lembra que elas não surgiram como produto de geração espontânea, nem como fruto de mera decisão pastoral: “Elas são o resultado da convergência de descobertas e conversões pastorais que implicam toda a Igreja – povo de Deus, pastores e fiéis – na qual o Espírito opera sem cessar.”¹⁶⁹

O livro de Dom Luiz Fernandes *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*¹⁷⁰ cita vários exemplos de nascimentos de CEB's, no intuito de demonstrar que não havia uma receita para

¹⁶⁶ ENDRINGER, 1999, p. 234.

¹⁶⁷ ENDRINGER, 1999, p. 234-235.

¹⁶⁸ ENDRINGER, 1999, p. 235.

¹⁶⁹ CNBB, 1999, p. 7.

¹⁷⁰ FERNANDES, Luiz. *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 11. Dom Luiz Fernandes, foi bispo de Campina Grande na Paraíba, mas é sujeito importantíssimo na história da

criá-las, mas sim, uma abertura para que elas nascessem. Havia uma abertura institucional para que uma nova maneira organizativa dos fiéis pudesse ser realizada, os espaços fossem criados e todos fossem chamados à participação.

3.1 A DINAMIZAÇÃO DA RENOVAÇÃO ECLESIAL

O processo de renovação iniciado por Dom João antes do concílio continuou em andamento, agora com o respaldo das diretrizes litúrgicas elaboradas pelos conciliares e a disposição inovadora de seu bispo auxiliar Dom Luiz Fernandes.

Dom Luiz chegou a Vitória em fevereiro de 1966 e foi encaminhado por Dom João para Colatina. O arcebispo atribuiu-lhe, de imediato, a responsabilidade de pôr em prática, no interior, as reformas litúrgicas, pastorais e eclesiais aprovadas pelo Concílio Ecumênico. Com o apoio do arcebispo, Dom Luiz elaborou um livreto com as principais conclusões do concílio. Os encontros feitos nessa época, com base nesse livreto, eram chamados de *concilinhos*. Multiplicaram-se pela Arquidiocese os encontros de formação para divulgar as diretrizes do concílio e o *Plano de Pastoral de Conjunto*, elaborado pela CNBB durante a VII Assembléia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar.

O planejamento pastoral foi requerido pelo Pontífice Paulo VI, que fazendo referência ao pedido anterior de João XXIII, que originou o nosso *Plano de Emergência para a Igreja no Brasil*, exigiu um planejamento detalhado da ação pastoral no discurso proferido ante os bispos da América Latina, na audiência de 24 de novembro de 1965:

[...] a atividade pastoral não pode processar-se às cegas. O apóstolo não corre no encalço do incerto e bate no ar (I Cor, 9,26). Hoje foge à acomodação e ao perigo do empirismo. Um sábio planejamento pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e um incentivo de trabalho.

*Sabemos que em alguns de vossos países foram elaborados planos de pastoral de conjunto, em resposta à encarecida recomendação de nosso predecessor João XXIII, de feliz memória, na Carta Apostólica Ad dilectos Americae Latinae populos, de 8 de dezembro de 1961. O exemplo poderá ser seguido também pelos demais episcopados.*¹⁷¹

Arquidiocese de Vitória, onde foi bispo co-adjunto de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, de 05 de dezembro de 1965 até 1981.

¹⁷¹ CNBB, *Plano de Pastoral de Conjunto*. Doc. 77. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 7-8.

Como podemos notar na citação, há uma reforma administrativa sendo realizada. A exigência de um planejamento de conjunto atenta para a manutenção da unidade da Igreja e possibilita um acompanhamento das atividades pastorais a distância. O que viabiliza a aproximação das diretrizes da Cúria Romana à pastoral local. A identificação das comunidades naturais e sua capacitação de acordo com as diretrizes inovadoras de Roma ocupam lugar principal no *Plano de Pastoral de Conjunto* da CNBB. Será através da reforma das comunidades eclesiais existentes no interior e na periferia, que nasceram comunidades com um espírito novo.

Em algumas regiões do interior os *concilinhos* se repetem e as comunidades vão assimilando o Vaticano II. Esses encontros tinham a duração de uma semana, às vezes um pouco mais, e além dos leigos, contavam com a participação de padres, religiosos e freiras. Simultaneamente, Dom Luiz deu impulso aos Círculos Bíblicos, que tiveram muita aceitação no meio do povo. Eram encontros de catequese de adultos, que utilizavam o material produzido nos Círculos Bíblicos de Belo Horizonte pelo Frei Carlos Mesters, pai da metodologia de leitura popular da Bíblia. De acordo com Dom Luiz:

O concílio dá especial enfoque à Palavra de Deus, transformando-a em prática pastoral. Os Círculos Bíblicos, considerados o principal fertilizante das pequenas comunidades, devolveram a Bíblia ao povo. Este novo estilo de catequese popular foi peça principal na formação das comunidades, vindo questionar a vida da Igreja como fermento na massa, sendo força de transformação da sociedade.¹⁷²

Nesta época, Dom Luís foi residir no Colégio Marista de Colatina, revestido das funções de Vigário Geral e Episcopal. Em 1968, o Padre Geraldo Lyrio Rocha assumiu a coordenação de pastoral e intensificou os cursos e encontros de formação para padres e leigos. Foi uma época de muita movimentação, mudanças e discussões de idéias:

Só quem participou e foi testemunha ocular destes fatos, poderia melhor do que eu, que participei menos, descrever, comentar e avaliar esse período rico e de crescimento. Um forte entusiasmo para construir um novo modelo de Igrejas estava presente nos corações das pessoas envolvidas. Só se ouvia falar em reformas e o dinamismo era total. A utopia tomou conta de todos os que sonhavam com uma nova sociedade e com uma nova Igreja.¹⁷³

Em Colatina, Dom Luiz ministrava cursos bíblicos, num ambiente em que a leitura dos textos sagrados ainda era privilégio de poucos. O antigo problema da falta de sacerdotes, para dar conta da evangelização na imensidão da nação brasileira, retardava o processo de renovação.

¹⁷² FERNANDEZ, Luiz, *apud* DUARTE, 1983, p. 40.

¹⁷³ CAMIELLI, 2006, p. 546.

A idéia de estimular a evangelização através da instrução dos leigos era o objetivo das capacitações. Dom Luiz passou a circular pelo interior numa época em que a visita de um sacerdote era algo fora do comum. As missas eram raras, mas não faltavam festas religiosas, as ladainhas e os leilões da Igreja. As comunidades de descendentes de italianos em Colatina se reuniam em torno de suas capelas. Essas características comuns no interior do país facilitariam muito o trabalho de Dom Luiz, pois ofereciam o mínimo de organização necessário para o nascimento das CEB's. O próprio Dom Luiz afirmou:

*[...] Se nós queremos fazer um pouco da história das CEB's de Colatina hoje, teríamos de partir, por questão de honestidade histórica, da explicação do real. Partir do suporte que elas tinham. Tinham pequenas comunidades eclesiais de base tradicionais, dentro do figurino eclesiológico pré-conciliar. Mas de muito boa seiva. Eu estimava muito aquela alma católica.*¹⁷⁴

O fato de existir certa estrutura de comunidade pré-conciliar, para usar uma expressão do próprio Dom Luiz, ajudou na implantação das diretrizes do concílio, mas também trouxe alguns conflitos. Havia um catolicismo popular tradicional regendo a pastoral dessas comunidades. Esse catolicismo era definido por um conjunto de crenças e práticas socialmente reconhecidas, partilhadas por um número significativo de católicos, que mantêm certa independência da hierarquia eclesiástica. Trata-se de um sistema religioso centrado nos santos, compreendido dentro de uma lógica contratual de relações interpessoais e mantido por um corpo de agentes religiosos leigos.¹⁷⁵

Acontece que a renovação conciliar, em nome de uma fé “esclarecida”, criticou profundamente o culto às imagens. A devoção aos santos passou a ser vista como uma manifestação alienada de um catolicismo que devia ser superado. Logo após o concílio estava em andamento a retirada das imagens dos santos da maioria das Igrejas. O povo, que não havia participado das decisões do concílio, nem muito menos havia sido consultado, protestou contra o novo lugar dos santos fora do altar. Alguns fiéis que haviam doado as imagens se ofenderam e reivindicaram a posse delas para suas famílias, mas a maioria das imagens ficou aos cuidados das congregações e irmandades leigas.

Na periferia da Grande Vitória, as CEB's estavam começando a nascer e poucas eram aquelas que se originavam de uma capela tradicional. A maioria das CEB's urbanas nascia em

¹⁷⁴ GURGEL, 2006, p. 24-25.

¹⁷⁵ ENDRINGER, 1999, p. 263.

barracos de madeira que não tinham o luxo de possuir mais de uma imagem. Também por isso, não houve conflitos intensos sobre a retirada dos santos do altar.

Contudo, de um modo geral podemos afirmar que o catolicismo tradicional do povo no Espírito Santo tem sido motivo de aglutinação entre as CEB's, como por exemplo, na tradicional Festa da Penha em Vila Velha, que teve como fervoroso animador o Arcebispo Dom João. A força devocional, que une as várias tendências espirituais, absorve conflitos oriundos da diversidade pastoral encontrada na Igreja.

O catolicismo popular tradicional vai constituir parte das CEB's, um exemplo disso são as caminhadas organizadas pelas CEB's, que podem ser consideradas como um novo modo de fazer procissões. Ou ainda, o fato de que cada comunidade tem um padroeiro e leva o nome de seu santo protetor, como por exemplo, a Comunidade São José Operário, a Comunidade São João Batista, a Comunidade São Sebastião, etc.

Nas CEB's urbanas, outras mudanças relacionadas à administração vão gerar conflitos maiores do que a retirada das imagens. A mudança de nome de *presidente da Igreja* para *coordenador* e a formação dos primeiros *conselhos de comunidade* ou de *paróquia*, já na década de 70, trouxeram atritos com as lideranças locais constituídas. Os leigos engajados, que “cuidavam” da Igreja, não receberam muito bem a idéia da formação de conselhos deliberativos de todas as ações das CEB's. Um pouco antes da criação dos *conselhos de comunidade*, vários organismos colegiados foram sendo criados na Arquidiocese de Vitória.

Ainda no final dos anos de 1960, funda-se o Instituto de Pastoral da Arquidiocese de Vitória (IPAV), com o objetivo claro de formar agentes de pastoral, ou seja, dar formação aos leigos. Nesta época abre-se também a possibilidade de inserir religiosas na pastoral. Realizam-se as chamadas Missões de Férias das religiosas e uma ou outra paróquia é confiada a elas¹⁷⁶, tudo isso até 1968, ano da Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), realizada em Medellín, na Colômbia, que teve como tema: *A Igreja na atual transformação da América Latina, à Luz do Concílio Ecumênico Vaticano II*.

A Conferência reafirmou a opção preferencial pelos pobres, pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela perspectiva libertadora do evangelho. Em Medellín, a Igreja na América Latina dá um passo definitivo para a sua transformação em “[...] povo de Deus em peregrinação.”¹⁷⁷

¹⁷⁶ IPAV foi extinto em 2006, substituído pelo>>>???

¹⁷⁷ O Vaticano II define a Igreja como: *o povo de Deus em Peregrinação*.

O conceito de *Povo de Deus*, pós conciliar, se desenvolveu a partir de uma eclesiologia de inclusão de todos os fiéis no corpo místico da Igreja. De acordo com Edegar Endringer, essa eclesiologia se tornou profética e produziu diversos mártires em função da fidelidade a Cristo Libertador e da abertura ao Espírito Santo.¹⁷⁸

A Igreja é então, o povo de Deus que vive a diversidade de dons e carismas em forma de serviços e ministérios. Isso impulsiona a Igreja para uma eclesiologia de comunhão que conduz à participação e à co-responsabilidade de todos os seus membros. O conceito de *Povo de Deus* se realiza na Igreja dos devotos pobres, a partir das CEB's. Rompem com o sistema de massificação eclesial e individualismo pastoral e criam uma conscientização de pertença eclesial e vocação profética para a transformação do mundo dos homens, além de proporcionarem uma reestruturação nos ministérios que promovem o pobre na Igreja.

*Redefinindo-se como Povo de Deus a serviço dos homens, e, superando a exclusividade da estrutura verticalista, monárquica, acentuadamente clerical, a Igreja se abre à estrutura comunitária na qual o devoto e todo leigo é reconhecido como sujeito do processo evangelizador.*¹⁷⁹

Embora o Concílio Vaticano II possa ser considerado o pai dessa nova interpretação à expressão *Povo de Deus*, é na Conferência do Episcopado Latino Americano em Medellín, que esse conceito se afirma dentro da Igreja. Gustavo Gutiérrez esclarece que a diferença entre o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín se dá nos seguintes pontos:

1) O Vaticano II fala do subdesenvolvimento dos povos a partir dos países desenvolvidos e em função do que estes podem e devem por aqueles, enquanto Medellín procura ver o problema dos países pobres, definindo-os como povos submetidos a um novo tipo de colonialismo;

2) o Vaticano II fala da Igreja no mundo e descreve-a como disposta a suavizar os conflitos, enquanto Medellín comprova que o mundo em que a Igreja latino-americana deve estar presente encontra-se em pleno processo revolucionário;

*3) o Vaticano II dá as grandes linhas de uma renovação da Igreja, já Medellín assinala a pauta para uma transformação da Igreja em função de sua presença em um Continente de miséria e de injustiça.*¹⁸⁰

De fato, é em Medellín que a Igreja latino-americana conseguiu uma identidade preponderantemente comunitária e libertadora, dando o poder hierárquico um sentido mais evangélico e colegial.

¹⁷⁸ ENDRINGER, 1999, p. 248.

¹⁷⁹ ENDRINGER, 1999, p. 250.

¹⁸⁰ GUTIERREZ, *apud* ENDRINGER, 1999, p. 241.

Em aspectos gerais, a nova eclesiologia era um desafio para recuperar a comunidade de fiéis como sujeito eclesial. O concílio havia concebido a unidade da Igreja não em termos de uniformidade, mas pela valorização da originalidade das comunidades, com sua diversidade natural.

A Conferência de Medellín se tornou a principal fonte inspiradora de teólogos que começaram a escrever sobre a libertação pregada nos Evangelhos. A partir de então, o trabalho pastoral realizado em Vitória ganhou mais força e incentivo, assumindo mais concretamente uma postura transformadora.¹⁸¹

Não podemos perder de vista que o posicionamento mais progressista da Igreja a partir de 1968, apoiando e organizando as classes oprimidas, acontecia paralelamente ao aumento da repressão por parte do regime militar. Muitos estudiosos das CEB's afirmam que, a partir do AI-5, podemos perceber uma unidade maior entre os bispos brasileiros, que diante do aumento da repressão formam um bloco de luta pela liberdade e pelos direitos humanos. O que não significa que fossem todos eles a favor das mudanças democráticas que aconteciam na estrutura da Igreja.

O regime militar tolerou a expansão das CEB's enquanto comunidades eclesiais, por suposto, sem cunho político. Assim, elas foram se multiplicando sem chamar a atenção das autoridades. Foi um período crítico e de fermentação de idéias. Posteriormente, a única instituição organizada que conseguiria fazer alguma crítica ao regime militar seria a Igreja Católica, de outras religiões cristãs não se ouvia nada. Muitas foram acusadas pelos militantes das CEB's de fazerem o jogo da ditadura, pregando um tipo de religião alienante.

Contudo, não demorou pra que muitos membros das CEB's fossem mal vistos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Pessoas encarregadas da “segurança nacional” se infiltravam nos grupos da Igreja para obter informação sobre o que estava sendo discutido.

Na Arquidiocese de Vitória, a década de 1970 é marcada pelo processo germinativo das CEB's. Os círculos bíblicos uniam fé e vida, relacionando a Palavra de Deus com os fatos da sociedade e a nova consciência do povo. Eles contribuíram para a fundação e sustentação das CEB's, que viriam a se tornar a grande prioridade pastoral da Arquidiocese.

¹⁸¹ CARNIELLI, 2006, p. 547.

3.1.1 Como são constituídas essas Comunidades Eclesiais de Base?

As Comunidades Eclesiais de Base são grupos de leigos que se formam, via de regra, nos meios mais pobres, quer no interior, quer na periferia das cidades, para refletir sobre a vida a partir da leitura da Bíblia. O local onde esse grupo se reúne não é importante a princípio, mas posteriormente se transforma em templo de celebrações dominicais e sede de todos os trabalhos que o grupo pretenda realizar.

No início das CEB's, não há um documento civil que vincule o grupo de fiéis. Esse grupo de leigos não possui estatuto, não é uma associação, é parte da Igreja Católica Apostólica Romana. Ligação que a princípio é fundamentada no puro espírito de pertença religiosa, pois juridicamente a ligação só começa a se estabelecer quando o terreno do templo passa a ser propriedade da Instituição, o que não é nada fácil de regulamentar, já que a maioria dos lotes em que houve construção de capela das CEB's foi doada de maneira informal, seja por particulares, seja por entidades públicas.

Por exemplo: no planejamento de loteamentos urbanos, normalmente são definidas áreas de lazer, onde há previsão de construção de uma praça pública. Muitas CEB's de Cariacica tiveram seus lotes doados pela prefeitura dentro desta área de convivência pública, como se a Igreja fosse parte funcional da praça. Acontece que a prefeitura, na maioria das vezes, não emite escritura do terreno. O processo é regido por promessas e o compromisso é informal. Nas décadas em estudo, muitas áreas rurais foram ocupadas ilegalmente no município, outro motivo que justifica o fato da maioria das CEB's de Cariacica não possuírem documentação dos terrenos de suas Capelas.

O grau de organização da CEB's é ampliado a partir do nascimento dos Conselhos de Comunidade. Formula-se um tipo de regimento interno que regulamenta o funcionamento do Conselho e a maneira como ele deve administrar a comunidade.

Todo o dinheiro arrecadado é submetido a uma prestação de contas que é fiscalizada pela administração da Paróquia. A Paróquia, por sua vez, presta contas a Mitra Arquidiocesana de Vitória. A vinculação da Paróquia a administração arquidiocesana é prevista no Código de Direito Canônico. A Mitra Arquidiocesana de Vitória possui personalidade jurídica, por isso é a responsável legal por toda a movimentação financeira de suas CEB's e Paróquias.

3.2 A ARQUIDIOCESE SE ORGANIZA PARA A EVANGELIZAÇÃO DAS MASSAS URBANAS

Demorou um pouco para que a idéia de comunidade fosse absorvida em Vitória e nos municípios vizinhos. O processo que se deu em Colatina entre os anos de 1968 e 1970, só ganharia força em Vitória a partir de 1972 e 1973. No final da década de 1960, a região ainda se preparava para vir a formar a concentração urbana que mais tarde ficaria conhecida como Grande Vitória. Na capital e nas cidades ao redor havia apenas as matrizes das paróquias.

A década de 1960 foi um momento de transição econômica, marcada pela decadência das atividades tradicionais, o crescimento acelerado da pecuária bovina no setor primário e a intensificação do processo de industrialização.

A partir de meados dos anos 1970, tem início outra etapa do processo econômico, quando se concretizam as decisões de se implantarem no Estado os *Grandes Projetos Industriais*, orientados basicamente para mercados externos, que vão transformar a estrutura produtiva estadual.¹⁸²

A partir de 1960, a população da Capital começou a crescer de forma desordenada. Após um crescimento de 58% nos anos da década de 1950, a população quase dobrou na década seguinte e permaneceu crescendo rapidamente até meados de 1970, quando Vitória já se tornara altamente congestionada e com considerável expansão da população favelada.¹⁸³

Essa nova realidade urbana da Arquidiocese exigia métodos de evangelização dinâmicos que pudessem alcançar a leva de migrantes que se acumulavam na periferia das cidades. Vindos do interior do Estado e principalmente dos vizinhos Minas Gerais e Bahia, a população de migrantes que construiu a periferia da Grande Vitória era muito religiosa. Estavam acostumados a repetir os ritos católicos com fidelidade mesmo na ausência de sacerdotes, que eram raros no interior do país.

Ao chegarem a Grande Vitória, logo organizaram suas orações em torno de seu Santo de devoção; o terço era rezado todos os dias entre as mulheres e contava com a participação dos

¹⁸² De acordo com Maria da Penha Smarzaró Siqueira, os projetos foram agrupados em cinco complexos, sendo três do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e dois do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual). SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano, o caso da Grande Vitória: 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001. p. 87-88.

¹⁸³ SIQUEIRA, 2001, p. 100-101.

homens nos domingos e dias santos. São esses católicos que vão organizar as primeiras capelas da periferia. Por causa da crescente urbanização houve um princípio de mobilização em torno de questões como saneamento, transporte, saúde e moradia. Algumas experiências de formação de comunidades eclesiais de base estavam em curso. Padres, irmãs e leigos formavam as *Equipes de Periferia*, que se reuniam periodicamente para avaliar as atividades desenvolvidas nas comunidades que surgiam.

Neste processo de reorganização da Arquidiocese, foi criado o SIDAV (Serviço de Informação da Arquidiocese de Vitória), jornal interno (tipo folder) um tanto sigiloso que divulgava informações do que se passava com a Igreja de Vitória e do Brasil naqueles tempos difíceis de censura, quando a imprensa estava sob controle do governo. Dava notícia de muitos fatos ocorridos nos bastidores da política, as perseguições ocorridas pelo Brasil e o crescimento das CEB's. O SIDAV era distribuído gratuitamente aos padres e leigos mais engajados.¹⁸⁴

Em 1972, começaram a se intensificar os treinamentos de lideranças para quem desejasse trabalhar com as CEB's que estavam necessitando urgentemente de pessoas mais preparadas. Os treinamentos eram ministrados no Centro de Aperfeiçoamento do Líder Rural, famoso CALIR, construído numa parte do terreno da antiga fazenda do Seminário, no município de Viana. Muitos católicos sentiram-se valorizados e começaram a assumir um novo papel na Igreja. Surgiram, a partir daí, os conselhos em todos os níveis. A Arquidiocese de Vitória montou uma grande infra-estrutura (máquinas administrativas e gráfica na Cúria) para dar apoio moral, editorial e econômico aos trabalhos das CEB's.

Fato importante para a Igreja de Vitória foi a criação, no dia 01 de maio de 1973, do Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória (COPAV). Presidido pelo Arcebispo, esse conselho consultivo foi criado com objetivo de assessorar a condução dos trabalhos pastorais, além de avaliar a caminhada pastoral e buscar mais unidade dentro da Arquidiocese.

Na mesma época, a Arquidiocese foi dividida em Áreas Pastorais, como podemos verificar na cartilha denominada *Os conselhos que a gente quer*, impressa pela Arquidiocese de Vitória (ANEXO 2. p27). De acordo com ela, as Áreas Pastorais eram: Grande Vitória, Colatina, BR-101, Linha ITA, Beneventes e Serrana. Essas áreas são divididas por Paróquias e as Paróquias divididas em Setores, como mostra o fluxograma do ANEXO 2, p26. As áreas maiores, com um

¹⁸⁴ CARNIELLI, 2006, p. 546.

número grande de paróquias, foram divididas em Regionais, como mostra o fluxograma na Área da Grande Vitória e Colatina.

Segundo o documento de Normas Regimentais de 1983, o COPAV é um dos superiores órgãos pastorais da Arquidiocese, visando fazer com que todos os fiéis participem, quando possível, não só da execução, mas também do planejamento relativo à vida eclesial e à ação pastoral.¹⁸⁵

As normas regimentais do COPAV se antecipam às recomendações do Documento nº. 20 da CNBB, que dita normas para o funcionamento dos Conselhos Pastorais em todas as Dioceses, apoiando-se nos objetivos da proposta de Puebla. Esta proposta cita o documento *Christus Dominus* produzido pelo Vaticano II, que preconiza ser muito desejável que em cada Diocese se institua um peculiar Conselho de Pastoral, presidido pelo próprio bispo diocesano e nele tomem parte clérigos, religiosos e leigos, especialmente escolhidos.

Entre os anos de 1975 e 1977, as áreas pastorais da Arquidiocese começaram a criar seus conselhos. Colatina e Linha ITA foram as primeiras a organizar seu Conselho de Pastoral de Área. Em 1978, esta prática dos conselhos foi requerida a todas as áreas da Arquidiocese. Assim, os membros do COPAV passaram a ser eleitos democraticamente pelos Conselhos das Áreas Pastorais. Os conselhos se estenderam a todos os níveis da administração eclesial; nascia o Conselho de Comunidade (nas CEB's) e o Conselho Paroquial. Um breve resumo da História dos Conselhos pode ser encontrado na cartilha supra citada (ANEXO 2, p.7)

Em 1976 foi instalada a Assembléia Arquidiocesana, com o propósito de congregar os diversos setores da Igreja na definição das prioridades da Arquidiocese. Os conselhos já estavam organizados e eram eles que indicavam um representante de cada paróquia para participação na Assembléia Arquidiocesana. Enquanto o COPAV funcionava como um conselho consultivo, a Assembléia era o local onde as decisões passaram a ser tomadas, onde se definiam os verdadeiros caminhos pastorais.

Como mencionamos anteriormente, o SIDAV, no início dos anos 70, produzia um pequeno boletim informativo elaborado pela equipe do Secretariado de Pastoral. Mimeografado em papel ofício, trazia reflexões e informações sobre a Arquidiocese e o Brasil. A partir dele, uma equipe de leigos empenhados de Vila Velha criou o informativo *Folha da Periferia*, que começou a circular na Arquidiocese com aprovação dos bispos, em 1974. Esse boletim

¹⁸⁵ DUARTE, Laura Maria Schneider. *Isto não se aprende na Escola: a educação do povo nas CEB's*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 32.

destacava informações que fossem de interesse das comunidades e oferecia reflexões para os Círculos Bíblicos. Até então o boletim mais usado nas paróquias para a liturgia dominical era o folheto *O Domingo*, produzido em São Paulo com uma linguagem pouco acessível que não tratava de assuntos ligados à realidade do Estado.¹⁸⁶

Para dar maior autonomia ao leigo, a *Folha da Periferia* logo passou a incluir em suas edições um pequeno roteiro para celebrações dominicais, destacando as datas festivas religiosas de cada mês.¹⁸⁷ Mas a *Folha da Periferia* tinha um alcance limitado. A comunicação e a ligação entre as comunidades só seriam fortalecidas, definitivamente, após o I Intereclesial, com a criação do boletim litúrgico *Caminhada*, em dezembro de 1975.

O *Caminhada* passou a fornecer material litúrgico semanalmente, para as CEB's poderem realizar seus encontros celebrativos nos finais de semana. A falta de material específico para orientar as comunidades fez com que rapidamente o boletim passasse a ser requisitado até mesmo por dioceses de outros estados. O boletim era usado por todas as comunidades e segmentos mais engajados, a ponto de tornar-se obrigatório nas CEB's, pois continha, além da parte litúrgica, informativos da vida da Igreja de Vitória. Mas muitas Igrejas paroquiais, mais conservadoras, preferiram continuar usando como guia o folheto *O Domingo*

Em 1974, atendendo ao pedido de muitos padres e leigos, elaborou-se um documento que continha orientações sobre os conteúdos metodológicos da caminhada pastoral da Igreja em Vitória. Esse documento recebeu o título de *Pistas Pastorais*. No início de 1975, o documento foi traduzido para uma linguagem popular que pudesse ser compreendida nas CEB's. Essa tarefa coube a Frei Betto,¹⁸⁸ que estava morando no Espírito Santo desde que deixou a prisão em 1974. Frei Betto elaborou, a partir do *Pistas Pastorais*, um trabalho que ficou conhecido

¹⁸⁶ GURGEL, 2006, p. 31.

¹⁸⁷ GURGEL, 2006, p. 30-31.

¹⁸⁸ Em entrevista para elaboração de obra sobre o episcopado de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Frei Betto comenta os motivos que o levaram a vir morar no Espírito Santo: “Cheguei a Vitória em fevereiro de 1974. Em fins de 1973 eu havia sido libertado da prisão, onde fiquei quatro anos. Recebi todo tipo de pressão para sair do Brasil. Decidi ficar. Queria prosseguir na luta contra a ditadura. Mas ficar em que lugar? No Sul, eu havia sido preso. No Norte, havia a guerrilha do Araguaia. No Nordeste, o clima político era quente. Rio, São Paulo e Belo Horizonte eram palcos de intensa repressão. Escolhi Vitória, por situar-se próxima a essas capitais com as quais eu mantinha vínculos estreitos. Portanto, não fui para lá por causa da Igreja. Moveu-me a conveniência geográfica. Meu superior dominicano conseguiu com o superior franciscano que eu fosse acolhido pelos frades do Convento da Penha, em Vila Velha. Só me dei conta de que Deus me conduzira ao lugar certo, na hora certa, quando cheguei a Vitória. Ali se iniciava o trabalho de multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base. Dom Luiz e Dom João, tão logo tiveram ciência de que eu me encontrava na Arquidiocese, me receberam de braços abertos. Nos próximos cinco anos, eu trabalharia com eles na pastoral de Vitória”. BETTO, Frei, *apud* GURGEL, 2005, p. 39.

até no exterior, intitulado *A Igreja que a gente quer*, publicado pelo Secretariado de Pastoral.¹⁸⁹

Esse novo documento, com pequenos parágrafos de quatro a cinco linhas e muitas ilustrações, posteriormente foi publicado no boletim *Caminhada*, que a cada edição trazia um de seus itens para reflexão.

A tradução deste documento para linguagem popular marca o início de uma fase de traduções de documentos para uso nas CEB's, nos encontros e treinamentos que passaram a ser cada vez mais freqüentes. Dom Luiz também estava atento aos documentos da CNBB, que refletiam sobre a situação sociopolítica do Brasil. Ele estimulava a análise desses documentos e a sua tradução para linguagem popular.

Para poder imprimir o folheto *Caminhada*, e, muitos outros folhetos, cartilhas, boletins e folders, a Arquidiocese comprou e instalou uma grande e moderna gráfica no edifício da Cúria, onde um grupo de senhoras voluntárias e funcionários do Secretariado de Pastoral, trabalhavam sem cessar, imprimindo material para ser distribuído nas CEB's. A Arquidiocese teve muitas despesas com esta gráfica, e viria a sofrer muitas críticas por causa dela, chegando a ser acusada de servir gratuitamente a fins políticos e partidários.

3.3 ENCONTROS INTERECLESIAIS

A década de 1970 assinala o fortalecimento das CEB's. Foram anos marcados pela vitalidade da articulação entre fé e vida, de sua criatividade bíblica e litúrgica. O fechamento da conjuntura política e o bloqueio dos vários canais de expressão popular favoreceram a unidade pastoral.¹⁹⁰

¹⁸⁹ CARNIELLI, 2006, p. 549.

¹⁹⁰ TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Os encontros intereclesiais de CEB's no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 23-24.

Progressivamente, com a expansão das CEB's, surgiu a idéia de uma maior articulação entre elas. Até então, os bispos mais progressistas se reuniam clandestinamente, conforme relato de Dom Luís:

*Tínhamos tido encontros clandestinos de bispos. Era uma outra coisa. Em face da conjuntura política cruel a que nós estávamos metidos. Aí esta história dos encontros que fizemos num subúrbio de São Paulo. Meia hora depois a polícia passou. Se tivesse chegado antes tinha pegado ali bispo, freira, lideranças leigas e operários clandestinos, militantes nossos que já estavam na clandestinidade.*¹⁹¹

A idéia de fazer um encontro das CEB's nasceu de uma conversa informal de Dom Luís com o historiador Eduardo Hoornaert por ocasião de um banho de mar em janeiro de 1974.¹⁹² A idéia original do Intereclesial era bem precisa: realizar um encontro envolvendo os bispos que partilhavam da mesma caminhada popular de Igreja, para conversar sobre as experiências em curso.¹⁹³

*Por que não fazer uma reunião das CEB's que estão surgindo por esse Brasil afora? Não um encontro nacional, mas um bate-papo entre amigos, entre Igrejas que estão tendo uma caminhada parecida. Quando a gente se reuniu naquele janeiro de 1975, ninguém podia imaginar a dimensão que esses encontros iriam tomar.*¹⁹⁴

A palavra *Intereclesial* foi criada com cautela, fruto de uma atitude bastante crítica, visando evitar qualquer equívoco sobre a natureza do encontro. Não era uma tentativa de sobrepor-se ou fugir à CNBB. “Evitamos sistematicamente a expressão ‘Encontro Nacional’. Então, achou-se de buscar uma expressão despreziosa, quase neutra.”¹⁹⁵ Seria um encontro de igrejas irmãs que trocam suas experiências, sem ambicionar ser uma cúpula, nem um congresso.

Seguiu-se então um longo período preparativo. O primeiro Encontro Intereclesial aconteceu em Vitória, onde atualmente funciona o Seminário Nossa Senhora da Penha, em Santa Helena. Participaram do evento cerca de 70 pessoas, entre eles, bispos, padres e outros

¹⁹¹ FERNANDEZ, Luiz, *apud* GURGEL, 2006, p. 37.

¹⁹² Sobre esse momento, Hoornaert escreveu: “[...] eu estava ouvindo por toda parte falar em comunidade de base, resolvi visitar meu amigo em Vitória, onde ele era bispo auxiliar. Num passeio pela praia veio a idéia da convocação de um ‘encontro’ para ver por onde ia essa ‘comunidade de base’. Eu disse: Você está numa posição boa, com arcebispo compreensível. Ele entusiasmou-se com a idéia e assim se realizou o primeiro Encontro Intereclesial de Comunidades de Base”. HOOMAERT, Eduardo, *apud* GURGEL, 2006, p. 36.

¹⁹³ TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Os encontros intereclesiais de CEB's no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 25.

¹⁹⁴ HOOMAERT, Eduardo, *apud* TEIXEIRA, 1996, p. 24-25.

¹⁹⁵ FERNANDEZ, Luiz, *apud* GURGEL, 2006, p.35.

religiosos, representando várias dioceses de 12 estados diferentes. Entre os participantes estavam alguns animadores leigos e agentes de pastoral das comunidades de diversas regiões do Brasil. Mas o Intereclesial só seria aberto a todos os leigos a partir do segundo encontro.¹⁹⁶

O I Intereclesial teve como tema *CEB's: uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus* e tinha como objetivo delinear o perfil e descobrir as características futuras da Igreja que “nasce no meio do povo”. Na reflexão de Leonardo Boff, a experiência revelou uma novidade teológica; as CEB's estavam reinventando a Igreja a partir de baixo: “[...] o que nascia não era mais uma reprodução da Igreja tradicional assentada sobre o eixo sacerdotal e sacramental. Era uma nova realidade que nascia do coração do próprio povo pobre [...]”.¹⁹⁷

Para Leonardo Boff, as CEB's estavam reinventando a Igreja. Era a gênese de uma Igreja que se assistia naquele momento. A partir deste pensamento surgiu a expressão *eclesiogênese*, que se transformou em categoria teológica e correu o mundo. O lema da *eclesiogênese* se tornou o traço peculiar da perspectiva eclesial latino-americana, mas suscitou muita crítica de setores mais conservadores da Igreja.¹⁹⁸

O I Intereclesial durou três dias, caracterizados por uma intensa troca de experiências, reflexões e orações. No relatório dos trabalhos alguns eixos fundamentais da caminhada das CEB's foram apontados, assim como, os desafios a enfrentar. Entre as conclusões, enfatizou-se a dinâmica metodológica adequada as CEB's:

- sempre partir da análise da realidade;
- abrir permanentes espaços de valorização das expressões autênticas do povo (respeitando as etapas de seu crescimento);
- favorecer condições para o aperfeiçoamento contínuo dos agentes de pastoral e que esta formação seja realizada o quanto possível dentro da própria comunidade.

A convite de Dom João e Dom Luiz, cinco irmãos da comunidade de Taizé vieram morar no Espírito Santo em 1972, permanecendo no estado até 1978. No início, os irmãos foram morar na residência dos bispos, mais tarde se instalaram em Santo Antônio. Diariamente saiam para

¹⁹⁶ Além dos dois bispos da Igreja de Vitória, estiveram presentes no encontro mais cinco bispos: Dom Aldo Gerna (São Mateus), Dom José Maria Pires (João Pessoa), Dom Waldyr Calheiros (Volta Redonda), Dom Tomás Balduino (Goiás) e Dom Moacir Grecchi (Rio Branco). Na assessoria teológica do encontro participaram cinco convidados: Leonardo Boff, Carlos Mesters, Gerard Cambon, Marcelo Carvalheira e Eduardo Hoornaert. Como convidado especial participou igualmente o sociólogo e historiador canadense Thomas Bruneau, estudioso da história do catolicismo no Brasil. TEIXEIRA, 1996, p. 25.

¹⁹⁷ BOFF, Leonardo, *apud* TEIXEIRA, 1996, p. 27.

¹⁹⁸ CONCLUSÕES DA III CONFERENCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO: evangelização no presente e no futuro da América-Latina. 8ª ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

visitar as comunidades religiosas e sua participação na Arquidiocese foi muito forte. Irmão Michel chegou a fazer parte do COPAV. E um dos irmãos da comunidade, Bruno, foi ordenado diácono por Dom João.

Durante o I Intereclesial, os Irmãos de Taizé organizaram um concílio de jovens. O tema do concílio era *Mudar o mundo para mudar o homem*. O encontro reuniu jovens do Brasil inteiro e o encerramento contou com uma grande celebração no Estádio da Desportiva Ferroviária, em Cariacica. O encontro chamou atenção das autoridades de “segurança nacional”, que vigiavam todos os passos dos participantes.

O primeiro Intereclesial transcorreu sem chamar muito a atenção da polícia política, mas o segundo encontro não teve a mesma sorte. Havia policiais a paisana que tentavam gravar o que era dito durante as reuniões. O segundo encontro aconteceu em Viana, no CALIR. De acordo com a Irmã Heloísa Maria Rodrigues da Cunha, foi preciso a intervenção dos presentes, inclusive do próprio Dom Luiz, para afastar os intrusos do governo.¹⁹⁹

O II Intereclesial realizou-se entre os dias 29 de julho e 1º de agosto de 1976. O encontro em si contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas, representando 24 dioceses de 17 estados brasileiros. Em relação ao I Intereclesial, houve uma diferente configuração das presenças. Desta vez, tentou-se equilibrar melhor a participação: metade dos presentes representava as comunidades (eram pessoas vindas da base) e a outra metade era composta de agentes de pastoral, padres, religiosos, assessores e bispos. Entre os presentes estavam 13 bispos brasileiros e três outros bispos convidados: dois do México, Dom Sérgio Méndez Arceo (Cuernavaca) e Dom Samuel Ruiz (San Cristóbal), e um do Chile, Dom Alejandro Jumez (auxiliar de Tacla). Participaram do evento também o teólogo Gustavo Gutierrez (Peru) e Norbet Greinacher (Alemanha).

¹⁹⁹ “[...] a polícia aparece lá na hora da recepção perguntando se estavam presentes Pedro Casaldáliga e a Irmã Madalena. O Pedro estava sentado assim, lendo um livro, e a Irmã Madalena lavava roupa. E eu disse que não, que não tinha nenhum Pedro e nenhuma Irmã Madalena, que só tinha os padres, as irmãs e os leigos de Vitória fazendo um retiro com o padre Libânio. E aí um impasse muito grande criado com a polícia. E durante o encontro eles tiveram que montar um esquema, um grupo de bispos ir a Polícia Federal e dizer: pára porque não agüentamos mais [...]”. Após a intervenção dos bispos, as autoridades exigiram um relatório com o nome de todos os participantes. A solução foi driblar a curiosidade dos policiais fornecendo uma lista com nomes inventados: “Nos passamos a noite montando uma lista de presença, com nomes inventados, nós só mantivemos os nomes inteiros de bispos e assessores. Todos os nomes do pessoal da base a gente inventava; fazia combinações aritméticas com um Francisco não sei o que pra inventar nomes. E a polícia queria relatórios. Dom Luiz pediu para a gente ir lá no secretariado de pastoral e pegar umas apostilas antigas de catequese. Nós compramos uma pasta, botamos a lista de nomes fictícios e os relatórios antigos de encontros de catequese da Arquidiocese e Dom Luís se encarregou de passar isso para a Polícia Federal”. CUNHA, Heloísa Maria Rodrigues da. In: GURGEL, 2006, p. 40.

O tema do encontro foi *Igreja: povo que caminha*. Fala-se muito, então, no futuro das CEB's, que observando as semelhanças entre si, passaram a tratar-se como companheiras de caminhada. Foi principalmente a partir do II Intereclesial, que se afirmou a identidade das CEB's.

Entre o segundo e o terceiro Intereclesial, em julho de 1979, houve um hiato de três anos. Esse encontro, realizado em João Pessoa, na Paraíba, teve como tema *CEB's: Igreja, povo que se liberta*, aquele era o ano da anistia. Os Intereclesiais entraram para o calendário da Igreja no Brasil, e são realizados até hoje, de cinco em cinco anos em cidades diferentes.²⁰⁰

3.4 GRUPOS ESPECIALIZADOS NA IGREJA POPULAR

Depois de dois Intereclesiais ficou visível que as CEB's tinham vindo pra ficar, mas apesar de toda a motivação de seus dirigentes, havia uma carência muito grande de informação para a concretização dos seus objetivos sociais.

Inspirada pela iniciativa do próprio Vaticano, a Arquidiocese de Vitória formou sua Comissão Justiça e Paz (CJP) em 1976. Também foi estimulada a publicação de boletins de formação política. Posteriormente, com base nas necessidades das CEB's, foram criadas novas entidades como a Comissão de Saúde e a Comissão de Direito à Moradia.

Em 1976, a Cáritas²⁰¹ passou a abrigar um centro de documentação e uma assessoria social, econômica e política para prestar serviço às comunidades, aos grupos de trabalhadores, de mulheres, etc. O clero também recebia os serviços de assessoria das equipes, que eram formadas por profissionais contratados e voluntários.

As equipes especializadas ofereciam cursos sobre os mais variados temas, e foi a partir desses cursos que surgiram em cada comunidade, dependendo das necessidades e afinidades locais,

²⁰⁰ Interessante lembrar que em 2005, a Arquidiocese de Vitória foi palco do I Encontro Intercontinental de Comunidades Eclesiais de Base. O evento tem um caráter ecumênico, com pessoas vindas de vários países com o objetivo de refletir sobre a caminhada das CEB's hoje. Foi realizado na paróquia Jesus Libertador do Setor Padre Gabriel, no Centro de Formação Pastoral Padre Gabriel, no bairro Castelo Branco em Cariacica.

²⁰¹ Cáritas Arquidiocesana de Vitória é uma entidade civil beneficente de assistência social de fins não-econômicos, criada em 29 de setembro de 1967, com personalidade jurídica própria reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal. Organismo da Arquidiocese de Vitória, é integrante da Cáritas Brasileira, que faz parte da Rede *Caritas Internationalis* – rede de atuação social da Igreja Católica formada por 163 organizações, presentes em 200 países e territórios, cuja sede está em Roma, na Itália.

as Pastorais Sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral Operária. Alguns grupos iam para o campo ou para a periferia falar sobre sindicatos e leis trabalhistas.

A Cáritas abrigava também o Centro de Documentação da Igreja de Vitória (CEDIV), onde eram arquivados os boletins informativos recebidos de outras dioceses e de paróquias do Brasil e do exterior. O CEDIV também elaborava pequenas cartilhas ou informativos para orientar os trabalhos pastorais, além de fazer recorte de jornais com notícias de interesse das comunidades.

Dom Luiz foi responsável pelo recrutamento dos membros que formaram a CJP, que tinha como presidente o juiz João Batista Herkenhoff. A ação da CJP na defesa dos direitos humanos trouxe alguns inconvenientes para seus membros, que viraram alvo da vigília da polícia política e de ameaças anônimas.²⁰²

A CJP atuou intensamente nas questões relativas às ocupações urbanas. Nasceu dela a Comissão de Direito à Moradia, que exerceu um importante trabalho na defesa dos direitos dos cidadãos às terras ocupadas ilegalmente nas áreas periféricas da Grande Vitória, como explica a Cartilha, intitulada *Direito a Moradia*: “Invasor é quem tem muita terra à toa, esperando que ela valorize para explorar mais os outros. Ou então, todo brasileiro é invasor, porque esta terra é dos índios.” (ANEXO 3, p.6) Durante as ocupações de terra e nos despejos, Dom João ia para a rádio e falava com clareza sobre a situação, enquanto Dom Luiz convocava as pessoas para assumirem mais diretamente e concretamente suas causas.

A primeira ação empreendida pela CJP foi na localidade de Concheiras, na Serra, em 1978, onde 350 famílias estavam sendo despejadas. A comissão mandou publicar nos jornais uma nota de solidariedade aos desabrigados, que também foi lida durante as missas.²⁰³ A CJP se valia da rede de comunidades para receber denúncias e, também, divulgar suas ações.

Essas comissões se destacavam na defesa dos direitos humanos, no combate as perseguições e torturas do regime militar, no acolhimento aos perseguidos, na redemocratização do país, no combate às injustiças sociais e até no atendimento às vítimas da grande enchente do rio Doce, ocorrida em janeiro de 1979.

Diante da indiferença do Governo do Estado pelas vítimas da enchente, Dom João e seu bispo auxiliar foram até o Palácio Anchieta para cobrar uma posição do Governador. O episódio ficou marcado pela frase profética atribuída ao Arcebispo: “só o povo salva o povo”. Teve

²⁰² GURGEL, 2006, p. 72.

²⁰³ GURGEL, 2005, p. 109.

início uma grande campanha de recolhimento de donativos e de envio de ajuda para as regiões atingidas; tudo isso sob a coordenação de Dom Luíz, enquanto Dom João dava entrevistas e depoimentos denunciando a situação e pedindo à população que ajudasse os desabrigados.

Nesse mesmo ano começou a aflorar a grave crise econômica que o governo militar vinha tentando esconder. Alguns anos mais tarde, em 1983, a Arquidiocese vai publicar em linguagem popular um relatório do Conselho Pastoral de Vitória sobre a crise econômica, intitulado: *A Igreja e a Crise: subsídios para entender a crise*. (ANEXO 4)

Logo depois da enchente, houve a primeira greve dos motoristas. A sociedade passou a manifestar seu descontentamento através das organizações eclesiais e populares. Pouco tempo depois, em 1980, houve a primeira grande greve da construção civil. A Arquidiocese de Vitória manifestou seu apoio aos grevistas. Em carta escrita ao Povo de Deus (ANEXO 5), solicitava a organização de uma campanha de recolhimento de alimentos e dinheiro para os grevistas continuarem sua luta, mesmo com seus salários bloqueados pelos patrões. A CJP atuou na assessoria econômica e jurídica da greve. O movimento grevista foi buscar apoio na Igreja, realizando a sua primeira assembléia na Arquidiocese.²⁰⁴ Já não era só a Igreja que ia para a rua. Houve, por toda essa época, sérios conflitos de terra e muitas greves.

Em janeiro de 1982, Dom João tomou uma decisão muito arriscada, mas extremamente coerente com a pastoral da Arquidiocese. Ele abriu as portas da Catedral Metropolitana para mais de 500 desabrigados que ocupavam uma faixa de terra da antiga Fazenda Barbados, em Rosa da Penha. Essa área de 50 mil metros quadrados havia começado a ser invadida em 1980. Mas a Justiça autorizou a reintegração de posse a William Farnum de Oliveira. Apesar de os moradores afirmarem que o verdadeiro proprietário das terras estava morto.

O conflito eclodiu e a CJP entrou em cena mobilizando seus advogados para garantir aos despejados o direito de permanecer em Rosa da Penha. O presidente da CJP aconselhou Dom João a oferecer abrigo na Catedral às famílias despejadas, como forma de pressionar o Governo Estadual. Dom João aceitou seu conselho, e no dia 29 de janeiro de 1982, espalhou-se a notícia. Durante o acampamento, as freiras cuidavam da alimentação e das crianças. No

²⁰⁴ “Dom João observava o movimento do alto da escadaria que dava acesso à entrada da Residência Episcopal. Enquanto a Assembléia acontecia, a polícia permaneceu no porão. Aquele território era livre, pois pertencia a Igreja. A segunda Assembléia aconteceu no Ginásio Dom Bosco, cedido a pedido de Dom João. Além de apoiar os movimentos grevistas, que voltavam à cena política nacional, o arcebispo também deu suporte à reorganização da Juventude Operária (JOC), e incentivou a evangelização dos trabalhadores do Porto de Vitória [...]”. GURGEL, 2005, p. 121-122.

dia 05 de fevereiro, reunidos em assembléia, os desabrigados finalmente decidiram aceitar os terrenos doados pelo Governo do Estado na Fazenda Itanhenga, em Cariacica. Cerca de 700 famílias foram beneficiadas. Mais tarde a região passou a se chamar Nova Rosa da Penha.

3.5 MUDANÇAS NA LINHA PRIORITÁRIA DE ATUAÇÃO DA IGREJA

*Em uma de suas belas catequese, o papa João Paulo I, falando da virtude da esperança, advertia: “É um erro afirmar que a libertação política, econômica e social coincide com a salvação em Jesus Cristo; que o Regnum Dei se identifica com o Regnum hominis.”*²⁰⁵

Com toda a autoridade de vigário de Cristo na Terra, Paulo VI proclama perante a Igreja e o mundo a relação indissolúvel entre evangelização e promoção humana. Essa relação é tão forte em seu discurso, que se ela se rompesse, a evangelização não seria completa.²⁰⁶ Esse posicionamento legitimava os trabalhos realizados na Igreja do Brasil pelos católicos progressistas que consideravam a relação fé e política uma prioridade do trabalho pastoral.

Mas esse posicionamento não era aceito por toda a Igreja. Havia uma forte tensão presente entre conservadores e progressistas, tanto no Brasil como em Roma.

Depois da morte de Paulo VI é eleito papa, no dia 26 de agosto de 1978, o cardeal Albino Luciani, que tomou o nome de João Paulo em homenagem a seus dois antecessores. Mas sua saúde frágil o privou do magistério, vindo a falecer 33 dias depois do conclave.

O novo conclave aberto elegeu em 16 de outubro de 1978 o cardeal de Cracóvia, Karol Wojtyla, como novo pontífice. Ele tomou o nome de João Paulo II, primeiro papa não italiano

²⁰⁵ PAPA JOÃO PAULO II. *In: CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 23.

²⁰⁶ “A evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e a justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem prover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem?” PAPA PAULO VI. *In: Evangelii Nuntiandi apud GUTIERREZ*, 1995, p. 72.

desde 1523. Suas origens oferecem chaves para tentarmos entender o posicionamento do seu papado diante da prática pastoral e produção teológica da América Latina.

O catolicismo polonês possui um forte componente de heroísmo, se manteve enfrentando e resistindo a numerosas pressões: contra os ortodoxos ao leste, contra a penetração muçulmana ao sul e contra o protestantismo ao oeste. *Polônia Fidelis* é uma expressão recorrente na boca do papa e expressa toda uma profundidade de lutas e de martírios. João Paulo II criou-se sob dois regimes totalitários e inimigos da religião cristã: o nazismo e o marxismo-leninismo. Em face de um regime que considera a religião ópio e alienação, tudo o que for da tradição cristã deve ser defendido, desde a água benta até a eucaristia: qualquer modernização representa ceder ao inimigo e pôr em perigo a identidade ameaçada. Compreende-se que seja um cristianismo conservador e guerreiro. O papa guardou em sua trajetória o custo da luta pela liberdade de expressão religiosa. O tema sempre volta em seus pronunciamentos: pertence a um dos direitos fundamentais do ser humano expressar-se religiosamente.²⁰⁷

Leonardo Boff afirma que para o papa, os problemas relevantes são aqueles relacionados à liberdade religiosa, política de expressão, e não, fundamentalmente, os problemas da fome e da marginalização. Eleito Papa e tendo que viver dentro de uma sociedade capitalista (Roma), e não mais socialista, pode não ter transposto totalmente o esquema mental. *“Daí se deriva um vaivém compreensível em seus discursos sobre os direitos humanos e a forma como aprecia os vários sistemas”*.²⁰⁸ Podemos perceber indícios desse posicionamento dúbio, já no Discurso Inaugural da III Conferência do Episcopado Latino Americano em Puebla, em 28 de janeiro de 1979.

*Produz - se em alguns casos uma atitude de desconfiança para com a Igreja “institucional” ou “oficial”, qualificada como alienante, à qual se oporia outra Igreja popular “que nasce do povo” e se concretiza nos pobres. Estas posições poderiam ter graus diferentes, nem sempre fáceis de precisar, de conhecidos condicionamentos ideológicos. O Concílio tornou presente qual seja a natureza e missão da Igreja. E como se contribui para sua unidade profunda e para sua permanente construção por parte daqueles que possuem a seu cargo ministérios da comunidade e devem contar com a colaboração de todo o Povo de Deus. Com efeito, “se o Evangelho que proclamamos aparece despedaçado, por querelas doutrinárias, polarizações ideológicas ou por condenações recíprocas entre cristãos, ao capricho de suas diferentes teorias sobre Cristo e sobre a Igreja e inclusive por causa de diferentes concepções da sociedade e das instituições humanas, como pretender que aqueles aos quais se dirige nossa pregação não se mostrem perturbados, desorientados, e até mesmo escandalizados?”*²⁰⁹

²⁰⁷ BOFF, Leonardo. *O Caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas rumo à Terra Prometida*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 45.

²⁰⁸ BOFF, 1998, p. 46.

²⁰⁹ PAPA JOÃO PAULO II. *In: CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. 8ª ed. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 23.

Na citação, o papa faz uma crítica forte às divergências doutrinárias que ganham visibilidade com a força da teologia produzida na América Latina. Pregando a unidade da Igreja, tenta conciliar conservadores e progressistas, num esforço que acabará por privilegiar quem estiver mais próximo das diretrizes da Cúria Romana.

A prática pastoral assumida pela Igreja na América Latina desde o Concílio Vaticano II e intensificada a partir da Conferência de Medellín impulsionou debates teológicos fervorosos no continente. Esses debates vão motivar uma produção doutrinária enorme, com publicações novas a cada dia. De acordo com Leonardo Boff, o compromisso social da Igreja ganhou corpo com as pastorais sociais, com as Comunidades Eclesiais de Base e com a leitura popular da Bíblia. É a partir destas práticas e debates que nasce a Teologia da Libertação.

Ir às raízes desta doutrina significa remontar aos movimentos teológicos que agitavam o mundo – principalmente a França – desde o século XIX com os católicos sociais até Pierre Teilhard de Chardin, Emmanuel Mounier e Henri de Lubac na década de 1950. Além disso, significa traçar o quadro sócio-político e pastoral da Igreja latino-americana nos anos 1960, com a vigorosa mobilização da Unión Nacional de Estudiantes Católicos (UNEC) do Peru e da JUC do Brasil, que, então, viviam os auge de sua vivência integrada de fé e participação política.

É difícil datar uma ideia, mas é incontestável que Gustavo Gutierrez é o autor que forjou a expressão *Teologia da Libertação*, como também exprimiu suas primeiras intuições sistematicamente. O livro, mais estruturado, que se tornou o ponto de referência para o futuro dessa doutrina, foi publicado em 1971 sob o título *Teologia da Libertação*. Nele, Gutiérrez desenvolve os elementos fundamentais de uma metodologia que seria expandida por toda a América Latina.

A Conferência Episcopal de Puebla de Los Angeles (México) foi realizada onze anos depois daquela de Medellín. O contexto havia mudado neste ínterim, entretanto, as marcas profundas da crise desatada após o Vaticano II estavam mais presentes do que nunca. A ansiada renovação fazia-se esperar e exigia um esforço mais profundo na aplicação do concílio, precisamente porque as circunstâncias sociais da América Latina haviam sido agravadas em boa parte do continente.

Puebla constitui uma valiosa síntese do ensinamento da Igreja a partir da nossa realidade latino-americana. O diagnóstico e análise da realidade são mais maduros e a visão da fé é ampla e rica em seus horizontes, sendo mais concreta em suas propriedades e opções.

João Paulo II insiste na herança do Vaticano II, que como vimos, inovou em muitos pontos, mas não alterou a estrutura hierárquica da Igreja. Recorrendo ao Vaticano II, consegue fazer frente ao mesmo tempo a dois flancos da Igreja: aos conservadores (tipo Marcel Lefebvre²¹⁰), cobrando-lhes a aceleração dos passos e aos progressistas que foram além do concílio, moderando-lhes os passos.

Com relação às CEB's, podemos dizer que elas sintetizam as intuições de Puebla quando criam maior inter-relacionamento pessoal e aceitação da palavra de Deus, quando estabelecem maior compromisso com a família e com a comunidade local, quando são expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples, quando há uma participação mais consciente dos fiéis na liturgia, quando estabelecem uma maior co-responsabilidade dos fiéis na ação pastoral, quando criam um grande anseio de justiça e sincero sentimento de solidariedade. Mas isso, para o papa, não importa em fazer conscientização política para eleições civis nem apoiar ideologicamente e materialmente trabalhadores em greve, menos ainda dar apoio direto a ocupações ilegais de terra.

A abertura política no Brasil possibilitou que os católicos progressistas ganhassem mais visibilidade com ações ousadas de vinculação da Igreja a movimentos populares. O clima conflituoso dentro da Igreja começava a aparecer, existia uma tensão entre os setores mais conservadores e os progressistas também dentro da Igreja em Vitória. Mas até o início da década de 1980, pouca força tinha a articulação dos setores mais conservadores.

De acordo com Marlene Cararo, de 1972 a 1978 “*a coisa foi muito mais de alegria*”,²¹¹ daí em diante é que as divergências foram se agravando e começaram a aparecer conflitos e articulações.

Um dos focos de tensão estava dentro do COPAV e da Assembléia Arquidiocesana, em que Dom Luiz e Dom João eram muito atuantes, juntamente com aquele que passou a ser uma figura também importante: o coordenador de pastoral, que inicialmente era eleito pelos padres e depois passou a ser eleito pela Assembléia (com a participação de padres, religiosos e leigos).

²¹⁰ Marcel Lefebvre (1905-1991) foi um arcebispo católico francês que se notabilizou pela resistência às reformas da Igreja Católica instauradas pelo Concílio Vaticano II. Convencido de que o concílio conduzira a Igreja para o erro, Lefebvre não escondeu as suas opiniões, manifestando-se contra o que considerava a “protestantização da Igreja”, antes e depois do Concílio. É uma personalidade notável do catolicismo tradicionalista. É sobretudo conhecido pela fundação da Fraternidade Sacerdotal de Pio X, que se dedica à formação de padres e ao apostolado na forma tradicional.

²¹¹ CARARO, Marlene, *apud* GURGEL, 2006, p. 83.

As campanhas para a eleição do coordenador eram bastante concorridas, com a disputa sendo polarizada entre progressistas e conservadores. A lista inicial era de três nomes, depois ficavam dois e a Assembléia decidia. Como os leigos eram maioria, e entre eles prevaleciam os progressistas, seus votos eram fundamentais para a escolha do coordenador. Para o Pe. Alberto Fontana, a eleição de padres progressistas para a coordenação do COPAV era um dos motivos de insatisfação do clero conservador.

Cláudio Vereza afirma que o conflito vinha de alguns padres: *“Nos só soubemos que esses padres pressionavam Dom João contra Dom Luiz quando ele foi embora. Ficamos sabendo que os padres também estavam pressionando Roma, aproveitando-se da fragilidade física de Dom João”*.²¹²

Mas essa não foi a única e nem a principal razão da insatisfação deles, nem mesmo fator determinante para a saída de Dom Luiz da Arquidiocese de Vitória. O que percebemos é que a Cúria Romana resistia à nomeação de Dom Luiz como sucessor de Dom João. Pe. Alberto Fontana foi testemunha dessa resistência de Roma em relação a Dom Luiz:

*Como coordenador pastoral, portanto antes de 1980, aproveitando minha ida a Itália, pedi uma audiência com o Cardeal Baggio. Fui a Roma tentar defender a idéia de que Dom Luiz fosse nomeado Arcebispo coadjutor. Não fui recebido pelo cardeal, apesar da audiência ter sido marcada. Quem me recebeu foi um Monsenhor português cujo nome não lembro, designado pelo Cardeal Baggio para me ouvir. Oitenta por cento do tempo em que estive com esse Monsenhor, eu tive que ouvir críticas à Dom Luiz.*²¹³

Naquele momento, Roma tentava refrear o entusiasmo com o qual as decisões do Concílio Vaticano II haviam sido colocadas em prática na América Latina e principalmente no Brasil, onde a arquidiocese de Vitória se destacava por seu modelo politicamente engajado. Dom Luiz era um dos líderes desse movimento de vanguarda, portanto seu nome não estava na lista dos que tinham o apreço do Vaticano para suceder Dom João.

Em entrevista coletiva no dia 02 de setembro de 1981, Dom João afirmou: *“Trabalhei muito para dar a Dom Luiz a minha sucessão, mas a Santa Sé não aceitou, pois exigiu sempre que ele fizesse um trabalho pessoal numa diocese”*.²¹⁴

Na mesma entrevista, Dom João garantiu que nada mudaria na linha de atuação da Igreja de Vitória após a saída de seu bispo auxiliar. Ele também afirmou que havia perdido a esperança

²¹² VEREZA, Cláudio, *apud* GURGEL, 2006, p. 84.

²¹³ FONTANA, Alberto, *apud* GURGEL, 2006, p. 85.

²¹⁴ MOTA E ALBUQUERQUE, João, *apud* GURGEL, 2006, p. 87.

de conseguir a nomeação de Dom Luiz como arcebispo coadjutor em fevereiro daquele ano: *“Eu reconheço que Dom Luiz comigo foi um amigo, que me abriu os olhos, que me fez enxergar. Sinto que arrancaram um pedaço de mim, do meu coração, de minha mente, de minha pessoa. Mas tenho um clero muito bom, embora divergente. E vamos trabalhar”*.²¹⁵

A saída de Dom Luiz causou comoção entre as pessoas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base, aos movimentos populares, às pastorais sociais e à Comissão de Justiça e Paz. Houve acusações contra os padres identificados como reacionários ou conservadores. Havia um clima de mal estar na Arquidiocese. Dom Luiz preferiu ir embora alguns meses antes da data prevista, deixando apenas cartas de despedida.²¹⁶

²¹⁵ MOTA E ALBUQUERQUE, João, *apud* GURGEL, 2006, p. 88.

²¹⁶ GURGEL, 2006, p. 88.

4. UMA IGREJA MILITANTE

"O importante é que haja movimentos de base. Não é a cúpula que renova. Quem renova são as bases".

Jacques Maritain

O município de Cariacica, localizado no estado do Espírito Santo, foi criado pelo decreto nº 57 de 25 de novembro de 1890 e instalado em 30 de dezembro do mesmo ano. Cariacica era o nome de um rio, que desce por um conjunto de montanhas adjacentes ao maciço granítico Mochuara e desagua na Bahia de Vitória, chamado atualmente de Rio Bubu, ele unia o interior do município à baía de Vitória através do Porto de Cariacica. A palavra é de origem tupi e significa, "chegada do branco"²¹⁷.

O município possui uma extensão de 273km², e fica localizado no limite oeste de Vitória, como mostra o mapa da região Metropolitana da Grande Vitória no ANEXO 6. Ele está unido a Ilha pela Segunda Ponte, inaugurada em 1979. Anteriormente, a principal ligação de Vitória ao continente era feita pelo município de Vila Velha, sobre a Ponte Florentino Avidos, inaugurada em 1928. As duas pontes são muito próximas uma da outra e servem de caminho tanto para a população de Cariacica, como para a de Vila Velha.

Na década de 40, a expansão urbana do município recebeu impulso pela inauguração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a construção de oficinas de carros e vagões na região de Porto de Santana em 1943, a inauguração de estações rumo ao interior do município em 1945 e a implantação da Companhia Ferro e Aço (COFAVI)²¹⁸ em 1946, no Bairro de Jardim América²¹⁹. Mas a maior parte do Município possuía características de zona rural. O município era formado basicamente pela Sede, inexpressiva comercialmente, e alguns bairros centrais, dos quais podemos destacar os bairros de Itaquari e Jardim América como os

²¹⁷ *"Origem do nome: das montanhas descem córregos e riachos e formam um rio (Jaci) que chega ao mar. Por este rio entraram a Gente Branca (Cari), colonizadora e aportaram numa Pequena Mata (Caá). Assim, dos índios que ali viviam, vieram as palavras que formaram o nome do município: CARI-JACI-CAÁ – CARIJACICA – CARIACICA."*

²¹⁸ A Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), operando de início com alto-forno. Posteriormente, transformou-se em relaminadora e, no final da década de 50, veio a ser controlada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contando também com pequena participação da empresa alemã FerroStaal, prestadora de assistência técnica.

²¹⁹ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano, o caso da Grande Vitória: 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001. p.103.

principais centros urbanos. Em Itaquiari, Porto Velho (parte de Porto Santana as margens da Bahia de Vitória) e Itacibá concentravam-se as atividades da CVRD. Esses eram os espaços ocupados por uma população de melhor poder aquisitivo, pois a população mais pobre, concentrava-se em novos loteamentos, ou , ocupações ilegais, nas proximidades dos bairros centrais e no entorno da BR 262.²²⁰

O bairro de Campo Grande, atualmente o mais importante centro comercial do município, estava em processo de formação na década de 1960 e só se tornaria representativo para a economia do município alguns anos mais tarde. O processo de transferência da Sede Administrativa do município para Campo Grande impulsionou sua vocação comercial e atraiu muitos investimentos em infra-estrutura.

Cariacica Sede foi perdendo espaço para outros bairros situados mais próximos da Capital. Em 1973, o então Prefeito Vicente Santório Fantini, alegando que a mudança traria maior desenvolvimento, sancionou o projeto que mudava a sede da administração municipal para o bairro de Campo Grande. Mas não foi sem oposição que se realizou a transferência da Sede do município, na mesma época, o então vereador, Edísio Correa Pinto, impetrou Mandado de Segurança questionando a constitucionalidade do projeto.

Em 1975, o Tribunal decidiu que a Prefeitura voltaria à antiga sede do município, mas o prefeito, Vicente Santório, ignorou a decisão. O trabalho político de transferência foi liderado pelo então deputado federal, Aloísio Santos, que no mesmo ano de 1975, conseguiu junto ao Ministério da Justiça, a alteração da lei que rege a transferência da sede municipal e a mudança de nomes e estruturas internas do município como noticiou o jornal A Gazeta de 17 de outubro de 1975, página 04: *“Segundo a portaria baixada pelo ministro Armando Falcão, é da competência do Governo Federal, apenas a criação de novos municípios, ficando, portanto, sem efeito o ato que obrigou a mudança da sede municipal de Campo Grande para Cariacica”*.²²¹.

A administração política de Cariacica na década de 1970 é marcada pela atuação de dois prefeitos: Aldo Alves Prudêncio (ARENA) e Vicente Santório Fantini (MDB). Os dois revejavam a liderança do Executivo. Em 1976, Vicente se candidata a prefeito e tem Aldo como seu vice-prefeito, a dupla ganha as eleições e Vicente governa até 1978 quando se afasta para se candidatar ao Legislativo estadual. Aldo Prudêncio assume a prefeitura e

²²⁰ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano, o caso da Grande Vitória: 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001. p.103-104.

²²¹ A GAZETA, Vitória, 17 out. 1975. p.04.

governa até dezembro de 1980, quando foi alvejado com vários tiros na porta da Prefeitura, vindo a falecer no dia seguinte. Seu assassinato ainda não foi completamente elucidado pelas autoridades competentes.

É o início de uma trajetória política e administrativa conturbada em Cariacica. Em seu lugar assumiu o presidente da Câmara de Vereadores, Joel Lopes Rogério (PDS), que em dezembro de 1981 foi morto “*acidentalmente*”, quando fazia limpeza em sua arma de fogo (a arma disparou duas vezes). A morte desses dois prefeitos ainda causa polêmica no município.²²²

Para substituir Joel Lopes, tomou posse o então presidente da Câmara municipal, Wagner de Almeida (PDS), que permaneceu na frente da prefeitura até as eleições seguintes que aconteceram em 1982. Vicente Santório Fantini é eleito pela terceira vez pelo voto popular.

Mas em outubro de 1984, Vicente Santório é afastado de suas funções por causa de um derrame cerebral e fica afastado até seu falecimento no dia 16 de março de 1985.

Cariacica recebeu assim um novo prefeito, o vice Nelço Secchin (PMDB). A administração de Nelço Secchin é marcada por denúncias de corrupção. Em janeiro de 1986, o Tribunal de Contas constatou irregularidades e pediu ao Governo do Estado, intervenção em Cariacica. Com 10 votos a 3, a Assembléia Legislativa aprovou a solicitação da Intervenção, apesar da Câmara Municipal ter solicitado sua suspensão. O governador Gerson Camata nomeou o Fiscal de Rendas e ex-secretário da Fazenda de Vitória, Claudionor Antunes Pinto para Interventor Estadual, que tomou posse da Prefeitura de Cariacica, no dia 12 de fevereiro de 1986.²²³

Em meados de abril do mesmo ano, o juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Cariacica atendendo ao pedido da promotora de justiça Heloísa Malta Capri, pede a prisão preventiva de Nelço Secchin, que não chega a ser preso. No dia 31 de maio a Câmara de Vereadores realizou uma sessão extraordinária para julgar os atos do prefeito, e decidiu por sua cassação. O prefeito recorre judicialmente e consegue a anulação da cassação, com o parecer do juiz José Haddad Sobrinho, que atendeu recurso jurídico do advogado Namir Carlos de Souza.

Os vereadores iniciaram outro processo para manter o afastamento de Nelço Secchin. Em março de 1987 a Câmara votou pela vacância do cargo de prefeito. Alegaram que o decreto de intervenção, assinado pelo governador, estipulava a permanência de Claudionor Antunes, apenas até o dia 15 de março. Eles protestaram contra o ato do governador substituto, José

²²² CARIACICA 115 ANOS. Correio popular, Cariacica, 24 a 30 jun. 2005. Suplemento Cariacica 115 anos.p. 04.

²²³ *Ibidem*,p. 05.

Moraes, que havia baixado outro decreto prorrogando a Intervenção a partir do dia 16 de março. Enquanto a Câmara municipal de Cariacica derrubava o decreto governamental, a Assembléia Legislativa votava pela continuidade da Intervenção.²²⁴

O governador Max de Freitas Mauro, ao assumir o governo acompanhou a situação e desejava o fim da Intervenção. Encaminhou um pedido para um plebiscito no município, mas foi rejeitado pela Assembléia. Enquanto os poderes Legislativo e Executivo estaduais decidiam o que fazer com Cariacica, o prefeito acusado e o presidente da Câmara Milton da Rocha Mello disputavam na Justiça, o direito de assumir a Prefeitura. Os dois entram com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça.

Finalmente a Assembléia Legislativa decide pelo fim da Intervenção. Nelço Secchin assume a prefeitura mas não ficou por muito tempo. Logo, veio nova cassação, com uma sentença do juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Airton Barbosa. Assumiu, a prefeitura o presidente da Câmara, Milton da Rocha Mello, em abril de 1987 e governou até as eleições do ano seguinte.

Nas eleições de 1988 foi eleito, Vasco Alves de Oliveira Junior, que na época de sua candidatura pertencia ao PSDB, e depois fundou o Partido Humanista (PH). Assumiu a prefeitura em primeiro de janeiro de 1989, mas com apenas 4 (quatro) meses de mandato foi afastado pela Câmara Municipal, por acusações de irregularidade em atos administrativos. Através de uma liminar Vasco Alves retorna a prefeitura, porém, 14 dias depois, a liminar é cassada pelo Tribunal de Justiça. Entre o período de 18 de maio a 27 de junho, Vasco Alves havia assumido e perdido o poder municipal por duas vezes.

No mês de julho a Câmara de Vereadores decidiu pela cassação do prefeito. Enquanto isso tramitava no Tribunal de Contas do Estado a apreciação das contas do curto período de administração de Vasco Alves, entre 1º de janeiro a 18 de maio. O julgamento foi favorável ao prefeito eleito, quase por unanimidade, e ele pode retornar a prefeitura..

Os movimentos populares estão apoiando a volta de Vasco Alves à prefeitura, inclusive as CEB's de Cariacica, que lideradas pelo Padre Gabriel Maire organizaram demonstrações públicas de apoio ao retorno do prefeito eleito. As CEB's de Porto de Santana fizeram vigília durante uma semana, com orações pela vitória da democracia e pela legitimidade das eleições. O regresso do prefeito eleito pelo povo, Vasco Alves, à Prefeitura, significava a preservação

²²⁴ CARIACICA 115 ANOS. Correio popular, Cariacica, 24 a 30 jun. 2005. Suplemento Cariacica 115 anos.p. 05.

da democracia. As orações eram realizadas entre e 6 e 7 horas da manhã em pontos estratégicos do bairro (em frente ao ponto de ônibus).

Vasco Alves retorna definitivamente a prefeitura no dia 3 de outubro de 1989 após decisão do Conselho Superior de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado. Vasco governou o município até abril de 1992, quando se afastou para poder concorrer a prefeitura de Vila Velha, seu vice, Augusto César Meloti Melo, governou o município de abril à dezembro de 1992.

Como podemos notar na descrição do quadro administrativo do município, nenhum de seus prefeitos conseguiu concluir o mandato na década de 1980. Essa instabilidade político trazia muitos transtornos ao município, que ficava abandonado a espera da resolução de querelas administrativas, que não beneficiavam em nada a população do município, que crescia rapidamente. Faltava infra-estrutura básica em quase todos os bairros. Dentro do caos administrativo as pessoas iam se organizando para tentar reivindicar bens de consumo coletivo e nesse processo as Comunidades Eclesiais de Base tiveram um papel fundamental.

4.1 CARIACICA E A URBANIZAÇÃO DESORDENADA DA GRANDE VITÓRIA

Devido a sua localização, Cariacica teve sua ocupação urbana integrada ao processo de consolidação do pólo industrial de Vitória. Como mencionamos no capítulo anterior merece destaque a implantação dos *Grandes Projetos Industriais*, que motivaram a ampliação e modernização da infra-estrutura logística e econômica da Grande Vitória.

De acordo com a obra de Maria da Penha Smarzaró Siqueira no início dos anos 60, acelerou-se o processo industrial de Cariacica, o número de indústrias passa de 7 para 33 na década seguinte. Dentre elas destacavam-se: Refrigerantes Vitória (1960), White Martins (1961), Braspérola Indústria e Comércio (1961), Metalúrgica Nossa Senhora da Penha (1963), FRIMA – Frigorífico Paloma Ltda (1969). A bucólica Cariacica estava se transformando, como indicam as estatísticas: em 1950, 62% da população de Cariacica era considerada rural;

em 1960, esta população havia decrescido para 35% e em 1970, para 31%, reduzindo-se em 1980 para apenas 2%.²²⁵

A paisagem urbana é alterada rapidamente, os municípios ao redor da Capital vão acolhendo os migrantes que chegam na região em busca de trabalho. Sem dinheiro para pagar aluguel e manter a família, a maioria desses migrantes vai ocupar ilegalmente áreas desabitadas na periferia dos centros urbanos.

Esse fenômeno já havia sido previsto por diversos estudiosos locais da questão urbana, que alertavam para as conseqüências de um inchaço populacional desordenado na região. A implantação dos *Grandes projetos industriais* atraiu, para a capital do Estado, muita gente para trabalhar na construção das unidades industriais. A maioria desses trabalhadores pode ser classificada como mão-de-obra não qualificada. Era fácil de prever que, no fim das obras, inevitavelmente, a Grande Vitória herdaria boa parte dessas pessoas que não tinham para onde ir, nem onde trabalhar.

Para se ter idéia do tamanho do problema, basta lembrar que na década de 1970 a população urbana no Espírito Santo superou a rural, chegando a registrar 63,92% contra 45,14% na década que tinha se passado. Apresentando-se como uma das alternativas mais viáveis para ocupação, decorrente da proximidade com Vitória, o município de Cariacica teve sua população, já caracteristicamente de renda média e baixa, acrescida por migrantes, que se deslocaram para a capital. Neste contexto, Cariacica pode ser considerado o grande porto de acolhida desses migrantes que alteram sua estrutura social tradicionalmente rural completamente.

4.2. A URBANIZAÇÃO DO SETOR PORTO DE SANTANA/FLEXAL

Setor é o nome designado pela administração da Igreja na divisão geográfica de suas comunidades de fiéis, como mostra o ANEXO 2. O Setor Porto de Santana/Flexal corresponde a região que formará em 1989, a paróquia São Francisco de Assis.

²²⁵ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano, o caso da Grande Vitória: 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001. p.103.

Podemos encontrar a delimitação da região no Decreto de constituição da Paróquia (ANEXO 7). Esse espaço eclesiástico possui os seguintes limites: partindo da passagem de nível da rodovia Imigrantes e a linha da Estrada de Ferro Vitória a Minas (CVRD), na entrada do bairro de Porto de Santana, segue em linha imaginária em direção à ponte da estrada do contorno (BR 101) sobre o rio Bubu, incluindo as comunidades de Morro Aparecida, Retiro Saudoso e bairros de Flexal e, excluindo, do lado esquerdo, as comunidades de Graúna e Vila Prudêncio. Daí acompanha o Rio Bubu até sua Foz na baía de Vitória, seguindo pelo mar até alcançar novamente a altura da passagem de nível acima citada e, depois, em linha reta, até encontrá-la.

A área de Porto de Santana correspondia às terras pertencentes à Fazenda São João. Em 1913, grande parte das terras foram compradas pela Prefeitura de Vitória, que instalou nelas o Matadouro Municipal. Estas terras então passam a pertencer ao município de Vitória, muito embora, geograficamente estejam localizadas no Município de Cariacica.

Porto de Santana ficou muito tempo desocupado e sem vigilância, sendo apenas utilizada para o abatedouro de animais e para moradia dos funcionários do matadouro. Por volta de 1945 havia em Porto Novo poucas famílias, das quais podemos citar as de: Roberto Couto, Otávio Coutinho, João Batista Scarpino e Domingos de Paula Ramos entre outros. Era uma vida simples, pacata e muito humilde. Os moradores em sua maioria trabalhavam para PMV no matadouro, em pequenos comércios, na fábrica de cal pertencente ao senhor Otávio Coutinho e no Serviço de Água e esgoto de Vitória (SAEV). A maioria dessas pessoas tinha terras onde cultivavam plantações de cana, bananas, café, hortaliças e criavam animais.

Segundo o relato de Dona Lídia de Paula Ramos e sua irmã Domingas Ramos Leite, filhas de Leonardo de Paula Ramos, uns dos fundadores da primeira Igreja de Porto de Santana, até o início da década de 1960, a região tinha todas as características de área rural: *“Aqui não tinha nada, só tinha mato, pasto, cafezal, canavial. A gente ia de bote pra Vitória. Tinha muito gado em quase todo o morro do Sesi (Morro do Matadouro). Eu tomei muito galope lá pois buscava lenha para fazer comida. Depois foi chegando mais gente.”*

Nesta época não havia estradas, mas sim trilhos por onde vinha o gado para o Matadouro. Havia um pequeno porto por onde era feito todo o transporte do bairro e das redondezas (Flexal, Cariacica Sede e Mochuara). Os produtos transportados eram: banana, verduras, leite, cereais, carnes, carvão, lenha e cal. As mercadorias chegavam ao porto em carros de boi e burros e eram levados em grandes canoas para os devidos destinos. Mesmo os funerais eram realizados de bote, como o do senhor Domingo de Paula Ramos, em 1952, realizado em 10

botes com uma lancha da capitania dos portos que conduzia na frente até o cemitério em Santo Antonio.

Porto de Santana é caracterizado por vários morros e umas regiões de baixada próxima à baía de Vitória onde se formam mangues, muitos dos quais foram ocupados ilegalmente e hoje se encontram aterrados. Essa região, por se encontrar ao pé dos morros são sujeitas a inundações nas épocas de chuvas.

Podemos dizer que Porto de Santana é formado pelo Morro da Aparecida, Morro do SESI (antigo Morro do Matadouro), que tem origem mais antiga e fica a beira da baía de Vitória, o Morro do Meio (também conhecido por São Sebastião que é o maior da região) e Porto Novo. É possível considerar cada morro deste como um bairro, mas no dia a dia, as pessoas generalizam dizendo apenas Porto de Santana. Entre os morros do SESI, do Meio e Porto Novo, havia uma região de mangue que foi ocupada e aterrada dando lugar a Comunidade do Bom Pastor.

Flexal engloba: Flexal I, Flexal II, Nova Canaã, São José Operário, Santos Dias e São João Batista, sendo que algumas dessas fronteiras não podem ser percebidas, dificultando saber onde começa e onde termina cada região.

Em Flexal o centro de maior movimentação é a rua principal, Amélia Siqueira, em Flexal I, onde iniciou-se o povoamento do bairro, que diferente da região de Porto de Santana é formado por planícies e morros baixos. Entre Flexal I e Flexal II há uma região de mangue utilizada pelos habitantes como meio de subsistência. O mangue na década de 80 já encontrava-se poluído, devido aos dejetos do Matadouro e dos frigoríficos existentes.

Quanto a ocupação das terras, alguns defendem a idéia de que tudo começou a partir do Morro do SESI, espalhando-se para os demais. Mas não é possível estabelecer com precisão o local do início das “invasões”. Todos os morros foram ocupados a partir da década de 1960. No começo das invasões tudo era um amontoado de casas. As disputas pela terra geravam muitas mortes. Sabemos que a polícia agiu reprimindo a invasão; o povo levantava com muito esforço os barracos e a polícia derrubava com violência.

O choque causado pelas ocupações nos moradores antigos foi enorme, para aqueles primeiros moradores que podiam tomar banho na Bahia de Vitória como praia particular, seu paraíso estava sendo invadido.

No jornal A Tribuna 08/11/78²²⁶, encontramos um artigo que aborda a velocidade com que a região se transformou: *“Há cerca de 14 anos, Porto de Santana, era apenas um povoado, e a partir de 1970 a chegada de migrantes fez com que se tornasse um aglomerado populacional que carece atualmente de estrutura para suportar e atender sua população, que ultrapassa os 20.000 habitantes, na sua maioria representantes da classe operária”*.

Já a ocupação em Flexal II foi em parte diferente e posterior. Começou no primeiro semestre de 1979. Segundo os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves a propriedade da área pertencia a Companhia Habitacional do Espírito Santo, a União (Marinha) e a alguns particulares.

No jornal A Tribuna de 05/06/79, noticia que uma ação policial leva a destruição de dezenas de barracos dos “posseiros”. Os policiais estavam sendo comandados pessoalmente pelo Secretário de Segurança. Os moradores que recordam desse episódio de violência, dizem que provocou pânico aos ocupantes das terras.

A CJP já havia entrado com uma ação judicial em favor dos posseiros, mas todo o aparato legal foi desrespeitado. Mesmo assim, os ocupantes das terras não se retiraram, com o apoio moral trazido pela Igreja que defendia o seus direitos àquelas terras, a ação violenta da polícia serviu de incentivo para que eles ocupassem as galerias da Assembléia Legislativa do Estado. A pressão exercida pela manifestação popular e o apoio da CJP levou as autoridades a respeitarem e legitimarem a permanência do povo na área ocupada.

A Tribuna 02/07/1980 dá notícia da situação em Flexal II, um ano depois: *“Já havia em Flexal 2, mais ou menos, 1500 barracos e o governo do Estado havia se comprometido em solucionar os problemas da ocupação. E a resposta do governo foi a promessa de implantação de um projeto de urbanização que incluía: água, esgoto, luz, escolas e postos de saúde”*.

Até a década de 1980 as vias de acesso aos bairros encontravam-se praticamente abandonadas. A interação desta região com o resto do município se dá por 3 vias de acesso que são usadas até hoje. Uma das vias é pela beira mar, pertencia a CVRD, e localiza-se entre os muros da ferrovia Vitória Minas e a baía de Vitória. Manteve-se por muitos anos fechada para o tráfico de veículos não autorizados. Chamada de beira mar ou Porto Velho, é hoje, o caminho mais rápido para se chegar à Vitória, passando pela ponte Florentino Avidos.

²²⁶ A TRIBUNA, Vitória, 08 nov. 1978. p..07

Outra via muito importante é a estrada dos Imigrantes que se conecta com a Rodovia Jose Sette. A rodovia é uma importante via de ligação entre a BR 262 e a antiga sede do Município. Estas duas rodovias são utilizadas pela empresa de transporte coletivo.

Há ainda uma outra via de acesso, que faz o percurso inverso, a partir da rodovia José Sette; é uma ramificação na altura do bairro Tabajara que passa primeiro por Flexal até chegar em Porto de Santana. Estradas no interior dos bairros são ainda hoje mal conservadas, e na época em estudo, quase intransponíveis, principalmente em dias de chuva por causa da falta de pavimentação.

Até a década de 80, era muito comum atravessar a baía de barco até Vitória, durante um certo período chegou-se a contar com um transporte aquático coletivo. De acordo com o depoimento dos moradores mais antigos, as lanchas eram o meio mais confortável e econômico de ir a “Cidade” (como chamam o centro de Vitória). A vista da travessia é belíssima, entre mangues e ilhotas podemos ver a baía de Vitória por um ângulo diferente. Havia um terminal aquaviário que ligava a Rodoviária de Vitória a Porto de Santana. Mas essas lanchas não atendiam a população de Flexal, saíam somente do terminal aquaviário situado junto ao Morro do SESI. Os moradores afirmam que havia nos horários de pico um número muito grande de usuários, que provocava agitações na hora do embarque nas lanchas.

Como mencionamos a vida dos moradores é marcada também por outro meio de transporte, o trem. Este faz parte do cotidiano dos moradores até hoje. Há muitos relatos de histórias engraçadas envolvendo a travessia dos bois que desciam do trem pelas ruas dos bairros até o matadouro. Mas há também muitas histórias tristes de acidentes graves causados, entre outros fatores, pela ocupação desordenada das margens da ferrovia.

A estrada de ferro é também um isolador de certos morros, como por exemplo o Morro da Aparecida. Os trilhos separam o bairro dos demais. Foi construído apenas um viaduto e uma passarela que serve de ligação com o bairro. A CVRD ocupa grandes áreas estratégicas na região, impedindo em certos trechos a circulação de pessoas.

É muito comum relatos de moradores que afirmam que iam a pé ou de bicicleta, para a “Cidade”, por causa da escassez de meios de transporte que os ligassem a seu local de trabalho. Este quadro se agravava em períodos de aumento no preço da passagem, comuns com a inflação descontrolada da década de 1980.

A viação Planeta era a responsável pelo transporte coletivo. A empresa destinava à região poucos ônibus, normalmente superlotados, sujos e desconfortáveis. Em relação ao número de

usuários a frota era insuficiente. Além disso os ônibus não atingiam todos os bairros, eram muito demorados, tornando muito difícil se locomover dentro do próprio município de Cariacica, chegando ao extremo de se pagar 02 passagens e pegar 02 ônibus, para ir até Campo Grande. Os ônibus inicialmente eram simples e pequenos, com apenas 28 lugares.

No início os ônibus não iam até Flexal, devido entre outros fatores, ao estado precário das estradas. O único meio de transporte que passava por lá era o Trem, que na década de 1970, foi muito usado como meio de transporte de Flexal para a baía de Vitória.

A população de Flexal, pequena em número, ou pegava o trem ou ia até Porto Novo a pé e daí em botes eram transportados para Cidade. Quando os ônibus passaram a atender os bairros de Flexal a multidão os recebeu com muita alegria e fogos de artifício.

Quando o transporte aquaviário foi interrompido, em 1985, os moradores se organizaram para reivindicar a reativação do sistema de transporte que é de vital importância para eles. O governo reativou as lanchas por um tempo, mas, alguns anos depois acabou definitivamente com o transporte aquaviário na Grande Vitória.

Faltava de tudo na região, o cemitério do Morro da Aparecida, conhecido como “ mata do urubu”, surgiu da necessidade de enterrar dignamente os mortos que antes eram enterrados em Santo Antônio.

A primeira escola a ser fundada na região foi em Flexal I, atrás da Estação Ferroviária, chamava-se Grupo escolar Nova Canaã. Depois veio a escola de Porto Novo, chamada Stelita Ramos, situada junto a maré.

Energia elétrica nas ruas de Porto de Santana só chegou na década de 1970, antes o que mais se distinguia em meio à escuridão era o refletor da CVRD, ou os faróis das locomotivas. Embora, em 1955 já houvesse uma rede elétrica que alcançava as casas da rua principal de Flexal I, a caminho da *Cidade dos Lázaros*, *Granja Eunice Weawer* e o *Educandário Alzira Bley*.²²⁷

A limpeza pública, onde existia era deficiente e a falta do serviço faz com que surjam os lixões, em terrenos baldios e em finais de ruas. O mau cheiro, mosquitos e a proliferação de doenças ameaçam os moradores.

²²⁷ Trata-se de extensa área desapropriada para isolamento e tratamento hospitalar daqueles que sofrem de Hanseníase. Na mesma circunscrição está o Educandário Alzira Bley e a Granja Eunice Weawer onde residem os filhos dos doentes.

4.2.1. Quem quer Porto de Santana?

Em meio aos movimentos de reivindicação, os moradores se depararam com outra querela administrativa. Como já mencionamos, originalmente Porto de Santana pertencia a PMV. Em A Gazeta de 17/12/80, verificamos que a Prefeitura de Vitória levanta a hipótese de doar Porto de Santana à Cariacica. Por um período, vale salientar, houve um certo jogo de empurra nas duas administrações municipais. Cariacica não sabia se ia aceitar ou não. Sem dúvida ganhando Porto de Santana, Cariacica só receberia problemas. A prefeitura de Vitória dizia na reportagem que queria entregar Porto de Santana para poder definir a questão da legalização dos terrenos a muito ocupados.

Podemos imaginar a gravidade da situação dos moradores do Bairro. A Tribuna de 18/12/80 destaca que 56% da população estimada em 21. 800 habitantes (só em Porto de Santana), possuía renda familiar abaixo de 02 salários mínimos por mês. A legalização dos terrenos em Porto de Santana aconteceu um ano depois com a presença de 80 moradores no gabinete do prefeito de Vitória que entregou a área aos moradores. No mesmo ano, mais precisamente em 26/02/81, 20 famílias invadiram a área próxima à praça do terminal aquaviário. Uma semana após esta data, já não havia mais terrenos para serem ocupados. Todo mundo que lá chegava colocava que não tinha condições de pagar aluguel e ainda sustentar a família com o salário.

Devido a todo o exposto acima Porto de Santana é escolhido para receber ajuda do Projeto Cidade de Porte Médio (CPM) – iniciativa do Governo Federal, visava intervir em bolsões urbanos de pobreza. Os recursos financiados pelo Governo Federal e pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com a execução a cargo dos prefeitos municipais.

4.3 O NASCIMENTO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NO SETOR PORTO DE SANTANA/FLEXAL

Passaremos a pontuar como se deu o processo de formação das CEB's do Setor, em meio ao processo de urbanização descrito acima, através das 5 primeiras comunidades formadas na

região: Comunidade Imaculada Conceição, Comunidade Nossa Senhora da Penha, Comunidade São Sebastião, Comunidade Sant'Ana e Comunidade Nossa Senhora Aparecida.

4.3.1. Comunidade Imaculada Conceição - Porto Novo

No Setor, a primeira Igreja Católica que temos notícia é a de Porto Novo, chamada Comunidade Imaculada Conceição, os documentos mais antigos encontrados na comunidade datam de 1941. Em toda a região abrangida pelo Setor não havia Igrejas; ou as pessoas se deslocavam para Cariacica Sede ou atravessavam a baía de Vitória até a Igreja de Santo Antônio. A idéia de construção de uma Capela em Porto Novo nasce por intermédio e incentivo do Padre Luiz Fux (Fotografia 1 e 2).

Os terrenos na área onde seria construída a Capela pertenciam a duas famílias, os Scarpinos e os Ramos. O terreno da Igreja foi doado pelo Sr. João Batista Scarpino, que trabalhava no Matadouro Municipal como fiscal. Padre Luiz foi responsável por colocar a pedra fundamental. E então ficou a cargo dos membros da comunidade como: João Batista Scarpino, Vitalino Chagas, Silvino de Paula Ramos, Antônio de Paula Ramos, Manoel de Paula Ramos, Miquelino Scarpino, Leonardo de Paula Ramos, Afonso Freire e outros, dar andamento aos trabalhos de construção da Capela.

A construção e posteriormente a manutenção da Igreja era feita através do *livro de ouro*²²⁸, toda contribuição era bem vinda, nas listas as pessoas contribuía com brindes como: aves, porcos, saco de café ou de milho, ramallete de laranjas; tudo era aproveitado para gerar recursos para a Igreja. Os brindes eram leiloados ou sorteados nas festas, cheias de barraquinhas que animavam o povo. A senhora Lídia de Paula Ramos, neta de um dos moradores mais antigos da região, o senhor Domingos de Paula Ramos, relembra : *“Naquela época não tinha dízimo, nem se comprava material , o negocio era doado. Nos tijolos da casa da minha mãe tinha o nome do meu pai, porque era ele quem fazia. Tijolino, quadradinho. Água era carregada na cabeça, não havia água encanada.”*.

²²⁸ O livro de ouro era onde ficava registrada todas as doações feitas a Igreja, as senhoras da comunidade percorriam o bairro com o livro, que passava pelo comercio e pela casa das pessoas.

Para construir a Capela foram organizadas festas beneficentes que aconteciam no campo do Tupi Futebol Clube, time do qual os moradores falam com muita saudade. As mulheres tinham um trabalho muito importante, eram elas que com as listas de doação nas mãos, andavam toda a região, indo até Vitória, e, ajudavam na organização das festas preparando os quitutes das barraquinhas.

Houve uma grande festa de 02 dias e o nome da padroeira foi escolhido. As famílias Schuab e Scarpino doaram a Imagem de Nossa Senhora da Conceição. Os festejos de inauguração ocorreram no dia da padroeira, as missas eram uma vez por mês e nos outros dias faziam-se rezas que as senhoras se encarregavam de animar. As atividades mais comuns eram, o Terço e a Ladainha²²⁹, que aconteciam todos os dias da semana, também eram oferecidas flores a nossa senhora. “A tardinha, a Igreja ficava cheinha, todo mundo ia rezar”.

A assistência religiosa era dada pelos Padres de Cariacica Sede, onde ficava localizada a Matriz da Paróquia, chamada São João Batista, da qual pertencia todo o Setor, mas pela posição geográfica era comum receber assistência também dos padres da Paróquia de Santo Antonio, em Vitória. De acordo com a senhora Lídia:

As festas aqui eram super animadas, vinha gente de longe para prestigiar. Havia coroação e aparição de Fátima, das quais posso afirmar eram lindíssimas. Tinha também as festas da padroeira, no dia 08 de dezembro. Na festa tinha leilão barraquinha, aquela casinha do coelho, e era uma festa muito animada e vinha gente de fora, de Itaquari, de Cariacica, de Santo Antonio. Vinha banda de música, depois eles acompanhavam a procissão, aí terminava, encerrava com a missa na Igreja. Com o passar dos tempos veio a renovação que mudou muita coisa para melhor, mas para quem nasceu e viveu aquele passado ainda deixa saudade.

No início dos anos 1960 e após o Concílio Vaticano II, o trabalho realizado de Renovação Paroquial na Comunidade de Imaculada Conceição foi muito parecido com o trabalho que Dom Luiz Fernandes realizou nas comunidades de Colatina, pois transformaria uma Capela tradicional em uma Comunidade Eclesial de Base.

De acordo com os moradores mais antigos, as mudanças foram chegando devagar, primeiro o padre parou de rezar as missas de costas e ensinou o povo a responder à missa em português. A mudança agradou a maioria dos fiéis, mas a retirada dos Santos do altar provocou certa tristeza. As pessoas eram muito religiosas e embora saudosas de seus santos acreditavam que

²²⁹ Ladainha significa súplica, são orações feitas geralmente em dois coros, muito usadas em procissões, em que é contemplado algum mistério da Salvação, os fiéis clamam a ajuda ou intercessão da Virgem Maria repetidamente. Nelas toda a assembléia participa, exprimindo o simbolismo do momento do dia, do tempo litúrgico ou da festa celebrada.

o melhor estava sendo feito, pois as orientações eram do Padre. As imagens foram guardadas na casa de seu João Batista Scarpino, só a padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Conceição, continuou na Igreja, na lateral, ao lado da cruz que foi para a parte central do altar. Como podemos verificar nas Fotografias 3 e 4.

Durante os anos 1960, as diretrizes do Concílio ainda não eram muito divulgadas, a Senhora Lidia conta, que se ouvia falar dele mas as pessoas não entendia muito bem: *“Eu por exemplo participava da comunidade desde criança, mas só vim ter acesso a palavra de Deus, a bíblia, conhecer mesmo, fazer encontro e tudo mais, depois de 1975, por ai começaram muitos encontros de formação.*

Um pouco antes dos “*encontros de formação*”, mencionados acima, o contexto social da região havia se transformado com o início das ocupações, a Senhora Lídia conta suas impressões desta época:

As invasões começaram quando eu tinha catorze anos (1962). Eu lembro de ver as madeiras queimando, que as pessoas derrubavam a mata e queimavam a madeira para fazer as suas casinhas.

No início tudo foi invadido aos poucos, você olhava hoje, tinha 3 tendas, amanhã tinha mais 5 e foi assim. A notícia vai correndo.

Eles vieram e começaram a destruir as coisas que a gente tinha, por exemplo meu quintal, eu tive que vender a parte de baixo, porque também tava sendo invadido. Não tinha como lutar contra aquilo, ali na frente que era da minha tia foi invadido um pedaço, dá muito trabalho correr atrás de justiça para tirar povo. Destruíram a nossa ponte, por onde passava o transporte que vinha pra cá, a gente costumava tomar banho, pular lá de cima da ponte e tudo, aquilo tudo depois da invasão foi destruído, então a gente ficou assim.....e as coisas foram piorando, porque também foi chegando o progresso, né.

O aumento da população da região exigia um acompanhamento mais próximo da Igreja que nesta época se organizava para a evangelização dessas massas de migrantes que chegavam sem parar a região da Grande Vitória. A Arquidiocese começa a buscar alternativas para que a pastoral católica alcançasse a todas os bairros que nasciam e cresciam rapidamente. Muitas congregações femininas foram convocadas. Em 1966, a Irmã Janete Monjardim foi encaminhada para uma comunidade recém criada pelos moradores no Morro do Meio, e deu início as reformas na região. Foi ela quem primeiro introduziu na liturgia local roteiros de celebração para os leigos.

Alguns anos depois, em 1969, encaminhado pela Arquidiocese de Vitória, a pedido do Bispo auxiliar Dom Luiz Fernandes, o recém ordenado Padre José do Carmo Freitas foi morar em Porto de Santana, juntamente com o Padre austríaco Geraldo Woes, que também foi

encaminhado para lá pela Arquidiocese que havia feito vários convites a congregações estrangeiras para que enviassem missionários ao Brasil. Os dois padres são os primeiros que podemos chamar de Padres de Porto de Santana, pois, os outros assistiam a região, mas eram padres de suas paróquias específicas.

A partir do início da década de 1970 começaram a surgir os cursos de formação para que os leigos pudessem assumir as funções de administradores da comunidade. Havia coordenadores e um presidente, que representava a comunidade nas reuniões mensais que os Padres organizavam para discutir os problemas da comunidade. Nestas reuniões muitas reivindicações se tornaram evidentes e as pessoas começaram a pensar como se organizar para reivindicar melhorias no bairro.

Em 1974 os padres, por motivos pessoais, deixaram a vida sacerdotal e foram embora do Setor. Mas as comunidades não ficam muito tempo sem padre, já em 1975 é encaminhado para a região o Padre Bernardo Colombe, que será o pastor desta região até 1981, quando o padre Gabriel Maire é designado para substituí-lo.

A partir da metade da década de 1970 acontecem muitos cursos de preparação que vão tornar os leigos capazes de ministrar cursos preparatórios para os sacramentos em suas comunidades, como a preparação para o batismo, para a crisma, para o matrimônio. Eram leigos ensinando leigos. Assim foram surgindo as equipes e os Conselhos de Comunidade. Em meio a esse processo educativo, as reivindicações dos bairros estavam sempre presentes, mas devido a repressão do Regime Militar, as manifestações públicas só começaram a ganhar força no final da década de 1970 e principalmente a partir de 1979, quando é formado o primeiro Conselho de Comunidade.

É um tempo de formação, em Porto de Santana, onde a vida das pessoas está sendo construída. A década seguinte foi marcada por uma avalanche de cursos de formação e reuniões de articulação pastoral. A senhora Lídia conta que havia reunião demais nessa época: *“Vinha os convites: vai ter encontro tal dia, na Arquidiocese, na Mitra, no bairro Vera Cruz, nas Carmelitas. Para a gente aprender mais, para poder ajudar, daí que foi surgindo a organização da Igreja, as outras pastorais, porque antes não tinha esse monte de pastorais”*.

Todas as iniciativas, de como deveria ser a pastoral dessas comunidades eclesiais que nasciam na periferia, vinham da Arquidiocese trazidas pelos padres e religiosas, ou eram passadas nos cursos de formação. Por isso era muito grande a quantidade de reuniões, que visavam entre outras coisas conhecer a realidade do povo, entender os seus problemas, para saber como

trabalhar com ele a evangelização à luz do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino Americanas. De acordo com a senhora Lídia: *“Nada de iniciativa da gente, a gente nunca faz nada pela gente, sempre vem da Arquidiocese, mesmo que não venha escrito num papel pra você fazer, o padre que faz essa área, ele vai chegar aqui dentro da reunião, da reunião de um Conselho e vai passar aquilo que é para fazer”*.

A idéia de formação dos Conselhos de Comunidade também veio da Arquidiocese, de acordo com o Senhor José Lopez do Rozário; ex-sindicalista, que participou ativamente na Greve dos trabalhadores da Construção Civil de 1979, morador do Morro do SESI desde 1974, e, que fez parte do primeiro Conselho da Comunidade Imaculada Conceição; a idéia de formar conselhos nas comunidades veio do estudo de um livro, que se chamava Exigências Cristãs²³⁰, trazido pela Irmã Rita do Sagrado Coração de Jesus. A Irmã explicava que o conselho servia para que as decisões da comunidade não fossem exercidas por uma única pessoa, e sim, decididas em comum, com um grupo de agentes interessados. O Senhor José Lopez conta :

“Ela (Irmã Rita) vinha aqui, trabalhar nesta comunidade, ela começou a estudar o documento nas casas, e propôs: vamos formar um conselho. Daí convidou um grupo de pessoas para formar o conselho, aí tivemos que fazer outro estudo, para saber como seria um Conselho de Comunidade. Depois do estudo, organizamos uma eleição para eleger os membros do Conselho. Fizemos através de voto, como uma eleição mesmo, todo mundo podia votar. Tinha uma quantidade de voto para que uma pessoa fosse eleita, uns 40 votos, mas teve gente que foi eleito até com 80 votos, deu bastante gente.”

O primeiro Conselho do Setor foi formado na Comunidade Imaculada Conceição, de acordo com o senhor José Lopes, posteriormente eles foram passar a experiência para as outras comunidades. A primeira Comunidade visitada foi a de Nossa Senhora da Penha, em Flexal I. Houve muita insatisfação com as mudanças. A formação do Conselho começou a evidenciar os conflitos que estavam nascendo dentro da Igreja. Grupos com idéias diferentes sobre a postura que a Igreja devia ter diante da realidade da comunidade concorriam às eleições. A disputa pela administração da Comunidade Imaculada e a forte postura política do Conselho que se manteve à frente das atividades durante a década de 1980, fizeram com que alguns fiéis se afastassem da Comunidade. Como a senhora Lídia:

A Igreja teve uma época que tudo era política, tudo era campanha. A rua ta ruim, o ônibus não passou, vamos lá fazer um buraco na rua. E algumas pessoas iam.

²³⁰ Ele se refere ao documento *Exigências cristãs de uma ordem política*, aprovado pela XV Assembléia Geral da CNBB. Itaici, 8 a 17 de fevereiro de 1977.

Faziam muita ligação de fé e ação, só que a ação nunca era para o bem querer, do fazer o bem. Entendeu? Porque eu acho que ação é assim, tem um vereador que é para uma finalidade, não tem? Se nosso bairro tem um movimento comunitário, ele não tem que tomar conta da parte dele? Não tinha essa de cada qual no seu canto. É lógico que nós temos que denunciar o que está errado, vamos orientar nossos irmãos, alertar o ser humano da vida, essa é a função da Igreja e não fazer aquilo que não cabe pra ela. Cuidar da rua não cabe à Igreja. O que podemos fazer, não na celebração, mas depois que acabar a celebração, é reunir para fazer um abaixo assinado e explicar que vamos levar pra tal lugar; assim é diferente.

Lá, às vezes acontecia dentro da celebração. Falar de política afastou muita gente da Igreja, porque ninguém entendia nada. Ia pra Igreja, do jeito que chegava saia. Entrava oco e saia vazio.

Falava demais de política na celebração, demais mesmo e muita gente foi deixando de assistir.

Não era o Padre Gabriel que falava, ele não celebrava missa todo domingo, era uma liderança. A pessoa quando é politiquêiro, ela tem aquilo no sangue, aí leva pra tudo quanto é lado, aí acha que dentro da Igreja cabe também. Muitos que iam pela fé suportavam, outros diziam que não iam lá porque naquela Igreja só fala em política.

Eu mesmo larguei todo o meu trabalho na Imaculada e fui assistir missa na Catedral. Na época eu era coordenadora de casamento, eu estava no conselho e estava na preparação de batismo. Mas aí a cobrança era demais e eu não agüentei. No mesmo dia do batismo aqui, eu batizei meu afilhado lá na Igreja de Goiabeiras, mesmo dia e mesma hora.

Os conflitos doutrinários que João Paulo II assinalava no seu discurso de abertura da Conferência Episcopal Latino Americana de Puebla em 1979, com o tempo ganharam força em todos os espaços da Igreja. O conflito pastoral será analisado na Arquidiocese de Vitória após a morte de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, quando Dom Silvestre Scandian motiva a elaboração de uma grande avaliação que ficaria pronta em 1987. A avaliação apresenta uma Igreja dividida:

69. A opção de nossa Arquidiocese pelas CEB's tem gerado tensões por não estar ainda suficientemente clara a relação entre CEB's e paróquias. A raiz dessas tensões está no fato de que na Arquidiocese convivem lado a lado dois tipos diferentes de paróquias, que expressam dois modos de ser Igreja.

70. Por um lado, existem paróquias que estão centradas em seus párocos e na administração dos sacramentos. Essas paróquias até podem possuir CEB's como na maioria dos casos; mas as CEB's pouco contam em sua estrutura interna. Nesse tipo de paróquia, os leigos se organizam principalmente na preparação dos sacramentos e nos movimentos apostólicos e associações religiosas.

71. De outro lado, existem paróquias que estão centradas nas CEB's. Esse tipo de paróquia passa a apoiar e articular as comunidades. Nessas paróquias, modifica-se a atuação do pároco à medida que a evangelização e o culto se processam sobretudo nas CEB's, onde o leigo tem um papel de grande relevância. Enquanto força aglutinadora, essas paróquias se compreendem em função das CEB's, articulando a rede das comunidades.²³¹

²³¹ ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA (Espírito Santo). Opções e diretrizes Pastorais da Igreja de Vitória. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1988.p. 27.

Diante dessa Igreja avaliada, a Arquidiocese vai estabelecer novas diretrizes para a sua pastoral, que contribuíram para o fortalecimento dos movimentos apostólicos dentro da Igreja de Vitória, mas comentaremos sobre essa mudança adiante.

4.3.2. Comunidade Nossa Senhora da Penha – Flexal I

A Comunidade Nossa Senhora da Penha também é formada antes das invasões, e por isso tem algumas características parecidas com a Comunidade Imaculada Conceição. Em 1955, os moradores da região de Flexal I, formaram um grupo de reflexão, interessados em construir uma comunidade católica. Nesta época tudo era muito distante porque não havia transporte coletivo, a Igreja da Imaculada era longe para ir caminhando e a de Cariacica Sede praticamente inalcançável.

A senhora Alice Breciani Zacchi conta em seu depoimento como foi o início de tudo: *“Quando nós viemos morar aqui , tinha umas casinhas picadas, não tinha água não, tinha luz, não tinha condução, não tinha nada. A gente ia pegar a condução lá em Porto Novo, o bote e depois lá em Santo Antonio pegava o Bonde para a Cidade.”* De acordo com ela foi o senhor José Zacchi, seu esposo, que organizou tudo, foi ele quem primeiro fez requerimento para instalação de água, luz, ônibus e foi ele também quem motivou as reuniões para formação do grupo de reflexão que rezava de casa em casa e ministrava catequese para as crianças:

Sabe como começou a Igreja aqui, a Igreja começou na nossa porta, era um barraquinho que a gente tinha comprado, aqui na nossa porta, ele (José Zacchi) começou a dar catecismo para as crianças aqui na nossa porta. Zé Lino era quem ensinava, porque ele tinha estudado no Colégio Marista 5 anos, no Rio de Janeiro, ele tem dois irmãos Maristas e duas irmãs freiras. Ele era muito acostumado com a Igreja e aqui ficava muito difícil da gente acompanhar porque não tinha nada. A gente ia a Missa em Santo Antonio, na Catedral. Aí a gente passou a rezar nas casas, o terço e a ladainha cantada.²³²

²³² O casal se conheceu em Itaguenga, no Hospital Pero Fontes. Os dois foram internados lá para fazer tratamento de hanseníase. Depois de recuperados eles começaram a trabalhar no hospital, José Zacchi como professor e Alice como enfermeira. Se casaram e nunc amais foram embora de Cariacica. Vivem até hoje em sua casa em Flexal I.

O senhor José Zacchi foi conversar com o dono do loteamento, o senhor Jonas Coutinho Siqueira, que resolveu doar um terreno para a Igreja, em nome de sua esposa, a senhora Amélia Siqueira. Posteriormente ele faria também a doação do terreno para a construção da Escola Ana Lopes, em frente a Igreja.

De imediato colocaram no local um cruzeiro e construíram um barraco de palha:

Fizemos uma Igrejinha cercada de folha, cercadinha de folha de coco, a gente ia pra essas matas com a meninada, ai eles traziam aquela montoeira de folhas pra pode fazer um barraquinho de folha de coco. Nesse barraquinho nos rezamos muito tempo. Era a Igreja, ia rezar o terço na Igreja. Não tinha imagem na época. Seu Jonas queria dar, mas ele queria que fosse Santa Amélia, que a mulher dele chamava Amélia. Mas depois modificou, o povo queria que fosse Nossa Senhora da Penha.

A primeira missa celebrada em Flexal I aconteceu em 1956, com batizados e 1ª eucaristia na residência do Senhor João Freire e foi dirigida pelo Pe. Matias Hann. Depois desse barraquinho de folha, foi construído um de tábuas. O Barracão de madeira tinha o pé direito bem alto para aliviar o calor, como podemos ver na Fotografia 5.

A foto foi tirada num dia de festa, a tradicional Coroação de Maria, evento muito comum nas Capelas do interior, onde as crianças se vestem de anjos e cantando hinos vão entregando presentes a Maria, culminado com a sua coroação. Esta festa tradicional acontecia no mês de maio e foi conservada durante muito tempo, na década de 1980 ainda era muito comum assistimos essa celebração nas CEB's da periferia.

Em julho de 1958 com grande festa foi lançada a pedra fundamental, pelo Pe. Ozório Lopes. Na festa foi escolhido o nome da padroeira, Nossa Senhora da Penha.

Consta no livro de atas da comunidade, uma sessão extraordinária “Aos 20 dias do mês de julho de 1958, houve uma reunião, na casa do Sr. Calixto Francisco Coutinho, convocada pelo pároco de Cariacica, Pe. Osório Lopes [...] a fim de compor a 1ª diretoria que dirigirá os destinos da capela. As 9 horas da manhã, com as autoridades civis e religiosas e grande massa popular presente, foi eleita a 1ª diretoria, por aclamação popular.

A Imagem de Nossa Senhor da Penha foi doada pela senhora Maria Davi, que morava em Câmara, um bairro próximo. Muito religiosa e devota de Nossa Senhora fez questão de fazer a doação, mesmo com muitas dificuldades para comprar a Santa. A senhora Maria Davi vendia verdura pelos bairros da região a pé empurrando um carrinho.

De acordo com Dona Alice foi organizada uma grande festa no dia em que a Imagem veio para a Igreja.

Foi uma festa linda no dia que a Imagem veio pra cá. A Imagem ficou guardada na casa de uma família um tempão, quando tinha missa a gente levava pra Igreja, mas depois tinha que guardar na casa de um visinho da Igreja. No dia da festa de Inauguração, a Santa saiu da casa da Dona Maria Davi, que é longe, subia um morro que só vendo, lá em Câmara, e veio em procissão para cá. Na época veio o Padre Matias, padre de Itanhenga, ele tinha uma bandinha, e ele veio tocar aqui com a bandinha dele, e celebrar a missa. E depois teve a procissão saindo da casa dela até a Igreja. Eu trabalhei muito, arrumei até o andor de colocar a Santa que veio em procissão e foi recebida com a banda e o padre celebrou a Missa.

Muitas festas foram organizadas para arrecadar dinheiro para substituir o barracão por uma Igreja de alvenaria. As festas aconteciam no colégio e eram muito parecidas com as da Imaculada Conceição, com leilão e barraquinhas. Também havia o *livro de ouro*, onde se registrava as doações maiores. Com muita dificuldades os moradores conseguiram levantar as paredes da Igreja, o desenho tinha sido dado pelo Bispo Dom Luiz e recebeu muitas críticas por se tratar de um projeto para uma Igreja considerada muito grande. Questionava-se porque uma Igreja tão grande num lugar tão pequeno que nunca is encher. Hoje a Igreja é pequena para acolher os fiéis que se multiplicaram depois das ocupações em Flexal II. A Senhora Alice conta: “*Teve um padre que disse: sabe quando vocês vão cobrir essa Igreja? Nunca, vocês podem ir plantando uma castanheira, para cobrir a Igreja.*”

Mas o grupo de senhoras se organizou e começou uma campanha por doações, até que conseguiram com o senhor Gerson Freire de Porto Novo, funcionário da CVRD que depois foi vereador do município, toda a brita necessária para bater a laje. Mas faltava o cimento, a senhora Alice conta que depois de refletir muito elas decidiram ir ao Convento da Penha em Vila Velha pedir aos Freis o resto do material para a laje da Igreja que tinha como padroeira Nossa Senhora da Penha.

Aí combinamos o grupo de senhoras de ir ao Convento, pedir os freis do Convento. Você vê quanta coragem, quanta fé em Deus que a gente tinha. Nós saímos daqui em cinco ou seis senhoras, e fomos rezando e pedindo a Deus coragem, e subimos a ladeira rezando o terço até em cima, para chegar lá e ter coragem de pedir, porque ninguém tinha coragem. Chegou lá, ai ficava, fala você, não fala você, mas uma tinha que falar. Aí conversamos com o Frei, explicamos nossa situação e conseguimos pedir ajuda. Porque a nossa Comunidade era Nossa Senhora da Penha, e a gente tinha conseguido a brita, mas não tinha conseguido o cimento. Aí ele pensou, perguntou onde era, nessa altura a gente já tinha o orçamento da laje, certinho, já sabia quanto ia gastar. Aí fomos com tudo preparadinho, quando ele perguntou quanto que era, nós falamos e dissemos que o que eles pudessem ajudar servia. Aí ele virou para nós e disse: olha vocês podem mandar fazer porque o Convento vai doar todo o cimento da laje.

Quando ele falou a gente quase teve um treco, de tanta alegria. Quanto a gente agradeceu a Deus. Aí ele fez o papel entregou a gente tudo bonitinho, quando chegou na época bateram o material todo direitinho. Aí marcaram o dia de bater a laje e o pessoal foi todo pra lá, e nós fomos pra cozinha. Fazer comida, cozinhamos na cozinha do Grupo Escolar. Encerou o mutirão com uma celebração.²³³

O terço e a ladainha continuaram sendo rezados durante a semana e nos domingos as celebrações eram realizadas com o *Caminhada*. Na Comunidade Nossa Senhora da Penha as celebrações começam com a chegada do Boletim produzido pela Arquidiocese de Vitória.

De acordo com a senhora Alice, Padre Bernardo trabalhou muito na invasão de Flexal II, que aconteceu em 1979. A paisagem de Flexal foi alterada rapidamente, embora Flexal I fosse em sua maior parte um loteamento sofreu transformações pelo aumento de moradores de da violência. A briga pelos lotes gerava reações violentas e muitas pessoas foram assassinadas nessa época.

Padre Gabriel chega em 1981 e também vai trabalhar muito na região. O numero de reuniões aumenta muito, Dona Alice conta que ele fazia reunião para tudo:

Ele fazia muita reunião, para tudo, para instruir a comunidade sobre como deveria ser a caminhada da Igreja. Ele queria as coisas em ordem, tinha a época certa dos batizados, tudo certinho. Essas reuniões não eram aqui, era lá pra baixo, no COS ou na “Cidade”. Eu não ia, mas Zé Lino vivia lá.

O padre Gabriel era ligado a política, ele era contra as coisas que a política fazia, que ele não gostava, como aquele negocio de operar as mulheres. Fazendo ligadura como se tivesse castrando animais, ele foi muito contra aquilo, e eu desconfio que foi até isso que acabou tirando a vida dele. Pe Gabriel trabalhava muito aqui e por isso ele perdeu a vida, na nossa comunidade ele era muito querido. Ele era corajoso, não tinha medo desses políticos não, o que tinha que falar ele falava mesmo.

²³³ O Pe. José Rizzi, da Paróquia de Santo Antonio realizou os primeiros casamentos com um número de 16 casais. No novo templo construído, os primeiros a se casarem foram: Lúcia e Heliomar Freire – Nilcéia e Antonio Brandão.

Na época da formação da Paróquia todo mundo apoiava a idéia porque era muito difícil, era tudo muito longe daqui.

Nesta época a abertura política possibilitava que ações de protesto mais ousadas pudessem ser realizadas publicamente. Pode ser considerada, o auge do envolvimento político das CEB's, em todo o Brasil. Os movimentos comunitários estavam muito ligados a Igreja que celebrava dentro da Grupo Escolar e formulava pedidos de reivindicação de melhorias na infra-estrutura do bairro.

Após a morte de Padre Gabriel, dois sacerdotes passaram rapidamente pela região, Frei Diniz que acompanhou as comunidades de 1990 a 1991 e padre Vitor, em 1992, que ficou apenas 4 meses na região. O próximo padre da Paróquia registrado oficialmente pelo livro de Tombo seria o Padre Alfonso Pastore. Percebemos um aumento significativo no número de comunidades na época de seu pastorado em Porto de Santana. Das 12 comunidades que formaram a paróquia surgiram mais 40 (quarenta). O aumento das comunidades é atribuído pelos moradores a Pastoral implantada pelo Padre Alfonso, que afirmava: *“Onde não plantamos uma semente Católica, nasce uma evangélica”*. Padre Alfonso estava fazendo referência ao aumento da influência das Igrejas Evangélicas Pentecostais e Neo-pentecostais sobre a região da Paróquia.

Sua Pastoral é avaliada de duas maneiras distintas pelos moradores da Paróquia. Há aqueles que admiram o trabalho realizado por ele, afirmando que ele resgatou o povo que estava fora da Igreja, aumento a fé das pessoas através de atividades voltadas para a espiritualidade de cada fiel. E há aqueles que afirmam que o trabalho dividiu as comunidades, separou as lideranças e assim enfraqueceu o poder articulador das CEB's, diminuindo sua autonomia e desestimulando a ação política na formação das novas lideranças.

A senhora Alice fundadora de sua comunidade comenta sobre ele:

Com Padre Alfonso a mudança foi grande, porque o padre era muito carismático, a vida da comunidade aqui, foi na época do padre Alfonso. A comunidade levantou, a fé foi grande. Foi uma coisa muito bonita mesmo. Muitas pessoas não gostaram, afastaram até da Igreja, largaram a Igreja, mas padre Alfonso foi uma das pessoas que levantou a fé na comunidade. Porque tinha muita experiência de oração, grupo de oração, encontro de casais com cristo, que era uma coisa muito bonita mesmo, tocava mesmo qualquer pessoa.

O povo não tinha aquele incentivo, porque o povo pobre, nos pobre, precisamos muito de ajuda, de uma coisa que atinge a nossa fé, e Padre Alfonso fazia isso, ele avivava a coisa, ele insistia, fazia encontros, trazia gente de fora para fazer palestra. Animou muito mesmo a fé na comunidade. (grifo nosso)

A expressão *carismático*, mencionada pela Dona Alice, é referente a um movimento apostólico da Igreja, que ganha muita força no Brasil, na década de 1990, Renovação Carismática Católica do Brasil (RCC), ou Pentecostalismo Católico, como foi inicialmente conhecida. O movimento teve origem com um retiro espiritual realizado nos dias 17-19 de fevereiro de 1967, na Universidade de Duquesne (Pittsburgh, Pensylvania, EUA). No Brasil a Renovação Carismática teve origem na cidade de Campinas, S.P, através dos padres Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Dougherty, na década de 1970. A Renovação Carismática Católica é voltada para a experiência pessoal com [Deus](#), particularmente através do [Espírito Santo](#) e dos seus *dons*. Esse movimento busca dar uma nova abordagem às formas de [evangelização](#) e renovar práticas tradicionais dos ritos e da [mística](#) católicos.²³⁴

4.3.3. Comunidade São Sebastião – Morro do Meio

A comunidade São Sebastião nasce junto com as ocupações de terra. No Relatório de Pastoral escrito pela Irmã Janete Monjardim para sua Congregação, encontramos uma descrição da região na época em que a Comunidade nasceu:

Até 1963 Porto de Santana era uma área desabitada. Em 1964 foi habitada por um grande número de famílias que vinham do interior do Estado, sem recursos, sem saúde, sem emprego, a fim de ganhar terras para construir seus barracos.

Em luta para derrubar a mata e repartir bem a terra, houve muitas vezes a interrupção da polícia que de dia derrubava os barracos e o povo reconstruía à noite. (ANEXO 8)

Porto de Santana ainda possuía características rurais, a área pertencente à Prefeitura de Vitória, englobava o Morro do Meio, e foi uma das primeiras a ser ocupada. As ocupações invadiram o espaço de manejo do gado destinado ao Matadouro. O gado vinha de trem, descia em Flexal e era transportado a pé para o matadouro municipal no Morro do SESI, em frente ao Morro do Meio, ou, para Itacibá, a caminho da antiga Frincasa (Frigorífico Industrial Capixaba S/A). Neste percurso ficaram registradas muitas estórias engraçadas, quando um boi saía do caminho era aquele desespero.

²³⁴ Informações colhidas do site oficial da Renovação Carismática Católica do Brasil (www.rccbrasil.org.br), no dia 10 de outubro de 2007, às 9hs..

Todos os dejetos do Matadouro eram jogados na Bahia de Vitória. O Senhor Aluísio Xavier Filho, que veio morar no Morro do Meio em 1964, conta que o volume era enorme, pois matava-se por volta de cem bois por dia. Todo esse lixo contaminava a água da Bahia de Vitória onde muitos moradores se banhavam.

As famílias que vinham do interior em busca de trabalho na Grande Vitória eram tradicionalmente religiosas e ao chegar em Porto de Santana começaram a se reunir para rezar. O Senhor Aluisio lembra que a princípio as pessoas começaram a se reunir na rua, perto de onde é a Igreja hoje, para rezar o terço e ladainha. Depois no local onde se reuniam construíram um pequeno barraco para servir de Capela.

Em 1966, o Padre Pedro Pereira Pinto, vigário da Paróquia São João Batista (Cariacica Sede), responsável pelo Setor, procurou a Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria²³⁵ pedindo ajuda, pois sozinho não estava conseguindo dar assistência a todos os fiéis da Paróquia, que a cada invasão incorporava um número enorme de novos membros. Foi aí que encaminharam para ajudá-lo a Irmã Janete Monjardim.

Em 1966 portanto, Irmã Janete se dirigiu para Porto de Santana, a princípio ela daria assistência a Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no Morro Aparecida, mas o Padre Pedro queria centralizar os trabalhos do Setor no Morro do Meio e achou melhor que ela trabalhasse na comunidade que tinha se formado lá. Irmã Janete conta que foi muito bem recebida “*o povo recebe a gente em festa, como se fosse rei*”. Irmã Janete continuava morando em sua Congregação no Centro de Vitória, mas se dirigia todos os dias para Porto de Santana para ajudar a organizar os trabalhos das Comunidades. A jornada até Porto de Santana era demorada; não pela distancia, mas pelas condições do transporte coletivo: “*Só tinha um ônibus, vinha até o Centro, parava no mercado e circulava o Parque Moscoso. Só tinha 1 (um) mesmo, leva e trás.*”

De acordo com a Irmã Janete o terreno da Igreja era um terreno vazio que os moradores ocuparam e construíram a Capela. Era um Barraco de madeira pequenininho com um oratório contendo uma imagem de São Sebastião de uns 20 cm. Depois da construção do segundo

²³⁵ A Sociedade das Filhas do Coração de Maria pode ser considerada uma congregação progressista para a época, as religiosas trabalhavam no meio do povo e não usavam o tradicional habito das freiras. Foi idealizada por Maria Adelaide Champion de Cicè e Pedro Clorivière, fundada em 1790, durante a Revolução Francesa, tendo como modelo o próprio Coração de Maria e vida dos primeiros cristãos. Em 1785, Maria Adelaide Champion de Cicè escreveu seu projeto de sociedade piedosa, que pregava uma vida de orações e obras de caridade; as religiosas não seriam enclausuradas para que pudessem trabalhar a serviço da comunidade. In. www.isba.com.br

barraco foram acrescentadas mais algumas imagens ao altar. O Senhor Aluísio descreve: “O altar parecia uma estante com varias imagens, e uma mesa maior , uma tábua que servia de altar mesmo, porque naquela época o padre rezava de costas, eu mesmo cheguei a cantar a ladainha em latim; depois da restrição das imagens, eu nem sei o que foi feito dos santos”.

Logo que chegou, Irmã Janete percebeu que havia um grande número de analfabetos, e passou a incentivar um senhor que tinha estudado até o 2º ano primário, Senhor Fernandes, a dar aulas. As crianças estudavam de dia e os adultos à noite. “A noite para as aulas e encontros de oração e reuniões, usava-se lampiões à querosene. Partindo dessa dificuldade criamos um grupo para arrecadar dinheiro para a instalação da rede elétrica, cujo resultado foi positivo.”(ANEXO 8)

Ela também organizou, assim que chegou, a catequese, para que os jovens pudessem receber a Eucaristia. Sempre convidava padres de outras paróquias para celebrar missa pelo menos uma vez por mês no Setor, como conta o Senhor Aluísio:

Logo depois que a irmã chegou, ela conseguiu padres que vinham aqui uma vez ou outra para celebrar uma missa, e celebrava no barraquinho mesmo, porque não tinha outra Igreja , só tinha a Comunidade de Imaculada Conceição. Nessa época a gente nem sabia que pertencia a paróquia São João Batista, a gente não tinha noção disso, o que era uma paróquia, o que era uma comunidade ligada a uma paróquia.

Enfermeira de profissão Irmã Janete logo organizou um pequeno ambulatório num barraco cedido por um morador, e conseguiu, posteriormente, dois acadêmicos que prestavam serviço duas vezes por semana à Comunidade. A partir deste trabalho surgiu a idéia de oferecer a comunidade cursos de primeiros socorros e iniciação a enfermagem. No depoimento do senhor Aluísio verificamos a urgência desse trabalho na região e como ele ligava a fé à vida das pessoas.

Nessa época não existia as pastorais, o povo se reunia pra agradecer a Deus pela saúde, pelo trabalho, para reunir a família , para reunir os amigos, eu acho que inicialmente é essa a idéia. Depois foi se descobrindo a necessidade de organizar em pastorais, de preocupar com o social, preocupar com o irmão que esta desempregado, que esta doente, inclusive Irmã Janete foi a primeira que trouxe para Porto de Santana, posto médico, curativo: naquela época as pessoas eram muito doentes , tinham muitas feridas nas pernas, existia muita fome , as vezes não era fome mas as pessoas não se alimentavam direito, daí surgiam feridas e não tinha remédio para fazer curativo, como ela era enfermeira também, ela fazia curativo, ela trazia médico, ela montou um posto médico aqui, pra atender as pessoas, fazer curativo, medir pressão, aplicar injeção e ensinava noções básicas de higiene. Ela fazia isso na casa das famílias , até uma família disponibilizar um cômodo para ela, chegou até a montar uma farmacinha. Na minha casa mesmo disponibilizávamos um espaço para ela atender as pessoas e guardar remédios.

Irmã Janete também traz novidades para a liturgia, é depois de sua chegada na região que as comunidades começam a seguir roteiros celebrativos, que eram muito simples a princípio, com cantos para cada momento litúrgico. O senhor Aluísio afirma que começou aí a preparação para que os leigos pudessem vir a assumir os trabalhos da Igreja:

Inclusive Irmã Janete já preparava a gente, ela dizia assim: vai chegar época em que vocês vão celebrar, não vai ter padre para atender todo mundo, então o leigo vai poder celebrar, o leigo vai poder distribuir eucaristia. Eu sou inclusive o primeiro Ministro de Eucaristia do Setor, mas na época não chamava ministro. Fui a primeira pessoa, leigo, que distribuiu eucaristia na região de Porto de Santana, porque ela (Irmã Janete) me autorizava, na minha convivência com a Igreja. Porque não existia ministro naquela época, a Igreja na tinha essa abertura oficializada.

O primeiro barraco construído para servir de Capela foi ampliado. Mas com o passar do tempo voltou a ficar pequeno para o número de atividades e pessoas que o freqüentavam.

Em 1967, numa visita a Comunidade o Bispo Auxiliar Dom Luiz suregiu que a Irmã pedisse ajuda financeira a Adveniat: uma agência católica de cooperação internacional, sediada na Alemanha, que apoia projetos sócio-evangelizadores em todo o mundo. Em 1969 foi formulado um relatório sobre as atividades desenvolvidas na Comunidade, juntamente com um pedido de ajuda, para serem encaminhados a Adveniat. A instituição respondeu ao relatório doando a importância de CR\$ 3.000,00, que foi empregado na construção do terceiro barracão para a Igreja (Fotografia 7). Podemos encontrar uma lista de materiais comprados com parte dos recursos recebidos no ANEXO 8. Alguns anos mais tarde em 1974, com muito esforço e trabalho os membros da Comunidade construíram uma Igreja de alvenaria (Fotografia 8). Mas a Igreja da década de 1980 não é nem parecida com a dos dias atuais, pois em 1996 houve uma reforma completa, os membros da comunidade derrubaram toda a construção antiga que não atendia mais suas necessidades e construíram uma Igreja completamente nova, com a torre mais alta de Porto de Santana (Fotografia 9).

Um fato muito importante para o desenvolvimento das atividades pastorais mais voltada para as questões sociais, foi a criação do Centro de Orientação Social (COS) no final de 1967 (Fotografia

10). O Centro foi criado pela Cáritas Arquidiocesana de Vitória²³⁶ a fim de desenvolver um atendimento à crianças e adolescentes de ambos os sexos de 07 a 18 anos, sem distinção de raça, cor e religião; oriundos dos Bairros de Porto Santana, Aparecida, Presidente Médici, Morro do Sesi e Porto Novo. Trata-se, pois, do projeto social mais antigo da Cáritas de Vitória, que foi fundada no mesmo ano. O trabalho da época tinha por lema: *ensinar o pobre a pescar*.

Organizaram cursos profissionalizantes de cerâmica (Fotografia 12), encadernação (Fotografia 13), marcenaria, corte e costura, datilografia, instalação de água e esgoto, carpintaria, eletricista, bombeiro hidráulico, sobre previdência social, pintura e manicure, além de grupos de recreação.

O curso de datilografia e o de instalação de água e esgoto, foram realizados com a colaboração do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)²³⁷. O senhor Aluísio foi um dos primeiros alunos do COS e relembra:

Os coordenadores do COS eram sacerdotes, o primeiro presidente foi o Monsenhor Rômulo Neves Balestrero. Também tinha eram ensinadas noções básicas de higiene, como: lavar as mãos pra comer, cortar unha, beber água filtrada, essas coisas, pois era um povo largado. As pessoas vinham e davam palestras pras mães, naquela época as casas tinham no máximo uma “talha”, que é um filtro sem filtro, um que você botava a água e tapava por cima e quando estava com sede destapava, pegava o caneco e botava no copo. Mas era sem filtrar, ai eles vieram explicar que a água tinha que ser filtrada ou fervida, essas coisas.

²³⁶ É uma entidade civil beneficente de assistência social de fins não-econômicos, criada em 29 de setembro de 1967, com personalidade jurídica própria reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal. Organismo da Arquidiocese de Vitória, é integrante da Cáritas Brasileira, que faz parte da Rede *Caritas Internationalis* – rede de atuação social da Igreja Católica, formada por 163 organizações, presentes em 200 países e territórios, cuja sede está em Roma, na Itália. Informação colhida no site da Arquidiocese de Vitória: www.aves.org.br, no dia 28 de outubro de 2007, às 20hs.

²³⁷ Criado em dezembro de 1963 de acordo com o Decreto nº 53.324 no âmbito do Ministério da Educação e Cultura - MEC. Tinha o objetivo de preparar mão-de-obra especializada para a indústria através de cursos volantes e também nas próprias empresas. Em 1971, com base na Portaria nº 16 de 01 de fevereiro, ampliou sua atuação para os demais setores da economia, vindo a integrar o Departamento de Ensino Médio, integrante do Sistema Nacional de Ensino Supletivo. Somente com o Decreto 75.081 de 12/12/1975 passou para alçada do recém criado Ministério do Trabalho, que separou-se da Previdência Social. Sua incorporação ao MTb deu-se 4 dias após a criação do SINE (Decreto nº 76.409 de 08/12/1975), ficando subordinado a Secretaria de Mão-de-Obra. Posteriormente através do Decreto nº 77.362 de 01/04/1976, houve uma importante modificação. O Conselho Consultivo de Mão-de-Obra foi transformado em Conselho Federal de Mão-de-Obra, incorporando o PIPMO, SENAI, SENAC, SENAR e as empresas que se beneficiavam dos incentivos da Lei nº 6.297/75, que permitia o desconto em dobro do lucro líquido tributável, para fins de imposto de renda, do total das despesas realizadas com formação profissional. No entanto, tanto a lei 6.297/75 quanto o conselho foram extintos com a Constituição de 1988. CASTIONI, Remi. *Avaliação de políticas públicas: modelos e usos da avaliação de impacto em programas de formação profissional*. Artigo apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999. p.4.

Depois que as CEB's se organizaram, a maioria das reuniões e capacitações eram realizadas no COS, ele se tornou referência para tudo que as CEB's do Setor fossem organizar, como conta o senhor Aluisio:

A gente usava o COS como referência, como não tinha paróquia, qualquer tipo de reunião envolvendo as comunidades era feita lá. Inclusive as reuniões com o Padre Bernardo. Era como se fosse um conselho, com um representante de cada comunidade, mas ainda não existiam os Conselhos de Comunidade, a gente não tinha noção de Conselho. Mas a gente se reunia com o mesmo objetivo. Ele é localizado próximo a praça de Porto de Santana, tem boa localização. Durante um tempo, os grupos da comunidade passaram a se reunir no COS. Muitas reuniões de Conselho aconteciam lá, mesmo depois de fundada a paróquia. Tinha aquele ar, de que tudo era no COS.

Em 1969, Padre José e Padre Geraldo foram encaminhados para cuidar do Setor, eles foram residir num barraco que ficava anexo ao terreno da Igreja. Irmã Janete conta que neste barraco vivia uma família que foi deslocada para outro barraco a pedido do então prefeito Vicente Santório Fantini, que numa visita a região teve conhecimento dos trabalhos que eram realizados pela Igreja e decidiu ajudar.

Com a chegada dos sacerdotes as comunidades foram se organizando cada vez mais, e formaram um movimento comunitário promovendo cursos de corte e costura, tricot, crochê e arte culinária. Irmã Janete escreve em seu Relatório do ANEXO 8: *“Com tudo isso o movimento cresceu muito, o povo foi mais instruído e o prefeito mais alertado para construir grupos escolares, sendo um em cada morro, uma vez que os três já estavam bastante habitados.”*

Ainda em 1972, os Padres conseguiram através da Fundação Espiritossantense de Bem-Estar do Menor (FESBEM), a aplicação do Plano Recreativo de Assistência ao Menor (PRAM) em Porto de Santana. Foi criada uma escola para atender menores em situação escolar irregular. No mesmo ano, os padres deixam o Setor, e as comunidades passam por mais um período sem sacerdotes.

Só em 1975 foi encaminhado para a região o Padre Francês Bernardo Colombe, ele não foi residir no Setor, se alojou na Paróquia Bom Pastor no bairro de Campo Grande, mas era o pastor responsável por todo ele. Seu trabalho deu continuidade a todas as ações sociais que estavam sendo colocadas em prática nas comunidades. Sua gestão foi marcada pela

intensificação dos cursos de formação de liderança oferecidos pela Arquidiocese. Os cursos ministrados a partir de 1975, em sua maioria, são voltados para a conscientização política, como percebemos no depoimento do Senhor Aluísio sobre sua participação nesses encontros:

Eu sempre era convidado para participar de formação, por que eu sempre estava na frente da comunidade. Eu acabei virando liderança, fui tesoureiro e coordenador da comunidade. Não era todo mundo que era convidado para os encontros de formação, eram só os cabeças mesmo, porque também, nem cabia todo mundo.

Na comunidade não se falava em participar de movimentos sociais ainda. Não se tinha essa consciência, a consciência que tinha de Igreja, era que você tinha que ir pelo menos uma vez por semana rezar, agradecer a Deus, pelo pão de cada dia e pela saúde.

Eu ia para os encontros com o Bernardo (Padre Bernardo). Era a Arquidiocese que dava, no CALIR, no Seminário Nossa Senhora da Penha. Quem deu muita formação pra gente foi Frei Beto. Aí começou a despertar em algumas pessoas o gosto pela política. Lá eles falavam: tem que fazer isso, tem que organizar, participar do sindicato, fazer greve, num sei o que.

Nessa época só tinha 2 partidos políticos, então, dizia-se nos cursos, que o MDB era o partido do sim e a ARENA era o partido do não Senhor. Então a gente tinha muita dificuldade para entender.

Eu fui para um encontro de Igreja, não tinha noção nenhuma de movimento social. Mas naquela época já se falava que deveria existir mais partidos, de abertura política, mas ainda era Regime Militar e tinha que ter cuidado com as palavras.

Hoje eu tenho mais consciência do que eu tinha ido fazer lá do que quando eu fui. Você não estava preparado para aquilo, você ia pra ver o que ia acontecer. De um litro você pegava uma gota. Na época eu me perguntava o que é que eu to fazendo aqui.

Alguns participantes captavam com mais facilidade a relação que a Igreja estava estabelecendo entre fé e política e tinham nesses encontros a fonte da ideologia que motivava suas ações nas Comunidades. Mas entender a Igreja como meio de se alcançar desenvolvimento sócio-político era um pensamento corrente da época, considerado verdadeiro pela maioria. No Relatório de Pastoral da Irmã Janete encontramos sob o sub título: “c) o que hoje existe como resultado de nossa atuação”, uma lista de bens de consumo coletivos adquiridos pela comunidade durante a permanência da Irmã:

As comunidades já tem: luz, água encanada, rede de esgoto incompleta, transporte coletivo melhorado, alguns táxis, um Centro de Atividade do SESI, dois postos de saúde carentes, supermercado e mercearias, um consultório médico e dentistas práticos.

Na pastoral temos: catequese, grupo de oração, dirigentes de cultos, leitores, cantores, clube de mães, equipe de preparação ao batismo e ao matrimônio, conselho, grupo de jovens engajados na Pastoral de enfermos, dos presos e nas famílias.

Temos uma sala doada pela Diocese – Centro de orientação Social – COS, onde se faz reuniões, recreações, festas de casamento e aniversários. Atualmente está sendo realizado um curso de soldador, até dezembro.

Percebemos claramente a diversidade de objetivos, considerados pela Irmã Janete em 1982, como resultado da atuação da Igreja no Setor. Não havia uma delimitação clara do que era obra da Igreja e do que era obra da comunidade enquanto grupo social, era como se a Comunidade Religiosa e a Comunidade de um modo geral fossem uma coisa só.

4.3.4. Comunidade de Sant'Ana – Baixada

A Comunidade de Sant'Ana é a mais próxima da área da CVRD e alguns de seus primeiros participantes eram funcionários da Companhia. De acordo com a Senhora Maria Marques Silva, moradora da região desde 1961, no início as pessoas, principalmente as mulheres se reuniam para rezar nas casas. Os ferroviários compraram a Santa, e ela era conduzida para a casa das pessoas onde se realizam as orações.

O Padre que visitava a região era de Itaquari, Padre Etevaldo Mazola, que rezava missa no refeitório dos ferroviários dentro da CVRD. A Senhora Maria Marques conta que o grupo teve ajuda de um vereador para conseguir um espaço que serviria de Capela:

Isso aconteceu muito tempo até que Seu Vicente (Vicente Santório Fantini) resolveu se candidatar a vereador. Então aí, foi que ele fez um cômodo grande de madeira onde é agora o centro de Saúde, para dar aula lá para algumas crianças, das pessoas que já moravam por aqui. Dava aula durante a semana e no dia de Domingo cedia para o povo rezar. Isso foi em 1967. Foi quando ele fez aquela escadaria, que sobe alí, sai na rua de cima.

A partir daí o número de pessoas que se reuniam para rezar foi aumentando e logo o barracão se tornou a Capela da Sant'Ana que anteriormente peregrinava de casa em casa. A comunidade foi se organizando com a ajuda da Irmã Janete e dos padres que chegaram logo depois. A senhora Maria conta que só saíram do barracão obrigados, por conta da Construção do Posto de Saúde.

No final dos anos 1960, o crescimento estava desordenado, todo dia chegava gente. Neste contexto a antiga polêmica sobre a quem pertencia Porto de Santana ganhou visibilidade. Enquanto as administrações discutiam, as ocupações continuavam aceleradas. Nesta época

houve uma intervenção do exercito na região, para conter as ocupações e a violência gerada pela disputa dos terrenos.

O exercito numerou todos os barracos e proibiu a construção de novos, depois montou acampamento em Porto Santana. O povo que chegasse na região naquele momento tinha que ficar na casa de alguém, e se quisesse fazer um barraco, tinha que fazer a noite, e, entrar dentro dele na mesma noite, porque no outro dia o exército derrubava.

Nesta época a prefeitura resolveu construir um Posto de Saúde no local da Capela. Quando o exercito se encaminhou para retirar a Capela do local houve uma grande confusão, como lembra a Senhora Maria Marques:

Colocamos banca no meio da rua, que não queria que arrancasse de jeito nenhum o barraco, porque ele era muito bonito, aonde é o Centro de Saúde, então nos demos bronca pra não rançar o barraco não.

Dom João tadinho, teve que vir aqui. O coronel do exercito foi buscar Dom João, falar com ele, que não deixasse a gente vencer não. Quem tinha que vencer eram eles. Aí ele chegou e falou assim com pra gente: Olha vocês vão deixar arrancar o barraco, e vão passar lá para área do lado dos crentes, porque depois quando vocês estiverem doentes, vocês vão ter aonde ir. E ele falou certo, não foi? Porque só dá a gente hoje, chegando ali com pressão alta.

Ele veio aqui só para resolver essa briga, porque tudo aqui, era resolvido na briga. Só parou de resolver no grito quanto o exercito estava junto. Eles até matava gente. Era muita gente querendo terreno. Era uma danera medonha.

O Bispo mandou arrancar o barraco e colocar na área da Igreja do Sétimo Dia, que era ao lado. Mas aí já foi de qualquer maneira, não ficou bonitinho, igual era cá, onde é o Posto de Saúde. Mas deu pra ir até a gente fazer essa aqui.

De acordo com a Senhora Maria Marques não houve oposição da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Essa recolocação do barraco era provisória. Nesta época a comunidade estava construindo outra Igreja num lote que haviam ganhado do exercito durante a partilha dos terrenos e numeração os barracos, no alto do Morro do SESI.

Muitos nomes podem ser citados como fundadores da Comunidade como: Carlos Nascimento, José Santório, Maria Marques, Maria Lazarini, Juventino, Berlote e Lourdes Rabelo. A obra de construção da Igreja no Morro do SESI não acabava nunca, o projeto era muito grande e o terreno em declive era caro para construir. O povo se reuniu para tentar achar uma solução, e, o Senhor José Siqueira concordou em trocar a seu lote pela obra em andamento.

As obras, da Igreja no novo lote da baixada, foram iniciadas em 19 de abril de 1978. O lote era pequeno pois a parte de trás era um maguezal. Atendendo ao um pedido da comunidade, o prefeito Vicente Santorio mandou aterrizar os fundos da Igreja, ampliando consideravelmente a

extensão do lote. As obras foram concluídas em 1979, mais precisamente em 11 de fevereiro. (Fotografia 14)

Durante a década de 1970, a Comunidade contou também com assistência das Irmãs Marina, Áurea e Alice, que estimuladas pelo projeto educador da Arquidiocese, vieram ensinar o evangelho e ajudar na organização das comunidades.

4.3.5. Comunidade Nossa Senhora Aparecida – Morro Aparecida

Os grandes motivadores da criação da comunidade foram Antonio Prudêncio e Maria de Souza que em 1963 sentiram a necessidade de ter uma igreja mais próxima do bairro. A população estava aumentando muito e as pessoas reclamavam um lugar para suas orações. Havia já um terreno vazio, no alto do Morro que parecia indicado para construção da Igreja.

O Sr. Antonio Prudêncio resolveu então conversar com o Pe. Pedro Pereira Pinto, responsável por toda a Paróquia, que estava celebrando uma missa na Comunidade Imaculada Conceição. O Padre recebeu com alegria a idéia e autorizou a colocação de uma Cruz no local escolhido, para não ser invadido.

Assim foi feito. As pessoas animadas começaram a rezar e trabalhar. Realizavam novenas nas casas e leilões para arrecadar dinheiro para construir um pequeno barraco. E em 29 de junho de 1964 foi celebrada a 1ª missa no barraquinho, presidida por Padre Pedro. A partir daí o número de pessoas na comunidade e nas celebrações foi crescendo.

A senhora Maria Oliveira Chagas, conhecida como Mariquinha, conta como eram as atividades neste barraquinho:

Nesse barraquinho, a gente rezava o terço, cantava ladainha em latim. Depois pra frente surgiu um estudo bíblico, que era com um rapaz, o Pedro. Ele dava estudo bíblico, ensinava a separar os livros da bíblia, dizia quantos livros tinha, quantos a igreja evangélica tinha, quantos faltava, e aí nos começamos até a fazer homilia²³⁸, Depois de um tempo de estudo, cada dia ele colocava alguém para fazer homilia, eu

²³⁸ Homilia é a reflexão das leituras bíblicas realizadas num grupo. O termo homilia significa "conversa familiar". Esta deve fazer a ligação entre a Bíblia, a vida dos presentes e a celebração. Deve clarificar as leituras e questionar a realidade, tentando perceber o sentido dos acontecimentos no plano de Deus, tendo como ponto de referência a pessoa, a vida, a missão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. A homilia ou partilha da Palavra abre perspectivas, esclarece, mostra a presença e a acção de Deus dentro dos acontecimentos

quase chorei no dia que ele falou que era eu que ia fazer, nós ficávamos tão nervosas. Mas a gente tinha que começar para poder aprender. Ele era o líder, era o Presidente da Comunidade, não tinha Conselho ainda, não tinha nada. O estudo bíblico deve ter começado por volta de 1974, ou antes, pois não tinha a Caminhada ainda.

Hoje o Pedro que dava os círculos bíblicos mudou de religião e é Testemunha de Jeová. Na época a gente fazia umas orações, misturava o terço e fazia uma leitura bíblica com homilia. Formato de Celebração só quando chega a caminhada.

O barraco ficou muito pequeno. Para acolher melhor o povo seria preciso construir um maior, então o desmancharam e fizeram uma Igreja maior, ainda de tábuas. As missas eram raras, só em 1969 com a chegada dos padres José e Geraldo é que houve um acompanhamento sacerdotal mais próximo à Comunidade. No início dos anos de 1970 a Comunidade também recebeu acompanhamento da Irmã Francisca que reforçou as equipes e organizou a Igreja até o nascimento do Conselho.

A construção de uma Igreja de alvenaria se daria somente em meados da década de 1980 (Fotografia 16), por iniciativa do Grupo de Mulheres, que trabalhava intensamente na Comunidade. A senhora Vera Lúcia da Silva Anacleto, moradora do Morro Aparecida desde 1968, conta o episódio:

Como não tinha dinheiro para comprar o material da Construção de uma Igreja nova, alguém no Grupo de Mulheres teve a idéia de pegar pedras na pedreira desativada da CVRD que existia aqui perto. Hoje é um lago super perigoso.

Aí o grupo de mulheres foi pra lá. juntar pedra, para carregar depois, para construir a Igreja, pelo menos dava para fazer os alicerces. A gente só juntou, foram os homens que carregaram para o alto do morro

A chegada de Padre Bernardo marca a intensificação dos cursos de formação. Ele organizava grupos de estudo que iam desde estudos bíblicos a análise da conjuntura sóciopolítica da época. A senhora Maria Oliveira Chagas conta como foi a sua primeira reunião com o Padre Bernardo:

Com a chegada dele teve muita reunião com a gente. A primeira reunião que ele fez com comigo, ele chegou e colocou o pé em cima de uma pessoa e perguntou o que significava aquele pé em cima de uma pessoa, perguntou a alguém e começou a dar bala. E nós não sabia o que aquilo significava.

Depois ele explicou, que era os político, as pessoas maiores massacrando os pequenos, e dando bala para gente não sentir o peso do pé.

Fazia muita reunião para mostrar a realidade que a gente não devia ficar em baixo do pé. Ele não saía da casa da gente. Ele falava muito e adorava tirar foto de tudo.

Quando Padre Gabriel chegou para substituir Padre Bernardo o trabalho de conscientização política estava em andamento na Arquidiocese como um todo. Seu pastoreio na região vai intensificar esse aspecto da vida da Igreja e tornar cada vez mais conhecida por todos a opção

política que as CEB's estavam assumindo naquele momento de abertura política. A censura diminuiu e as eleições começaram a fazer parte da vida das pessoas de uma maneira diferente. Era preciso preparar o povo para viver numa democracia. De acordo com a senhora Vera Lúcia Padre Gabriel explicava o que estava acontecendo na política local e nacional.

*Ele não gostava que os políticos enganassem o povo, então ele colocava a gente a par dos podres dos políticos. Tinha um jornalzinho, chamado **De Olho na Câmara** (Câmara de Vereadores). Tinha uma equipe, um de cada comunidade, que ia lá para ficar olhando o que acontecia e depois fazia aquele panfleto, mas quem trazia para cá era Padre Gabriel e distribuía para todos da comunidade. Era ele que avisava quando tinha alguma coisa importante para ser votada.*

Padre Gabriel motivou a organização de grupos de Juventude Operária Católica (JOC) em cada comunidade do Setor. Esse grupo juntamente com a Associação de moradores passou a organizar o Carnaval Popular. Era um bloco que saía sempre no último dia de Carnaval, na terça-feira. Ia caminhando e festejando de Flexal à Porto de Santana, com músicas que criticavam a desigualdade social e a inércia do poder público. A Senhora Vera Lucia relembra com saudade:

Era mais freqüentado pela JOC, mas a gente ia pro samba também, e ajudava a preparar o Carnaval em cima da realidade que estava acontecendo. A gente pegava o que estava acontecendo na política. Vamos supor que alguém fez uma coisa errada lá. Então a gente pegava aquela coisa que ele fez para poder malhar aquela pessoa no Carnaval. Mais ou menos como o Grito dos Excluídos.

Era uma passeata, na verdade era um bloco. A gente saía lá de Flexal e vinha até a pracinha da baixada. Tinha batucada, todo mundo cantando, sambando, fazia caixão, tinha boneco, batia panela, essas coisas assim.

Na época a gente cantava nossas próprias músicas. Tinha uma do Delfim Neto, que o refrão dizia: é ovo no almoço, é ovo no jantar e essa turma toda aí para nos roubar.

No *Jornal da Arquidiocese*²³⁹, produzido pelo Secretariado de Pastoral de Vitória, encontramos meia página escrita pelo Padre Gabriel, dando notícia dos trabalhos realizados em Cariacica, dentre elas uma nota sobre o Carnaval Popular, que descrevo abaixo:

O Carnaval Popular de Porto de Santana é organizado pela Associação de moradores, Comunidades e pela JOC, este carnaval popular existe desde 1980, ele mostra a realidade do dia a dia em Porto de Santana e Flexal. É um protesto com boas alegorias. Entretanto muitos desejam que no ano que vem, além de percorrer as ruas de Porto de Santana, ele vá até Campo Grande, talvez com a participação da FAMOC – Federação das Associações de Moradores de Cariacica.

²³⁹ MAIRE, Gabriel. In: *Jornal da Arquidiocese*. Ano 3, nº16, abr/1987. p.07.

O Carnaval popular é um exemplo das muitas atividades que aconteciam nas comunidades nos anos de 1980. De acordo com o depoimento de Aluizio Xavier Filho, o boletim Caminhada era um dos grandes motivadores da focalização dos trabalhos da Igreja em aspectos políticos da sociedade. O Boletim falava muito em luta e sindicalização.

A própria Caminhada só trazia política, vinha da Arquidiocese, o Padre Gabriel tinha o apoio total da Arquidiocese, ele não fazia um trabalho isolado. Na caminhada vinha falando de Sindicato, das lutas do trabalhadores, da luta da mulher, de todas as lutas.

No final da Celebração dominical, nos avisos, sempre tinha convite para alguma movimentação política: Oh, tem reunião no movimento comunitário pra isso e pra aquilo, tem abaixo assinado reivindicando isso e aquilo, e convidava a comunidade para assinar, e iam para a porta da Igreja pegar assinatura.

Mas teve época, neste período do Padre Gabriel que até na parte político partidária teve indicação, ele era tão afoito que chegou a afirmar que Nodir Colombo²⁴⁰ era o candidato das comunidades, ele pediu voto aberto a Comunidade. E Nodir ganhou para vereador do bairro.

Apesar de todo esse trabalho de conscientização política, de toda a crítica realizada pelo Padre Gabriel, há quem diga que o padre não se posicionava diretamente sobre um partido ou outro. A Senhora Vera Lucia afirma que ele explicava a importância da participação do povo nas decisões políticas. Em seu depoimento ela esclarece:

Até hoje a Igreja fala o que você deve fazer: você tem que escolher um bom político, só que bom político você não vê olhando a cara né? Tem que conhecer a antecedência dele, também conhecer o projeto dele, e a Igreja não fala em quem você deve votar, nem em qual partido.

Gabriel não falava que você tinha que votar em fulano, ele só mostrava a realidade pra nós, então quer dizer você ia pelo caminho que quisesse. Só que naquela época a política era mais criticada. Você via que a prefeitura era comandada por duas famílias e nada de melhoramento, a gente não via as coisas melhorar. Foi aí que as pessoas foram abrindo a mente e ele foi mostrando os erros de quem estava no poder.

Todo esse trabalho de formação dos leigos e conscientização política criou uma liderança forte nas comunidades, que embora tenha ficado abalada com o assassinato de seu Pastor, não parou de trabalhar com afinco a relação da fé com a política que haviam aprendido. O boletim Caminhada direcionava as celebrações e as pastorais já bem estruturadas continuaram seu

²⁴⁰ Nodir Colombo era morador de Porto de Santana filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), hoje pertence ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e desempenha o cargo de Secretário da Agricultura de São Gabriel da Palha.

trabalho. A senhora Verá Lucia que as comunidades ficaram um tempo sem padre e que as coisas mudaram no direcionamento das ações pastorais em 1992 com a chegada do Padre Alfonso Pastore. Umas das mudanças foi o aumento do numero de comunidades que a senhora Vera Lúcia comenta:

Aqui no Morro Aparecida tinha uma Igreja só, depois com o Padre Alfonso nasceram mais 8 comunidades, que nem existem mais, agora temos 4 (quatro). Eu não sei porque ele queria colocar uma igrejinha em cada esquina.

Quando o Padre Alfonso chegou, não sei da onde ele arranjava tanto dinheiro para comprar tanta casinha para fazer Igreja, o pessoal fala que era doação da onde ele trabalhava antes, do pessoal da Mata da Praia. (bairro nobre de Vitória). Veio abrindo um monte de Igreja, e o negocio era só rezar, rezar, rezar. Encontro de casais com cristo, experiência de oração.

Mas não tinha mais reuniões sobre o bairro, porque nessa época também a Associação de moradores já estava independente da Igreja. Porque antes como eram as mesmas pessoas que estavam na Igreja e na Associação o contato era muito maior. Depois o povo ficou dividido. A base que tinha foi acabando. As comunidades que foram surgindo elas não tem tanta ligação com as mais velhas, porque a formação deles é muito diferente da nossa. Então hoje tem certas horas na Celebração mesmo que o povo das comunidades novas tem um gesto e a nossa tem outro.

As mudanças de direcionamento da pastoral da Igreja aconteceram em todos os níveis da sua organização, não é um fenômeno específico das comunidades estudadas. A mudança se consolidou nos anos de 1990 quando o Setor já havia se transformado na Paróquia São Francisco de Assis.

4.4. PANORAMA GERAL DAS OUTRAS COMUNIDADES FORMADAS ATÉ 1989.

As cinco primeiras comunidades formadas no antigo Setor Porto de Santana/Flexal representam em linhas gerais os modelos de comunidade que nasceram no início da implementação das CEB's na região da Grande Vitória. As comunidades que se formaram posteriormente, até o ano de 1989, já nasceram motivadas pela realidade eclesial nova, e tinham as primeiras comunidades como modelo de suas ações. Faremos a seguir um breve relato sobre a formação das comunidades: Nossa Senhora de Fátima em Flexal II, Bom Pastor localizada no bairro Bom Pastor, Santa Luzia em Retiro Saudoso, São José Operário em Flexal I, Santa Terezinha em Nova Canaã, São João Batista.

A data de criação da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, localizada em Flexal II, não foi confirmada. Havia uma ata que ficava guardada na casa da secretária da comunidade que por infelicidade teve seu barraco queimado em um acidente. Mas sabe-se que os primeiros cultos celebrados foram realizados nas casas do Sr. Antonio Teixeira e da Sra Íris de Melo e do Sr. Bernardo, na época do Padre Bernardo.

O Senhor. Izaias ofereceu um barraco que havia no seu terreno, para servir de Capela para os encontros da Comunidade. Posteriormente A Família do senhor Pedro Xavier doou um terreno no mangue para ser construída a Igreja, o barraco antigo foi anos mais tarde doado a outra comunidade, a Comunidade Santos Dias.

Assim começaram a construir o barraco no ano de 1979, o aterro do mangue para construção foi feito em mutirão. A comunidade enfrentou muitos problemas, muitos de seus membros assim que conseguiram um emprego melhor deixaram o bairro, a saída de algumas lideranças enfraquecia a comunidade, em 1988 , ainda não havia sido formado o Conselho da Comunidade.

A Comunidade Santa Luzia no Retiro Saudoso foi fundada em 07 de setembro de 1977, também por um grupo que se reunia para celebrar na casa das pessoas, essas celebrações domésticas eram na verdade os chamados *círculos bíblicos*, nos quais além das orações se fazia a leitura e interpretação do Evangelho. No dia 9 de julho de 1978, foi realizada a primeira missa pelo Padre Bernardo. A 2ª missa ocorreu no dia da padroeira, Santa Luzia, em 13 de dezembro. No ano seguinte foi colocada a pedra fundamental. O Sr Antonio Coutinho e sua esposa Dona Escolástica foram os doadores do terreno.

Em 1986 o terreno da Comunidade foi ampliado, com a compra de mais um pedaço de lote Sra Julieta Brandão, na ampliação foi construído um barraco para catequese de crianças e reuniões em geral.

A comunidade do Bom Pastor, é um pouco mais recente, foi fundada em 1980 e no início as celebrações eram realizadas no quintal de uma residência. Em 25 de abril de 1982 foi comprado um lote. As celebrações eram feitas ao ar livre e no lote foi construído um barraco coberto de palha de coco e com abertura dos lados. Aos poucos a comunidade conseguiu cobrir com eternite, mas o grupo interessado era muito pequeno. Conta-se que Padre Gabriel teria exigido uma participação maior dos fiéis, e a comunidade pediu ao padre um voto de confiança e um tempo de 3 (três) meses para organizar as equipes. Os participantes se esforçaram e montaram o Conselho.

Passado os 3 (três) meses veio a resposta positiva do Padre. E a comunidade se consolidou de uma vez por todas. No dia 04 de fevereiro de 1983 foi colocada a pedra fundamental e ao mesmo tempo a comunidade celebrou duas legitimações de casamento.

Em 23 de novembro de 1983 foi celebrado o primeiro batizado. Para a construção da Igreja, a comunidade recebeu a ajuda do Padre, que colaborou com uma quantia que foi empregada para compra de material de construção. Na oportunidade era guardião do convento de Nossa Senhora da Penha, Frei Diamantino, que também fez uma doação em dinheiro na compra de 06 sacos de cimento e as paredes foram levantadas.

Como o terreno era dentro do mangue, as celebrações eram na lama. Quando chovia a lama aumentava e os cultos eram celebrações com guarda-chuvas armados.

Mas mesmo assim havia uma boa participação. Uma perda muito forte veio em fevereiro de 1988 quando morreu José Ferreira Dão, conselheiro muito animado que não permitia a comunidade estacionar.

Muitos encontros das Comunidade foram realizados na Bom Pastor, como a celebração do dia Nacional da Juventude com o tema *Juventude construindo a Terra prometida*; a grande celebração da Páscoa em 19 de abril de 1987; a visita pastoral do Bispo Auxiliar Dom Geraldo Lyrio Rocha em 23 de maio do mesmo ano e a visita da imagem de Nossa Senhora no dia 17 de dezembro de 1987.

A Comunidade São José Operário em Flexal I, nasceu de reuniões que visavam o melhoramento do bairro. Os moradores: Jair Francisco Dias, Isaldino Nerchossier e o Senhor Manoel Sapateiro construíram uma sala, no alto do morro, para fazer reunião com os moradores, em 1982. As primeiras reuniões não tinham nada de cunho religioso. Aos poucos foi crescendo o número de participantes e começaram a realizar círculos bíblicos no local, no espaço da reunião fundaram a Comunidade Eclesial. Em agosto de 1983 foi escolhido o padroeiro, São José Operário.

O trabalho na comunidade recebeu muitas críticas devido a focalização na conscientização política que era realizada. Surgem muitos desentendimentos entre os moradores do local e a Comunidade fica proibida de se reunir naquele espaço sob a alegação. Com o terreno perdido os membros da comunidade recorreram aos advogados da Mitra Arquidiocesana de Vitória, e conseguiram assim adquirir um novo terreno. A nova Igreja é mais espaçosa, no meio do povo e de fácil acesso.

Já a Comunidade Santa Terezinha, de Nova Canaã foi fundada por um grupo de oração. Com a realização de reuniões, decidiram fazer um pedido a Imobiliária Canaã, para a aquisição de um terreno para construir. A imobiliária apresentou um local na pedra e o pessoal achou muito difícil de construir. Não aceitando a área, foi apresentada uma outra no morro, onde a comunidade em mutirões construiu a Igreja. O dia 12 de dezembro de 1982 consta como data da fundação, o presidente era Nivaldo de P. Pereira. A comunidade começou a crescer e todos os domingos se reuniam para as Celebrações, havia também leilões e bingos para arrecadação de recursos para a Comunidade.

Gostaria de esclarecer que todo início de uma Comunidade Eclesial parte da necessidade que o povo, por motivos diversos, tem de se reunir. Por isso o processo de aquisição do espaço da Igreja, a sua construção, são marcos de nascimento de cada CEB's. Essa característica fica muito evidente quando observamos o nascimento da Comunidade São João Batista, em Flexal II.

Os católicos que moravam próximos, da localização da atual Igreja, já freqüentavam as outras comunidades, e em reuniões sobre o trabalho das comunidades percebeu-se a necessidade de levar a evangelização mais para o interior de Flexal II, começou a partir daí todos os preparativos para criação da Comunidade Eclesial. Os círculos bíblicos que aconteciam nas casas dos fiéis começaram a divulgar a idéia e as pessoas foram se mobilizando. Todo esse processo teve início em 1986. Havia muitos Joãos na comunidade o que teria sido um incentivo para a escolha do padroeiro. Quando conseguiram comprar um lote as celebrações começaram a acontecer ao ar livre. Percebendo a necessidade de preparar bem as celebrações foi formada a Equipe de Liturgia e as outras equipes conseqüentemente. A Comunidade chegou a organizar grupo de jovens e Pastoral Operária. Duas outras comunidades foram formadas na época da constituição do Setor em Paróquia: Comunidade Santos Dias localizada também em Flexal II e a Comunidade Cristo Libertador no Morro do Meio.

As duas nasceram em 1989 e passaram por um processo de fundação muito parecido com o da Comunidade São João Batista. Seus membros já freqüentavam outras Comunidades, e de discussões sobre a ampliação da evangelização em cada uma dessas regiões, nasceram grupos de interesse que começaram uma mobilização para aquisição de terreno e posteriormente construção de suas respectivas Capelas. São comunidades que já nascem CEB's, pois sua fundação é reconhecida a partir do momento que formam suas equipes e se Conselho, características nascidas das necessidades específicas de administração dessa nova forma de ser Igreja.

4.4.1. Fundação da Paróquia São Francisco de Assis

Transformar o Setor em paróquia²⁴¹ era um desejo antigo dos fiéis, a transformação traria mais autonomia, aparelhos administrativos e um sacerdote exclusivo para a região. Afinal, o próprio nome se refere ao sacerdote. *Paróquia* é o território e a população que está subordinada eclesialmente a um pároco.

Padre Gabriel foi um grande militante desta causa e neste sentido recebeu total apoio de todas as 12 Comunidades existentes no setor até aquele momento. Ele formou uma Comissão Pró Paróquia que ficou responsável por toda burocracia necessária. A decisão favorável a constituição da paróquia envolvendo todo o Setor Porto de Santan/Flexal foi comunicada antes da assinatura do Decreto de Constituição (ANEXO 7) para que as Comunidades pudessem se organizar. Normalmente uma Comunidade é escolhida para ser a Matriz da Paróquia, mas neste caso o Conselho de Comunidade juntamente com Padre Gabriel decidiram que a Paróquia não precisava de uma Matriz, seria uma paróquia **de** CEB's, e não **com** CEB's.

De qualquer forma era necessário a existência de um espaço físico que comportasse o aparato administrativo da paróquia, que pudesse ser o centro de irradiação da comunicação entre as CEB's. Começaram a construção de um Centro de Formação nos fundos da Comunidade Sant'Ana, que hoje abriga toda a administração da paróquia.

A paróquia se chamaria São Francisco de Assis pela sua opção pelos pobres e seria uma Paróquia de CEB's. As CEB's de um Setor se reuniram e construíram uma paróquia. A História da expansão da Igreja Católica pelo Brasil foi invertida, não era mais o Bispo que decidia onde deveria ser criada uma Igreja nova, a Igreja, enquanto CEB's, se multiplicava pelo Brasil e exigia que a respectiva Diocese ou Arquidiocese criasse os aparatos necessários

²⁴¹ Na [Igreja Católica](#) a definição de paróquia é dada pelo [Código de Direito Canônico](#) que declara: "Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao [pároco](#) como a seu pastor próprio, sob a autoridade do [Bispo](#) diocesano". Código de Direito Canônico, artigo 515 § 1º.

para o seu melhor desenvolvimento, inclusive fundando paróquias que auxiliavam na união das CEB's de uma região, potencializando seu poder evangelizador.

Todos os preparativos para a consolidação da Paróquia São Francisco de Assis, estão descritos num Livro Ata guardado na administração paroquial. Nele podemos encontrar o convite que foi distribuído para a grande festa de Instalação da Paróquia (ANEXO 9), e a ata da primeira reunião de preparação para inauguração da Paróquia (ANEXO 10). Podemos observar, na Ata, uma preocupação em divulgar a história do Santo Padroeiro na folha 1 (um), e, uma listagem de todas as comunidades existentes, naquele momento, descritos na folha 2 (dois). Incluímos ainda no ANEXO 11, a proposta de desenho para estampa das camisas que foram feitas pela Comissão de divulgação da instalação da nova paróquia e um desenho encontrado na capa do material para círculo bíblicos, em convites para festa de instalação e em cartazes que foram colados nas comunidades.

4.5 – MULHERES EM AÇÃO NAS CEB'S DO SETOR PORTO SANTANA/FLEXAL

A Igreja Católica no Brasil sempre teve uma relação estreita com movimentos populares, os quais, majoritariamente, eram ligados à afirmação da fé e a valorização de conceitos morais reguladores de comportamentos sociais. Tradicionalmente a Igreja foi marcada por um universo simbólico que exigia sacrifícios para que a alma se libertasse de seus pecados, e encontrasse a salvação através do sofrimento e da austeridade de vida.

Como vimos nos capítulos anteriores o caminho para a Salvação ganhou novo sentido com a opção da Igreja pelos pobres; a purificação dos pecados individuais não dependia mais de penitências, e sim, de uma ação efetivamente cristã na sociedade. *Ação cristã* pode ser entendida como a aplicação dos ensinamentos do Cristo na vida cotidiana, e, esses ensinamentos gravados na Escritura Sagrada, eram interpretados nas CEB's, como guia para o início da construção do Reino de Deus na Terra. No caminho desta construção a qualidade de vida do *povo de Deus* é considerada uma prioridade. É dentro desse entendimento do Evangelho que as CEB's vão trabalhar intensamente nas duas décadas estudadas.

Para entendermos a natureza da pastoral das CEB's, utilizamos o conceito de Movimento Social Urbano, de Manuel Castells, na análise das fontes que relatam o trabalho do Grupo de

Mulheres. Os Boletins citados neste trabalho são resumos das atividades de todos os Grupos de Mulheres da Área Pastoral que engloba o município de Cariacica e de Viana. Mas eram redigidos pelo Grupo de Mulheres do Setor Porto de Santana/ Flexal.

No Boletim *Mulheres em Ação Buscando Libertação* de janeiro de 1988 (ANEXO 12), encontramos na página 08 um pequeno histórico do surgimento do Grupo de Mulheres em Porto de Santana, no qual Pe. Gabriel exerceu função de animador e unificador, propondo grandes encontros onde os Grupos de cada CEB pudessem trocar suas experiências e dividir suas preocupações.

De acordo com Castells, os movimentos urbanos são *movimentos sociais urbanos* apenas quando articulam em sua *práxis* três objetivos: “*demanda por bens de consumo coletivo, desenvolvimento de cultura comunitária e auto-gestão política;*”²⁴²

Analisando as CEB's, podemos encontrar todos os elementos descritos acima, como mostra o boletim informativo das donas de casa²⁴³ das Comunidades Eclesiais de Base de Porto Santana, chamado: *O Tagarela*, (ANEXO 13, 2f). Nele podemos observar o tipo de reivindicações que eram aspiradas. Sob o título “*Mulheres vão a prefeitura*”, consta:

Reunimos dia 26 de maio na Rua Nossa Senhora da Penha para discutir como iríamos encaminhar nossas reivindicações de melhoria do bairro ao Prefeito. Participaram 18 mulheres de ruas diferentes e decidimos tirar uma comissão para ir conversar com o Prefeito de Cariacica.

A comissão composta de 6 mulheres e 1 homem, caminhamos a pé da pracinha até à Prefeitura às duas horas da tarde, para falar das frentes de trabalho para os desempregados e melhoramento na Rua Manuel Martins.

Nesta oportunidade o Grupo de Mulheres se organiza em prol de *trabalho para os desempregados e melhoramentos na Rua Manoel Martins*. Em outro momento anterior o Grupo de Mulheres de Cariacica organizou uma grande campanha contra a esterilização de mulheres que estava sendo praticada em massa, no município, com o incentivo de políticos importantes da região. O jornal A Gazeta de 11 de junho de 1986 sob a manchete: *Médicos fazem esterilização em massa em Cariacica*, descreve a situação:

“Isso é esterilização em massa mesmo. Não tem outro termo, não.” Esse é o comentário do presidente da Associação Médica do Espírito Santo, Luiz Alberto ,

²⁴² DOIMO, Ana Maria. BANCK, Geert A. *Entre a utopia e a estratégia: um estudo de caso de um movimento social urbano*. Espírito Santo: Cultural-ES, Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo. 1989.p.12.

²⁴³ Boletim nº05, julho de 1984. Em 1988, O Grupo de Donas de Casa do Setor, passou a se chamar Grupo de Mulheres.

Tavares ao saber do alto numero de ligaduras de trompas que vêm sendo realizadas na região de Porto de Santana. Pesquisa ali realizada recentemente constatou que cerca de 36% das mulheres entrevistadas tinham ligado as trompas. [...]

Os depoimentos envolvem o médico Fernando Santório, filho do ex-prefeito Vicente Santório Fantini, candidato a deputado estadual e ex-secretário da Saúde no município.

O médico estaria fazendo as ligaduras, ou, encaminhando as mulheres para colegas de profissão no Serviço Nacional de Assistência Médica (SENAM), em troca de votos para a sua candidatura a deputado estadual. O Grupo de Mulheres travou uma batalha junto à opinião pública contra essa prática considerada anticristã.

No boletim, *Mulheres em Ação Buscando Libertação*, de maio de 1989, (ANEXO 14) encontramos ainda indícios dessa movimentação; sob o ângulo reivindicativo do direito de trabalho da mulher esterilizada ou não.

No dia 12/04 o Grupo de Mulheres de Porto de Santana e Flexal estiveram reunidos na Comunidade Bom Pastor para tratar de vários assuntos, sendo mais discutido a questão da exigência que hoje muitas mulheres na hora de conseguir um emprego, até mesmo com a apresentação de atestado de ligadura de trompas.[...]

Fomos convidadas a participar de uma tribuna na Câmara de Vereadores de Cariacica, onde foi debatida esta questão, com a presença de 14 mulheres. Neste debate foi relatado um outro caso, desta vez ocorrido na Bráspérola.

Segundo Castells também é considerado parte de seu conceito de *problemática urbana*, o caso das mulheres, que abertas às possibilidades profissionais são discriminadas pela falta de adaptabilidade dos meios que viabilizariam sua participação no mercado de trabalho; como flexibilidade nos horários, existência de creches, licença maternidade. Ou ainda qualquer outro motivo que as deixem isoladas e submissas, o que de acordo com ele se converte rapidamente em neuroses²⁴⁴. Isto posto, também podemos incluir as reivindicações por igualdade de direitos e condições de trabalho, como parte do seu conceito de bens de consumo coletivo dos centros urbanos.

No boletim, *O Tagarela* (ANEXO 13), também podemos encontrar sinais do desenvolvimento de uma cultura comunitária que como vimos nos itens anteriores é parte da essência do nascimento das CEB's. Abaixo do relatório sobre a visita à prefeitura, em destaque, encontramos o seguinte convite:

²⁴⁴ CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. 4ª edición. México: Siglo Veintiuno Editores, 1977. p. 04-05

FORTALEÇA A LUTA DO BAIRRO, PARTICIPANDO DAS REUNIÕES DAS DONAS DE CASA, ÀS 5ª FEIRAS, 15:00 H., NO COS²⁴⁵.

Ainda no mesmo Boletim informativo encontramos um convite especial para as crianças, sob o título “Movimento das crianças” lemos:

Estamos incentivando nossos filhos a conviverem com crianças de sua idade numa convivência sadia que os ajude a desenvolver sua capacidade criativa e descubram maneiras de juntos serem mais alegres, ver e julgar a vida com mais amor e carinho, mesmo num momento difícil de crise econômica. Por isso estamos informando as mães que mandem seus filhos no dia 7 de julho, às 9 horas da manhã, no COS, à primeira reunião das crianças.

A consciência dos seus participantes, enquanto partes de um movimento social que visa a melhoria da vida cotidiana de uma comunidade, demonstra o caráter reivindicativo do movimento articulado pelas CEB's. O início da construção do Reino de Deus, passa por um projeto pedagógico de conscientização política que humanizaria o sistema social vigente. É exatamente o que podemos chamar de tentativa de criação de uma nova cultura política popular.

Encontramos demandas por bens de consumo coletivo, desenvolvimento de cultura comunitária e auto-gestão política, aliados a uma consciência de seu papel como movimento social em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade, em todos os 9 (nove) boletins analisados.

Os Grupos de Mulheres estavam em conexão com a sociedade através de uma série de operadores organizacionais, possuíam meios de comunicação tradicionais como Boletins Informativos, locais, setoriais e a nível estadual os Informativos da Arquidiocese de Vitória. Suas reivindicações se confundem com a de todos os outros grupos existentes dentro das CEB's, como as da Pastoral Operária ligada diretamente ao Movimento Operário tradicional e a partidos políticos interessados em ter o apoio dos trabalhadores.

Em outra edição do boletim informativo *Mulheres em Ação Buscando Libertação*, encontramos uma diferenciação interessantíssima entre: política de esquerda e política de direita. A diferenciação é fruto do treinamento *Fé e Política* do Grupo de Mulheres da Área Cariacica/Viana, que ocorreu entre os dias 21 e 22 de julho de 1988, (ANEXO 15) vejamos:

²⁴⁵ COS - Centro de Orientação Social é uma ação da Cáritas Arquidiocesana. Tratava-se de um Centro de formação para todos os temas de interesse das CEB's, onde a Associação de moradores e outros grupos interessados eram bem vindos ao debate, como descrevemos nos itens anteriores.

DIREITA

“Defende a ordem que está sendo sempre para o progresso da Direita. Exército, policiais estão para obedecerem ordem. É uma desordem”.

1 – LUCRO

2 – DINHEIRO

3 – PATRÃO

4 – CAPITALISMO

5 – LIBERALISMO ECONOMICO (liberdade de quem tem dinheiro fazer o que quer.)

6 – CENTRÃO (organização para impedir os avanços da classe trabalhadora na Constituinte)

7 – Propriedade privada (propriedade sem controle)

8 – M.D.U (Movimento Democrático Urbano)

9 – U.D.R (União Democrática Ruralista)

ESQUERDA

“Defende a Justiça: Quem é de esquerda, assume a bandeira vermelha, símbolo dos mártires e da luta da classe operária”.

1 – União do povo.

2 – Direito de greve

3 – Comunismo

4 – Socialismo (luta contra o capitalismo)

5 – Liberdade Política (de se expressar, sociedade aberta)

6 – REFORMA AGRÁRIA

7 – DIREITOS HUMANOS

8 – CUT (Central Única dos Trabalhadores)

9 – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

10 – CEBs

11 – Movimentos Populares

12 – Operários.

Observe que o Grupo de Mulheres classifica as CEB's como parte do conceito de *política de esquerda*. Percebemos claramente neste fato, a falta de clareza que as lideranças locais possuíam do materialismo histórico que envolve as doutrinas de esquerda.

Em outra edição do boletim encontramos ainda o desenho de um transferidor que localiza os partidos entre direita, centro e esquerda. Neste transferidor encontramos a PJ (Pastoral da Juventude) no lado esquerdo do desenho (ANEXO 16).

Diante da exposição do posicionamento partidário e político das CEBs, expresso literalmente no Boletim supra citado, não podemos negar que há uma conexão entre elas e os partidos políticos, e, que embora essa conexão seja declarada, o que naquele momento auxiliava a realização pelo menos parcial de seus objetivos, as CEB's continuavam sendo organizacional e ideologicamente autônomas em relação a qualquer partido político, elas eram submetidas a Administração Paroquial, porque eram parte da Igreja

Quando utilizo as categorias de Movimento Social Urbano para entender a natureza das CEB's, não estou excluindo sua face eclesial. Quando dissertamos sobre o nascimento das

Comunidades do Setor Porto de Satana/Flexal, evidenciamos o caráter religioso dessas comunidades. Neste momento, voltamos os olhos para suas ações sociais para entender o seu diferencial. O que havia nessas pequenas igrejas da periferia que fomentou os movimentos sociais ao seu redor. As categorias nos ajudaram a entender que elas agiam como um Movimento Social Urbano, embora fossem parte da Igreja Católica Romana.

O exemplo deste Boletim Informativo local e criado no seio do Grupo de Mulheres de Cariacica pode ser reafirmado se utilizarmos outras fontes documentais produzidas pelas CEB's, como o boletim *Ferramenta*, da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória, para o qual, Padre Gabriel escreveu durante o tempo em que esteve a serviço da Igreja em Cariacica. O boletim tinham um alcance maior, era distribuído para todas as CEB's da Arquidiocese de Vitória.

Para finalizar a demonstração das características do trabalho das CEB's, representada pelo Grupo de Mulheres, gostaríamos de chamar atenção para um resumo do campo de atuação do Grupo descrito no boletim *Mulheres em Ação Buscando Libertação* do ANEXO 16, 2f.

CAMPO DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE MULHERES

- 1) Ajuda a transformar A VIDA DA PRÓPRIA MULHER, a descobrir-se como mulher. Conscientização sobre o problema da própria mulher.
- 2) Preocupação com a transformação DA FAMÍLIA.
- 3) Nossa ação: nas lutas do bairro e na participação da COMUNIDADE.
- 4) O SÓCIO-POLÍTICO: trabalho de organização da vida política, associações de moradores, etc...

Com base em todo o exposto e nesta descrição do *campo de atuação* do Grupo de Mulheres, poderíamos afirmar que as CEB's são um movimento social, mas sabemos de antemão que esse grupo também se reuni para rezar, fazer Celebrações religiosas dominicais com todo o povo da comunidade. Então poderíamos concluir que o Grupo de Mulheres era um movimento social, mas as CEB's eram Igreja? Acredito que essas conclusões seriam superficiais e equivocadas, a Igreja são as pessoas e as atividades pastorais realizadas nela. Como afirmou João XXIII, "*a Igreja é o Povo de Deus em peregrinação*". Se você retirar das CEB's todos os grupos de trabalho social, como as Pastorais da Terra, Operária, Criança, Juventude, Grupo de Mulheres etc. O que vai sobrar? Uma Capela tradicional muito parecida com aquela que serviu de berço para a Comunidade Eclesial de Base Imaculada Conceição. As CEB's durante um determinado momento histórico trabalharam como Movimentos Sociais Urbanos, com todo o apoio da Instituição, que as via como braços sociais que acolhiam a todos os fiéis que o antigo modelo paroquial não conseguia mais abraçar.

É preciso esclarecer que no caso das CEB's, a ideologia proposta, exemplificada acima, tem caráter contra-hegemônico, ou seja, marca a tentativa dessas Comunidades Eclesiais de construir uma nova consciência da massa trabalhadora, que ia de encontro com a ideologia dominante. O conceito de ideologia em Gramsci vai além de um reflexo de relações a nível econômico, para ele, a ideologia seria o resultado da relação de forças que compõe o bloco histórico. As forças dominantes sofrem a oposição das forças emergentes, dominadas, num processo de luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social.

Portanto, entender as CEB's como um movimento social passa pela análise de sua relação dentro da luta de classe, e esta luta é, em Gramsci, a luta pela hegemonia.

Enquanto no início do século XX, a Igreja defendia a hegemonia dominante, nas CEB's dos anos 70 e 80, o projeto ideológico é contra-hegemônico. Frei Beto chama atenção para o perigo de analisar a religião como instrumento de controle da classe dominante e afirma que no Brasil a religião foi instrumento de união das classes trabalhadoras:

[...] Imbuídos de um neopositivismo que considera a religião um subproduto ideológico da consciência humana em estágio primitivo, esses arautos da racionalidade científica jamais puderam captar o sentir e o viver da maioria da população brasileira. Daí o fracasso histórico de uma esquerda tradicional que se erigiu numa postura antipopular ao hastear a bandeira do ateísmo. **Ora, neste país os metalúrgicos do ABC nunca conseguiram aprender a letra e a melodia da *Internacional*, mas recorrem à oração do *Pai Nosso* a cada vez que querem exprimir sua unidade e suas aspirações mais profundas!**²⁴⁶ (grifo nosso)

Trata-se da problemática da construção da hegemonia popular ou contra-hegemonia à classe dominante. Nas CEB's considerava-se que a articulação de elementos dispersos e fragmentados no cotidiano dos indivíduos, expressos por representações e pela práxis, baseadas no senso comum, conteriam o germe, a possibilidade da transformação social, pela politização e transformação da consciência das massas. E os intelectuais teriam papel importantíssimo neste processo, por ser acima de tudo um processo educacional.

Os sacerdotes, modelos de intelectuais tradicionais na teoria gramsciana são coagidos a se posicionar nos momentos de crise da hegemonia. Durante o Golpe Militar, a maioria desses intelectuais se posicionou a favor das classes dominantes, articulando manifestações públicas de apoio, que podem ser consideradas ações de intelectuais orgânicos da classe dominante. Como vimos nos capítulos anteriores, durante o Regime Militar esse quadro foi alterado.

²⁴⁶ BETO. In CASTRO, 1985, p.9.

Muitos intelectuais da Igreja se posicionaram contra a ideologia da classe dominante e se tornaram intelectuais orgânicos da classe dominada, optando pelos pobres, na construção de uma contra-hegemonia que melhorasse a qualidade de vida dos povos da América Latina. Essa flutuação dos intelectuais tradicionais aponta inclusive o posicionamento político da CNBB, que é um órgão colegiado e por isso precisa de maioria para expressar suas diretrizes à Igreja no Brasil.

Os movimentos sociais seriam o fermento básico de tais mudanças, agentes catalisadores dos elementos inovadores. De norte a sul do país as CEB's podem ser encontradas articulando os movimentos sociais mais expressivos de cada região. Frei Beto em seu clássico; *O que é Comunidade Eclesial de Base*, demonstra em vários momentos o trabalho das CEB's relacionado-os aos movimentos sociais:

As CEBs não se fecham em si mesmas. As questões levantadas nas reuniões raramente deixam de ser questões sociais, ligadas à sobrevivência das classes populares. O abaixo-assinado à prefeitura, pedindo água para o bairro, não interessa apenas aos cristãos. É uma questão de interesse geral. A luta contra a expulsão de posseiros mobiliza todos os que não se identificam com os interesses dos açambarcadores de terras. Assim, a comunidade eclesial de base abre-se ao movimento popular, ajudando a criar ou a fortalecer formas de organização popular autônomas, desvinculadas do Estado e da Igreja²⁴⁷

Essa desvinculação, mencionada na citação, só acontece com a abertura política, quando a recuperação das liberdades individuais e a institucionalização dos meios reivindicatórios acontecem. Entretanto, Frei Beto afirma que não será a Igreja a protagonista das mudanças sociais, mas os movimentos que ela fomenta:

Esta obra ajuda-nos a compreender que o fenômeno do catolicismo brasileiro não pode ser estudado fora das contradições de classe que o atravessam por dentro. [...]. O que está em jogo hoje na América Latina e no Brasil é a possibilidade de erradicar as causas da miséria e da exploração. Tal projeto dificilmente terá êxito se não passar pelo resgate libertador da religiosidade popular. **No entanto, é preciso estar consciente de que não será a Igreja a protagonista das mudanças sociais. Nada de uma nova cristandade de esquerda. Em sua atividade pastoral, o papel da Igreja é projetar a luz da fé, do projeto de Deus, sobre os caminhos e os recursos próprios do processo político, como o movimento popular, a luta sindical e os partidos políticos.** Esse é o espaço do Reino, onde se decidem a salvação e a perdição, a libertação e a opressão, a vida e a morte ²⁴⁸[grifo nosso]

²⁴⁷ BETO, 1985. p. 24.

²⁴⁸ BETO. In CASTRO, 1985. p. 9.

Diante dessa colocação, me pergunto se o fato de fomentar a criação e a manutenção de diversos movimentos sociais, através da educação política; do trabalho baseado numa ideologia de libertação dos oprimidos, que motivou o engajamento político de muitos de seus membros em Sindicatos e Partidos, não tornariam as CEB's, junto com todos os outros movimentos da sociedade civil, protagonistas das mudanças sociais.

Como vimos, à formação intelectual realizada nas CEB's pode ser verificada com a leitura de seus boletins informativos, linhas de interpretação dos evangelhos, sugestões de temas para debates nos grupos, e em muitos outros meios de comunicação. Os membros das comunidades eram educados a interpretar a realidade de acordo com paradigmas bem diferentes do apresentado pelas classes dominantes nas instituições de educação tradicional.

A relação de fomento, existente entre as CEB's e os Movimentos Sociais é baseada na *educação*, na conscientização da sociedade sobre a importância de se movimentar, de se organizar para reivindicar seus anseios coletivos. O que as CEB's chamaram de conscientização, nós chamamos de construção de uma contra-hegemonia, que ao longo do tempo, de maneira pacífica, mas consciente, daria lugar a uma nova realidade de relações políticas, tornado-as protagonistas das mudanças sociais.

5. CONCLUSÃO

O Concílio Vaticano II alterou profundamente a atuação da Igreja Católica no Brasil. A Arquidiocese de Vitória foi especialmente marcada por suas diretrizes inovadoras. As CEB's se tornaram parte da própria organicidade da Arquidiocese. O profundo compromisso social abraçado pelas comunidades de base fez da Igreja em Vitória um modelo para todo o país. Demonstrou de fato, como esta Instituição pode contribuir para uma transformação social. Mesmo não englobando a totalidade da Igreja arquidiocesana, seu dinamismo e atuação tiveram grande inserção na sociedade e nos movimentos populares, formando expressivos quadros de lideranças para a sociedade civil.

O nascimento das Comunidades Eclesiais de Base nos centros urbanos está diretamente ligado à aproximação dos fiéis a Escritura Sagrada. O Concílio Vaticano II dava especial enfoque à Palavra de Deus, transformando-a em prática pastoral. Aproximar a Bíblia dos fiéis era uma tarefa de certa forma nova na Igreja. Durante muito tempo a leitura da Bíblia era restrita a um grupo de privilegiados e sua interpretação era atividade de especialista.

Pela primeira vez em muitos séculos de restrição, o povo era estimulado a ler diretamente as palavras de Deus. Numa tentativa de manter sua hegemonia em meio à multidão de católicos pobres espalhados pela América Latina, os sacerdotes, na execução desta atividade nova, preparavam os fiéis para serem os interpretes da Bíblia. Começaram a organizar estudos bíblicos, prática, até então, inexistente na Igreja Católica.

Essa aproximação dos fiéis à Bíblia gerou muitas críticas dos setores mais conservadores da Igreja, que acusavam o Concílio Vaticano II de “protestantizar” a Igreja Católica. Mas as críticas não interromperam as renovações. A grande pergunta era como aproximar os fiéis da Bíblia. A Igreja Católica não tinha um modelo para seguir. O caminho foi aberto pelos sacerdotes por tentativa, aprenderam na prática. No exercício de evangelização os sacerdotes procuravam ligar o texto bíblico à vida das pessoas. Esse processo foi inspirado pela pedagogia de Paulo Freire, difundida no Movimento de Educação de Base (MEB), discutia-se muito qual seria a melhor maneira de evangelizar o povo, e trabalhar em parceria com ele, teólogos passaram a escrever sobre essa metodologia, como Clodovis Boff com sua obra intitulada: *Como trabalhar com o povo*.

Os Círculos Bíblicos foram o principal fertilizante das pequenas comunidades, devolveram a Bíblia ao povo. Este novo estilo de catequese popular foi peça principal na formação das CEB's, vindo questionar a vida da Igreja como fermento na massa, sendo força de transformação na sociedade.

Havia nesta época uma reforma sendo realizada na estrutura da Instituição. Desde antes do Concílio a Renovação Paroquial apontava para uma dinamização das paróquias que deveriam ser células vivas da Igreja universal. Mas como? Todas as perguntas foram sendo respondidas na prática, os Círculos Bíblicos uniam os fiéis em volta da Palavra de Deus e não mais exclusivamente em volta do sacerdote. Em todos os depoimentos dos membros das CEB's da Paróquia São Francisco de Assis, percebemos a preocupação das pessoas em explicar que *“quase não tinha missa”*. A falta de sacerdotes para atender a imensidão desta nação católica sempre se mostrou como um desafio para a Igreja, porque todos os sacramentos eram concentrados na figura do padre. As religiosas e os leigos não podiam realizar nenhum tipo de sacramento e nem administrar paróquias. Mas a prática renovada transformou os conceitos e flexibilizou cada vez mais a hierarquia da Igreja.

As Capelas Tradicionais, onde se rezava o terço e a ladainha, eram comuns no interior do país. Essa tradição chega aos centros urbanos junto com os migrantes em busca de trabalho, exatamente no momento em que a Bíblia é devolvida aos fiéis. Nos ensaios de interpretação realizados pelos sacerdotes no meio do povo surge a necessidade de explicar o texto com exemplos do cotidiano, para que o povo pudesse entender.

Inspirados pela abertura trazida pelo Concílio Vaticano II e pela opção pelos pobres, confirmada em Medellín; esses sacerdotes, no exercício pedagógico de ensinar o povo a lidar com o Livro Sagrado, passaram a ligar a palavra de Deus à vida cotidiana. Não se trata mais de ligar os ensinamentos de Jesus à vida da classe dominante, preocupada com a salvação de suas almas após a morte; trata-se de ligá-los à vida do povo que passa o inferno aqui e agora, e que apesar de desejar a salvação de sua alma, está consumido pelas preocupações de sobrevivência do hoje.

Não demorou muito para que os anseios por liberdade e melhoria de vida fossem contemplados nas interpretações evangélicas (homilias) e a libertação do sofrimento passasse a ser vista como uma ação coletiva, em que todo o grupo precisava colaborar, e, não mais um castigo pelos pecados individuais de cada um. A partir deste trabalho de reflexão evangélica, realizado nas CEB's, surge uma nova dimensão de pecado, na qual o pecado de maior

consequência para a vida da humanidade deixa de ser o individual e passa a ser o *pecado social*. Há uma coletivização do pecado e por consequência da Salvação.

A Salvação não é mais entendida como resultado de privações e austeridade de vida, na qual o sofrimento é responsável pela purificação da alma. A Salvação passa agora pela purificação da alma social, e é contra o pecado social, que a luta das CEB's vai se voltar. O pecado social é o pecado da desigualdade, onde poucos acumulam patrimônio, enquanto, muitos, não tem o necessário para viver. Como podemos verificar na ilustração do ANEXO 17 essa relação era clara na ideologia que movia os intelectuais das CEB's.

É interessante observar que as CEB's eram organizadas por grupos de intelectuais orgânicos à classe trabalhadora, que eram capacitados nos cursos de formação de liderança, ministrados pela própria Igreja. Gramsci define intelectual por sua função e não por um aparato de intelectualidade, por isso os líderes locais das CEB's, parte do povo simples que as formava, podem ser definidos como intelectuais. Para ele, a função do intelectual é mais importante do que ser intelectual. Fora da sua profissão (além dela), todo homem desenvolve uma atividade intelectual qualquer, participa de uma concepção de mundo e contribui para promover novas maneiras de pensar. Portanto, não existe não-intelectuais, mas sim, tipos diversos de intelectuais, que Gramsci, segundo seu critério histórico-sociológico, classificou em orgânicos e tradicionais.

Ver em todo esse processo de transformação da Igreja, simplesmente uma astúcia, uma manobra populista para manter o controle das massas ou uma tática hábil para fazer face ao comunismo é passar ao lado do essencial e não compreender, nem as motivações subjetivas, nem a significação objetiva do fenômeno. Apesar da motivação inicial estar em parte vinculada ao fortalecimento da hegemonia Católica entre os menos favorecidos do planeta, podemos afirmar que ocorreu sim, uma profunda mudança de curso espiritual, uma autêntica conversão moral e política à causa dos pobres na Arquidiocese de Vitória e em muitos pontos da Igreja no Brasil e no mundo.

A Conferência Episcopal de Medellín qualificou o estado de coisas existentes na América Latina como uma situação de pecado, como uma repulsa a Deus. Esta qualificação em sua globalidade e profundidade não é apenas crítica a abusos individuais dos que gozam de maior poder; é um repúdio a todo o sistema imperante, a que pertence à própria organização da Instituição Eclesiástica Católica. Por isso os teólogos da libertação vão fazer graves críticas à estrutura e posicionamento político da própria Igreja.

Estamos longe aqui, portanto, do otimismo ingênuo que não dá ao pecado o lugar que lhe compete na trama histórica da humanidade. Não se trata, porém, do pecado como realidade individual, privada e intimista, que afirma exatamente a necessidade de uma redenção espiritual, que não questiona a ordem em que vivemos. Trata-se do pecado como fato social, histórico, ausência de fraternidade, de amor nas relações entre os homens, ruptura da amizade com Deus e com os homens e, em conseqüente cisão interior. Assim consideradas as coisas, redescobre-se as dimensões coletivas do pecado. O pecado existe em estruturas opressoras, na exploração do homem pelo homem, na dominação e escravidão dos povos, raças e classes sociais.

A opção em favor dos pobres não é uma convenção de estilo; ela se traduzia na prática, pelo engajamento de centenas de cristãos em todo o corpo da Igreja. E nas CEB's se expressava na formação de associações de bairro, no apoio à luta de classes, nos sindicatos, na organização de movimentos camponeses, na defesa de prisioneiros políticos e em todas as áreas em que o povo oprimido precisasse de libertação.

Este trabalho de militância política gerou muita incompreensão dentro e fora das CEB's. Muito se discutia se elas podiam ser consideradas Igreja ou não. Na nossa pesquisa ficou evidente a eclesialidade das CEB's, que praticamente nascem junto com a aquisição de um local para reuniões evangélicas, onde a Bíblia era o elo entre as questões sociais e celestiais. Neste sentido encontramos vários estudos sobre a natureza das CEB's, inclusive uma Tese de Doutorado do Padre Ivo Ferreira de Amorim (atual pároco da Paróquia São Francisco de Assis), intitulada: *A Eclesialidade das CEB's na Igreja do Brasil*. Mas a religiosidade das CEB's não explica totalmente sua pastoral.

Usamos as categorias de Movimento Social Urbano, de Manuel Castells, para identificar no trabalho das CEB's características de movimento social e, como demonstramos, encontramos todos os requisitos necessários nas atividades desenvolvidas por elas. Não podemos negar que elas trabalhavam como se fossem um Movimento Social Urbano, muito bem organizado e articulado em uma rede nacional. O que as distingui desses movimentos é o seu vínculo religioso, suas ações são pautadas por uma teologia. E o que as distingui da Igreja tradicional é exatamente o seu trabalho como Movimento Social Urbano.

A formação de uma ideologia contra-hegemônica acontece dentro das atividades das CEB's, mas não podemos dizer que se tratava de um movimento revolucionário, as CEB's nunca almejavam conquistar o poder. Elas podem ser consideradas um movimento reivindicativo,

como explica Castells, que luta pela aquisição de bens de consumo coletivos, numa tentativa de reformar a sociedade, de humanizar o sistema capitalista.

A pobreza da grande maioria e a riqueza de alguns privilegiados, fundada no sistema capitalista (mais precisamente na América Latina, o *capitalismo dependente*, submetido aos monopólios multinacionais das grandes metrópoles imperialistas) eram pontos destacados nas críticas realizadas pelas CEB's. A crítica moral das injustiças do capitalismo e a hostilidade à sua natureza fria e impessoal é uma velha tradição da Igreja. As raízes de seu pensamento podem ser buscadas no século XIX, quando a pobreza provocada pela revolução industrial motivou grandes teólogos a escreverem críticas ao sistema capitalista de produção. Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, o pensamento marxista é contemporâneo a um Humanismo Cristão voltado às causas da classe operária. A crise, provocada pelo agravamento das desigualdades sociais pelo mundo, leva os intelectuais da Igreja a questionar as causas deste sofrimento humano.

A partir de 1960, essa tradição vai se articular com a análise marxista do capitalismo, principalmente sob a forma da *teoria da dependência*, que rompe com as ilusões desenvolvimentistas que dominavam o marxismo-latino-americano dos anos cinquenta, mostrando que a causa da miséria, do subdesenvolvimento, das desigualdades crescentes e das ditaduras militares, não era o atraso na modernização das nações, mas a própria estrutura do capitalismo. E que, em consequência, apenas uma transformação de tipo socialista poderia arrancar as nações latino-americanas da dependência e da pobreza. Certos aspectos dessa análise foram incorporados não apenas pelos teólogos da libertação, mas também por Bispos e conferências episcopais, principalmente no Brasil.

Muitos intelectuais da Igreja, exemplo clássico de intelectual tradicional em Gramsci, vão se transformar em intelectuais orgânicos das classes dominadas. O conceito de intelectual tradicional pode ser caracterizado pela relação que estabelece com determinado modo de produção, onde aparece ostentando uma tradição de continuidade. Esses intelectuais são tradicionais em relação a um novo bloco histórico, onde não estão ligados organicamente à nova classe dominante, mas preexistem a ela e ao novo modo de produção. Tal continuidade motiva, nesses intelectuais, uma convicção de autonomia e de independência em relação ao grupo social como um todo.

Já os intelectuais orgânicos são caracterizados pelo vínculo que estabelecem com uma das classes em conflito. Para Gramsci, o intelectual orgânico, além de realizar uma função dentro da classe, é o agente capaz de amarrar o econômico ao político e ao ideológico nas diferentes

formações sociais ou blocos históricos. Um intelectual orgânico é o que reflete conscientemente os pontos de vista do grupo social ao qual está vinculado, seja ele hegemônico ou contra-hegemônico.

Esta classificação faz com que se possa estabelecer como princípio que a divisão em orgânicos e tradicionais seja suscetível de mobilidade, isto é, um intelectual tradicional em relação à classe dominante pode tornar-se orgânico a esta mesma classe, do mesmo modo que um intelectual orgânico a uma classe que perdeu a hegemonia torna-se tradicional em relação à classe contra-hegemônica.

Em momentos de *crise da hegemonia* (períodos da história caracterizados pela desestabilização da ordem política, cultural e econômica.), burguesia e proletariado disputam a aliança dos intelectuais tradicionais, cuja adesão pode ser “espontânea” nos tempos normais, mas se torna “coercitiva” nos momentos de crise.

No quadro da conjuntura política das décadas estudadas, falar em hegemonia engloba também falar de *crise de hegemonia*, que se caracteriza pelo enfraquecimento da direção política da classe no poder ou pelo enfraquecimento do seu poder de direção política e perda do *consenso*. Nos momentos de crise os intelectuais tradicionais são coagidos a se posicionar em defesa de uma das classes sociais em conflito. Podemos dizer que num primeiro momento de crise relacionado ao Golpe Militar de 1964, a maioria dos sacerdotes católicos brasileiros vai apoiar a classe dominante. Vislumbrando a possibilidade de perda do consenso e avanço da ideologia contra-hegemônica comunista, a CNBB apoiou a força do aparelho estatal e se manteve junto ao poder constituído.

Posteriormente, ainda dentro deste momento de crise da hegemonia, quando o consenso foi substituído pela coerção, o aumento da repressão às liberdades individuais a partir de 1969 levou a uma certa unidade dos Bispos do Brasil, que se uniram na defesa dos direitos humanos. Muitos deles tornaram-se verdadeiros intelectuais orgânicos das classes subalternas; opção motivada pelas correntes doutrinárias de valorização do ser humano, existentes dentro da Doutrina Social da Igreja, reforçadas pela abertura trazida pelo Concílio Vaticano II, e a influência do materialismo histórico na explicação das causas da pobreza no mundo.

Mas toda essa teoria não é fácil de ser compreendida pelas bases da Igreja. Os intelectuais orgânicos das CEB's em sua maioria formados pelos sacerdotes em cursos rápidos de formação política, não alcançavam um entendimento completo da Teologia da Libertação e de sua ligação com doutrinas marxistas. Como pudemos verificar nos boletins informativos

produzidos pelas lideranças locais, havia um *sensu comum* sobre a ideologia das CEB's. A liderança, formada pelo aparato educacional montado pela Arquidiocese de Vitória, reconhecia uma proximidade entre seus ideais de igualdade e os ideais comunistas de uma sociedade sem classes, baseada na propriedade comum dos meios de produção. Mas havia muita confusão de conceitos. As lideranças formadas nas CEB's tinham um conhecimento superficial e identificavam o fim das diferentes classes sociais com a vontade de Deus. Essa identificação afasta os membros das CEB's do materialismo histórico e os deixam vulneráveis a mudanças doutrinárias vindas da alta hierarquia sacerdotal.

Encarando as atividades da parte progressista da Igreja como um bloco único, podemos identificar divisões em sua ideologia. Os grades intelectuais, que para Gramsci são os filósofos, na Igreja podemos identificar como os sacerdotes, que tinham uma formação voltada para o entendimento da teologia. Nas CEB's os sacerdotes que trabalhavam como intelectuais orgânicos tinham a Teologia da Libertação como sua filosofia, sabiam as diferenças grandiosas que separavam a teologia das idéias marxistas e, por mais que se inspirassem nelas para entender a realidade e a produção da miséria no mundo, tinham clareza dos limites que separavam as duas ideologias. Para lutar eficazmente contra a pobreza é necessário conhecer suas causas e é neste ponto que a Teologia da Libertação encontra o marxismo. Mas os intelectuais orgânicos formados nas CEB's possuíam apenas um *sensu comum* dessas teorias.

Como explica Gramsci, uma das maiores dificuldades da filosofia em geral consiste precisamente na falta de unidade ideológica entre o *baixo* e o *alto*, entre os *simples* e os *grandes intelectuais*. Revela-se, da parte dos simples, um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação a uma forma superior de cultura e de concepção do mundo. De acordo com ele, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade, que deve existir entre teoria e prática, isto é, se tivessem tornado coerente os princípios e os problemas que as massas expunham, com as suas atividades práticas, constituindo assim um bloco cultural e social.

Foi exatamente o que aconteceu durante um determinado período nas CEB's: os intelectuais da Igreja se tornaram intelectuais orgânicos das massas e formaram com elas um bloco social. Mas o período de união entre esses intelectuais e as massas não foi suficiente para a consolidação do pensamento teológico contra-hegemônico. Nas lideranças locais havia ainda um *sensu comum* sobre a ideologia que os guiava, e esse *sensu comum* levou a muitos conflitos internos que enfraqueceram o movimento por dentro. *Sensu comum* é a visão de

mundo mais difundida no seio das classes sociais subalternas, não é um pensamento homogêneo. As representações do mundo que esse *sensu comum* permite são sempre ocasionais e desagregadas: são resultado, em grande medida, da banalização de ideologias de épocas históricas anteriores. São formas de um conformismo imposto pelo ambiente exterior (ideologicamente dominante) e por outros grupos sociais. Compõem-se de estratos acumulados de idéias correspondentes a fases anteriores da História, que permanecem anacrônicas, como uma herança cultural desagregada e banalizada.

O homem ativo de massa, movido por *sensu comum*, atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual não obstante é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas, ou uma consciência contraditória: uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra que ele herdou do passado e acolheu sem crítica.

Todavia, esta concepção formada pelo *sensu comum* não é inconseqüente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade de uma maneira mais ou menos intensa que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política.

De acordo com nossa investigação o *sensu comum* não foi superado nas CEB's. O engajamento é um elemento constitutivo da “*nova forma de ser Igreja*”. Mesmo entre aqueles que não entendem muito bem o sentido desta mobilização social. Entretanto, permanece o atrito entre grupos que apóiam as atividades militantes das CEB's e grupos ainda presos aos modelos eclesiais tradicionais, em que o trabalho de conversão interior é o único responsável pela salvação da alma. Afinal, as mudanças que trazem novos modelos acontecem num processo lento, que implica no surgimento de uma nova mentalidade, nova maneira de vivenciar a fé e de compreender o mundo.

Este é o principal fator que levou ao fim da militância política exercida pelas Comunidades Eclesiais de Base. A partir de 1978, com a morte de Paulo VI e a eleição de João Paulo II, a falta de consenso entre os membros da comunidade se evidenciava à medida que os líderes das CEB's eram substituídos por intelectuais tradicionais, e medidas de coerção começaram a ser executadas aos sacerdotes que haviam se tornado intelectuais orgânicos da CEB's. Um exemplo foi o silêncio obsequioso imposto a Leonardo Boff, em 1984, uma espécie de

silêncio penitencial, que vinha acompanhado de outras punições como sua deposição da cátedra de teologia e a proibição de escrever e publicar. Seu julgamento foi realizado três dias depois da publicação da Instrução *Libertatis Nuntius*, contra a teologia da libertação, assinada pelo então Prefeito da Sagrada Congregação Para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger.

A ideologia que movia as ações das CEB's não era compartilhada por todos os fiéis da Comunidade. Havia uma filosofia sistematizada pelos grandes intelectuais: a Teologia da Libertação, e um senso comum que movia as lideranças locais em bases frágeis, dependentes da articulação dos sacerdotes para a elevação deste senso comum a uma filosofia.

Na arquidiocese de Vitória o deslocamento do Bispo auxiliar Dom Luiz Fernandes para a Diocese da Paraíba, em 1982, marca o ponto alto desta desarticulação da liderança das CEB's. Embora o Bispo Dom João tenha requerido que Dom Luiz o substituísse após a sua morte e o padre Alberto Fontana tenha ido a Roma interceder pela permanência de Dom Luiz na Arquidiocese de Vitória, sua substituição foi realizada sem argumentação. Em seu lugar assumiu como Bispo coadjutor, Dom Silvestre Luiz Scandian, um dos pioneiros, no Brasil, do movimento católico pentecostal chamado de Renovação Carismática. Em Cariacica o assassinato do Padre Gabriel Maire também abre a possibilidade de substituição por uma liderança mais ligada a movimentos apostólicos.

Esse deslocamento das lideranças inicia-se a partir dos direcionamentos da Cúria Romana, mas podemos observar no Brasil que durante a abertura política, no início da década de 1980, o fim da *crise de hegemonia*, enfraqueceu a unidade da CNBB. Os intelectuais tradicionais que se mantinham neutros ou faziam uma oposição discreta ao trabalho dos Bispos mais progressistas, começaram a se posicionar como intelectuais orgânicos às classes dominantes, provocando um verdadeiro racha na Igreja do Brasil.

A abertura política também contribuiu para o esvaziamento das CEB's enquanto movimento social. Sua liderança, estimulada pelas possibilidades de participação política abertas com o fim do Regime Militar, se deslocou para os sindicatos, partidos políticos e, posteriormente, Organizações Não Governamentais (ONG) de cunho social. Um exemplo do deslocamento das lideranças das CEB's está na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), que herdou grande parte de seus membros fundadores das lideranças formadas nas CEB's. Em Cariacica, nos anos de 1980, o PT era conhecido como "*aquele povo da Igreja*", tamanha era a participação do povo das CEB's no partido. Os dois primeiros candidatos a prefeito pelo PT, no município, eram grandes líderes das CEB's: Ângelo Pin e Paulo Matede, este último trabalha atualmente na diretoria da Cáritas Arquidiocesana de Vitória.

Na década de 1980 os movimentos sociais no Brasil, como um todo, passaram da fase do otimismo para a perplexidade e, depois para a descrença. Um dos principais fatores foram as alterações realizadas nas políticas públicas. O enorme crescimento do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos de 1980. O surgimento de grandes centrais sindicais, o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor de moradia, e, fundamentalmente o surgimento e a expansão das ONG's, que seriam quase que substitutas dos movimentos sociais nos anos de 1990, também atingiram as Comunidades Eclesiais de Base.

Nesta época, as CEB's enquanto Movimento Social Urbano vão lentamente desaparecer. Suas reivindicações foram sendo realizadas e a falta de liderança para formular novos objetivos deixou o movimento sem direcionamento, ao mesmo tempo em que orientações mais voltadas à espiritualidade iam ganhando espaço privilegiado dentro da Igreja.

A crise do paradigma marxista, a partir da desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a queda do muro de Berlim, também é apontada, por alguns autores, como um dos motivos de desarticulação política das CEB's, mas entendo que esta seja uma leitura superficial dos acontecimentos. O paradigma marxista nunca foi o real motivador das ações das CEB's. Não era um projeto revolucionário que estava sendo construído nessas comunidades. O paradigma das CEB's era a construção do Reino de Deus na Terra, que englobava: a luta pelas liberdades individuais e a luta pela eliminação da pobreza, enfim, a luta por uma humanização do sistema social em que o *povo de Deus* vive, seja ele: capitalista, socialista ou comunista. Portanto, podemos afirmar que as motivações das CEB's continuam atuais, muito presentes na realidade nacional.

Não podemos justificar a desarticulação política das CEB's usando a crise de paradigmas da década de 1980, a não ser que houvesse um entendimento equivocado da ideologia que movia suas ações entre os próprios membros das CEB's. O início da construção do Reino de Deus na Terra continua presente na Teologia da Libertação. É a Teologia da Libertação que não está mais presente nas CEB's.

O que mudou foi o direcionamento doutrinário da Igreja, enquanto instituição. Da mesma forma que as CEB's nascem de uma abertura criada pela Cúria Romana no Concílio Vaticano II; é de Roma que emana as condenações a Teologia da Libertação e os novos direcionamentos espirituais que vão pautar as ações das CEB's.

De fato as CEB's continuaram a se multiplicar durante a década de 1990, e continuam representando descentralização e democracia na arcaica estrutura dessa Instituição, mas sua militância política morreu junto com os movimentos sociais urbanos da década de 1980. Não há mais cursos de formação para leigos envolvendo fé e política. Não há mais um projeto pedagógico de construção de uma ideologia contra-hegemônica. O movimento social foi retirado das CEB's, que hoje são chamadas de Comunidades Eclesiais. Retiraram a palavra *base*, para identificar o caráter exclusivamente religioso dessas comunidades. Verdadeiramente se encontrou uma *nova maneira de ser CEB's*.

6. REFERÊNCIAS

6.1 FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA (Espírito Santo). *A verdade sobre Jesus Cristo: roteiro catequético* (referente ao documento 26 da CNBB). fev. 1987.

_____. *A verdade sobre o homem*. mai. 1985. Equipe de Animação de Catequese.

_____. *Caminhada do povo de Deus reunido na Igreja de Vitória*. n. 1, nov. 1975. Boletim.

_____. *Cantai ao Senhor*. 3. ed. Vitória: Comunicação Impressa, 2001.

_____. *Confirmação: Sugestões Pastorais*. Vitória. mar. 1979.

_____. *Ferramentas*. ano 10, n. 100, abr. 1987. Boletim da Pastoral Operária.

_____. *Missão da Igreja no mundo da Política: cadernos de conscientização sócio-política*. Vitória, 1988.

_____. *Opções e diretrizes Pastorais da Igreja de Vitória*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. *Jornal da Arquidiocese*. Ano 03, nº16, abri. 1987. Jornal interno. Secretariado de Pastoral de Vitória – ES.

A GAZETA, Vitória, 17 out. 1975. p.04.

A GAZETA, Vitória, 17 dez. 1980. p.11.

A GAZETA, Vitória, 11 jun. 1986. p.09.

A TRIBUNA, Vitória, 08 nov. 1978. p.07

A TRIBUNA, Vitória, 02 jul. 1980. p. 08.

CARIACICA 115 ANOS. Correio popular, Cariacica, 24 a 30 jun. 2005. Suplemento Cariacica 115 anos.

CONCÍLIO VATICANO. *Vaticano II: mensagens, discursos e documentos*. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 1998.

CONCLUSÕES da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 1998.

CONCLUSÕES da III Conferência Geral do episcopado Latino-Americano: evangelização no presente e no futuro da América-Latina. 8ª ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Catequese Renovada*. 36. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil: Versão popular*. Contagem. Sociedade Editora Gráfica de Ação Comunitária.

_____. *Comunidades: igreja na base*. Estudos da CNBB. São Paulo: Paulinas, 1975.

_____. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970*. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. *A mensagem de Fátima*. São Paulo: Paulinas. 2000. p. 5-6.

DIA C DE CARIACICA. Cariacica, 24 mai.1987. Boletim de acompanhamento do evento.

MAIRE, Gabriel. ECHOS DE VITÓRIA: cartas relatório à França. n. 1, out. 1980.

_____. _____. n. 2, 19 nov. 1980.

_____. _____. n. 3, 25 fev.1981.

_____. _____. n. 25, 23 maio. 1989.

MULHERES EM AÇÃO. Boletim Informativo dos Grupos de Mulheres de do Setor Porto de Santana/Flexal. n. 1, set. 1986.

MULHERES EM AÇÃO BUSCANDO LIBERTAÇÃO. Boletim Informativo dos Grupos de Mulheres de Cariacica/Viana. ano 1, n. 1.

_____. _____. ano 1, n. 2, jan. 1988

_____. _____. ano 1, n. 03.

_____. _____. n. especial eleições, set. 1988.

_____. _____. n. especial, mar. 1989.

_____. _____. n. especial, abr./mai. 1989.

_____. _____. n. 4, nov. 1989.

OLIVEIRA, Raul Motta de. *Manual das Comunidades Eclesiais de Base*. 3. ed, Caratinga, MG: Dom Carloto.

O TAGARELA: Boletim informativo das donas de casa. Cariacica, n. 5, jul. 1984.

PROFETA Gabriel. Produzido pelas entidades do movimento popular, sindical, partidos, Igrejas Evangélicas, Igreja Católica e suas CEB's. Panfleto.

SCANDIAN, Silvestre; ROCHA, Geraldo Lyrio. *A Grande Avaliação: carta pastoral em versão popular*. Vitória, 1985.

6.1.1 Depoimentos

ANACLETO, Vera Lúcia da Silva. *Comunidade Eclesial de Base Nossa Senhora Aparecida*. 1 cassete sonoro. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 12 ago. 2007.

CHAGAS, Maria Oliveira. *Comunidade Eclesial de Base Nossa Senhora Aparecida*. 1 cassete sonoro. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 12 ago. 2007.

MONJARDIM, Irmã Janete. *CEB's do Setor Porto de Santana/Flexal*. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 18 maio. 2007.

RAMOS, Lídia de Paula. *Comunidade Eclesial de Base Imaculada Conceição*. 1 cassete sonoro. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 10 jul. 2007.

LEITE, Domingas Ramos. *Comunidade Eclesial de Base Imaculada Conceição*. 1 cassete sonoro. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 10 jul. 2007.

SILVA, Maria Marques. *Comunidade Eclesial de Base Sant'Ana*. 1 cassete sonoro. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 14 abr. 2007.

XAVIER FILHO, Aluísio. *Comunidade Eclesial de Base São Sebastião*. 2 cassetes sonoros. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 15 abr. 2007.

ZACCHI, Alice Breciani. *Comunidade Eclesial de Base Nossa Senhora da Penha*. 1 cassete sonoro. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 15 jun. 2007.

ROZÁRIO, José Lopes do. *Formação dos Conselhos de Comunidade e trabalho das comunidades do Setor Porto se Santana/Flexal na década de 1980*. 1 cassete sonoro. Depoimento consedido à Fabiane Machado Barbosa, Cariacica, 15 jul. 2007.

6.2 FONTES SECUNDÁRIAS

CARNIELLI, Adwalter Antônio. *História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo, 1535 – 2000*. 2ªed. Revisada por D. Silvestre Luiz Scandian, Pe. Ailton Menegussi e Maria José Lacerda Biccas, Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO – CELAM. *Cem anos de Teologia na América Latina (1899 – 2001)*. Tradução de Frei Celso Márcio Teixeira. São Paulo: Paulinas e Paulus. 2005.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Trad: CNBB, São Paulo: Paulinas, 2005.

ROCHA, Geraldo Lyrio. *Dom João Batista da Mota e Albuquerque: homem de Deus, servidor da igreja, defensor dos pobres*. Vitória, ES: Gráfica Editora quatro irmãos, 2005.

GURGEL, Antonio de Pádua (cor) . *Dom João Batista da Mota e Albuquerque*. Texto: Sandra Daniel. Vitória: Contexto, 2005.

_____, *Dom Luiz Gonzaga Fernandes*. Texto: Sandra Daniel. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2006. (Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo).

_____, *A Comissão Justiça e Paz no Espírito Santo*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007.

6.3 OBRAS DE APOIO

AMORIM, Ivo Ferreira de. *A Eclesialidade das CEB's na Igreja do Brasil: Explicação da Eclesialidade das CEB's a partir do documento de Puebla e dos documentos oficiais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. 1986. 171 f. Tese de Licença (Doutorado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Santo Tomás de Aquino, Roma, 1995.

ALBERTI, Verena. *Manual de História oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Antes de Marx. As raízes do humanismo cristão: textos e comentários*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, ABL; São Paulo: Loyola, 2002.

BEOZZO, José Oscar. In. ROCHA, Zildo (org). *Helder, o Dom - Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*, Vozes: Petrópolis, 1999.

BETO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: editora Brasiliense, 1985.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad: Carmen C. Varriale.../et al; coord. Da trad. João Ferreira, revisão qual João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais. Brasília, D.F: Editora Universidade Federal de Brasília, 1991.

BOFF, Clodovis. *Como Trabalhar com o Povo: metodologia do Trabalho Popular*. 3ªed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

_____. *O Caminhar da Igreja com os oprimidos: do Vale de Lágrimas à Terra Prometida*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2001.

CAMACHO LARAÑA, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. Trad: J.A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1995.

CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. 4ª edición. México: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

_____. *Cidade, democracia e socialismo*. Trad: Glória Rodriguez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *A questão urbana*. Trad: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTIONI, Remi. *Avaliação de políticas públicas: modelos e usos da avaliação de impacto em programas de formação profissional*. Artigo apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999

CASTRO, Marcos de. *A igreja e o autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA - CEHILA. *Para uma história da Igreja na América Latina, marcos teóricos: o debate metodológico*. Trad: Jaime Clasen. Petrópolis. Vozes. 1986.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas*. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DOIMO, Ana Maria. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1984.

DOIMO, Ana Maria. BANCK, Geert A. *Entre a Utopia e a Estratégia: um estudo de caso de um Movimento Social Urbano*. Espírito Santo: Cultural-ES, Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo. 1989.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.p.37.

DUARTE, Laura Maria Schneider. *Isto não se aprende na Escola: a educação do povo nas CEB's*. Petrópolis: Vozes, 1983.

ENDRINGER, Edegar. *Arte Barroca e Catolicismo do povo brasileiro: estudo sociológico de arte religiosa barroca e catolicismo popular no Convento da Penha do estado do Espírito Santo*. Pontifica Studiorum Universitas. A. S. Thomas AQ. In Urbe. Dissertatio Ad doctoratum. In Facultate scientiarum socialium Apud pontificiam universitatem s. Thomae in urbe. Romae, 1999.

FERNANDES, Dom Luiz. *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Coleção "Memória e Sociedade". Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de forças: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4 ed. São Paulo: Loyola. 2004.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. Trad: Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1995. (Coleção sociologia atual)

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Cadernos do cárcere. Vol 01. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____, *Cadernos do cárcere*. Vol. 04. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, *Cadernos do cárcere*. Cadernos do cárcere. Vol 06. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A Força Histórica dos Pobres*. Tradução: Álvaro Cunha. Petrópolis: Vozes, 1981.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Tradução: Jorge Soares. 3ª ed. Petrópolis: Vozes. 1979.

KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Trad: Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

JESUS, Antônio Tavares de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1989.

LAROUSE, Cultural. *Dicionário da língua portuguesa I*. São Paulo: Nova Cultura, 1992.

LIBANIO, João Batista. *O que é Pastoral*. São Paulo: editora Brasiliense, 1982.

_____. *Gustavo Gutierrez*. Tradução de Silva Debetto C. Reis. São Paulo: Loyola, 2004. (Teólogos do Século XX)

LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polemicas do nosso tempo; v.39)

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias*. Vol IV, A era contemporânea. Trad: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1997.

MATTOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção Igreja na história)

PÀDUA, Elisabete Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática*. 2ªed. Campinas.S.P. 1997.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad: Angelina Peralva. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2002, p. 32.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

RADICE, Lucio Lombardo. *Um marxista diante de fatos novos no pensamento e na consciência religiosa*. Revista Civilização Brasileira. Ano III, nº 16 – novembro – dezembro, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A. 1967.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influencia no serviço social*. 2 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC: São Paulo: Cortez, 1999.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. *Industrialização e empobrecimento urbano, o caso da Grande Vitória: 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001.

SOARES, Paulo Célio. *CEB's: A construção de uma nova maneira de ser Igreja. O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEB's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Os encontros intereclesiais de CEB's no Brasil*. São Paulo: Editora Paulinas, 1996.

TORRES, Silvia Faber. *O princípio da subsidiariedade no direito público contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p 53 - 142.

ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea: curso de História da Igreja IV*. Trad José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.

Fotografias 1 e 2



Foto1: Capela da Comunidade Imaculada Conceição – 1979.



Foto 2: Capela da Comunidade Imaculada Conceição - 2007

Fotografias 3 e 4

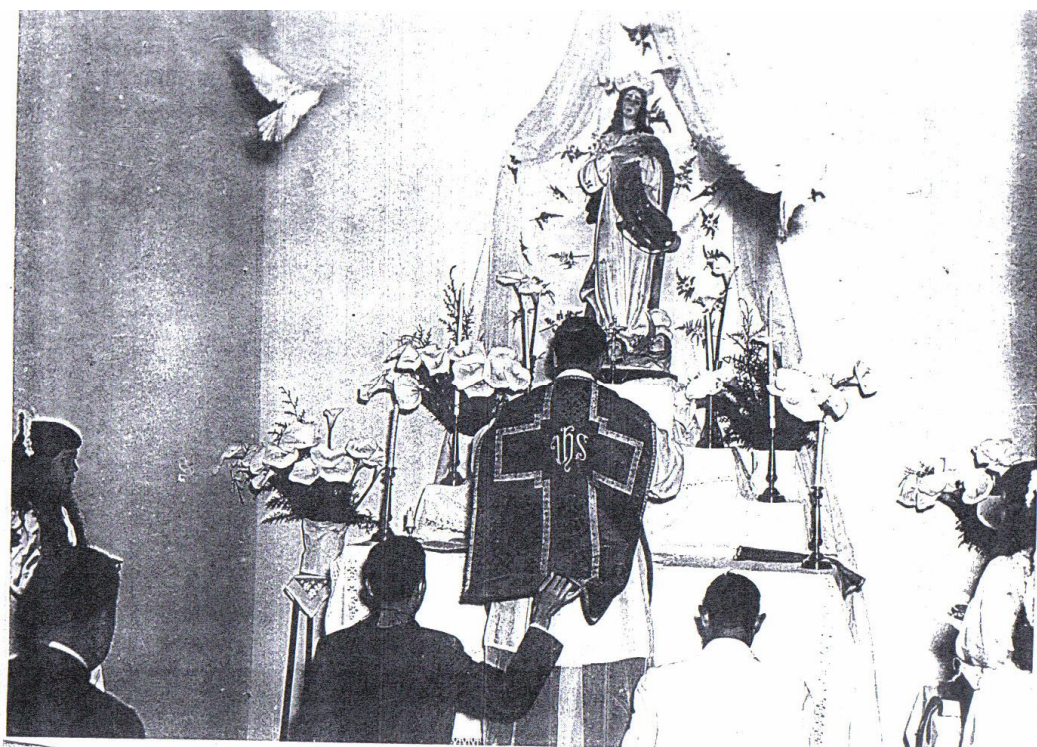


Foto 3: Altar da Comunidade Imaculada Conceição no início dos anos 1960.



Foto 4: Altar da Comunidade Imaculada Conceição - 2007

Fotografias 5 e 6



Foto 5: Capela da Comunidade Nossa Senhora da Penha – 1956.



Foto 6: Capela da Comunidade Nossa Senhora da Penha – 2007.

Fotografias 7 e 8



Foto 7: Capela da Comunidade São Sebastião – 1969.

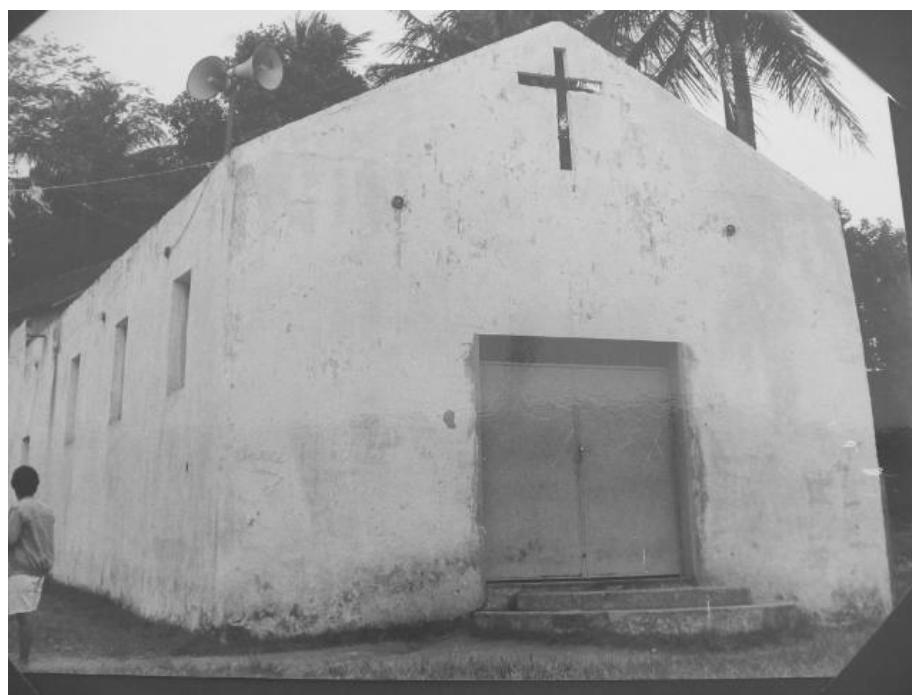


Foto 8: Capela da Comunidade São Sebastião – 1975.

Fotografia 9



Foto 9: Capela da Comunidade São Sebastião – 2007.

Fotografias 10 e 11



Foto 10: Centro de Orientação Social – 1967.



Foto 11: Centro de Orientação Social – 2007.

Fotografias 12 e 13



Foto 12: Artigos produzidos pelos alunos do curso de cerâmica do COS – 1969.



Foto 13: Curso de encadernação realizado no COS – 1969.

Fotografias 14 e 15



Foto 14: Capela da Comunidade Sant'Ana - 1979



Foto 15: Capela da Comunidade Sant'Ana – 2007.

Fotografias 16 e 17



Foto 16: Capela da Comunidade Nossa Senhora Aparecida - 1986



Foto 17: Capela da Comunidade Nossa Senhora Aparecida – 2007.

ANEXO 1



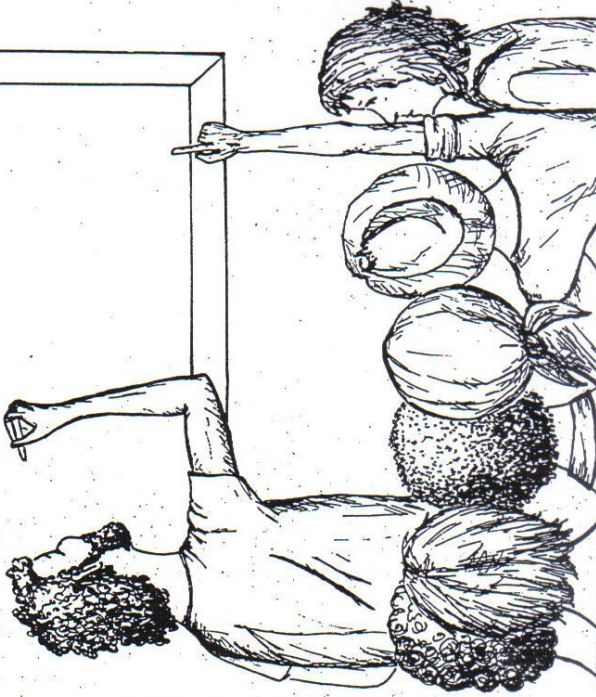
Mapa: Arquidiocese de Vitória

Fonte: site da Arquidiocese de Vitória: < www.aves.org.br >. Acesso em 20 nov.2007.

ANEXO 2

OS CONSELHOS
QUE A GENTE QUER

*As decisões da comunidade.
- chegar na hora certa - 8hs.*



ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA DE ES - 83

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA
Equipe de Material Litúrgico
Caixa Postal 107
29.000 - Vitória - ES
Novembro de 1983

CONSELHO

4- MEDELLIN E PUEBLA:

* Animados pela renovação que o Concílio Vaticano II trouxe, os bispos da América Latina dizem: "As grandes reuniões: uma foi em MEDELLIN, na Colômbia, em 1968. A outra foi em PUEBLA no México, em 1979."



* Nestas duas grandes reuniões, se discutiu a vida e a situação do nosso povo e a caminhada da Igreja. Foram tratados os rumos para toda a Igreja da América Latina seguir melhor Jesus, servindo aos pobres e oprimidos.

VAMOS, ADORA, preencher este quadro, fazendo uma comparação entre a Igreja antes do Concílio e a Igreja depois do Concílio.

IGREJA ANTES DO CONCÍLIO	IGREJA DEPOIS DO CONCÍLIO
- os padres, os bispos e o Papa é que decidiam tudo.	
- quando não tinha padre, o presidente da comunidade fazia uma rezar para o povo.	
- a Igreja não falava sobre os problemas sociais (a fome, a miséria, os salários baixos).	
- a grande preocupação era com os sacramentos (batizados, casamentos, missas de 7º dia...).	

5- A HISTÓRIA DOS CONSELHOS:

* Os Conselhos não são uma invenção da nossa Arquidiocese. Eles começaram a partir da nova visão, trazida pelo Concílio, de que nós todos somos Igreja e devemos, responsavelmente, participar das suas decisões.

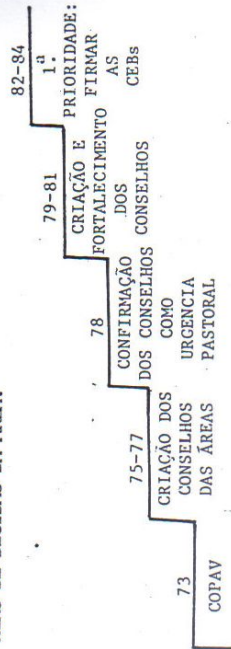
* No documento do Concílio, chamado "Apostolicam Actuositatem (26/1429-30) está escrito assim:

"Nas dioceses, enquanto for possível, existem Conselhos que auxiliem a tarefa da Igreja, seja no campo da evangelização e santificação, seja na caridade, na assistência social e em outras coisas. Nêles devem participar o clero, os religiosos e os leigos."

* A nossa Arquidiocese procurou passar para a prática esta recomendação concreta que o Concílio fazia. Assim, em 1973, foi criado o COPAV - CONSELHO DE PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, onde participavam representantes das diversas pastorais organizadas que havia na nossa diocese. Mais na frente, no Encontro nº 5, vamos ver como funciona o COPAV atualmente.

* Nos anos de 75-76-77, as áreas pastorais da Diocese começaram a criar seus conselhos. COLATINA e LINHA ITA foram as primeiras a organizar seu conselho pastoral de área. Em 1978, na Assembleia Arquidiocesana, esta prática dos conselhos foi confirmada para toda a Arquidiocese como uma URGÊNCIA PASTORAL.

* Em 1979, a CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS tornou-se uma das prioridades da nossa Arquidiocese, permanecendo na lista das prioridades até hoje. Por isso, os conselhos de Área, de Paróquia, de Setor e de Comunidade devem ser aperfeiçoados e treinados, com o objetivo de se tornarem o ÓRGÃO MÁXIMO DE DECISÃO DA ÁREA.



ANEXO 3

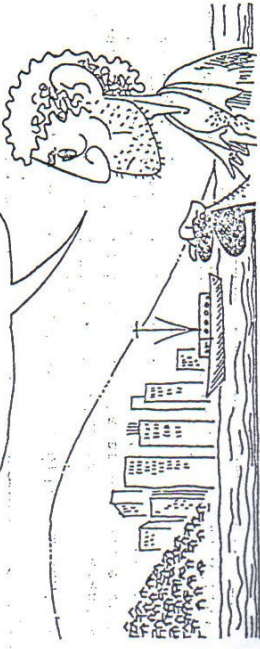


-02-

No 2º caso, a gente vê tudo isso, mas não fica maravilhado com essa aparência. A gente vê muito mais:

Morros cheios de barracos com esgoto escorrendo... Mangueira povoados por milhares de famílias, sem água, sem luz, sem escola... Crianças pelas ruas, trabalhando, brincando, descalças, com a barriga cheia de vermes... Filas imensas no INPS, nos Postos de Saúde, nos Hospitais... Ônibus de linha e especiais, cheios de trabalhadores, saindo às 4 ou 5 horas da manhã e voltando às 8 ou 10 horas da noite...

E a gente diz: COMO O POVO TRABALHADOR É SOFRIDO! QUANTA INJUSTIÇA!



Nesta CARTILHA, vamos procurar olhar a Grande Vitória com o olho de pequeno, de oprimido, com mentalidade de quem vive na luta, pois nós somos trabalhadores e vivemos com dificuldade.



-03-

Nestas reflexões, não vamos poder olhar todos os pontos da vida do trabalhador. Nossa preocupação vai ser com um único ponto, dos mais importantes: A MORADIA.

Então, vamos considerar alguns dados da realidade da Grande Vitória:

De uns anos para cá, a política do nosso Governo tem sido de dificultar a vida no campo e incentivar a indústria nas grandes cidades.

Prova disso no Espírito Santo, foi a medida de erradicação do café nos anos 60 e os incentivos constantes dados aos grandes fazendeiros e grandes produtores.

Isso fez com que a maioria dos pequenos proprietários e meeiros, deixasse o campo...

Prova disso, foi ao mesmo tempo, a propagação de que havia emprego e vida melhor na cidade, com a instalação de Grandes Companhias Industriais, o Porto de Tubarão, etc... Isso atraiu para a cidade, o lavrador que ficou sem terra e sem trabalho no campo... Daí, estes dados estatísticos:

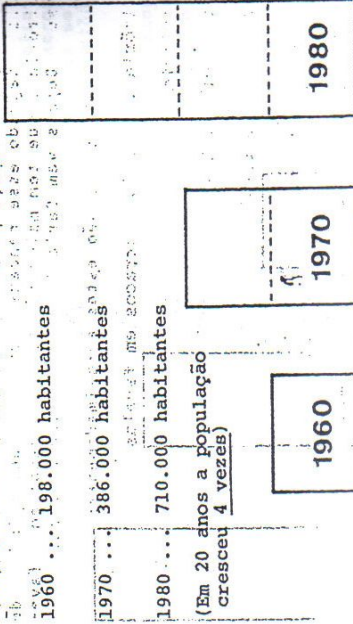
POPULAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA (aproximadamente)

1960 ... 198.000 habitantes

1970 ... 386.000 habitantes

1980 ... 710.000 habitantes

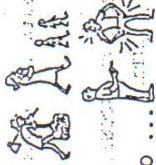
(Em 20 anos a população cresceu 4 vezes)



-06-

2- INVASÃO OU OCUPAÇÃO?

EXPULSÃO DA ROÇA ...



ALUGUEL CARO ...

SALÁRIO BAIXO ...



DESEMPREGO ...

levam o trabalhador da cidade a ocupar áreas vazias, terrenos abandonados na periferia das cidades, para fazer um barraco e morar com a família.

Essa ocupação legítima, é chamada em geral, de "invasão".

Esse termo não é verdadeiro, porque aquele que ocupa um lote para fazer seu barraco, está procurando um de seus direitos fundamentais como pessoa humana: O DIREITO DE MORAR!

Por isso, ele não é um "Invasor"!

Invasor é quem tem muita terra boa, esperando que ela valha mais para explorar mais os outros.



Ou então, todo brasileiro é invasor, porque esta terra é dos índios...

-07-

Os terrenos vazios, encontrados nas cidades são: da UNIÃO (por exemplo, mangues) do ESTADO da PREFEITURA ou de PARTICULARES.

POR DIREITO, O QUE É DO GOVERNO, SEJA FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, E DO POVO, O GOVERNO TEM O DEVER DE ADMINISTRAR AS RIQUEZAS DA NAÇÃO, EM BENEFÍCIO DE TODOS OS CIDADÃOS.

*Os terrenos de mangue são comumente chamados de "terrenos da Marinha" e pertencem à UNIÃO, isto é, ao Governo Federal.

Quem ocupar um desses terrenos e fizer nele seu barraco e outras benfeitorias (cerco, plantações etc...), tem direito a regularizá-lo. Para isso:

1º) ir à Prefeitura e ao informar dos documentos necessários para obter dela uma CERTIDÃO DE BENFEITORIA.

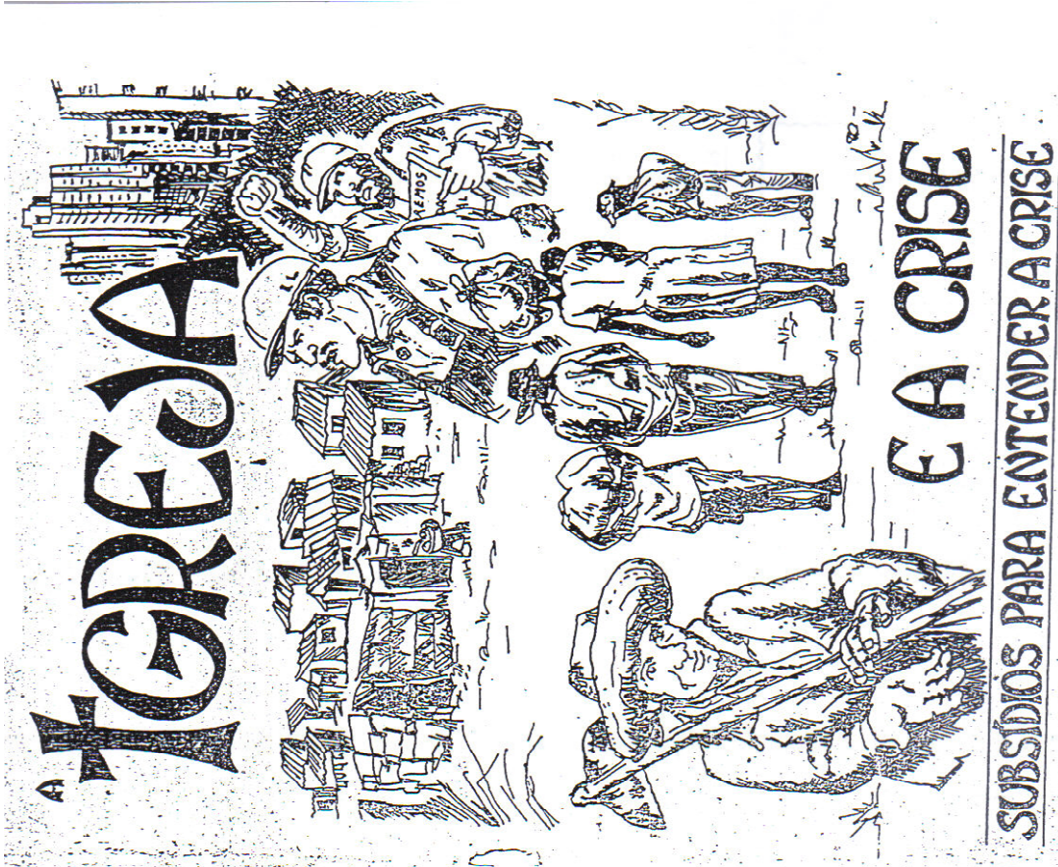
2º) De posse dessa Certidão fornecida pela Prefeitura, de um xerox da planta de situação e do xerox da certidão de casamento ou de idade (para os solteiros) ir ao SPU (Serviço de Patrimônio da UNIÃO) e pedir uma INSCRIÇÃO PRECÁRIA.

Depois de dada entrada no SPU, automaticamente o terreno está inscrito na União. E só acompanhar o processo pelo protocolo fornecido pelo Protocolo Geral.

*Os terrenos particulares, foram adquiridos por:

- herança
- compra por seu valor real
- ou compra ao Estado por preço simbólico (bem barato)

ANEXO 4



A IGREJA E A CRISE
Subsídios para entender a crise
Relatório do Conselho Pastoral de Vitória
Rua Abílio dos Santos, 47
25.000 - Vitória - ES
Outubro de 1983

O DESEMPREGO E

O Decreto Lei número 399, do dia 30 de Abril de 1948, criou o salário **MINIMO**. Esse decreto determina a ração mínima para uma família de 4 pessoas sobreviver. Ele não fala das despesas de roupa, escola, transporte, luz, água, aluguel, saúde. O decreto Lei fala somente da alimentação, da compra de arroz, feijão, leite, trigo, duas verduras, pão, açúcar, café, banha, carne.

Pois bem: se este decreto Lei fosse cumprido, o salário mínimo hoje, teria que ser mais de Cr\$ 100.000,00. E não os Cr\$ 36.000,00 que recebemos.

Há pessoas que acreditam que poucos recebem só o salário mínimo. Estas pessoas estão erradas. Uma pesquisa na Grande Vitória revelou o seguinte:

200.000 pessoas representam a população TRABALHADORA na Grande Vitória. Destas:

- 25.000 não tem emprego.
- 25.000 vivem de subemprego.
- 25.000 recebem até 1 salário mínimo.
- 25.000 recebem até 2 salário mínimos.

Isto quer dizer, que 100.000 trabalhadores (a metade) vive por milagre.

E a outra metade?

- 50.000 recebem de 2 até 5 salários mínimos.
- 20.000 recebem de 5 até 10 salários mínimos.
- 20.000 recebem de 10 até 20 salários mínimos.
- 10.000 recebem mais de 20 salários mínimos.



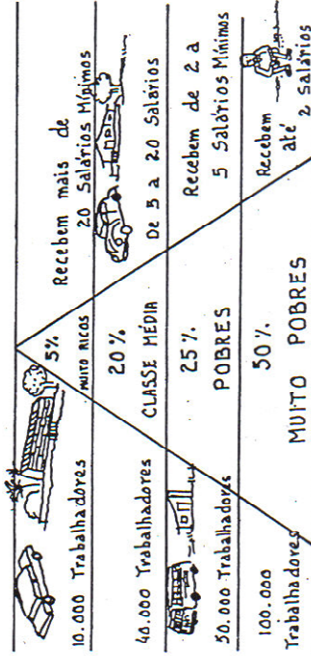
Mas nem era preciso todos esses números para entender a situação de miséria do nosso povo. Quem já andou pela periferia (São Pedro, Itanhenga, Flexal) sabe. Neste lugares falta quase tudo: água, luz, esgoto, escola, posto médico. Quando começa a existir, funciona mal, precariamente, sem organização, sem atender as necessidades dos moradores.

A inchação da cidade é outro sinal da **CRISE ECONOMICA**. Mas da metade das famílias de Itanhenga vem dos Estados vizinhos. Foram empurrados pelo desemprego, e pela ganância dos

O SALARIO DE FOME

proprietários de terra, que preferem o gado à agricultura. Às vezes eles fazem até especulação, deixando grandes extensões de terra improdutivas, esperando valorizar.

No setor industrial, também existe especulação. Há empresas que demitem todos os seus empregados, fecham as portas da empresa, para pegar o dinheiro (o capital) e aplicar num banco. Assim eles ganham com os juros: elevados, sem ter que produzir qualquer coisa, sem ter que empregar trabalhadores. Esse jeito de "ganhar sem trabalhar", só beneficia os possuidores de muito dinheiro.

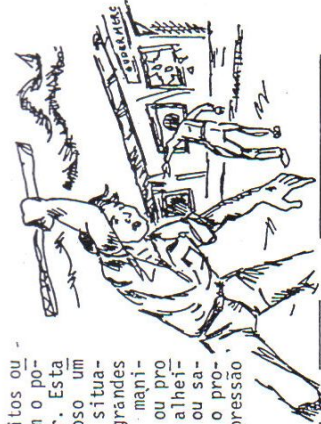


Perguntas para refletir sobre o desemprego e o salário de fome:

1- Quais as consequências dessa situação para a vida e saúde dos trabalhadores e suas famílias?

2- Esta **CRISE ECONOMICA** está acontecendo por acaso? Por que da **CRISE** da pasta vem que existe uma maneira de organizar a economia, que é responsável? Qual mané?

ORGANIZAÇÃO POPULAR



há ainda muitos outros motivos, que fazem o povo não saber como lutar. Estamos certos que é perigoso um povo desorganizado. A situação de desespero das grandes massas pode conduzir a manifestações, espontâneas ou provocadas por interesses alheios, tipo quebra-quebra ou saques, que não resolvem o problema e geram mais repressão policial e militar.

O Governo deveria compreender que a participação do povo, passando pela livre organização sindical e política, é fator de paz social, e de verdadeira democracia.



Perguntas para refletir sobre as dificuldades da organização popular:

- 1- Qual é a "democracia" que nossos governantes querem?
- 2- Para nós, o que é realmente DEMOCRACIA? Como deveria funcionar a Sociedade?

AS DIFICULDADES DA

A CRISE ECONOMICA, no nosso país, encontra um ambiente bastante favorável para se desenvolver, sem mobilizar fortes reações por parte da população. Por que? Apontamos alguns fatores:



* 18 anos de Regime Militar, marcados por violentas repressões, causam medo a todos.

* A "abertura política" não levou o Governo a abrir mão do controle das decisões (por exemplo, a política econômica necessária, funciona sem consultas e se, diálogos com as organizações populares).



* A estrutura sindical poderia ser a grande força de contestação de diálogo democrático, mas está nas mãos do Estado. O atrelamento dos sindicatos ao poder constituído, e o peluquismo de muitos diretores, paralisa a livre expressão dos trabalhadores.

* No dia a dia, o medo do desemprego atrapalha a organização da classe. O operário deixa de se reunir, de reivindicar. A repressão sem piedade dos patrões, demitindo na hora quem está lutando, assusta os companheiros.

* No nosso Estado, constata-se uma certa decepção com o Governo do PMDB. Isto traz um certo retrocesso na consciência política: começa-se a achar que toda política não vale nada.



* Nas próprias organizações populares, sindicais e políticas, comprometidas com as classes trabalhadoras, as várias tendências que brigam entre si, deixam a grande massa ainda mais desconfiada e desiludida: com essas organizações.

ANEXO 5

CARTA AO POVO DE DEUS

OS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL QUE TRABALHAM EM EMPREI-
TEIRAS DA C.S.T. E OUTRAS EMPRESAS, NÃO SUPORTAM MAIS A VIOLÊN-
CIA, OS BAIXOS SALÁRIOS E AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.
ALÉM DISSO, OS PATRÕES NÃO CUMPRIRAM OS ACORDOS ASSINADOS EM SE-
TEMBRO. POR ISSO, NOSSOS IRMÃOS ENTRARAM EM GREVE.

ELES PRECISAM DE NOSSO APOIO PARA CONTINUAREM SUA LUTA .
O DINHEIRO ACABOU. A FOME AMEAÇA A TODOS. PARA COMPARECER ÀS
ASSEMBLÉIAS, ELE TEM QUE ANDAR A PÉ DESDE A C.S.T. ATÉ O CENTRO
DE VITÓRIA. POR QUÊ? PORQUE NÃO TEM DINHEIRO PARA PAGAR PASSA-
GEM DE ÔNIBUS.

ELES ESPERAM NOSSA AJUDA COM URGÊNCIA. TODO CRISTÃO PRE-
CISA COLABORAR. ORGANIZEM EM CADA BAIRRO COMITÊS DE SOLIDARIEDA-
DE PARA RECOLHER ALIMENTO E DINHEIRO. ENVIEM PARA O SECRETARIA
DO PASTORAL DA ARQUIDIOCESE. O SALÃO DO IPAV, QUE FICA ATRÁS
DA RÁDIO CAPIXABA, ESTÁ SENDO O LOCAL ONDE ESTAMOS COLOCANDO OS
MANTIMENTOS.

TODO APOIO AOS OPERÁRIOS QUE LUTAM CONTRA A
FOME E A VIOLÊNCIA.

PASTORAL OPERÁRIA DA ARQUIDIOCESE DE
VITÓRIA

*Reforçamos este pedido e o entregamos aos cuidados fra-
ternos das Comunidades e a todos os homens de coração nobre e de
boa vontade.*

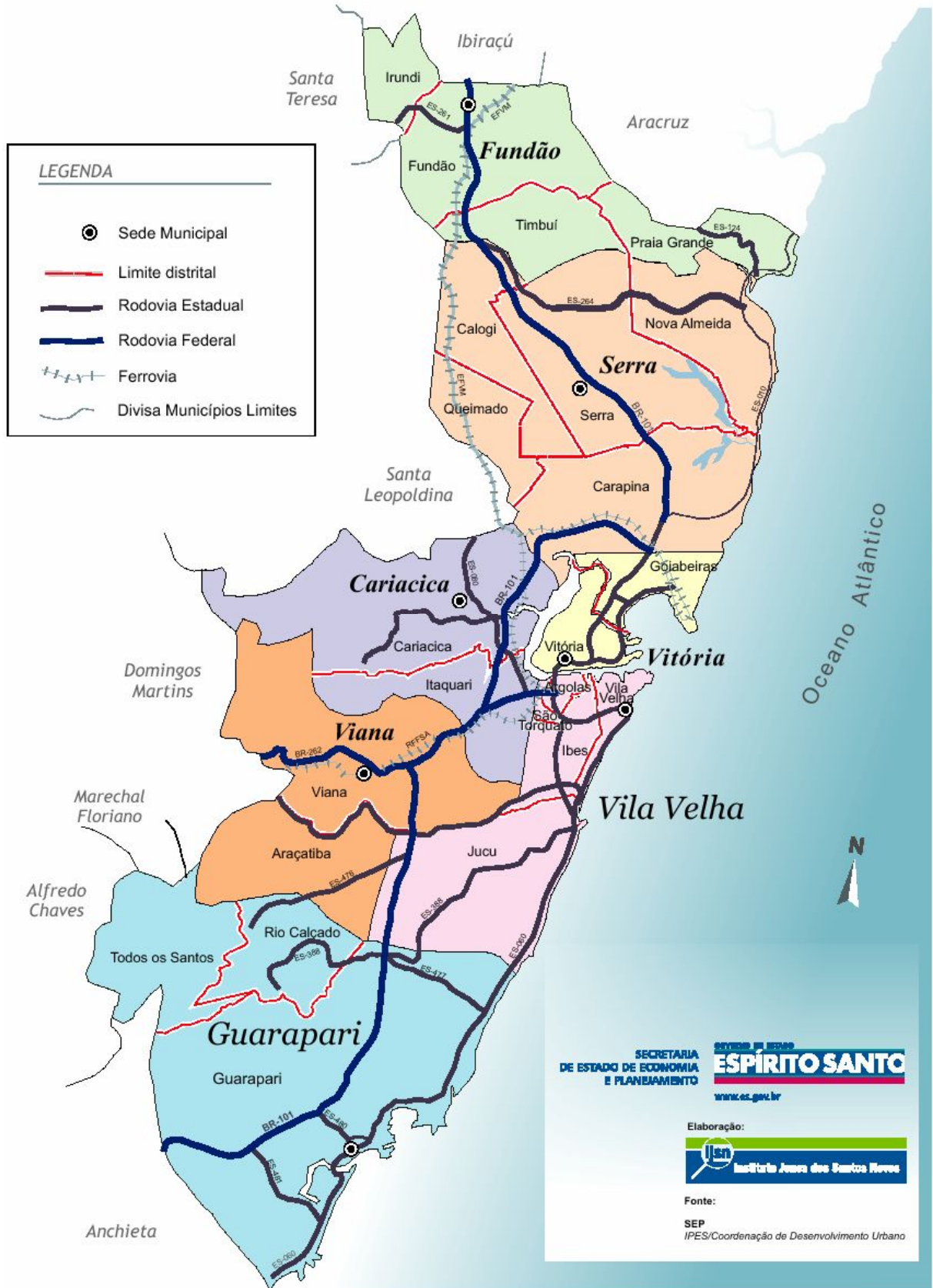
+ João Batista da Mota Albuquerque
DOM JOÃO BATISTA DA MOTTA E ALBUQUERQUE
Arcebispo Metropolitano de Vitória

Luis Gonzaga Fernandes
DOM LUIS GONZAGA FERNANDES
Bispo Auxiliar

Vitória, 27 de novembro de 1980.

ANEXO 6

Região Metropolitana da Grande Vitória



ANEXO 7

mento,
 de
 da por
 alismo
 scido
 rios e
 duada
 rodo
 dados
 istico
 mento
 por todos
 quito
 da paré
 do
 roção
 az a
 rezinha
 para
 tribuir
 deu o
 nacio um
 hao la
 ado
 gabriel
 a paróquia
 da
 sentia
 graças
 ordinários

do batismo e testemunhas qualificadas para
 o matrimônio agradecendo a oportunidade
 de trabalhar, sem mais nada fazer e de
 a benção final e a festa continuam até
 as 22 hrs com muita animação

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA DO ESPÍRITO SANTO
 Vitória - Estado do Espírito Santo - Brasil

DOM SILVESTRE LUIS SCANDIAN
 Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica
 Arcebispo de Vitória do Espírito Santo

este Decreto
 Aos que ~~202172516~~ 20217245 virem, saudação, paz e benção no Senhor.

Fazemos saber que nós, havendo deliberado aumentar o número de Paróquias de
 nossa Arquidiocese, em razão do crescimento da população, depois de ouvir o parecer fa-
 vorável do Conselho Presbiteral da Arquidiocese, usando de nossa Jurisdição Ordinária
 de conformidade com o Código de Direito Canônico, tendo principalmente em vista o Cânion
 515.

Havemos por bem separar e desmembrar das Paróquias da Virgem Maria de Itaci-
 bá, e de São João Batista de Cariacica (sede), o território abaixo indicado e nele eri-
 gimos e canonicamente constituímos a Paróquia de São Francisco de Assis, com sede em
 Porto de Santana, criada pelo presente Decreto com os seguintes limites:


Partindo da passagem de nível da estrada de rodagem e a linha da Estrada de
 Ferro Vitória a Minas (Companhia Vale do Rio Doce) na entrada do bairro de Porto de
 Santana, segue em linha imaginária em direção à ponte da Estrada do Contorno (asfalto)
 sobre o Rio Bubú, incluindo na nova paróquia, do lado direito, as comunidades de Morro
 Aparecida, Retiro Saudoso e bairros de Flexal e, excluindo, do lado esquerdo, as comuni-
 dades existentes de Graúna e Vila Prudêncio; daí acompanha o Rio Bubú até sua foz na
 baía de Vitória; segue, pelo mar, até alcançar a altura da passagem de nível acima cita-
 da e, depois, em linha reta, até encontrar a mesma passagem de nível.

Assim, damos por erigida e constituída em nossa Arquidiocese, a nova Paróquia
 de São Francisco de Assis, cuja festa será celebrada conforme o calendário litúrgico pa-
 ra o Brasil. Mandamos que este nosso Decreto seja lido ao povo num domingo ou dia de
 festa, à estação da Missa de instalação da nova Paróquia; bem como nas Matrizes das Pa-
 róquias da Virgem Maria de Itacibá e de São João Batista de Cariacica, do qual se pas-
 sará certidão para todo o sempre constar.

Seja, ainda, este nosso Decreto integralmente transcrito no livro de Tombo da
 nova Paróquia e das Paróquias da Virgem Maria de Itacibá e de São João Batista, de Cari-
 acica, bem como, no livro de "Criação de Paróquias e Limites Paroquiais" de nossa Cúria
 Metropolitana.

Dado e passado em Nossa Cúria Metropolitana de Vitória, sob o Nosso selo e sinal de Nossas Armas,
 em 03 de outubro de 1979

Em 03 de outubro de 1979
 E eu Arcebispo Passos Cruz Chanceler do Arce-
 bispo, a subscrevi.


Arcebispo Silvestre L. Scandian
 Arcebispo Metropolitano

ANEXO 8

Chegada 1966 - Saída 1982

RELATÓRIOPASTORAL DE PORTO DE SANATANA

1966 - 1982

a) Dados gerais da área de Porto de Santana, anterior à nossa atuação Pastoral

Até 1963 Porto de Sanatana era uma área desabitada.

Em 1964 foi habitada pelo grande número de famílias que vinham do interior do Estado, sem recursos, sem saúde, sem emprego a fim de ganhar terras para construir seus barracos.

Em luta para derrubar a mata e repartir bem a terra, houve muitas vezes a interrupção da Polícia que de dia derrubava os barracos e o povo reconstruía à noite. Vencendo a batalha procurava legalizar na Prefeitura seus direitos de posse.

As famílias sofriam muito por falta de alimentos, Escolas, Farmácias, Hospitais, energia elétrica, rede de água e esgoto, enfim faltavam-lhes todos os recursos básicos para a subsistência. Dia a dia surgiam novas famílias, nasciam mais crianças. Para terem água abriram poços, encontrando apenas água barrenta, que causava febre, vômitos e outros males, incluindo a verminose, morrendo em média 20 crianças por semana. Havia grande predominância, nesta época, de tuberculose, verminose e alguns casos de lepra como também doenças nervosa e mental. Muitas crianças e velhos com debilidade por falta de alimentação. Brigas, mortes causadas por uma vida dura, pela ignorância e pelo cansaço de lutar. Um percentual muito grande de desajuste familiar.

Só em 1965 conseguiram um ônibus para fazer a linha de Porto de Santana à cidade de 2 em 2 horas, há 40 minutos de distância.

b) Início de nossa colaboração

Em 31 de maio de 1966, o Vigário da Paróquia do Município, procurou-nos para ajudá-lo vendo que ele só, não podia dar assistência a tanta gente de uma área altamente carente de tudo. Recebemos para iniciar o trabalho, do Pe. Pedro Pereira Pinto - Vigário de Carriacica, apenas Cr\$ 25.00, que nos deixou perplexa, sem saber como repartir para tanta gente necessitada.

Existindo um grande número de pessoas analfabetas, incentivamos um Senhor que tinha um pouco mais de experiência e conhecimento para dar aulas. Ficando tudo organizado, as crianças estudavam ao dia e os adultos à noite, num barraco de tábuas, feito pelo próprio povo, onde funcionava a Capelinha. À noite para as aulas e encontros de oração e reuniões, usava-se lampêões à querosene. Partindo dessa dificuldade criamos um grupo para arrecadar dinheiro para a instalação da rede elétrica, cujo resultado foi positivo.

Em 1967 com a visita do Sr. Bispo Auxiliar - D. Luiz Gonzaga Fernandes que vendo as grandes dificuldades de se trabalhar, andando por lugares tenebrosos, aconselhou que pedissemos uma ajuda à Azevedo. E em 1968 fizemos uma grande pesquisa, recolhendo todo o material que mais precisava para preparar o relatório a ser enviado.

2

Já nesta época, estávamos atendendo a população da área com um ambulatório instalado em um barraco, doado por um dos moradores. Tínhamos dois acadêmicos que prestavam serviço duas vezes por semana. Partimos então para cursos de Primeiros Socorros e de Iniciação à Enfermagem.

Em meio a todas estas atividades, sentimos necessidade de criar um grupo de jovens e preparar as crianças para a Primeira Eucaristia.

Realizadas estas tarefas, em 1969 foi trabalhar conosco uma Assistente Social - da Escola de S.S. de Vitória - que muito nos ajudou na formulação do relatório para Adveniat com o qual conseguimos a importância de CR\$ 3.000,00 que foi empregada na construção de um galpão a ser usado para várias atividades tais como: Celebração Eucarística, Culto da Palavra, Círculos Bíblicos, Encontros e Reuniões diversos, Palestra de formação para preparação do matrimônio, batismo, de enfermagem e primeiros socorros.

No mesmo ano chegaram dois padres, passando residir em um barraco no local, a fim de facilitar os nossos trabalhos. Com a união entre religiosos e leigos o povo pôde ser mais orientado conseguindo criar um movimento comunitário promovendo curso pela LBA: Corêe e Costura, Tricot, Croche e Arte Culunária.

Com tudo isto o movimento cresceu muito, o povo foi mais instruído e o prefeito mais alertado para construir grupos Escolares, sendo um em cada morro, uma vez que os três já estavam bastante habitados.

Já em 1972, os dois Padres conseguiram através da FESBEM, a aplicação do Plano Recreativo de Assistência ao Menor - PRAM, com a criação de uma Escola para os menores de situação escolar irregular.

Ainda neste ano de 1972, os dois Padres deixaram o sacerdócio e a Comunidade ficou em grande angústia, que para dar apoio a todo povo custou caro. "Ter padres e freiras na área, é como um presente do céu," porque nunca imaginaram morar em convívio conosco.

Não dando muito alarde, procurando tirar de cabeça dos que estavam querendo passar para outras crenças, ou ficar indiferentes, falando muito na saída dos sacerdotes, continuamos todos o trabalho que vinha sendo desenvolvido, resolvemos melhorar a Capela construindo uma de alvenaria, fazendo festas comunitárias, renovando as equipes e dando-lhes tarefas. A Comunidade ficou sem assistência direta do Padre por algum tempo. Alguns Sacerdotes de outras paróquias atendiam apenas aos casamentos e batizados a convite nosso. O povo que tinha missa dominical por quatro anos, passou a não ter mais e assim a Eucaristia vinha de outras Igrejas e distribuída na hora da celebração do culto. Em todo esse período sentimos muito a proteção de Deus e de Nossa Senhora guardando o seu povo em meio a tantas dificuldades.

Em 1975, veio um Padre francês que é o atual vigário e vem desenvolvendo um trabalho de Pastoral com dificuldades e muito esforço.

Hoje contamos com 27077 (vinte e sete mil e setenta e sete) habitantes e já temos uma comunidade bastante desenvolvida.

c) o que hoje existe como resultante de nossa atualção

As comunidades já tem: luz, água encanada, rede de esgoto incompleta, transporte coletivo melhorado, alguns taxis, um Centro de Atividade do SESI, dois postos de saúde, carentes, supermercado e mercearias, um consultório médico e dentistas práticos.

Na pastoral temos: catequese, grupo de oração, dirigentes de cultos, leitores, cantores, clube de Mães, equipe de preparação ao batismo e ao matrimônio, conselho, grupos de jovens engajados na Pastoral de enfermos, dos presos e nas famílias.

3

Temos uma sala doada pela Diocese- Centro de Orientação Social - COS, onde se faz reuniões, recreações, festas de casamentos e aniversários. Atualmente está sendo realizado um curso de soldador, a té dezembro.

Em cada mês é programado, pela equipe de Pastoral, tudo que se vai realizar durante o mês.

Para dezembro estão previstos encerramentos de cursos, sendo um mês bem festivo com um Natal bastante participado.

Janete Monjardim F.C.M.

CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO DO PORTO DE SANTANA

Construção de um galpão

8 x 6

Material empregado

- Madeira	NCR\$ 444,00
- Pedra - 13 metros	NCR\$ 91,00
- Cimento 12 sacos	NCR\$ 88,80
- Vermelho 3 kilos	NCR\$ 10,00
- Telhas - 1.000	NCR\$ 140,00
- Areia	NCR\$ 47,00
- Pregos	NCR\$ 28,80
- Ripas	NCR\$ 18,00
- Pó de pedra	NCR\$ 11,00
- Dobradiças e trincos	NCR\$ 30,00
- Pedreiro - 5 dias	NCR\$ 40,00
- Pintura	NCR\$ 36,00
Friso para portas e janelas	NCR\$ 61,30
Transporte	NCR\$ 54,50
Total:	NCR\$1.100,40

Vitória, 25 de julho de 1969

RELATÓRIO

De janeiro a dezembro de 1974 a Comunidade de Porto de Santana, recebeu como ajuda a importância de CR\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzados) do Santuário de Nossa Senhora da Penha por intermédio do Revmo. Frei Arnulfo.

A referida importância foi gasta em benefício dos mais necessitados.

Tornamos possíveis várias iniciativas, tais como:

- Instalação de água corrente no barraco de uma viúva com 4 (quatro) filhos menores;
- A construção de um barraco para uma velhinha sem recursos;
- Compra de material para um curso de enfermagem para 20 (vinte) alunas;
- Compra de material escolar, pagamento de curso e passagem escolares para 3 (três) estudantes pobres;
- Compras de remédios para os doentes que não têm INPS;
- Criação de uma Biblioteca para jovens;
- Compra de discos para facilitar a Liturgia ;
- Certidão de registro de algumas pessoas;
- Reforma de uma escola de artesanato para crianças pobres.

Vitória, 4 de abril de 1975

Jante Monjardim F.C.M.
Responsável

ANEXO 10

Termo de abertura.

Este livro há de servir para relatar todas as reuniões das diversas comissões que trabalham em equipe para a instalação da Paróquia "São Francisco" de Assis. As comunidades de Porto Santana / Flexal não querem perder a sua memória. A Igreja de Vitória fez opção pelas Comunidades Eclesiais de Base e pelos pobres. E nós que estamos nesta Arquidiocese queremos ser Paróquia mantendo esta linha, garantindo e forçando, enquanto cristãos, a luta e o serviço a Deus e aos irmãos.

Que Francisco de Assis, a Virgem da Penha e Jesus Cristo nos incentive e mantenha sempre conosco esta opção.

7 de maio de 1989

Festa da Ascensão do Senhor.

Comissão Secretária.

1ª preparação para festa da inauguração da
Paróquia dia 03/04/89

A reunião foi dada início com alguns dados já obtidos. O que nos já sabemos sobre a festa da paróquia?

Nome oficial: Instalação da paróquia, no dia 08/10, oficializar a paróquia de Porto de Santana e Flexal, independente das outras terminadas ou não.

Para este mesmo dia Testemunha qualificada do casamento e ministro do batismo. Com a presença do Bispo será entregue a chave do Santíssimo.

Sugestões para a festa, formação de Comissões: Finanças, divulgação, Coordenação, animação, formalismo, sonorização, secretaria, celebração.

- Animação de barracas;
- Prefeção nas comunidades (cartilhas, palestras, círculos bíblicos. Quem é São Francisco de Assis?
- Acolhida dos visitantes;
- Painéis: Histórico de Porto de Santana e Flexal (aspecto de implantação do bairro humano, religioso).
- Para ajudar fazer uma pesquisa.
- Conhecer Pedro de Oliveira (sociólogo).
- Onde? Área do Campo do Camé.

Ao final da reunião, vimos que há muita coisa a fazer e poucos participantes, que para próxima reunião aumente-se o maior número de pessoas possível.

Próxima reunião dia 23/04/89 às 14:00hs.

Responsável para ver o local: Paixada

Coordenação da próxima reunião: Cleunice, Gilce, Marlene, Gibson, Ademilson e Zé Carlos.

Reunião de Preparação da Instalação da Paróquia do dia 23/04/89.

Iniciamos com a apresentação das comunidades presentes: Baixada 12, M. Apoiada 15, S. Sebastião 37, B. Pastor 14, P. novo 15, S. X. Iperônio 1, Flexal I 7, S.ª Teresinha 3, Flexal II 10, Santos Dias 4, S. J. Batista 8, Petrópolis 0.

Após a apresentação nota-se a presença de 130 pessoas e é tirado os secretários da reunião que são: Márcio e Gilcés.

Dando continuidade Gabriel fez a colocação da última reunião 03/04.

- Apresentação do livro sobre São Francisco de Assis.

- Incentivar a juventude a fazer teatro.

- Mães das missões fazer um trabalho sobre Paróquia e São Francisco.

Revisão das Comissões.

Local: Campo do caui, está confirmado mais temos que levar um ofício.

Para obtermos um melhor trabalho foi iniciado um trabalho de colichio com as seguintes perguntas:

- Uma Paróquia nós queremos?

- Que é Paróquia?

- Paróquia é um conjunto de pessoas,

- não queremos uma paróquia para aparecer,

- Paróquia é comparada a uma roda de bicicleta em que a paróquia é o eixo e as comunidades são as rodas.

- Paróquia centraliza.

- Paróquia é onde o povo e o padre trabalham juntos.

ANEXO 11



Figura : Proposta de desenho para camisetas.

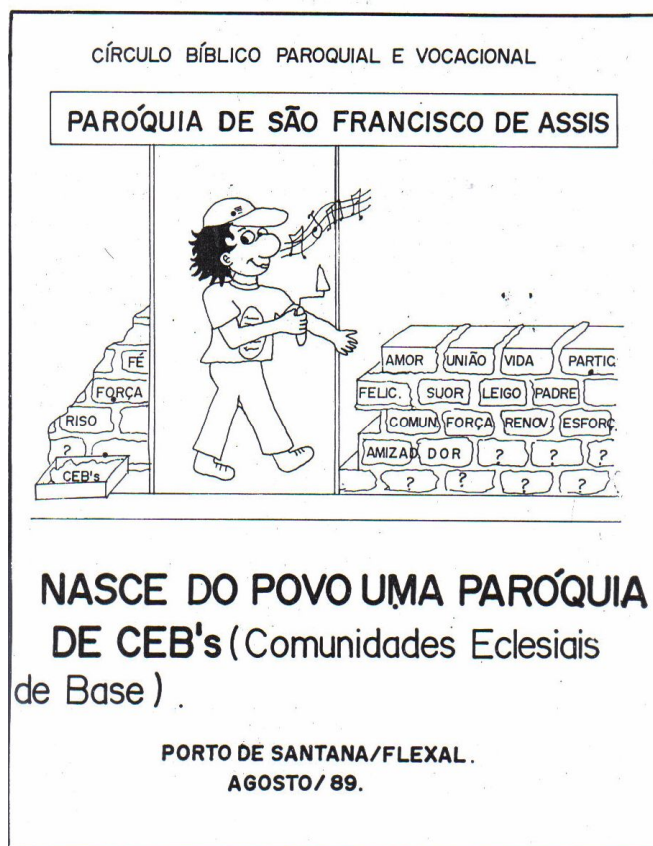


Figura: Desenho usado para divulgação do nascimento da Paróquia.

ANEXO 12

PORTO DE SANTANA

Já faz 9 (nove) nove anos que começou em algumas comunidades, grupinhos de mulheres com o nome de "grupo de donas de casa". Iniciou-se na Baixada; as mulheres se reuniam no C.O.S. Centro de Orientação Social. Nas reuniões contávamos com a participação da Auta que fez um trabalho muito bom, através da FASE, orientando as mulheres no sentido de discutir os problemas do bairro, como: escola, saúde, transporte e etc. O mesmo aconteceu em Porto Novo, o grupo tem o mesmo trabalho e também começou com o acompanhamento da Auta. Com o objetivo de reunir mais mulheres, organizamos trabalhos manuais, como: corte e costura, pintura em tecido e etc, onde aprendíamos e ensinávamos.

Em outras comunidades, como São Sebastião, M. Aparecida, Retiro Saudoso e Flexal I, também havia grupinho de mulheres "visitadoras" com o trabalho de oração e visita aos doentes.

Em março de 1984, o Pe. Gabriel organizou um encontro de mulheres no C.O.S., com o objetivo de unificar os trabalho dos grupos, considerando que os nossos problemas eram os mesmos. Na primeira reunião contamos com a presença de 50 (cinquenta) mulheres de todas as comunidades, onde combinamos a realização de encontros mensais que aconteceriam na segunda quarta-feira de cada mês.


O trabalho a ser desenvolvido de forma conjunta foi bem esclarecido: a partir de uma reflexão da experiência e realidade de cada bairro, buscando no Evangelho a luz e força, procuraríamos entrar na luta por melhores condições de vida no nosso bairro.

Decidimos então nos reunir um mês no C.O.S. e nos outros, em cada uma das onze comunidades existentes, e no último domingo de cada mês, fazíamos uma celebração com representantes de todas comunidades.

Nosso objetivo com isto, era atingir todas as comunidades incentivando a formação e ampliação de grupos de mulheres.



ANEXO 13



O TAGARELA

BOLETIM INFORMATIVO DAS
DONAS DE CASA- PORIO DE
SANTANA.
Nº 05 JULHO DE 1984

MUTIRÃO NA RUA DA VITÓRIA

Faustina participa do Grupo de Donas de Casa e depois de uma reunião sobre os problemas do bairro, convidou os vizinhos para fazer um MUTIRÃO para limpar a rua. Juntaram os vizinhos e foram arrumar os buracos da rua e capinar. Há 8 anos não passa carros na rua, já se realizaram 4 mutirões, e no 3º decidiram pedir ajuda dos pequenos comerciantes argumentando que seriam beneficiados com a rua limpa e que poderiam entregar as compras na porta dos fregueses. Conseguiram 5 paçotes de biscoito e uma garrafa de suco para o lanche. No 4º mutirão, duas famílias se juntaram e deram o lanche. Os MORADORES estão aguardando a visita da Prefeitura assim como a cobertura da TV Gazeta que até hoje não apareceram na Rua da Vitória.

COM UNIÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES VÃO
CONSEGUIR TRANSFORMAR O BAIRRO.

MOVIMENTO DAS CRIANÇAS

Estamos incentivando nossos filhos a conviverem com crianças de sua idade numa convivência sadia que os ajude a desenvolver sua capacidade criativa e descubram maneiras de juntos serem mais alegres, ver e julgar a vida com mais amor e carinho, mesmo num momento difícil de crise econômica. Por isso estamos informando as mães que mandem seus filhos no dia 7 de julho, às 9 horas da manhã, no COS, a primeira reunião das crianças.

C O N V I D A M O S

Convidamos todas as mulheres do bairro para participarem de nossas reuniões de DONAS DE CASA nas 5^{as} feiras, às 15:00 horas, no COS. Venha refletir sobre nossa vida e a realidade do nosso bairro.

COMPANHEIRAS:

As terças-feiras, às duas horas da tarde, tem um curso de pintura de pano no COS, é nossa promoção. Venha conversar com a gente e participar do curso. Aqui você aprende a desenvolver suas aptidões. Estamos lhe esperando, venha conhecer nosso trabalho.

U L H E S V Ã O À PREFEITURA
=====

Reunimos dia 26 de maio na Rua Nossa Senhora da Penha para discutir como iríamos encaminhar nossas reivindicações de melhoria do bairro ao Prefeito. Participaram 18 mulheres, de ruas diferentes e decidimos tirar uma comissão para ir conversar com o Prefeito de Cariacica.

A comissão composta de 6 mulheres e 1 homem caminhamos a pé da pracinha até à Prefeitura às duas horas da tarde, para falar das frentes de trabalho para os desempregados e melhoramento na Rua Manuel Martins.

Quando chegamos na Prefeitura falamos com a secretária e nos apresentamos como Movimento de Donas de Casa da Associação de Moradores de Porto de Santana. O Prefeito não estava e fomos atendidos pelo assessor do Prefeito. Ele disse que "podíamos ficar desocupados que o Projeto ia começar com o calçamento estes dias". Que o "prefeito ia pegar na sexta-feira um capital muito grande". Este dinheiro será liberado após uma reunião com o Governador Camata no dia 30/06/84 e que este projeto abrirá frente de trabalho e vai beneficiar os desempregados do bairro, em primeiro lugar.

O Assessor do Prefeito chama-se Miguel Derlamelino. Ele falou com certeza que 3 bilhões de cruzeiros é para urbanizar Porto de Santana e que já estava em mãos do Prefeito Vicente Santório e que esta verba era só para Porto de Santana.

O Assessor do Prefeito disse que podíamos "ficar frios" que a Prefeitura ia começar o trabalho por estes dias. Queremos calçamento, esgoto, luz, água, posto médico. Entregamos ao vereador Ademar de Laia o nome das ruas e as melhorias que queremos. Entregamos por escrito as reivindicações de luz, água, esgoto, calçamento e Posto Médico funcionando. O vereador procurou saber com Barbosa, quais eram as mulheres da Rua Floriano Peixoto.

Ficou combinado perguntar ao Ademar de Laia sobre qualquer informação sobre o bairro. Se não perguntarmos a ele, como pode ele fazer alguma coisa sem a participação do povo? Ficamos de conversar com o vereador para saber quando vão iniciar as obras de Porto de Santana.

A Comissão que foi na Prefeitura no dia 31/05/84:

Rua Floriano Peixoto - Célia
Rua Principal - Odília
Rua Nossa Sr^{ta} Penha - Benedita e Adelina
Rua Manoel Martins - Serafim
Rua da Vitória - Faustina

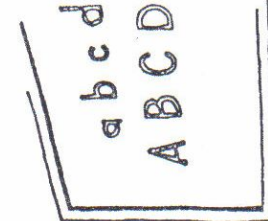
Achamos importante a nossa união para procurar saber do Prefeito como está andando o projeto de urbanização do nosso bairro. O assessor do Prefeito nos recebeu e nos informou, agora vamos aguardar o trabalho da prefeitura, se não vierem trabalhar voltaremos lá para saber porque não vieram.

FORTALEÇA A LUTA DO BAIRRO, PARTICIPANDO DAS REUNIÕES DAS DONAS DE CASA, ÀS 5^{as} FEIKAS, 15:00 H., NO COS.

ANEXO 14

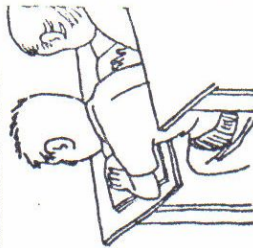
Os homens não podem impedir as mulheres de participarem da luta.

Por isto vamos lutar, tendo MARIA como exemplo. Muito precisa ser feito e nós podemos colaborar - vamos erguer nosso braço e cabeça - CORAJOSAS MULHERES. (Desabafo de uma companheira de luta.)



MULHERES NA LUTA PELA PRÉ-ESCOLA
A Pré-Escola tornou-se realidade com o esforço do Grupo de Mulheres, Associação de Mães e da CIB de Nova Jerusalém.

Estamos reivindicando o mínimo.
A Prefeitura no ano passado abriu duas classes mantidas pela Fundação Educar, que foram fechadas este ano, apesar de ter aumentado a procura.



Os moradores de Vila Pastora sofrem com este problema, pois as Escolas públicas que tem pré-escolar, no Município, ficam muito distantes e na Escola Particular é muito caro.

Estamos agindo junto ao Governo do Estado, para garantirmos este nosso direito, por enquanto estamos pagando aos professores para ministrarem as aulas. Mas somos cidadãs e conhecemos nossos direitos, e aí perguntamos: Como está sendo aplicado o percentual de 25% do Orçamento, que a Constituição Federal estabeleceu para ser gasto com Educação?

Nossa luta prossigue, educação é direito de todo cidadão. NÃO ESTAMOS PEDINDO FAVOR. ESTAMOS EXIGINDO Nossos direitos.

No dia 20/05 a partir das 18 horas na Praça de Nova Brasília, o Grupo de Mulheres de Itanguá e Nova Brasília irá fazer uma homenagem à Mães. (Teatro - cantigas de roda - feira de artesanatos executados pelas mulheres das Comunidades).



PORTO SANTANA

No dia 12/04 o Grupo de Mulheres de Porto de Santana e Flexal estiveram reunidos na Comunidade Bom Pastor para tratar de vários assuntos, sendo mais discutido a questão da exigência que hoje muitos mulheres na hora de conseguir um emprego, até mesmo com a apresentação de atestado de ligadura de trompas.



ANEXO 15

O QUE É POLÍTICA

RELATÓRIO TREINAMENTO "FÉ E POLÍTICA" GRUPOS DE MULHERES DA ÁREA CARACICA/VIAHA - 21 e 22/07/88.

POLÍTICA DE ESQUERDA E DE DIREITA

DIREITA


"Defendo a ordem que está sendo sempre para o progresso da Direita. Exército, policiais estão para obedecerem ordem. É uma desordem".

- 1 - LUCRO
- 2 - DINHEIRO
- 3 - PATRÃO
- 4 - CAPITALISMO
- 5 - LIBERALISMO ECONÔMICO (liberdade de quem tem dinheiro fazer o que quer.)
- 6 - CENSO (organização para impedir o avanço da classe trabalhadora na Constituinte.)
- 7 - Propriedade privada (propriedade sem controle).
- 8 - M.D.U (Movimento Democrático Urbano)
- 9 - U.D.R (União Democrática Ruralista)

ESQUERDA

"Defende a Justiça; Quem é da esquerda, assume a bandeira vermelha, símbolo dos mártires e da luta da classe operária.

- 1 - União do povo.
- 2 - Direito de Greve
- 3 - Comunismo
- 4 - Socialismo (luta contra o capitalismo)
- 5 - Liberdade Política (de se expressar sociedade aberta)
- 6 - REFORMA AGRÁRIA
- 7 - DIREITOS HUMANOS
- 8 - CUT (Central Única dos Trabalhadores)
- 9 - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
- 10 - CEB's
- 11 - MOVIMENTOS POPULARES
- 12 - Operários.



O povo brasileiro, está discrente da política e dos partidos políticos. Os partidos não apresentam seus programas e propostas. E agora, nesta campanha eleitoral, os candidatos, nem o nome do partido o qual fazem parte, estão carentes.

Temos que escolher um Partido Político, que no seu programa e na sua prática, ele seja presente a preocupação e o compromisso com os direitos do povo principalmente dos mais pobres, que representa a maioria da nossa população.

TEMOS QUE CONSTRUIR UMA SOCIEDADE, ONDE OS DIREITOS DO POVO SEJAM GARANTIDOS.

Política não é só eleição. Fazemos política no dia a dia.

A Comunidade (CEB's) deve ficar independente de um partido político, porém deve trabalhar pela conscientização.

TODA LUTA PELO BEM COMUM É UMA LUTA POLÍTICA.

POLÍTICA QUER DIZER: LUTA PELO BEM COMUM, O CUIDADO COM O QUE É DE TODOS.

Municipal de Educação - Maria da Penha, conseguimos encaminhar um ofício ao Sr. Geraldo Segatto, Secretário Municipal de Planejamento reivindicando verba para a compra de um lote para a construção de uma Escola, o qual deverá ser encaminhado para Brasília.

NÃO IREMOS DESANIMAR. POVO ORGANIZADO TUDO VENCE!!!

SETOR 3 PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PARA EXCEPCIONAIS

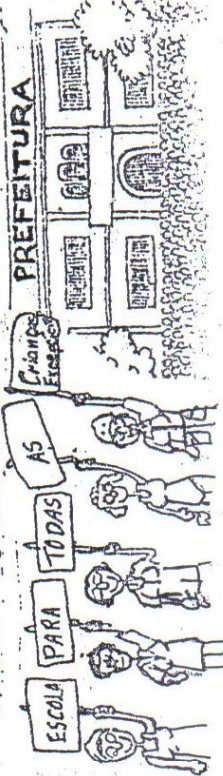
As mães de crianças excepcionais levaram seus filhos para participarem do desfile na Av. Expedito Garcia dia 07/09/88 reivindicando do Prefeito Milton da Rocha Mello a construção da escola para excepcionais; mais, o prefeito informou que não há verbas.

Porém todos nós sabemos, que verbas tem, o que falta é interesse por parte do prefeito e seu secretariado de investir naquilo que o povo está precisando, desviando dinheiro para apoiar e divulgar nomes de candidatos na sua campanha eleitoral.

No dia 11/10/88 estaremos realizando uma passeata, e na oportunidade solicitaremos dos candidatos o compromisso com esta nossa luta; se quando eleitos se empenharem na construção desta escola.

A passeata sairá da Prefeitura às 14 horas e irá até a Pracinha de Campo Grande, onde realizaremos um ato público.

Estarão dando seu apoio os grupos de mulheres de Cariacica/Viana e esperamos contar com toda a população.



É TEMPO DE ELEIÇÃO

CUIDADO!

Com os candidatos que fazem promessas "generosas" quando o passado deles está comprometido com interesses pessoais ou de grupos privilegiados...



... ou apresentam um comportamento marcado pela desonestidade, pela corrupção e pelo oportunismo

DEVEMOS AJUDAR... QUE TENHAM UM PASSADO LIMPO

Eleitor e candidatos devem estar sempre do lado dos marginalizados e oprimidos. VAMOS APOIAR CANDIDATOS POPULARES!



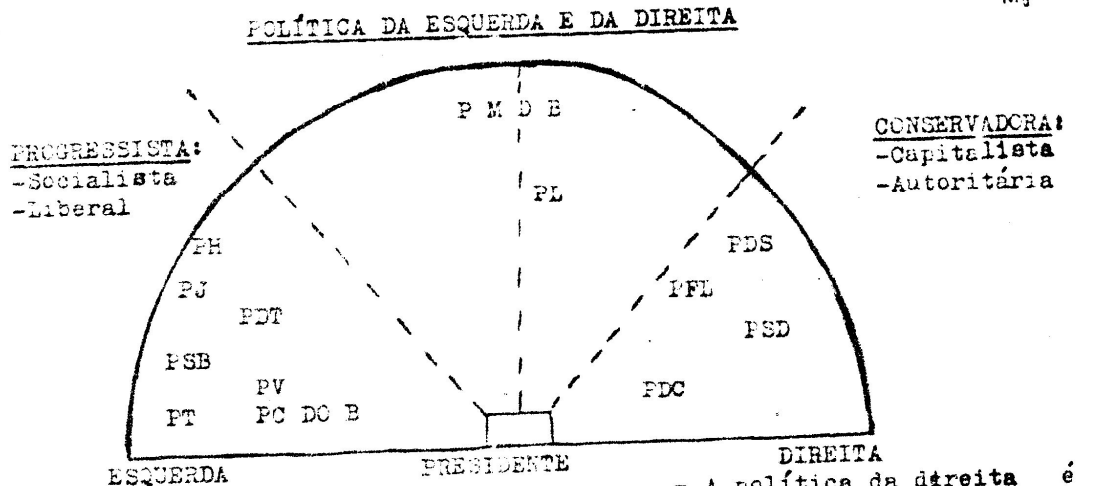
O candidato precisa ter um passado de luta pela causa dos marginalizados e empobrecidos. Um passado vivido com o povo.



É preciso denunciar os corruptos, aqueles que aligam cabos eleitorais ou buscam comprar votos com dinheiro, favores ou promessas...



ANEXO 16

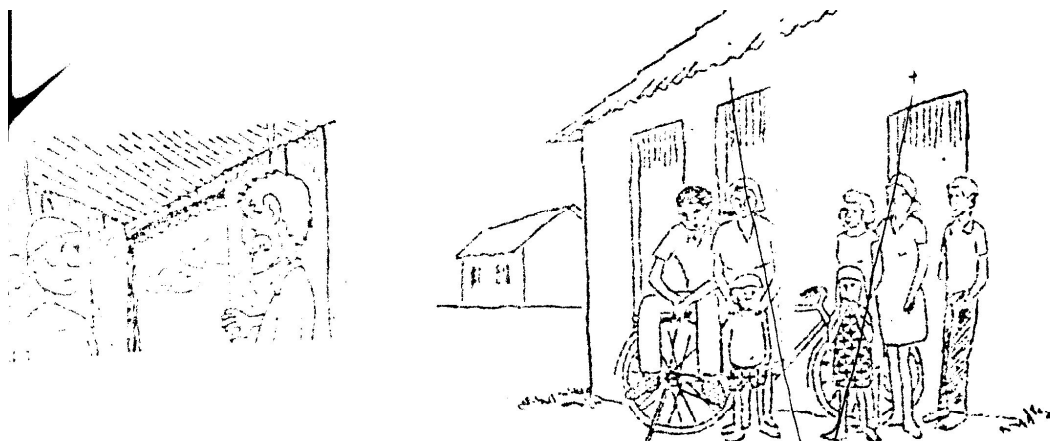


- A política da esquerda é em favor dos trabalhadores e do povo.
- A esquerda quer realizar o socialismo.
- Em termo político Liberal significa liberdade e garantia dos direitos humanos e dos direitos dos trabalhadores.
- A esquerda quer uma repartição justa da propriedade para que todos possam participar nos bens da sociedade.

- A política da direita é em favor do dinheiro dos fazendeiros, dos grandes empresários e proprietários.
- A direita quer realizar o capitalismo.
- Em termo de economia Liberal significa capitalismo e liberdade total aos empresários.
- A direita não quer repartir a propriedade e por isso quer impedir a Reforma Agrária, (o Centrão, na realidade, não é "Centro", mas Direita e até Extrema Direita).

Aprofundamento das questões:
Quem apóia a Direita e a Esquerda?

- 1 - Ao lado da direita tem a URD e o CENTRÃO:
 - A UDR (União Democrática Ruralista) não é um partido, é uma organização nacional dos latifundiários que tem como objetivo impedir a Reforma Agrária e defender as grandes propriedades.
 - O que é a UDR no Campo é o MDU na Cidade, MDU (Movimento Democrático Urbano). O MDU é uma união dos grandes empresários que são contra os interesses dos trabalhadores.
 - O CENTRÃO, é um conjunto dos deputados de vários partidos da direita que tem como objetivo defender os interesses dos grandes proprietários e empresários.
- 2 - Ao lado da esquerda é a CUT (Central dos Trabalhadores) que é ligada à esquerda do PMDB, e ao Pcb (Partido Comunista Brasileiro).
Os Sindicatos e os movimentos populares precisam dos partidos para aprovar leis em favor dos trabalhadores.



CAMPO DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE MULHERES

- 1) Ajuda a transformar a VIDA DA PRÓPRIA MULHER, a descobrir-se como mulher. Conscientização sobre o problema da própria mulher.
- 2) Preocupação com a transformação DA FAMÍLIA.
- 3) Nessa ação : nas lutas DO BAIRO e na participação da COMUNIDADE.
- 4) O SÓCIO- POLÍTICO : trabalho de organização da vida política, associações de moradores, etc...



CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO DAS GRUPOS DE MULHERES

- 1 - a "EDUCATIVO": ajuda e ensina, faz descobrir, conhecer e aprender muito.
- 2 - a "PE": É transformadora, que leva a mulher a ter mais compromisso e uma "é diferente".
- 3 - a "DIMENSÃO MISSIONÁRIA" na Igreja e na sociedade. Não se nos uma organização política, mas de EVANGELIZAÇÃO TOTAL, global, através de trabalho de transformação da sociedade.

ANEXO 17

5. MISSÃO PROFÉTICA DA IGREJA

PALAVRA DE DEUS:

"Seu ouro e sua prata estão cobertos de ferrugem, que será uma testemunha contra vocês e, como fogo, comerá seus corpos. Nesses últimos tempos vocês amontoaram riquezas, e não têm pago os salários dos homens que trabalham nos seus campos. Escutem as reclamações deles! Os gritos dos que trabalham nas colheitas chegaram até os ouvidos de Deus, o Senhor Todo-poderoso." (Tg 5,3-4)

MENSAGEM DOS BISPOS:

Vivemos um grave momento de crise em toda a sociedade brasileira. Há muito pouco tempo, vivemos sob um regime autoritário. O planejamento social, político e econômico era feito sem nenhum interesse em atender as necessidades da população. O povo não tinha nenhuma participação. No momento atual, também muitas decisões importantes continuam sendo tomadas somente por influência de políticos. Os interesses clientelistas e de poderosos grupos econômicos estão bem representados, ameaçando os interesses e desejos da maioria do povo. As condições de vida do povo estão cada dia piores. O pobre está cada vez mais pobre, sem esperança de dias melhores, com a presença de uma inflação cada vez mais alta.

O povo está cada vez mais descrente da vontade dos grandes e dos dirigentes em resolver os grandes problemas da nação. Os escândalos e a corrupção são noticiados constantemente pela imprensa.

Essa descrença do povo é motivo de muita preocupação para a Igreja que, em sua missão profética, se sente obrigada a denunciar

É grave a situação se levarmos em conta a esperança que o povo tinha depositado na Nova República que parecia trazer um novo tempo e a esperança de um país melhor. No entanto, as decepções continuam. As classes dirigentes não têm trazido nenhum benefício para os mais necessitados e têm mantido os seus benefícios e privilégios pessoais.

- 1- Que fatos concretos mostram que há políticos que estão defendendo seus próprios benefícios e privilégios pessoais?
- 2- Qual deverá ser a nossa atitude diante desses fatos?

PECADO SOCIAL!

